



O Dilema da Cota

Uma reflexão sobre as políticas de igualdade racial na universidade brasileira

RONEI TEODORO DA SILVA

O Dilema da Cota

Uma reflexão sobre as políticas de igualdade racial na universidade brasileira

RONEI TEODORO DA SILVA

FICHA CATALOGRÁFICA

S586d

Silva, Ronei Teodoro da

O dilema da cota: uma reflexão sobre as políticas de igualdade racial na universidade brasileira / Ronei Teodoro da Silva. – São Leopoldo, UNISINOS, 2007.

223 f.

Orientador: Prof. Dr. Édison Luís Gastaldo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Leopoldo, BR-RS, 2008.

1. Ciências sociais. 2. Educação – Universidade – Exclusão social – Negro. 3. Universidade – Política educacional – Políticas públicas – Brasil. 4. Ensino superior – Política educacional – Brasil. 5. Diversidade – Educação – Política educacional. 6. Cotas raciais – Universidade – Brasil. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. II. Silva, Ronei Teodoro da. III. Título.

CDU 320.981

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO

O Dilema da Cota

Uma reflexão sobre as políticas de igualdade racial
na universidade brasileira

Ronei Teodoro da Silva

Orientador: Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio do Sinos, em São Leopoldo, com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

São Leopoldo, fevereiro de 2008.

in memoriam Nair Oliveira e Silba

A GRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

Antes de começar com os agradecimentos, gostaria de dizer que considero este espaço um lugar sagrado, dedicado exclusivamente as pessoas importantes de minha vida. Este trabalho é fruto do apoio, do incentivo, da compreensão e da generosidade de várias pessoas, o que torna a tarefa de destacá-las algo tão laborioso quanto gratificante. Agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram para a realização deste importante passo que dou na minha carreira profissional. Chegar aqui não é fácil, mas com certeza seria muito mais difícil se não pudesse contar com a ajuda que tive de diversas pessoas. Só cheguei até aqui porque tive o apoio incondicional destes entes queridos, e espero conseguir recompensá-los através das minhas sinceras palavras de gratidão. Não há como hierarquizar em grau de importância quem mais me ajudou. Todo o auxílio recebido foi fundamental. Por isso, não considero-me autor exclusivo desta pesquisa. Acredito que agora que cheguei ao fim, sem dúvida tenho a obrigação de destacar todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão deste projeto. Mas antes de listar os nomes, gostaria de fazer um pedido, algo que se faz necessário desde que comecei o mestrado: por favor, desculpem-me. Desculpem-me pela falta de tempo. Desculpem-me por ter me afastado. Desculpem-me por não estar presente em suas vidas nos últimos dois anos. Desculpem-me por não ter conseguido conciliar meus estudos com a vida social. Eu também senti sua falta. A falta de todos, sem exceção. Não, não foi antipatia, tão pouco descaso. Estejam certos de que eu também gostaria de ter passado mais tempo com vocês. Pretendo agora, recuperar o tempo perdido. Se bem que o doutorado está logo ali. Sendo assim, acho que vou ter que preparar mais pedidos de desculpas brevemente.

Penso ser a vida uma sucessão de erros e acertos, e é nos seus percalços que aprendemos

e crescemos. Mas isso só parece ser possível porque dependemos de outros para avançarmos. E talvez a síntese de toda esta luta esteja em nossa família. É por eles que batalhamos, amamos e desejamos a vitória. E a recíproca também é verdadeira. Somos fruto da mesma razão, da luta e da perseverança de nossos pais. Por isso, ofereço meu profundo agradecimento a estas duas pessoas, que até hoje, não mediram esforços para que eu pudesse alcançar esta conquista. Minha mãe, uma pessoa tão decidida que sempre me incentivou a estudar e a crescer, como profissional e como ser humano. Meu pai, um sujeito forte que lutou a vida inteira para garantir não somente meu estudo, mas também o de minha irmã. Quando olho para trás e busco recordar de minhas primeiras lembranças no mundo dos estudos, vejo-me numa creche, com poucos anos, mas cercado de amigos. Contava as horas para que pudesse ver novamente, meu pai e minha mãe. Quando meu pai finalmente chegava para me buscava, já era noite, e com ela o frio. Eu me agasalhava, subia em sua moto azul, na frente, segurando o guidon. Chegava em casa e mostrava os cadernos e minha mãe, que pacientemente olhava-os folha a folha. E assim começou a minha história. Muitos anos se passaram e hoje estou aqui, escrevendo aqui a eles, e relembrando que não agradeço somente por hoje, mas por tudo. Espero conseguir dar a meus filhos o mesmo que vocês se empenharam em me oferecer. Obrigado mãe, por ter sido minha base, o alicerce firme de toda esta trajetória. Obrigado pai, por ter trabalhado e abdicado de muitas coisas para garantir um bom futuro a mim e a Soraia. Vocês são simplesmente as pessoas mais maravilhosas que já conheci, um verdadeiro exemplo de vida. Em seguida agradeço a minha irmã, que sempre me apoiou incondicionalmente. Sei que desde que ela era pequena, me via como uma referência, e fico muito orgulhoso por isso. Sua trajetória estudantil foi muito similar a minha. Um pouco antes dela entrar no colégio, já pegava meus cadernos para rabiscar. Não só meus cadernos, mas também os livros e as enciclopédias da casa. E quando faltava papel, o problema era resolvido rapidamente, substituindo-o pelas paredes brancas de nosso lar que tornavam-se a tela para expressão de sua criatividade. Tamanho foi seu empenho em aprender, que antes mesmo de entrar na escola, já sabia ler e escrever. Ao me ver estudar, ela também o queria, e talvez por isso, pela ansiedade acumulada durante os anos, deu pulos de felicidade quando finalmente entrou no jardim de infância. Ela diz hoje que sou o responsável pelo precoce aprendizado dela, o que me enche de orgulho. Quis o destino que muitos anos depois, numa incrível coincidência, ela ser aluna da primeira turma do qual fui professor na universidade. Professor-estagiário, é bem verdade, mas ainda sim, conta. Obrigado mana, por fazer parte da minha vida e da minha história.

Mas se um dia servi como exemplo para minha irmã, hoje sinto o mesmo sentimento e responsabilidade com meus afilhados. Sei que o Tobias e Bibiana sentiram a falta do Dindo nesses últimos anos. Com certeza perdi de participar de um pedaço de suas infâncias, por

não poder estar presente o tanto quanto deveria. Por isso agradeço a eles pela compreensão e paciência, e dizer que foi muito duro recusar seus convites para brincar e sair. O Dindo pode não ter estado perto de vocês de corpo, mas certamente sempre esteve de coração. Agradeço também pela compreensão de toda a minha família, tanto aqui no Rio Grande do Sul como em São Paulo. Obrigado tio Fabinho, tio Paulinho e tio Luis, por sempre terem servido de exemplo para mim. Obrigado Alessandra e Patrícia, por terem sido durante toda minha trajetória não apenas primas, mas também irmãs. Obrigado a minhas tias, Tânia, Claudete, Solange e Nádia. Obrigado também as minhas outras duas tias do sul, Antoninha e Suzana. Obrigado a todos os meus primos e primas. Obrigado aos meus avós, Irena e Oscar, que sempre cuidaram de mim, ajudaram na minha criação e me ensinaram os valores que me fizeram crescer como pessoa. Obrigado pelo incentivo, pelos ensinamentos e pelas lembranças. Obrigado aos meus avós, José e Nair, os quais infelizmente, hoje não posso mais agradecer pessoalmente. Ao meu avô José, que não tive a oportunidade de conhecer, e a minha avó Nair, que recentemente nos deixou. Uma mulher guerreira, que criou 13 filhos sozinha, sem saber ler nem escrever. Com certeza outro modelo que me inspirou a perseverar e a não baixar a cabeça perante os obstáculos da vida. Dedico especialmente este trabalho a sua memória. Enfim, obrigado família, de São Leopoldo, Sapucaia, Santa Cruz do Sul (obrigado tia Solange, por ter sido minha “parceirona” durante a infância e ainda hoje uma fiel amiga), Ribeirão Preto, Altinópolis, São Paulo e de Mato Grosso do Sul.

Obrigado também pela compreensão e incentivo de todos os meus amigos e amigas, dos quais me tornei distante nos últimos tempos. Um obrigado especial a Julie e Martin, meus pais canadenses, que estão distantes em território, mas não em minha memória. A sua filha Anael, que não tive a oportunidade de conhecer ainda. *Merci beaucoup pour tout ce que vous avez fait pour moi, vous êtes certainement très spécial pour moi.* Obrigado ao meu homólogo canadense e também irmão, Simon Potvin, uma das pessoas mais incríveis que já conheci. *Simon, vous allez être toujours dans ma mémoire comme l’un des plus importants de personnes, j’ai eu la chance de rencontrer.* Obrigado ao Areil e sua família, por ter sido nos últimos anos um dos mais fiéis e sinceros amigos que tive. É difícil ficar citando nomes, pois corro o risco de ser injusto, por isso obrigado a todos os amigos, de hoje e do passado. Aos amigos da infância, da escola, do trabalho, da faculdade e do mestrado, muito obrigado!

Também quero agradecer a uma pessoa que apesar de ter conhecido a pouco tempo, foi um dos personagens mais importantes para nesta trajetória. Seu nome é Jorge Luis Stoffel, a pessoa que me acolheu quando tudo parecia ir contra. Um pouco antes de eu conseguir entrar no mestrado, um pouco antes de eu ser contemplado com a bolsa CAPES, quando eu estava passando por um período incerto, no qual as perspectivas pareciam pequenas, o Jorge apareceu

em minha vida e me ofereceu uma oportunidade que nunca poderei agradecer suficientemente. Obrigado Jorge por sua paciência e compreensão nos últimos anos. Pouquíssimos empresários contratariam alguém que recém estivesse começando um mestrado, que necessitasse de horários malucos e folgas insanas. Não consigo pensar como eu poderia ter conseguido passar por estes dois anos sem sua ajuda. Também o considero um exemplo de raça, perseverança e responsabilidade. Se hoje este trabalho se concretizou foi graças a estabilidade que você me proporcionou, além de um incondicional apoio aos meus estudos. Obrigado chefe, por ter apostado em mim num dos períodos mais conturbados da minha vida. Obrigado também a toda equipe da Informatize, pelo apoio e pela amizade sincera. Vocês tornaram-se como uma família para mim, após esse intenso convívio que tivemos.

Agora talvez ninguém tenha a participação mais direta na concretização desta pesquisa do que meu orientador Édison Gastaldo. Aliás, chamá-lo de orientador é insuficiente para descrever o quanto ele me ajudou nos últimos anos. Muito mais do que um professor, o Édison se tornou um amigo, alguém que levarei como uma das pessoas mais importantes e marcantes da minha vida. Primeiro, por ter sido o maior incentivador para que eu ingressasse no mestrado. Desde o período da graduação, o Édison não mediu esforços para ajudar-me a construir minha carreira acadêmica. Foi também o orientador do trabalho de conclusão, deu-me a oportunidade de participar de sua pesquisa e todo o auxílio necessário para o ingresso no mestrado. Mais do que isso, numa atitude de um verdadeiro amigo, foi o responsável por eu não ter perdido a bolsa de estudos. Explico: como não consegui a primeira bolsa que me inscrevi, frustrado, eu concluí que não haveriam outras bolsas, e por isso, desisti de ingressar no mestrado. Apenas alguns dias antes de se encerrar o prazo de inscrições, o Édison me ligou avisando que havia uma outra bolsa, não baseada no aspecto econômico, mas no desempenho da seleção. *“Ronei, onde tu está? Esta bolsa está caindo de maduro para ti! Tu não pode perder o prazo de inscrições!”* – nunca mais vou me esquecer destas palavras. Édison, obrigado pela dedicação como professor e orientador, e saiba que te considero um verdadeiro amigo! Obrigado também a toda equipe de professores do programa de pós-graduação. Agradeço também a paciência e ajuda da secretária do programa, Maristela. Além disso, quero agradecer profundamente toda a equipe dirigente do CECUNE e do IPA e seu sincero apoio a minha pesquisa, o que reflete diretamente na qualidade deste trabalho. Agradeço também a todos os entrevistados que contribuíram com seu tempo, paciência e prestatividade. Não há como agradecê-los suficientemente. Muito obrigado por tudo!

Por fim, quero agradecer a uma pessoa verdadeiramente especial para mim: Marcelle, meu amor. A minha querida companheira que sempre me estimulou a crescer científica, ética, profissional e pessoalmente. Obrigado por estar comigo durante todo este processo, me

apoiando das mais diversas maneiras possíveis. Com uma participação ativa neste trabalho, a Marcelle não apenas foi um ombro carinhoso, mas sim alguém que realmente pude contar. Seja na transcrição das entrevistas, seja na abdicação de seu tempo livre para me ajudar, seja na paciência dispensada quando não pude estar presente ou simplesmente no incentivo dado quando tive dúvidas de minha capacidade. Amor, eu te amo! Agradeço todos os dias por ter você em minha vida e espero sinceramente que algum dia possa retribuir da mesma maneira a ajuda que você me proporcionou. Em pouco tempo você se tornou muito especial. Obrigado por ter se tornado minha amiga, minha companheira, minha namorada. Eu olho para trás e vejo que as maiores realizações de minha vida nos últimos anos estão atreladas a você. Não há palavras, nem sentimento que dêem conta de agradecer o suficiente toda a ajuda, o amor e carinho que você me deu. Muito obrigado amor!!! Obrigado também aos seus pais, Edmundo e Leila, e a sua irmã, Michelle, por terem me acolhido em seu lar e me transformado no mais novo membro de sua família. Sinto-me orgulhoso de fazer parte da vida de vocês. Muito obrigado por tudo. E finalmente, para encerrar, obrigado a todo mundo, que de alguma maneira fez parte positivamente de minha vida, e que com certeza, contribuiu para essa minha conquista. Do fundo do meu coração, MUITO OBRIGADO!!

Ronei Teodoro da Silva

*“Nós aprendemos a voar como os pássaros,
nadar como os peixes,
mas ainda não aprendemos
a conviver como irmãos.”*

Martin Luther King

RESUMO

Com o objetivo de avançar o debate sobre a introdução de cotas na universidade, esta pesquisa analisa um caso de um sistema já implantado numa instituição de ensino superior. O trabalho articula, de forma sucinta, as idéias amplas da Antropologia e Sociologia, com o enfoque sobre a polêmica entre os termos raça e etnia. Procura-se entender o racismo através da teoria de fato social e a sua problematização do estigma na vida cotidiana. Há também um resgate histórico da presença do negro no Brasil e a construção de sua representação em nossa sociedade, que vai desde o declarado pensamento racista até o mito da democracia racial. Todo o embasamento teórico serve como pano de fundo para a análise dos dados empíricos, que tem como propósito contribuir para elucidação do “choque social” provocado pela proposta governamental da implantação de cotas.

Palavras-chave: negros, cotas, ação afirmativa, desigualdades sociais, políticas públicas.

ABSTRACT

In order to advance the debate on the introduction of quotas in university, this research analyzes a case of a system already deployed in an institution of higher education. The work articulates, briefly below, the broad ideas of Anthropology and Sociology, with the focus on the controversy between the terms race and ethnicity. It tries to understand racism through the theory of a social fact and its problematization of stigma in daily life. There is also a history rescue of the presence of the black in Brazil and the construction of his representation in our society, which goes from the declared racist thinking to the myth of racial democracy. All theoretical background serves for the analysis of empirical data, with the aim of contributing to elucidation of the “social shock” caused by the proposals of governmental quota.

Keywords: Brazilian racial matter, quotas, affirmative action, racial inequalities, public policy

16 **Prólogo**

18 Um Jardim no Morro dos Negros

23 **Introdução**

26 A construção de uma pesquisa

28 Delimitando espaços

29 Uma análise prévia

31 A estrutura da dissertação

33 **A Construção de uma Identidade Coletiva**

36 A polêmica dos conceitos: raça x etnia

40 O racismo como fato social

43 Identidade e estigma

58 O preconceito na vida cotidiana

62 **Da Senzala ao Século XXI**

64 A colonização negra: um resgate histórico

76 O pensamento racista brasileiro

92 Uma sociedade miscigenada e sua classe dominante - o brasileiro e o tempero da feijoada

96 Da mistura a Democracia Racial

109 **Metodologia**

111 Pesquisando o sistema de cotas

112 Natureza dos dados

120 Procedimentos de coleta de dados

122 Procedimentos analíticos

128 **Os Efeitos da Cota**

130 Cota ou Bolsa

146 A parceria IPA/CECUNE

154 Quem é negro, quem é branco: o problema da classificação racial

164 A renúncia do padrão de qualidade

172 A discriminação sofrida pelo beneficiado

197 O que mudou na vida dos beneficiados

202 **Considerações Finais**

211 **Referências Bibliográficas**



um Jardim no Morro dos Negros

P R Ó L O G O

um Jardim no Morro dos Negros

P R Ó L O G O

PRÓLOGO

Um jardim no morro dos negros

No dia 13 de maio de 1888, uma senhora de 41 anos, portando uma caneta banhada a ouro, assinou um pedaço de papel que viria a se tornar um dos documentos mais importantes da História do Brasil. Uma nova lei vigorava, e com ela o clamor de diversas pessoas, que por anos lutaram para que transformar a realidade presente até então. Através desse ato, o nome desta princesa ficaria definitivamente na história. Louvores, aplausos, euforia e entusiasmo: Viva Isabel I! Para coroar a atitude da “*redentora*” faltava a benção da igreja, com a Rosa de Ouro, concedida à princesa pelo Papa Leão XIII, no dia 28 de setembro de 1888. Mas não foi a rosa a flor escolhida para se tornar o símbolo desta luta.

A noite se aproxima e com ela uma chance de fuga. São outros tempos, a lei ainda não havia sido criada. Um escravo sabe exatamente o que fazer. A notícia já havia se espalhado, estava tudo planejado. O primeiro passo era escapar. O segundo, era ir até o endereço de André Rebouças, o intelectual negro de maior prestígio da época. Ele era o responsável por fazer a ponte entre os esquemas de fuga, em Petrópolis, com o alto comando do movimento abolicionista no Rio de Janeiro: o pessoal da Confederação Abolicionista, Joaquim Nabuco, Joaquim Serra, João Clapp e José Carlos do Patrocínio. O destino era o retiro montado pelo fabricante de malas José de Seixas Magalhães, um imigrante português que mantinha boas relações com figuras centrais do movimento abolicionista. Seixas era um homem de idéias avançadas, dedicado à fabricação e comércio de malas e sacos de viagem na Rua Gonçalves Dias, no Centro, onde utilizava os mais modernos recursos tecnológicos da época. Suas malas, feitas com máquina a vapor, eram reconhecidas pelo mundo afora, e mereceram prêmios tanto na Exposição do Rio de Janeiro,

quanto na Exposição de Viena d' Áustria.

Além de sua fábrica a vapor, Seixas possuía uma chácara no Leblon, onde cultivava flores com o auxílio de outros escravos fugidos. Seixas ajudava os fugitivos e os escondia na chácara do Leblon com a cumplicidade dos principais abolicionistas da capital do Império, muitos deles membros proeminentes da Confederação Abolicionista. A chácara de flores, a floricultura do



Declaração da Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel

Seixas, era conhecida mais ou menos abertamente como o “quilombo Leblon”, ou “quilombo Le Bloon”, então um remoto e ortograficamente ainda incerto subúrbio à beira-mar. Era, digamos, um quilombo simbólico, feito para produzir objetos simbólicos. Os quilombos abolicionistas foram um modelo diferente de resistência à escravidão. Seus integrantes organizavam-se perto dos grandes centros, eram liderados por personalidades públicas com bom trânsito entre fugitivos e sociedade, e ainda interferiam no jogo político. Era lá, exatamente, que Seixas cultivava as suas famosas camélias, o

símbolo por excelência do movimento abolicionista. O quilombo do Leblon já fazia parte do jogo político da transição, diferentes dos quilombos de rompimentos, ou mocambos guerreiros, como o movimento heróico de Acotirene; o mocambo de Dambrabanga; o mocambo de Zumbi; o mocambo do Aquilume, sua mãe; o mocambo de Andalaquituche, seu irmão; a Cerca de Subupira; a Cerca Real do Macaco e toda a confederação que ficou conhecida como Quilombo dos Palmares. O quilombo de resistência, ou de rompimento tinha como tendência dominante a política do esconderijo e do segredo de guerra. Por isso, esforçam-se os quilombolas exatamente em proteger seu dia-a-dia, sua organização interna e suas lideranças de todo tipo de inimigo

ou forasteiro. Já no modelo novo, o quilombo abolicionista, as lideranças são muito bem conhecidas, cidadãos idôneos, com documentação civil em dia e, principalmente, muito bem articulados politicamente. Não mais os poderosos guerreiros do modelo anterior, mas um tipo novo de liderança, uma espécie de instância de intermediação entre a comunidade de fugitivos e a sociedade envolvente.

Ao percorrer todo esse caminho, o escravo, agora fugitivo, enfim pode dormir. Acordou na fazenda de Seixas, aliviado. Ao levantar, caminhou junto com seus irmãos fugitivos por um jardim incomum. Tratava-se de uma planta rara, a *Camellia japonica*, introduzida no Rio de Janeiro há uns 60 anos, se tanto. Exatamente como a liberdade que se pretendia conquistar, a camélia não era uma flor dessas comuns, naturais da terra e encontradas soltas na natureza. Era, pelo contrário, uma flor especial, estrangeira, cheia de melindres com o sol, que requeria *know-how*, ambiente, mão-de-obra, relações de produção, técnicas de cultivo e cuidados muitíssimo especiais. Seixas era um homem muito bem relacionado. Além da cumplicidade que tinha com os grupos abolicionistas do Rio, contava com a proteção da própria Princesa Isabel. Pelo menos o homem fornecia suas camélias, em bases regulares, ao Palácio das Laranjeiras, então residência da princesa e hoje sede do governo do Estado. As camélias do Leblon enfeitavam não apenas a mesa de trabalho da Princesa, como ainda sua capela particular, onde se apegava a Deus e fazia suas orações. Para esse serviço simbólico, o Seixas reservava, é claro, as mais belas camélias do seu quilombo.

Esta noite era de festa, de comemoração. O ex-escravo agora não estava mais preocupado com o serviço da lavoura, mas sim, em aprender as cantorias abolicionistas. Era 13 de março de 1886, aniversário de José de Seixas. A turma abolicionista passou a noite toda na farra do Leblon e só lembrou de voltar altas horas da madrugada. Não havia porque ter medo. O quilombo do Leblon era um ícone do movimento abolicionista, uma de suas melhores bases simbólicas e um dos maiores trunfos da negociação política. Por isso, na verdade, ninguém parecia muito interessado em dissimular ou esconder a existência do quilombo do Leblon, nem mesmo Seixas ou qualquer de seus amigos abolicionistas. A cantoria estava animada, o ex-escravo, agora chamado de quilombola, na maior folga do mundo tocava sua viola, e os abolicionistas aos gritos sediciosos de “*vivam os escravos fugidos!*”. O negro antes escravo agora sentia-se finalmente liberto. Quando o chefe de polícia, desembargador Coelho Bastos, o famoso “*rapa-coco*”, quis agir e pôr fim à cantoria abolicionista que se fazia na Gávea, no ponto final dos bondes, Seixas foi protegido pela própria Princesa Isabel e, por trás dela, pelo Imperador do Brasil, que, segundo consta, pediu ao Barão de Cotegipe que encerrasse o caso sem maiores formalidades ou investigações. Na verdade, todo o esquema de promoção de fugas e alojamento de escravos foi montado pela própria Princesa Isabel. André Rebouças sabia de tudo porque estava comprometido com

o esquema. O proprietário do Hotel Bragança, onde André Rebouças se hospedava, também estava comprometido até o pescoço, chegando a esconder 30 fugitivos em sua fazenda, nos arredores da cidade. O advogado Marcos Fioravanti era outro envolvido, sendo uma espécie de coordenador geral das fugas. Não faltava ao esquema nem mesmo o apoio de importantes damas da corte, como Madame Avelar e Cecília, condessa da Estrela, companheiras fiéis de Isabel e também abolicionistas da gema. Às vésperas da Abolição final, conforme anotou Rebouças, já subiam a mais de mil os fugitivos “acolhidos” e “hospedados” sob os auspícios de Dona Isabel.

Com a proteção do Imperador, felizmente, o quilombo do Leblon nunca chegou a ser investigado, continuando a Princesa a receber calmamente os seus ramalhetes de camélias subversivas. E com isso, como se pode imaginar, crescia barbaramente o poder simbólico das *camelliaceas* dentro do movimento político, sobretudo das que pudessem ser identificadas como “*camélias do Leblon*” ou “*camélias da Abolição*”. Na guerra simbólica que se instaura, uma ou outra vez, a Princesa ousou aparecer em público – o que era sempre notado pelos jornais – com uma dessas flores do Leblon a lhe adornar o vestido. O simbolismo estaria presente até na hora da assinatura da lei, quando aproximou-se da princesa o presidente da Confederação Abolicionista, João Clapp e lhe fez entrega solenemente de um “*mimoso bouquet de camélias artificiais*”. E, logo em seguida, quando aproximou-se também o imigrante Seixas, que passou às mãos da Princesa um outro belíssimo buquê de camélias. Desta feita, contudo, camélias naturais, vindas diretamente do quilombo do Leblon. Conta a história que Seixas ofereceu uma pena de ouro à Princesa Regente, para com ela assinar a lei da Abolição.

Voltamos nossa atenção agora aos tempos atuais. O local não é mais o mesmo. Estamos em Porto Alegre, Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado, número 80, bairro Rio Branco. Um dos metros quadrados mais caros do estado. Um local nobre, mas que anos atrás era conhecido como Morro dos Negros. Isso porque ali residia, a exemplo do que acontecia no



Jardim das Camélias no Centro Universitário Metodista IPA

Leblon, um quilombo, uma feitoria. Escorraçados da movimentada e comercial orla do Guaíba, os negros encontraram neste lugar um refúgio para morar, mas ainda assim, afastado do centro



urbano. O tempo passou, a cidade cresceu, os negros não estão mais ocupando o morro que um dia levou seu nome. O bairro agora se chama Rio *Branco*. Não há mais negros. No lugar do quilombo, uma universidade. Mas lá ainda reside um ícone da luta do movimento negro: um jardim, incrustado no coração da instituição, repleto de camélias. O Jardim das Camélias, busca simbolizar que, apesar do bairro agora ser chamado de Rio Branco, um dia aquela terra já foi o Morro dos Negros.

A história sobre a origem das camélias como símbolo da luta contra a escravidão é baseada no texto “As camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura: uma investigação de história cultural” (SILVA, 2003)

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2003, eu estava cursando uma disciplina chamada “*Pesquisa em Comunicação*”, que tinha o intuito de preparar os alunos para o projeto final, o temível trabalho de conclusão do curso. A matéria tinha como objetivo ensinar os passos necessários para se construir uma pesquisa. Na época, quando a cursei, não fazia menor idéia do que iria pesquisar. O professor Édison Gastaldo, que ministrava a disciplina, nos sugeriu alguns artigos para leitura, para que tivéssemos o primeiro contato com uma pesquisa acadêmica. Entre os textos que tive a oportunidade de ler naquele semestre, o que mais se destacou foi: “*Japonês está para a TV assim como mulato para cerveja: imagens da publicidade no Brasil*”, de Carmen Sílvia Rial (RIAL, 1999). Através da análise de anúncios publicitários pesquisados durante a Copa do Mundo de 1994, Rial procurou investigar até que ponto a publicidade reitera estereótipos étnicos em suas representações do cotidiano. O texto dizia que a representação do negro era em sua maioria caricata, ligada principalmente a cinco convenções: habilidade de jogar futebol, alta capacidade de força física, sensualidade, culinária e musicalidade. Qualquer negro que aparecesse fora destes contextos nos anúncios era fato raro, a exceção que confirmava a regra. Após ler o artigo, fiquei com algumas questões em mente: como era a representação do negro na publicidade brasileira fora do contexto da Copa do Mundo? Será que aqueles estereótipos só apareciam durante o evento futebolístico? Havia esta reiteração durante outros períodos do ano?

Com base nestas indagações realizei uma pesquisa em 2004, chamada “*A Propaganda em Preto e Branco – representações étnico-raciais na publicidade impressa brasileira*” (SILVA, 2004). Foram mais de 3 mil anúncios pesquisados durante o período de novembro de 2003 à abril de 2004, coletados das maiores revistas de notícias do país: *Veja*, *Época* e *IstoÉ*. Para analisar este montante, me preocupei em separar os anúncios em três categorias: “*se*”, “*quanto*” e “*de*

que maneira”. Primeiro, *se* havia algum negro disposto no layout do anúncio. Segundo, se ele estivesse presente, *quanto* representava do universo total de atores dispostos na cena. E finalmente, em terceiro, *de que maneira* ele estava representado. Os números foram estarrecedores: apenas 11% dos anúncios mostravam pessoas negras em sua composição. O número caiu quando foi contabilizado o número total de pessoas dispostas em cada anúncio: somente 4,3% do total de pessoas eram negras. Este número só não foi menor, porque durante algumas semanas, foi veiculado um anúncio que mostrava uma foto jornalística de uma sala de aula, que dispunha de 55% de crianças negras em sua composição, juntamente com a professora, também negra. Mas o dado que mais surpreendeu foi resultado da análise das formas como o negro era representado: apenas 4 anúncios, do total de 3 mil, não representavam o negro de forma estereotipada ou em posição submissa – o que equivale a 0,13% do total. Destes anúncios, dois eram do Banco do Brasil, um anúncio do Banco Santos e o anúncio com a foto da sala de aula.

Um ano após a conclusão desta pesquisa, reestruturei o trabalho para que pudesse participar do processo seletivo do mestrado em Ciências Sociais da Unisinos. O cerne da pesquisa continuava a mesma: a representação social do negro. Este tema se tornou evidente, principalmente, após o lançamento do Estatuto da Igualdade Racial, desenvolvido pelo senador Paulo Paim, e do projeto de lei com o mesmo nome. Em trâmite há mais de sete anos no congresso, a “*Lei Paim*” – como vem sendo chamado o projeto – prevê, entre outros temas, cotas para afro-brasileiros em vários segmentos da sociedade. Uma intensa discussão vem sendo travada em torno do programa, nos mais diversos âmbitos, inclusive no acadêmico (ver, por exemplo, GUIMARÃES, 2004 – AZEVEDO, 2004 – FRY, 2005 – MUNANGA, 2002). O objetivo do Estatuto é, através de alguns benefícios oferecidos à etnia negra, fazer uma reparação histórica da segregação racial existente no Brasil. Tendo como alicerce a premissa de que preconceito racial atua como um dos inúmeros mecanismos sociais que perpetuam a exclusão através dos muros invisíveis da discriminação, o Estatuto é o produto de uma luta contínua empreendida pelo Movimento Negro, visando uma mudança do cenário social nos mais variados segmentos da sociedade brasileira. Um dos pontos centrais de seu conteúdo – e um dos mais polêmicos – diz respeito à instituição de um programa de cotas para o sistema educacional universitário público. Então, a partir deste recorte, decidi investigar exatamente o ponto mais controverso da lei: as cotas universitárias. O resultado será descrito nas próximas páginas, no que acredito ter sido até agora, o maior desafio da minha carreira acadêmica.

1 - A construção de uma pesquisa

O objetivo principal desta pesquisa é o de levantar dados que permitam refletir sobre os efeitos da cota universitária na vida cotidiana de seus beneficiados. Para isso, alguns objetivos específicos tornam-se necessários, na medida em que ajudam a explicar importantes questões que envolvem o tema. Um deles é propiciar uma discussão que busque investigar as motivações de quem é contra e a favor desta medida. Além disso, gostaria de propor uma análise que averiguasse até que ponto o problema da discriminação étnica pode contribuir para a propagação e reiteração do racismo.

Antes de partir para uma análise mais profunda sobre o tema, é necessário levar em consideração as razões que motivaram a criação da lei. Não existe um único motivo que explique a má distribuição étnico-racial no Brasil, mas sim, uma soma de várias justificativas. Destaca-se o fato do longo período existente no país de um modelo de sociedade colonial com base na escravidão. Muito provavelmente, esse aspecto contribuiu como forma determinante para a configuração das classes sócio-econômicas atuais. Partindo deste princípio, trabalho com algumas hipóteses para tentar investigar os questionamentos de meu objeto. A primeira delas é a influência histórica do pensamento racista nos processos socializadores brasileiros. Podemos entender o racismo como um fato social? A intenção é de se procurar compreender um pouco mais, através da formação teórico-social, como o racismo surgiu em nossa sociedade e de que forma ele se sustenta. Para que isso seja possível, pretendo buscar no pensamento clássico social e em seus ensinamentos a melhor maneira de analisar o racismo no Brasil. E para entendermos o racismo enquanto fato social temos que encará-lo como parte integrante da nossa sociedade, uma lógica simbólica que está impregnada em nosso cotidiano.

Outra hipótese a se considerar como agente de reiteração do racismo no Brasil é aquela defendida pela Lei Paim: a falta de políticas de representação e construção cultural que dêem conta de atender esta parcela excluída da população. A lei serviria como órgão reparador imediato contra anos de perpetuação do racismo tácito e instituído. Pretendo, a partir destes questionamentos, orientar-me nas diversas tarefas da investigação, constatando a procedência destas suposições e procurando por novas razões que sustentem os argumentos relevantes desta pesquisa. Proponho uma análise sobre o assunto que trate de identidade e sociabilidade e que diga respeito a uma grande parcela da sociedade brasileira. Ao abordar o Estatuto do senador Paulo Paim, um projeto de lei novo, mas pertinente a um tema tão antigo no Brasil, pretendo analisar como as lógicas identitárias relevantes ao processo de interação social afetam e podem excluir um determinado grupo de indivíduos.

A lei nº 3.198/00 baseia-se nos números das pesquisas sobre distribuição de renda no país. Apesar de formarem 45% da população brasileira¹, os negros são minoria nas camadas com maior poder aquisitivo. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dos 53 milhões de brasileiros que vivem na faixa da pobreza, 63% são negros. Esta porcentagem aumenta se considerarmos os 22 milhões que vivem abaixo da linha da pobreza – 70% são negros. A pesquisa feita pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) em 1999, aponta uma taxa de analfabetismo três vezes maior entre os negros. Os jovens brancos, aos 25 anos, têm em média 8,4 anos de estudo, enquanto os negros da mesma idade têm a média de 6,1 anos. A pesquisa ainda levantou dados da quantidade de universitários dos domicílios visitados: 97% eram brancos e apenas 2% eram negros. Acredito que esse número possa variar de acordo com o local pesquisado, mas a tendência de haverem mais estudantes brancos na universidade parece ser uma realidade nacional. A intenção da lei seria uma tentativa de equiparação destes números, visando uma melhor representação do negro nos vários segmentos da sociedade brasileira.

A questão que se levanta é se a Lei Paim seria a melhor maneira de solucionar este problema. Segundo os críticos, existiriam outras questões em torno deste tema, e a implantação de uma política de cotas poderia gerar mais controvérsia do que funcionar como uma ação reparadora. Um dos problemas levantados está no fato de se precisar criar uma definição em uma lei federal que distinga negros de brancos. Quais parâmetros seguir para fazer tal distinção? A quantidade de melanina na pele? Como isso seria medido? Qual a porcentagem correta para se definir entre um ou outro? E, mesmo que tudo isso seja possível, não seria ambíguo, uma lei federal criticar o racismo e ao mesmo tempo criar parâmetros que façam a distinção entre negros e brancos? Peter Fry inclusive, em entrevista a Folha de São Paulo, questiona esse ponto:

“Não acho ruim o Brasil nunca ter mencionado raça em suas constituições. Todo mundo diz que depois da escravidão não se falou de negros... E, onde se falou e se discriminou, isso foi bom? Chegam quase a dizer que na África do Sul foi melhor. Isso é uma visão muito curta. (...) Topei recentemente com crianças de uma escola e pensei: quem somos nós para dividir essas crianças em duas categorias raciais? Isso não faz sentido. Quem, em sua consciência, pode pensar que essa é a maneira de resolver qualquer questão?” (FRY, 2006)

Apesar da lei ainda não ter sido aprovada, as cotas reservadas para negros já são uma realidade em várias universidades particulares e públicas no Brasil. E toda essa movimentação

1 FONTE: Censo Demográfico – IBGE: 2001. Há a possibilidade de haver alguma variação nesse número, para mais. Muitos brasileiros preferem “omitir” ou “substituir” sua etnia, por inúmeras razões, mas principalmente por medo do preconceito. Mesmo que o modo de coleta de dados realizado pelo Censo seja por entrevista, as pessoas tendem a responder o que elas pensam que a sociedade julgue como “certo” ou “melhor”. Da mesma maneira, é difícil definir qual a porcentagem real de católicos no Brasil.

também tem gerado muita polêmica. Por isso, na tentativa de contribuir nesta discussão, proponho o levantamento de dados empíricos em um caso já implantado de uma política de cotas. Tenho consciência que os resultados aqui apresentados de apenas um modelo são insuficientes para generalizar qualquer conclusão. No entanto, meu objetivo é analisar de que maneira este debate eminentemente teórico se materializa nas práticas sociais cotidianas em uma universidade com um modelo de cotas implementado há alguns anos e assim, levantar algumas hipóteses que colaborem para se ampliar os dados da discussão sobre este tema. Também considero que estes dados poderão servir de apoio para estudos posteriores que tenham como objetivo avaliar a eficácia da lei, e na medida em que outros casos forem estudados, generalizações poderão ser tentadas.

2 - Delimitando espaços

A pesquisa foi realizada numa Instituição de Ensino Superior (IES) que atendeu a uma série de parâmetros previamente estabelecidos, para que assim, os dados coletados pudessem ser considerados confiáveis. Os parâmetros definidos foram os seguintes: a instituição deveria ser de ensino superior e reconhecida pelo MEC; também deveria ter um sistema de cotas para negros; este sistema já deveria ter sido implementado há pelo menos dois vestibulares; e, por fim, era fundamental que os beneficiados ainda estivessem estudando na instituição.

O primeiro parâmetro torna-se óbvio: para que o dados apresentados na pesquisa pudessem ser passíveis de comparação com os objetivos da Lei Paim, a instituição precisaria ser de ensino superior. Como existem inúmeras instituições deste tipo no Brasil, qualquer que fosse a escolhida, deveria estar dentro das diretrizes recomendadas pelo Ministério da Educação e Cultura. Somente assim, poderia-se tratar qualquer hipótese levantada como pertinente às discussões em torno das questões do projeto de lei.

O parâmetro seguinte é de ordem objetiva: não bastava aplicar a pesquisa em qualquer instituição superior, pois é fundamental que houvesse um sistema de cotas já implementado. Do contrário, o máximo que poderia ser verificado seria apenas uma pesquisa de opinião com estudantes sobre o possível impacto da eventual implementação de um sistema de cotas em sua instituição. Mas esse não é o objetivo deste estudo. O que nos leva ao terceiro parâmetro: a instituição já deveria ter este sistema em prática há algum tempo. O período deveria ser no mínimo de um ano, ou dois vestibulares, de modo a permitir avaliar a dimensão das práticas cotidianas decorrentes de sua implementação.

O último parâmetro também é recorrente ao objetivo do estudo: para medir o efeito das cotas na vida cotidiana de seus beneficiados, é necessário que ainda houvesse estudantes provenientes desse sistema estudando na universidade. Aliás, os estudantes são os principais informantes desta pesquisa.

Após preencher todos estes requisitos, a instituição escolhida foi o Centro Universitário Metodista IPA, localizado em Porto Alegre. Atualmente o IPA possui 284 estudantes beneficiados pela sua política de cotas a negros². Os depoimentos dos estudantes foram obtidos de duas maneiras: análise em grupo de foco e entrevistas individuais escolhidas pelo método de amostragem simples aleatória. Mas os estudantes beneficiados pelo programa não são os únicos atores que compõem o funcionamento deste complexo sistema. Procurei investigar, através de entrevistas e participação nos eventos, a equipe dirigente responsável pela implementação e manutenção do sistema, que surpreendentemente não era composta por membros da universidade, mas sim, gerida por uma ONG chamada CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra. Também procurei reconstruir a história da implementação desta iniciativa do IPA através de entrevistas com os responsáveis do projeto – desde os que tiveram a idéia inicial até os que elaboraram o estatuto para o primeiro vestibular, além daqueles responsáveis pelo andamento do programa na atualidade. Desta maneira, minha pesquisa ficou dividida em três núcleos de abordagem: os dirigentes responsáveis na própria universidade, os dirigentes da entidade responsável por administrar o sistema em nome da universidade e os alunos beneficiados pelo programa.

3 - Uma análise prévia

Trabalhei com algumas hipóteses sobre a questão do preconceito e do racismo brasileiro antes de ir a campo, com o objetivo de guiar meu trabalho dentro da investigação e com isso, tirar melhor proveito dos resultados. A primeira delas era de que o racismo nasceu através da influência histórica dos colonizadores europeus nos processos de construção social desde a época da escravidão. Teria havido, portanto, uma influência direta a partir da forma como fomos colonizados, de modo que o pensamento do colonizador europeu juntamente com a ciência de séculos passados contribuíram para a propagação de um pensamento racista que justifica a exploração dos povos africanos que foram trazidos para cá. O fato de acreditarem que as outras etnias eram “*biologicamente inferiores*”, fez com que os colonizadores cressem numa superioridade racial, de modo que apenas os brancos seriam capazes de atingir os valores mais

² Fonte: CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra, entidade responsável pela seleção e acompanhamento dos cotistas no Centro Universitário Metodista IPA.

elevados da civilização. Isto teria afetado de forma decisiva o desenvolvimento social dos negros no Brasil.

A segunda hipótese está de certa maneira ligada à primeira, mas não focada na causa, e sim na situação. A segregação racial teria sido resultado do regime escravocrata que durou mais de 300 anos, criando assim um abismo étnico em nossa sociedade, excluindo o negro desde o princípio da distribuição de renda nacional. Na verdade, esta teoria não é nova, e baseia-se na condição de escravo do negro como o principal agente responsável da segregação social. O regime da escravatura é rígido, não permitindo que um indivíduo suba na escala hierárquica, por isso, mesmo após a abolição da escravatura, os libertos não conseguiram mudar sua condição de vida. De certa forma, os ex-escravos decaíram na escala social, pois a maioria se manteve à margem da sociedade, entregues à própria sorte. O que teria então impedido a equiparação social nesta época?

Esse questionamento nos leva à terceira hipótese: os processos políticos que asseguravam o poder aos brancos impediram a melhor distribuição de trabalho e renda aos negros. Esta teoria apóia-se no fato do negro, após a Abolição, egresso das senzalas, ter ficado sem condições de engajar-se no processo de trabalho livre na proporção que devia para não se marginalizar, por uma série de razões que serão apresentadas adiante. Entre elas, está o fato que a Lei da Abolição não ter se preocupado em criar mecanismos de acesso ao escravo recém liberto no sistema de trabalho assalariado. Esta impossibilidade de integrar-se a curto prazo fez com que o escravo recém liberto não pudesse participar da produção de uma forma ampla. Aliás, o próprio sistema de escravidão – aqui volto para a segunda hipótese – criou limitações estruturais que impediam o negro de ter interesse relevante pela mercadoria que produzia. Separava-se radicalmente dos bens que criava, não participando nem mesmo da venda da sua força de trabalho, pois ele próprio era mercadoria que circulava dentro do sistema. Isto teria o alienado de tal forma que o impediu de elaborar valores de contestação globais e racionais ao sistema.

A última hipótese a se considerar como agente de reiteração do racismo no Brasil é aquela defendida pela Lei Paim: a falta de políticas de representação e construção de cultura que dêem conta de atender a esta parcela excluída da população. A lei hoje serviria como um reparador histórico que pudesse incluir o negro, através de uma política social que promovesse sua ascensão social. Pretendo assim, a partir destes questionamentos, orientar-me nas diversas tarefas da investigação, constatando a procedência destas suposições e procurando por novas razões que sustentem os argumentos relevantes a esta pesquisa.

4 – A estrutura da dissertação

Gostaria de apresentar neste espaço, uma espécie de “*Manual para Leitura desta Pesquisa*”. O intuito aqui não é explicar a metodologia empregada para coleta de dados, mas apresentar ao leitor a estrutura desta dissertação. Espero com isso, facilitar a leitura, e conseqüentemente, a compreensão das idéias descritas. Este trabalho está dividido em quatro capítulos: A Construção de uma Identidade Coletiva; Da senzala ao século XXI; Metodologia; e por fim, Os efeitos da cota.

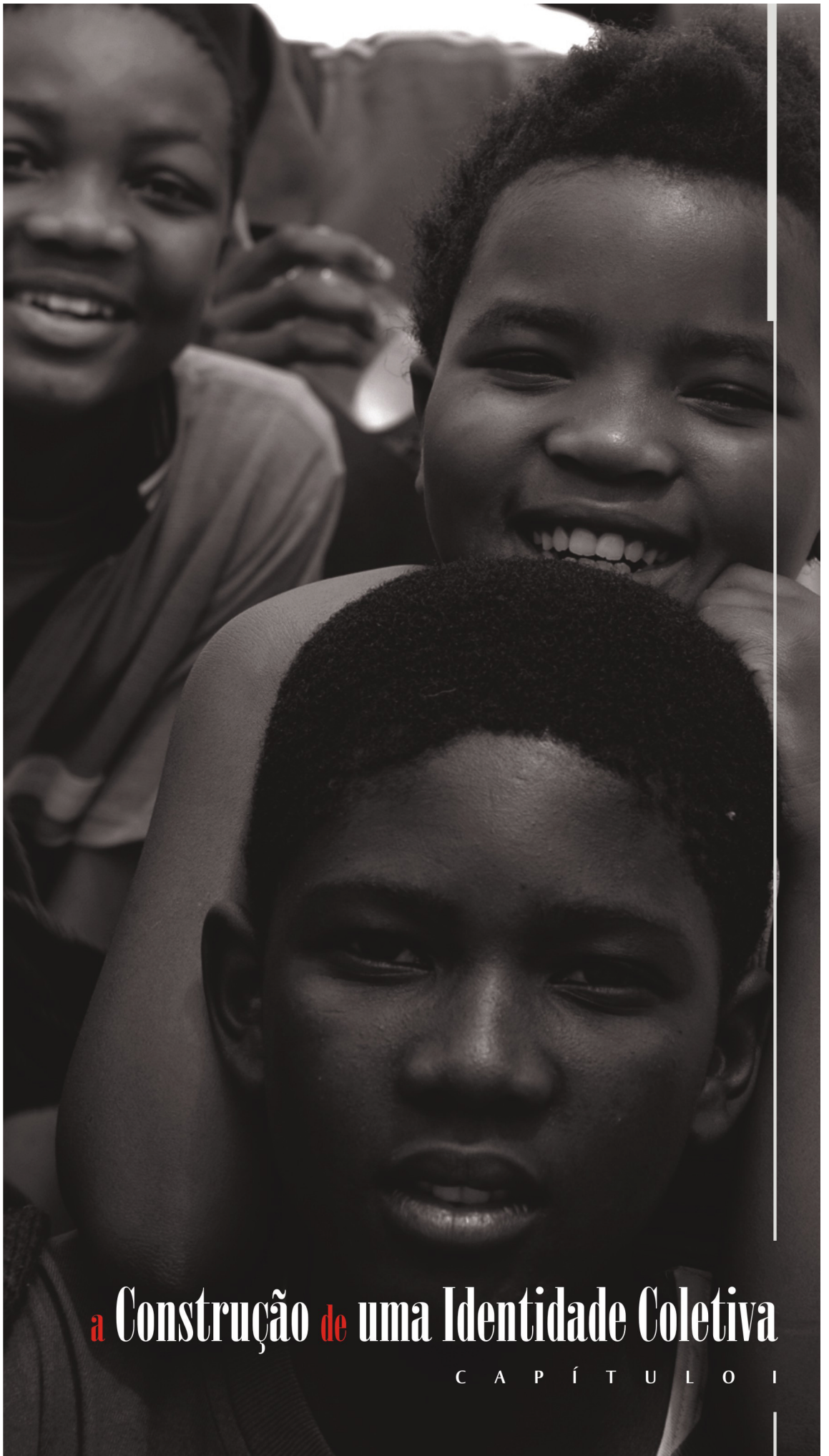
O primeiro capítulo articula, de forma sucinta, as idéias amplas de duas ciências: a Antropologia e a Sociologia. O enfoque começa com a polêmica entre os conceitos de raça e etnia. Qual dos dois termos melhor classifica grupos “*diferentes*” de pessoas? Em seguida, procuro dialogar com a teoria de fato social de Durkheim, e procurar entender o racismo por esta visão. Após isso, vemos a problematização do estigma e a sua influência na vida cotidiana em forma de preconceito.

O capítulo dois procura demonstrar como a imagem do negro foi construída pela história do Brasil, em diferentes momentos. Este resgate tem como objetivo entender o quebra-cabeça da atual composição social brasileira, onde as pesquisas populacionais apontam que a maioria das pessoas abaixo da linha da pobreza é composta por negros. Esta tentativa busca entender se a teoria da influência histórica na segregação do negro é pertinente para a atual composição social. Além disso, procura-se entender por que a postura da sociedade brasileira mudou sobre este tema, passando de pensamento racista declarado para um racismo silencioso e dissimulado.

O capítulo três é dedicado exclusivamente à explicação da metodologia utilizada para a captação dos dados. De que forma se realizou a coleta de dados desta pesquisa e como estes foram organizados para a análise. Procuro explicar a descrição dos métodos empregados para a natureza dos dados. Além disso, consta nesta passagem a descrição dos procedimentos utilizados para a coleta destes dados. Para finalizar, há uma exposição dos procedimentos analíticos segundo os objetivos traçados.

O último capítulo está reservado para a análise dos dados pesquisados. Nesta parte da dissertação temos o resultado da apreciação crítica sobre os dados levantados no sistema de cotas do Centro Universitário Metodista IPA. Os trechos das entrevistas misturam-se ao texto analítico, servindo ao mesmo tempo como ilustração e apoio na composição das idéias. Como boa parte da pesquisa baseia-se nas entrevistas – tanto nas gravadas quanto nas anotadas no

diário de campo – os trechos separados funcionam como um recorte da cena, ou uma fotografia. A força expressa nos relatos é tão intensa que preferi, em alguns momentos, ilustrar um tópico com o trecho da entrevista tal e qual foi dito. Acredito que deste modo, além de facilitar a compreensão da análise, o leitor terá a oportunidade de ficar mais próximo dos dados, e talvez, chegar a suas próprias conclusões. O objetivo, no entanto, é facilitar o entendimento das críticas e das constatações feitas através do contato com esses dados empíricos.



a Construção de uma Identidade Coletiva

C A P Í T U L O I

a Construção de uma Identidade Coletiva

C A P Í T U L O I

A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA

Em maio de 2007, participei de uma palestra chamada *“Consciência e Diversidade Cultural: Desafios de Inclusão Educacional no Ensino Superior”*, que tinha como eixo central a discussão sobre diversidade cultural e o racismo no ensino público. Entre os palestrantes, estava a Prof^ª Dr^ª Eliane Cavalleiro, da Universidade de Brasília, que fez a apresentação dos resultados de sua tese, sobre racismo na pré-escola. Ao final de todas as apresentações, a rodada de perguntas foi aberta com a seguinte questão, direcionada a Prof^ª Eliane: *“Professora, você falou sobre a questão do uso do termo ‘preto’ no censo para definir quem é da raça negra, mas, assim, se esse não é um termo bom, como eles, quer dizer, vocês gostariam que a gente te chamasse, se preto é errado, qual é a melhor maneira de falar então?”*. A professora respondeu então que o problema não estava no termo, mas na necessidade de haver uma separação segundo este aspecto. Depois de dar uma resposta mais completa – inclusive levantando a questão do estigma, assunto que abordarei mais adiante – ela questionou o próprio aluno, falando: *“Por que precisamos definir o negro como negro? Quando você quer chamar um branco que você não conhece, você não diz: ‘Ei, você aí, branquelo.’, você diz: ‘Ei, você aí, de boné e camisa vermelha’ (...).O que considero realmente ideal é não precisarmos chegar a essa redução de cor de pele para definir um indivíduo”*.

Trago o relato dessa experiência para tratar de uma questão que eu também enfrentei quando tive os primeiros contatos com os temas racismo, estereótipo e preconceito na vida cotidiana. Logo no início, fui questionado se *“raça”* e *“etnia”* seriam os melhores termos para definir a diferença entre brancos e negros. Tanto um quanto outro causam controvérsia por não conseguirem definir adequadamente, ou com a abrangência necessária, a suposta distinção que separa estes grupos. O próprio termo *“negro”* vem sendo questionado e em alguns momentos vem sendo substituído pela palavra *“afro-descendente”*. O problema é que ele não dá conta de

explicar toda a complexidade da carga histórica e cultural necessária para se definir quem é negro no Brasil. Além disso, é impreciso, afinal afro-descendente é quem descende da África e um branco poderia perfeitamente ser um afro-descendente – basta ter uma família natural de lá. Mas apesar da diversidade dos termos, considero que a maior discussão está na definição de uma categoria que dê conta de explicar as diferenças histórico-culturais entre brancos e negros. “Raça” ou “etnia”, eis a questão.

Logo na epígrafe de seu livro, Peter Fry cita a declaração da Unesco de 1950, denominada “A Primeira Declaração sobre Raça”:

“Menos que um fato biológico, raça é um mito social e, como tal, tem causado em anos recentes pesados danos em termos de vidas e sofrimento humanos” (FRY, 2005, epígrafe)

Ou seja, raça, segundo a declaração da Unesco, não existe. O que existe é uma crença de existirem diferenças de comportamento entre brancos e negros. Fry comenta que mesmo com o passar dos anos e com o avanço da ciência médica no estudo do corpo humano não permitiram que algumas crenças sobre raça fossem superadas. Ainda se continua associando especificidades morais e intelectuais a indivíduos pertencentes a “raças” diferentes. Contudo, ao contrário do que o pensamento racista sempre defendeu, a cor da pele ou qualquer outra característica meramente fenotípica, não servem como um indicador seguro que possam separar as pessoas em classes diferentes de capacidade intelectual ou tipos de conduta. Mas por uma série de razões, nossa sociedade perpetua a segregação étnico-racial através dos mecanismos que reiteram a discriminação. Raça não existe, mas o racismo sim.

Há uma corrente ideológica, proveniente principalmente da Antropologia, que defende o uso do termo etnia ao invés de raça para definir as diferenças entre determinados grupos de indivíduos. Nas páginas seguintes, veremos as principais diferenças entre um termo e o outro, e os pontos fracos de ambos.

1 – A polêmica dos conceitos: raça x etnia

O Dicionário de Ciências Sociais (SILVA, 1986) diz que raça é uma subdivisão de espécie, cujos membros individuais mostram, com certa freqüência, um certo número de atributos hereditários que se associam uns aos outros e que, de certa forma, adquiriram similaridades através de um grau considerável de procriação consangüínea entre os antepassados do grupo durante parte substancial de sua evolução. Uma definição ampla e por isso, relativa demais,

que serve melhor para definir tipos de animais (como cachorros e cavalos) do que possíveis diferenças entre as pessoas. O conceito da descendência comum, ou o que o dicionário chama de “*atributos hereditários*”, é questionável, pois essa relação consangüínea seria suficiente para categorizar pessoas ao ponto de se criar estereótipos de conduta? E o conceito de raça, ao menos na prática, não segue o fator da hereditariedade, mas dos atributos físicos. Se nos apoiássemos só na questão do “*grau considerável de procriação consangüínea*”, como se definiria, por exemplo, a questão da miscigenação? A pessoa perderia a raça? O próprio dicionário indica que existe problema ao tentar se explicar descendência comum:

“Há um amplo consenso internacional, no sentido de que raça implica descendência comum, ao lado de uma enorme confusão, tanto no nível popular quanto profissional, sobre o que implica descendência comum” (SILVA, 1986, p. 1020)

Segundo Silva, E. A. Hooton definiu raça como uma grande divisão da humanidade, cujos membros, ainda que variem individualmente, se caracterizam como um grupo através de uma certa combinação de traços morfológicos e métricos. Aqui já temos uma teoria que relaciona raça com fenótipo. T. G. Dobzhansky, porém diz que as unidades fundamentais da variabilidade racial baseiam-se nas populações e genes, e não derivam de complexos caracteres que conotam uma distinção. Ou seja, o conceito de raça está ligado aos genes – outra teoria que defende a descendência comum. O problema com ambos os conceitos é que de certa forma, se os tomarmos como referência para se justificar as diferenças entre os indivíduos, poderíamos, por exemplo, definir um conceito de “*raça masculina*” e “*raça feminina*”. Ainda, segundo o dicionário, W. M. Krogam combina várias dessas considerações numa definição mais ampla:

“Raça é um subgrupo de pessoas que possui uma combinação definida de caracteres físicos de origem genética; essa combinação serve, em grau variável, para distinguir o subgrupo de outros subgrupos da humanidade, e a combinação é transmitida à descendência, fornecendo todas as condições que inicialmente deram origem a que a combinação permanecesse relativamente inalterada; em geral o subgrupo habita, ou habitou, uma região geográfica mais ou menos restrita” (KROGAN, 1945, p. 49)

A autora defende o conceito de raça humana como: descendência comum, características físicas e cultura criada e assimilada através do isolamento geográfico durante um relativo período. Apesar de abrangente, ainda sim considero esta definição imprecisa, afinal como poderíamos aplicar o conceito de raça no Brasil após 500 anos da colonização e por conseqüência, da miscigenação? Seria correto dizer que existe uma raça brasileira? Ou seja, por seu caráter controverso e seu impacto na identidade social e política, o conceito de raça é bastante questionável.

A Antropologia tenta resolver esta questão com o uso do termo etnia para definir esta

diferença. Segundo Benedicto Silva, “o termo *etnia*, em geral, é empregado na literatura antropológica para designar um grupo social que se diferencie de outros grupos por sua especificidade cultural” (SILVA, 1986, p. 435). O conceito *etnia* estaria então ligado aos conceitos de grupos tribais¹ ou de cultura. Para alguns autores, entretanto, a noção de *etnia* supõe base biológica em um grupo com características físicas próprias – aqui começa uma certa fusão com as definições do termo *raça*. Mas, apesar da constante associação entre *etnia* e *raça*, estes dois conceitos não podem ser tomados como sinônimos. *Raça* é um conceito cuja fundamentação científica está exclusivamente ligado ao caráter biológico, enquanto *etnia* tem uma base social e cultural que não comportam as características físicas. O termo *etnia* surgiu da disciplina *etnologia*, que inicialmente, preocupava-se em estudar as sociedades ditas como “*exóticas*” ou “*primitivas*”. Assim, durante muito tempo, a *etnia* serviu para designar povos que viviam afastados do eixo Europa-EUA. Estando o conceito de *etnia* historicamente ligado a fatores culturais, como nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua e tradições, não pode se atribuí-lo indubitavelmente como ideal para definir um grupo social quanto a aparências físicas.

O maior problema em se definir um termo que consiga categorizar as pessoas está no fato de que é preciso considerar muitas variáveis, além de ter que abordar inúmeras questões para se poder explicar um conjunto grande de diversidades que resumam a identidade de um grupo inteiro. Pode se concluir então que ao tentar racionalizar questões que sejam por demais subjetivas, acaba-se criando teorias que não se aplicam à grande parte daquilo que elas próprias tentavam explicar.

No entanto, percebe-se que em ambos os conceitos há uma tentativa de resgate geográfico e hereditário para se definir a identidade do grupo. Stuart Hall, já havia esboçado essa tentativa ao tratar o conceito de identidade social a partir do senso comum, que estaria dividido em três fundamentos básicos: origem, características e ideais (HALL, 2000). Isso nos leva a uma discussão um pouco mais ampla: a questão da identidade social presente nos conceitos de *raça* e *etnia*.

Primeiro é preciso ter consciência que a linha que tenta dividir as diferenças entre negros e brancos é obscura. Quanto mais se procura marcá-la, mas fora do lugar ela parece estar. Como foi dito anteriormente, o que se está buscando é uma forma de categorizar, através de um único termo, um conjunto de fatores físicos e culturais que apontem de forma ampla e não-estereotipada a identidade de um grupo social inteiro. Hall propõe duas formas de encarar a questão: a primeira consiste em observar a tentativa da teoria crítica em desfragmentar o

1 O uso do termo *tribal* aqui serve para designar o fator geográfico dos grupos sociais. Ou seja, *etnia* também está ligado a o conceito de *nação*, embora este seja muito amplo para conseguir definir as características de um determinado grupo.

indivíduo para então construir uma definição de identidade social; a segunda forma é procurar observar como essas teorias não dão nenhuma garantia contra as dificuldades conceituais em rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas identitárias. O problema não está em definir as categorias que separam um grupo social de outro, mas na teoria ao tentar fazê-lo.

A definição de identidade social está ligada a dois aspectos: lugar e cultura. O primeiro diz que um determinado grupo de indivíduos, vivendo sobre o mesmo regimento de leis e costumes, tende a apresentar tipos de condutas similares. O segundo aspecto fala que a formação de identidade social está ligada ao compartilhamento de interesses e idéias em comum, que para Hall, é base para a formação da fidelidade de um grupo. A identificação seria então um processo que se dá na relação de um grupo social com o outro, e a interpretação das diferenças entre esses grupos produz os conceitos de “*identidades*” distintas. Um processo de identificação começa na marcação de fronteiras que estabelecem diferenças simbólicas entre o que está dentro e fora.

Laplanche e Pontalis relataram que por serem perecíveis, os ideais culturais tendem a não serem harmoniosos (LAPLANCHE & PONTALIS, 1998). Os conceitos de identidade social não seguem uma coerência, dada a demanda de sua diversidade, que acaba por ser conflituosa e desordenada. Por isso, conceitos que tentam definir quem é negro ou branco tendem a se aplicar a uma minoria – e talvez, nem a eles mesmos. O problema é que conceitos tão amplos quanto raça ou etnia não conseguem abranger todas as vicissitudes da história, como um núcleo estável do início ao fim, inerte a qualquer mudança. Ou seja, se o conceito de raça era tido como verdade em outros tempos, atualmente ele não funciona. Porém, a noção de identidade social nos ajuda a entender como foi possível, através da reiteração do racismo, gerar uma produção de significados que sustentam o mito social da raça até hoje. As fronteiras que foram estabelecidas nas relações de poder no regime escravocrata incrustaram, de certo modo, o conceito de raça no pensamento coletivo de nossa sociedade, tornando o difícil de ser extirpado.

Mas afinal, qual seria o melhor termo para se usar: raça ou etnia? Mesmo que o conceito de raça esteja cientificamente ultrapassado e carregado de uma conotação preconceituosa, sua difusão ainda é grande no senso comum. Por sua vez, o termo etnia, apesar de ter uma melhor aceitação no meio acadêmico, está muito ligado aos conceitos de nação e cultura não conseguindo abranger de forma satisfatória os significados necessários a essa identidade coletiva. Soma-se isso o fato de se considerar raça um mito social, acabamos com uma grande dúvida no ar. Para fins metodológicos, usarei em minha pesquisa o termo de “*raça*” para aludir a fenótipo e “*etnia*” quando referir-me a questões culturais. Embora esteja ciente que nenhum deles seja ideal, não é objetivo desta pesquisa “*inventar*” um novo termo que seja mais apropriado para explicar as diferenças entre brancos e negros – até porque se raça é um mito, essa seria uma tarefa inútil.

2 – O racismo como fato social

O conceito de fato social aqui expresso tem como base os pensamentos teorizados por Durkheim, em seu livro *“As Regras do Método Sociológico”* (DURKHEIM, 1995). É interessante perceber que o fato social de Durkheim, ou qualquer outra noção inteiramente conceitual expressas nesta análise, foram tecidas a partir de significados historicamente precisos que pretendiam generalizar para além do tempo e da circunstância a forma de vida da sociedade. Pretendo, neste exercício de reflexão, fazer uma análise social dos mecanismos que perpetuaram o racismo em nossa cultura.

Segundo Durkheim, fato social é algo que se impõe ao indivíduo, que está fora dele e é anterior ao mesmo. É um fenômeno inerente às práticas relacionais da convivência dos indivíduos em sociedade. Porém, não se pode confundir o fato social com as atividades comuns exercidas pelas pessoas, como o ato de comer, beber, dormir e pensar, embora o autor afirme que a sociedade tenha interesse em que essas funções sejam cumpridas. O fato social a que Durkheim se refere se impõe ao indivíduo de uma maneira mais ampla, na qual se faz parte, mas não a controlamos de um modo apenas.

O papel que cada indivíduo cumpre na sociedade seria um exemplo de fato social. Toda a carga de obrigações implicadas a quem exerce e aceita sua função vem antes do indivíduo e por isso, está fora dele. Tarefas, como de um esposo ou cidadão, que devemos desempenhar perante aos demais indivíduos. No entanto, o fato social não está preso somente a esses deveres, mas também ao modo como as pessoas se portam, vivem e se relacionam. A sociedade trata o fato social como importante e passa isso de geração em geração, de forma muitas vezes coercitiva, de modo que quanto mais integrado o indivíduo está, menos ele percebe que faz parte de uma *“alienação”* coletiva. O tipo de conduta e pensamento exteriores ao indivíduo já existem antes dele, e todas as etapas da socialização tem como objetivo perpetuar essas práticas. Como então poderíamos relacionar o racismo com o fato social? O primeiro é encarar o racismo como parte integrante do sistema de produção e reiteração de sentidos da sociedade, ou seja, algo que está impregnado em nosso cotidiano.

O racismo é uma teoria social, que no passado justificou a época das colonizações e o escravismo. Ao passar de cada época, o racismo se apresentou de modos diferentes – no tempo da escravidão era explícito, chegando a classificar os negros como selvagens, estando mais próximos dos animais do que dos seres humanos; e atualmente é velado, escondido atrás dos muros *“invisíveis”* da discriminação cotidiana. Para analisarmos a *“evolução”* do racismo em nossa sociedade, devemos resgatar a maneira como a representação social do negro foi construída ao

longo dos anos. Na segunda metade do século XIX, a ciência tentava provar através de dados, pesquisas e análises a superioridade da raça branca sobre as demais. Numa tentativa de justificar a colonização, os europeus criaram teorias que os libertavam das contradições aos dogmas religiosos imposta pela escravidão. Uma das teorias falava sobre o fardo do homem branco: levar a verdadeira cultura aos povos selvagens libertando-os da ignorância – note que a perspectiva muda, justificando as atrocidades como um ato de libertação, ou seja, uma atitude de louvor cristão. Outro exemplo de teoria da época, relatada por Otto Klineberg, dizia que Lapouge julgava ter encontrado diferenças entre os crânios retirados de um cemitério de classes mais elevadas e os obtidos no cemitério de classes inferiores (KLINEBERG, 1966). Com base nestas diferenças, Lapouge criou as seguintes categorias: *Homo europeus* e o *Homo alpino*: o primeiro seria nórdico, destinado a dominar, o segundo seriam selvagens, destinados apenas a trabalhar e obedecer. Ou seja, o que hoje poderia ser considerado absurdo, a pouco mais de 100 anos era tema de discussão científica. Essas teorias acabaram por determinar as bases das relações raciais no Brasil. Poderíamos então afirmar que o racismo é um fato social porque se desenvolveu com nossa história e se legitimou de forma contundente durante o passar dos anos, através das reiteraões da crença na diferença entre os povos.

A reiteração acontece porque assumimos códigos de condutas de acordo com nossa socialização, e assim, acabamos por reproduzir um comportamento herdado pelos ensinamentos a nós passados. Assim sendo, portanto, a discriminação racial em seu modelo teórico passa a ser pensada como resultado de comportamento efetivo observado pela ação dos sujeitos que compõem a estrutura social. Ao interiorizarmos o saber, seríamos induzidos a tomar parte da dialética da sociedade mediante interpretação imediata de um acontecimento objetivo dotado de sentido. Uma atitude racista pode vir do berço, do convívio na família ou até mesmo fora dela, em qualquer ambiente onde haja socialização. Segundo Peter Berger, um membro individual da sociedade exterioriza seu próprio mundo, mas interioriza a realidade em sua volta (BERGER, 1985). Berger aponta que a resposta a um fato é fruto da correlação com aprendizados anteriores, que primeiro se formam de um modo subjetivo e, depois de interiorizado, o fato então é visualizado de forma objetiva e clara. O indivíduo começa a assumir o mundo no qual os outros já vivem. Para Berger, esse assumir nada mais é do que constituir um certo sentido a um processo original para cada organismo humano e ver em si mesmo o resultado. O fato de cada um de nós compreender essas definições faz com que partilhemos esses códigos e sejamos capazes reproduzi-los reciprocamente.

Portanto, uma sociedade que cresceu sobre uma lógica racista, tende a continuar racista, embora essa o pensamento seja mutável e vá sendo modificado conforme o tempo passa. Mas esse processo é lento. Durkheim fala de uma consciência pública que é ao mesmo tempo vigilante

e corretiva. Ela reprime o ato que ofende qualquer convenção mundana. Dependendo do elo que se tenta quebrar, fica impossível fazer parte daquela sociedade que se está indo contra. O “*fenômeno*” ao qual ele se refere são os termos de conduta que fazem de uma sociedade uma sociedade. Para Berger, na conservação o indivíduo passa a reafirmar todos aqueles códigos aprendidos até então. Tomam-se como corriqueiras todas aquelas série de acontecimentos que ocorrem em sua volta e há uma interação automática com esses fatos. Essa interiorização pode ser julgada bem sucedida se o sentimento de inevitabilidade estiver presente na maior parte do tempo, pelo menos enquanto o indivíduo é ativo no mundo da vida cotidiana. Mas quando o que se considerava imutável acontece de fato, acabamos por sermos obrigados a mudar a forma como nos relacionamos. Esse fato está ligado normalmente a uma ação que obriga, de uma maneira ou de outra, a mudança na conduta social. Um exemplo disso foi a implantação da Lei Áurea que, mesmo não prevendo políticas que dessem conta de uma reestruturação no cenário econômico-social no país, proporcionou uma alteração na estrutura social da época.

Quando temos um acontecimento que tem a magnitude de causar uma transformação da realidade, novos códigos de conduta são assumidos. Uma reorganização na forma de pensar e agir torna-se necessária. Para Berger, a realidade é orgânica e perecível ao tempo, mudando os aspectos conforme os anos vão passando. Muito de sua estrutura permanece, ou seja, sua composição mais básica é mantida em grande parte, mas o que muda é suficiente para causar um choque nos princípios básicos da socialização. No caso do racismo, muito da sua ideologia perdeu força após a abolição da escravatura, devido ao novo ordenamento social. Os negros saíram do âmago da família patriarcal, e agora, lutavam pela conquista de posições sociais, fazendo com que houvesse um estreitamento na disposição social da relação entre classes étnicas. Mas apesar disso, por inúmeras razões, o negro não conseguiu subir nesta escala de forma substancial.

Seria então o racismo um fato social? Sobre a ótica de Durkheim, sim, ele poderia ser. Como? Primeiro, o racismo é um movimento de grande influência nas relações sociais e assim como define a teoria do fato social, tem-se adaptado conforme a época. Segundo, o racismo carrega uma carga densa de significações que contribuem para a propagação de sua ideologia. Em terceiro, através das várias fases que vivenciamos nos diferentes etapas da socialização, aprendemos sua doutrina e reiteramos, de certa forma “*alienados*”, o discurso que assimilamos. Em quarto, o racismo conseguiu durante muito tempo provar, com base científica, que os diferentes povos estavam em estágios distintos da “*evolução humana*”. E por último, ao propagarmos a ideologia do racismo criamos, através da consciência pública, um mecanismo de vigilância para a auto-afirmação desta teoria, que se não reprime, retarda ao máximo qualquer tentativa de mudança na estrutura social.

3 – Identidade e estigma

Quando apresento o objeto de estudo desta pesquisa – a Lei Paim e suas políticas de cotas – sempre há certa redução a uma única questão do estatuto: cotas universitárias. A Lei Paim não se limita somente na discussão deste ponto, pois visa uma melhor representação do negro em vários segmentos da sociedade brasileira, mas a questão que parece perdurar é se é ou não “*justo*” reservar vagas aos negros no ensino superior. Inúmeros são os argumentos contrários ou a favor a este ponto específico, o que nos leva a perda do foco no propósito da medida: uma política de reparação à segregação racial com base na história do país. Anos de um modelo colonial de uma sociedade escravocrata contribuíram para uma separação étnico-social no Brasil, e por conseqüência disto, o problema tornou-se uma espécie de “*círculo vicioso*”, impedindo que algumas pessoas pudessem subir na escala da distribuição de renda. Um dos principais argumentos em favor da lei diz que somente através da implantação da mesma este círculo poderia ser quebrado.

A questão da representação passa a ser um argumento ambíguo: de um lado, os favoráveis a lei defendem que somente após a implantação destas políticas públicas a visão estigmatizada do negro poderá ser alterada; de outro lado, os contrários questionam: devido a grande miscigenação ocorrida no Brasil desde o período colonial, como podemos definir quem é negro para melhor representá-lo? Embora esta dúvida não exista para um indivíduo que pense sob lógicas racistas, a tarefa de definir, em uma lei federal, os critérios que classifiquem as pessoas segundo cor de pele é bem mais complexa.

Para entrarmos neste assunto, temos que pensar antes de tudo, na identidade nacional do brasileiro. Um país do tamanho do Brasil conserva em sua cultura contribuições de vários povos que emigraram para cá. Porém, é fácil cair na fábula “*das três raças*”, onde se definiu que todas as características individuais do brasileiro provinham da mistura das culturas indígena, africana e européia, como se fossem ingredientes colocados numa panela, formando nosso caráter. Embora realmente seja um mito, essa teoria é defendida por muitos no senso comum, querendo justificar a existência de uma “*democracia racial*” no Brasil. Na verdade, a própria democracia racial não passa de um produto de ideologias seguidas durante muito tempo do que se pensava ser a realidade. Abordarei esse assunto mais profundamente adiante.

O mito das três raças e a ideologia da democracia racial ganharam força após os anos 40, através das políticas nacionalistas do Governo Vargas, que apoiavam-se em teorias que narravam uma história fabulosa, onde as “*heranças*” dos povos que habitavam o Brasil-Colonial

se integraram harmoniosamente durante os anos, criando o caráter nacional do brasileiro². Isso mistifica um dos períodos mais conturbados de nossa história, além de encobrir os conflitos raciais que o racismo da época expunha. Mas através destas ideologias, podia-se pensar o Brasil como uma unidade, com a mesma história. As pessoas se reconhecem como parte de uma mesma nação, filhos de uma mesma terra, e que de uma forma ou de outra, contribuíram para a formação do ser brasileiro.

Essas ideologias foram construídas com o propósito de se criar uma identidade nacional. Mesmo que essas teorias não fossem embasadas em mitos, o risco de estarem erradas era grande, tamanha a ambição de suas propostas: criar símbolos que dessem conta de uma única identidade ao Brasil. Além de o território nacional ser grande, existem aqui, uma pluralidade de povos com histórias, culturas e comportamentos diferentes. O assunto identidade por si só já é um tema polêmico e de difícil definição. Stuart Hall enfrenta esse mesmo dilema em sua obra: *“Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos sociais”*. Hall aponta que tem-se observado, *“nos últimos anos, uma verdadeira explosão discursiva em torno do conceito identidade”*(HALL, 2000, p.103). Aliás, a identidade como um conceito sociológico é algo ainda em transformação. Para Hall, o processo de identificação se dá na relação de um indivíduo com o outro e na interpretação da diferença. Mas ele mesmo pondera, dizendo que a ciência social ainda não foi capaz de chegar num consenso quanto a definição do que é identidade. Hall diz que muitas definições não dão abertura para a subjetividade do sujeito, com concepções por demais racionalistas. José Ivo Follmann parece concordar com essa discussão quanto diz, *“o conceito de identidade está bastante desenvolvido nas áreas da filosofia, da psicologia e da antropologia, mas ainda não foi bem-acolhido no seio da sociologia”* (FOLLMANN, 2001, p. 44). Para Follmann, o problema está na *“reserva”* que as ciências sociais dão ao termo, interpretando-o como extremamente polissêmico. Na verdade, definir uma só identidade que abranja ao mesmo tempo toda uma parcela de pessoas sem excluir ninguém é, no mínimo, uma tarefa complicada. Se a teoria tentar dar conta de todos acaba perdendo seu sentido, pois a função da identidade não é ser homogeneizadora, mas sim, pontuar a diferença. Mas o problema é exatamente este: ao pontuar a diferença, corre-se o risco de se cair nas armadilhas dos estereótipos. A ambição do Governo Vargas era de criar uma teoria única da identidade nacional, ou seja, o modo brasileiro de ser, virtudes inerentes ao seu povo. Dante Moreira Leite (LEITE, 1983) demonstra em seu livro, *“O Caráter Nacional Brasileiro”*, visões de diferentes autores sobre as concepções do *“ser”* brasileiro. Embora vários conceitos criados a mais de 50 anos atrás tenham sido assimilados por muitos segmentos de nossa sociedade, perpetuando os estereótipos até a atualidade, podemos dizer que qualquer tentativa idealizadora de responder

2 Neste sentido, ver Gilberto Freyre, *“Casa Grande e Senzala”*, Dante Moreira Leite, *“O Caráter Nacional Brasileiro”* e Renato Ortiz, *“Cultura Brasileira e Identidade Nacional”* - este tema será abordado mais profundamente no capítulo seguinte.

a pergunta: “*quem é o brasileiro?*”, terminaria frustrada. É preciso considerar muitas variáveis e abordar inúmeras questões para então tentar explicar um conjunto grande de diversidades num único conceito.

Como já foi visto anteriormente, a identificação é um processo que se dá na relação de um indivíduo com o outro, na produção da diferença. Contudo, os conceitos de identidade vão sendo alterados conforme o tempo porque a forma de interagir entre os povos também muda. Como essa carga de simbologia pode ser grande, Hall busca respostas na psicanálise, por considerar que esta ciência possui conceitos com um rico campo semântico.

A psicanálise parte do mesmo princípio da teoria social: desconstruir o indivíduo para entender e criar uma identificação de identidade. Hall cita Freud, dizendo que a identificação é ambivalente desde o início, pois o indivíduo procura espelhar-se nas virtudes do outro para formar seu eu. Essas virtudes são designadas pela cultura em que este mesmo indivíduo está inserido, e sobretudo, são ensinadas por sua família. Por isso, é necessário fazer uma adaptação destas virtudes na sua realidade. Hall chama isso de “*moldagem de acordo com o outro*” (HALL, 2000, p. 106). Ela estaria fundada na fantasia, na projeção e na idealização. Assim como o conceito de raça, a idéia de formar um consenso nacional do que é ser brasileiro pode não se aplicar nem mesmo a uma minoria.

Para Hall, os conceitos de identidade devem ser entendidos como estratégicos e posicionais, ao invés de essencialistas. Mais do que isso, é necessário entender a identidade como uma pluralidade de significados, que se dá somente na relação com a diferença.

“Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas(...), mas múltiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos” (HALL, 2000, p. 108).

O que estaria movendo atualmente os processos de produção de identidade, que segundo Hall, tem perturbado o caráter relativamente estabelecido de muitas populações e culturas? Dois fenômenos, explica o autor: a globalização³ e os processos de migração que se tornaram uma prática moderna do “*chamado mundo pós-colonial*” (HALL, 2000, p. 108). O passado histórico como origem ainda continua sendo importante, não para definir quem somos, mas para nos ajudar entender em quem podemos nos tornar.

Nesse choque de culturas e produção de identidades, vemos a forma como esses processos

3 O termo globalização tem sido utilizado para explicar vários fenômenos da atualidade e talvez por esta sua versatilidade, o uso desse argumento acaba sendo fraco, pois ao mesmo tempo que apresenta muitos significados, também apresenta muitos questionamentos. Hall apresenta a globalização aqui apenas para ilustrar o maior contato de diferentes culturas num relativo curto espaço de tempo – uma das conseqüências da mesma. Por isso os processos de identidade estariam também sendo produzidos mais aceleradamente.

são construídos dentro dos discursos em locais históricos e institucionais específicos. Para Hall, é nesse choque, nesta marcação da diferença, que se produz um signo de identidade única, uma unidade idêntica, porque a similaridade une assim como a diferença separa. Isso implica num reconhecimento que Hall define como “*radicalmente perturbador*” (HALL, 2000, p. 110), porque somente na relação com o outro, da relação daquilo que não se é, com precisamente aquilo que falta, que o significado de identidade pode ser construído.

Por isso, os conceitos nacionalistas de identidade, que dão valores inerentes ao povo e a cultura, são equivocados. Estes conceitos partem de uma homogeneidade funcional que não existe. Assume-se como algo natural o que claramente evidencia-se como um caráter articulado de fechamento do ser. Hall dá o exemplo o argumento de Laclau, em que “*a constituição de uma identidade social é um ato de poder*” (HALL, 2000, p. 110). A identidade, segundo Lacau, só consegue se afirmar por meio de repressão aquilo que a ameaça. Quando há uma relação direta de duas culturas ou dois indivíduos, existe também um processo de hierarquização destes dois pólos – por exemplo: homem/mulher, branco/negro, católico/protestante. No caso da relação entre brancos e negros, Lacau dá o exemplo do equivalente “*ser humano*” dado para brancos e da “*marca*” dado para não brancos, com o termo “*raça*”. Essa “*marca*” assume o termo goffmaniano de “*estigma*”, que define como a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas de acordo com atributos considerados “*anormais*” entre determinados indivíduos (GOFFMAN, 1963). Desta maneira, o indivíduo estaria impossibilitado de exercer atividades plenas na sociedade, pois o estigma ajuda a categorizar com uma série de significados aqueles que o carregam. Irei abordar mais profundamente o conceito do estigma e sua influência na vida cotidiana do indivíduo um pouco mais adiante.

No caso particular do racismo, o código cultural que temos é definido apenas por um aspecto do corpo (cor da pele), tornado significativo e capaz de determinar a posição social ou até a capacidade intelectual de um indivíduo na sociedade. Cada código pode organizar esses aspectos significantes pelas diferenças encontradas em determinada sociedade. Grossberg já assinalava que, “*a cultura seleciona as dimensões relevantes que vão constituir as identidades das pessoas e organizá-las em relações de diferenças*” (GROSSBERT, 1998, p.81). Por isso, o ser branco é ser não-negro, ou vice-versa. Temos aí uma caracterização de raça, com o propósito de justificar a separação de povos, e em tempos mais primórdios, reafirmar a condição de cada indivíduo como escravo ou senhorio.

O que se precisa pensar é que estas categorias estão ligadas umas as outras. Cada uma depende da outra para ter significado, para existir. Não existem brancos sem negros. Isto significa que um conjunto de características biológicas determina a posição de cada indivíduo dentro de cada categoria. É interessante assinalarmos que o conceito de raça aqui como um ponto

relevante do sentimento de racismo. Para haver diferenças entre raças, precisa-se de pessoas que habitem numa mesma sociedade, com cores de pele distintas. Mas segundo Grossberg, essas caracterizações servem para separar este “*diferente*” do que se vê como “*ideal*”, ou o que ele chama de neutro. Ao negro é atribuído o conceito de raça, para identificar sua diferença, mas raramente a etnia branca é marcada como tal. Fala-se bastante de raças quando cita-se negros, mas dificilmente acontece com brancos. Isso deve-se ao fato de que dentro dessa categoria de raça o branco é o neutro, e as demais raças são as diferenças.

Assim as identidades proclamam um jogo de poder e de exclusão. Hall vai discutir esse jogo de poder fazendo a seguinte indagação:

*“Se as identidades só podem ser lidas a contrapelo, isto é, não como aquilo que fixa o jogo da diferença em um ponto de origem e estabilidade, mas como aquilo que é construído na *différance* ou por meio dela, sendo constantemente desestabilizadas por aquilo que deixam de fora, como podemos, então, compreender seu significado e como podemos teorizar sua emergência?” (HALL, 2000, p. 111).*

A preocupação de Hall volta-se ao início do texto: se só conseguimos definir a identidade segundo a diferença na relação com o outro, e se continuamente estamos sendo expostos a esta diferença, quando iremos parar de discutir a identidade, ou quando teremos um conceito de identidade que não se torne obsoleto? Talvez a resposta esteja na própria pergunta. Por que devemos construir um conceito universal de identidade e por que ele deve ser imutável? Aceitar a diferença, a diversidade e a pluralidade é um exercício constante de produção de identidade.

As identidades são então, como Hall define, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito construídos pelas práticas discursivas. Esse caráter temporário pode ser de curto e longo prazo. Um sujeito pode assumir uma determinada posição de acordo com a “*falta*” (HALL, 2000, p. 111), ou seja, a divisão feita a partir do lugar do outro. O caráter determinante da situação pode fazer com que representemos diferentes papéis sociais. Erving Goffman trata deste assunto no livro “*Relations in Public*” (GOFFMAN, 1971). Goffman fala como ninguém sobre as relações dadas e os acordos tácitos que permeiam a vida de estranhos ao se encontrarem. As relações se dão de acordo com a hierarquia de ações que legitimam um determinado ator social. Um médico não terá “*cara de médico*” se não agir como tal, se não possuir as vestimentas brancas e usar os termos da área. Sua atitude será outra, por exemplo, na fila de um supermercado ou num exame de direção. A idéia de papel aqui ilustra a questão da identidade temporal de acordo com a situação. Portanto, esses processos subjetivos relacionados com os discursos sociais produzem identidade.

Mais uma vez Hall busca na psicanálise uma definição para a questão de assumirmos

vários papéis identitários durante um só dia. Para ele, existe uma união entre o psíquico – para explicar o comportamento – e o social – que explica o modo como o comportamento se dá em determinada situação, pois o sujeito é continuamente “*chamado a ocupar seu lugar*” (HALL, 2000, p. 115). Para Hall, a identidade percorre essas duas vias, porque embora um médico deva assumir uma conduta requerida da demanda social, ele também aplica seu “*estilo*” de ser, mesmo que restrito a esta demanda. O “*fechamento*”, que delimita a posição social e a forma de agir, tem uma certa elasticidade, e por isso, um médico não é igual ao outro. O que Hall tenta dizer é que não podemos cometer o erro de pensar que apenas a sociedade e cultura impregnam significados a identidade, mas o próprio indivíduo, numa escala menor, tem o poder de identificar e agir conforme seu bel prazer.

A questão que Hall procura abordar é polêmica, assim como a definição de identidade. Para Hall, existem aspectos e modos de conduta já imputados no ser humano, inerente a ele, e a prova disso é que somos uns diferentes dos outros. Ou seja, embora a sociedade e a cultura influenciem fortemente na maneira de um indivíduo ser, a idéia de um sujeito em processo de formação é mais complexa. A polêmica está exatamente em saber quando o ser deixa de ser indivíduo e passa a ser sujeito. Como Hall disse antes, não há como haver essa separação e todo argumento que o tenta, acaba frustrado. É quando Hall decide trazer Foucault para discussão. Foucault ataca o “*grande mito da interioridade*” (HALL, 2000, p. 119), ou seja, o indivíduo já formado antes de nascer. Fica aqui a discussão entre identidade e personalidade. Para Foucault, o sujeito é produzido como um efeito do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, “*não tendo qualquer existência própria*” (HALL, 2000, p. 120). A sociedade não influencia, ela molda. O sujeito seria construído de acordo com o meio, tendo a família como o grande agente formador. O discurso forma o indivíduo.

Há uma razão para que exista esse apelo a ordem social desde o seio familiar. Foucault explica que a formação da sociedade disciplinar pode ser caracterizada pelo aparecimento de dois fatos contraditórios: a reforma e a reorganização do sistema judiciário penal nos diferentes países da Europa e do mundo. Na tentativa de explicar o modo como a sociedade ocidental herdou esse modelo disciplinar, Foucault nos remete a dois contextos diferentes sobre formas de justiça: o modelo inglês e o francês. O autor traça uma linha histórica da “*evolução*” penal de ambos os sistemas, analisando principalmente suas transformações, significativas no final do século XVIII e início do século XIX. Foucault procura analisar os motivos que acarretaram em tantas transformações nos sistemas penais, procurando entender a origem da organização político-social que vivemos até os dias atuais.

Primeiramente, Foucault diz que as constantes modificações de definição de crime contribuíram para as diversas transformações na lei. Para tal, era preciso olhar primeiro para a

origem do sistema penal europeu. O sistema penal inglês do século XVIII começa como um dos mais selvagens e sangrentos conhecidos até hoje, no entanto esta situação vai se modificando já no começo do século XIX. Porém, as instituições judiciárias inglesas não se modificaram profundamente. Esta é a grande diferença no comparativo com a França, onde se percebeu uma tendência de ordem inversa: houve profundas modificações nas instituições penais e manteve-se praticamente o mesmo conteúdo da lei.

O objetivo era um só: o controle social máximo e a retaliação a quem não cumpria com as exigências do Estado impostas através de leis. Foucault explica:

“Toda penalidade do século XIX passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram ou indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer” (FOUCAULT, 2003, p. 85).

Para Foucault, o objetivo das leis não é oferecer segurança ou defesa geral do bem comum, mas sim funcionar como um controle de ordem psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos. Desde já se percebe a importância que Foucault dá para os mecanismos de ordem social como formadores na identidade do sujeito. Para o autor, o século XIX foi formador porque seria o início da idade do controle social através de normas e diretrizes. Eis que entra um conceito fundamental para o princípio de entendimento sobre as formas de poder em que vivemos: o panoptismo. O termo panoptismo deriva de uma forma arquitetônica chamada Panopticon. Essa estrutura consiste num edifício em forma de anel, do qual no meio haveria um pátio com uma torre vigilante ao centro. O anel era dividido em celas, com janelas de um lado que davam visão para o pátio interior da construção e de outro lado, com visão para o lado de fora. Não era possível, no entanto, ver o alto da torre, nem quem os vigiava. O olhar do vigilante, porém, poderia contemplar todas as celas, de modo que ele podia ver tudo sem que ninguém pudesse vê-lo.

Esta forma estrutural ilustra o que seria a base do poder segundo Foucault. A cultura e a lei formam um novo saber, um saber de vigilância, organizado em torno de normas que controlam os indivíduos, que de tão imersos no sistema não conseguem definir ao certo o ponto centralizador desta instituição de poder. Foucault tenta nos mostrar como o poder em torno da instituição judiciária desenvolveu-se em diversas outras instituições ao longo de sua existência. Vários segmentos da sociedade podem ser caracterizados como vigilantes do Panopticon: a polícia, as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas, a família. Seu objetivo é de enquadrar os indivíduos de acordo com sua existência – escola, polícia, hospital, asilo, etc. Sua função é *“não mais punir as infrações dos indivíduos, mas corrigir suas virtualidades”*

(FOUCAULT, 2003, p. 86).

A base do poder é formada pelas ciências humanas, como, Psiquiatria, Psicologia e Sociologia, produzindo um saber-poder que não procurará mais visar ao que é socialmente útil, mas, pelo contrário, procurará ajustar-se ao indivíduo. A noção de periculosidade, segundo Foucault, não terá mais o enfoque na punição e sim na precaução. O indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não pelos seus atos, *“não ao nível das infrações efetivas a um lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam”* (FOUCAULT, 2003, p. 85).

Com base em doutrinas fortes de comportamento e pensamento, os instrumentos criados para assegurar a ordem também eram formadores. Como é possível traçar perfil de identidade num indivíduo que estivesse tão impregnado de códigos de conduta? Foucault ainda fala de controle do poder antes do controle efetivo do poder. Para assegurar que uma determinada comunidade seguisse os mecanismos de controle, grupos espontâneos organizavam-se, a fim de manter a ordem do local. Uma sociedade formada de amigos, que tinham a dupla tarefa de vigilância e assistência. Se o Estado havia criado meios de categorizar os indivíduos de acordo com sua virtualidade e assim, enquadrá-los em determinada instituição, ao grupo de vigilância, cabia a tarefa de suprimir essa virtualidade, para que a mesma não chegasse aos olhos do Estado.

Para escapar do poder judiciário, os indivíduos se organizavam em sociedades de reforma moral, coibindo ações que permitissem o ataque ao grupo. Essas sociedades nasceram de um sentimento de auto-preservação da comunidade contra as retaliações do Estado, mas contraditoriamente, elas serviam aos mesmos propósitos de códigos de condutas exigidos pela lei. Cada indivíduo tornava-se vigilante de seu vizinho, membro da família ou morador da região, só aumentando a eficácia do sistema.

Estes grupos de controle evoluíram, tanto para comunidades propriamente religiosas, quanto para grupos de auto-defesa de caráter militar. Doutrinamente, sua função era de afirmar práticas vistas como corretas e impedir as consideradas incorretas: jogo, bebedeira, prostituição, adultério, blasfêmias, tudo que pudesse se manifestar contra a ordem religiosa. Coercitivamente, sua função era fazer reinar a ordem política, evitando agitações populares contra o código penal, ou qualquer tipo de desordem num simples bairro, cidade, região ou condado (FOUCAULT, 2003, p. 91).

Por último, Foucault prevê uma categoria de ordem econômica destas associações espontâneas. Se até então, estas sociedades procuravam evitar falhas nos códigos de condutas locais, agora, sua preocupação também passava a ser a defesa do patrimônio, estoque, mercadoria da comunidade contra as investidas de pequenos ladrões. Trata-se então de grupos com caráter

mais de auto-defesa do que de vigilância efetiva. No entanto, esses grupos perderam com o tempo sua origem e passaram a ser controlados por aristocratas, bispos, duques. O que era para ser um modelo de auto-defesa contra o código penal, passa a ser um reforço do poder da própria autoridade penal. Trata-se, de um certo modo, numa conversão estatal dos grupos de controle.

Para Foucault, esses novos sistemas de controle social agora estabelecidos pelo poder, são a origem da sociedade disciplinar. A tomada do controle de origem popular ou semi-popular possibilitou uma versão autoritária e estatal que se institucionalizou nas doutrinas que vimos anteriormente. Ou seja, elas foram ao mesmo tempo a causa e a consequência.

Quando Hall discute identidade, a questão maior que fica em aberto é exatamente até que ponto esses mecanismos de vigilância individual são formadores da própria personalidade humana. Em função de certas normas, uma sociedade que segue o modelo panóptico tende a aplicar formas de controle e punição capazes inibir ou incentivar certos tipos de comportamentos. A principal função do panoptismo é evitar, através da vigilância, que um desvio de conduta aconteça. O indivíduo com este “*problema*” seria levado às instituições específicas, que por sua vez, teriam a responsabilidade de doutriná-lo de acordo com os códigos exigidos pela sociedade. Essas instituições funcionam de uma maneira mais preventiva do que corretiva, por isso não é necessário cometer nenhuma falta para ser recrutado por elas. Uma escola, por exemplo, tem a função de ensinar os códigos de conduta e preparar os indivíduos para a vida em sociedade. A própria família torna-se uma instituição formadora. Vemos aí o modelo que Hall previa, do sujeito construído de acordo com o meio, tendo a família como o grande agente formador.

Peter Berger (BERGER, 1985) chama de “*socialização primária*” aquela que recebemos de nossa família. A “*socialização secundária*” partiria da escola e a “*terciária*” do convívio em sociedade fora destas duas instituições. Ou seja, o mesmo modelo formador previsto por Foucault e Hall. Hall usa a teoria de formação de identidade de Foucault para ilustrar o que ele já havia dito no início do texto: esse tipo de concepção é confusa, porque se supostamente seguimos os mesmos parâmetros e reagimos igualmente, a identidade seria homogênea - mas não é. Para Hall, o trabalho de Foucault passa muito facilmente de uma descrição do poder disciplinar para uma força monolítica plenamente instalada. De fato, o poder disciplinar funciona como controle social, mas não atua diretamente em todas as relações sociais. O indivíduo pode ser influenciado durante toda sua vida por essas forças, mas há um certo nível de absorção dessas regras culturais, afinal, sempre há um espaço para atuação da personalidade.

O indivíduo estaria num constante estado de “*conflito*”. Mas não propriamente um conflito, como se as práticas discursivas tentassem subjugar a personalidade ou vice-versa, mas

um esforço de harmonia entre o caráter distintivo da lógica com um “*eurocentrismo compulsivo*” (HALL, 2000, p. 130). Por fim, segundo Hall, conceituar a identidade tem um considerável importância política, mas que só irá avançar quando a compreensão do psíquico e do discurso, em toda sua constituição, “*forem plena e inequivocamente reconhecidos*” (HALL, 2000, p. 131).

Tendo esses conceitos em vista, conclui-se que os códigos de condutas que assumimos, modo que somos e vivemos, estão sobre uma mesma base. Um membro individual da sociedade exterioriza seu próprio mundo, mas interioriza a realidade em sua volta. Nesta busca constante de fenômenos sociais, resgata-se a educação como fonte de socialização. Por assim dizer, um indivíduo não nasce membro da sociedade, mas nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da mesma. Dessa maneira, um indivíduo que nasce numa sociedade onde os códigos de condutas podem ser definidos segundo a cor da pele de cada um, pode ser possível então que ele aceite isso como normal, ou tenha dificuldade para ver de uma forma diferente. Poderia parecer, portanto, que em seu modelo teórico, a discriminação racial, em vez de ser pensada como comportamento efetivo, observável pela ação dos sujeitos, passa a ser deduzida dos seus resultados sobre a estrutura social.

Seríamos, portanto induzidos a tomar parte da dialética da sociedade e interiorizar o saber, mediante interpretação imediata de um acontecimento objetivo dotado de sentido. Uma atitude racista pode vir do berço, do convívio na família ou até mesmo fora dela, em qualquer ambiente onde haja socialização. Berger (BERGER, 1985) já apontava uma resposta da correlação com aprendizados anteriores, que se formam de um modo subjetivo. Depois de interiorizado, aquele fato então é visualizado de forma objetiva, clara, porque já carregamos conosco os sentidos conotativos e denotativos que com ele vêm. O indivíduo começa a assumir o mundo no qual os outros já vivem. Esse assumir nada mais é do que constituir um certo sentido a um processo original para cada organismo humano e ver em si mesmo o resultado. O fato de cada um de nós compreender essas definições faz com que partilhemos esses códigos e sejamos capazes defini-los reciprocamente, o que seria o princípio para definirmos nossa identidade.

Então, se a identidade é produto da relação e a percepção de relação depende da socialização formadora, a justificativa de um termo multifacetado comprova a indefinição do conceito. Partilho do ponto de vista de Follmann, que diz que o estudo da identidade é marcado por um pressuposto de que “*o ser humano é um ser de projeto*” (FOLLMANN, 2001, p.45). A questão da identidade enquanto processo constante de interação de um ser inacabado faz com que pensemos na forma como esse ser se representa ou é representado.

Esse jogo de representações vai ser influenciado diretamente pelas socializações formadoras, permitindo ao indivíduo tanto desempenhar seu papel na sociedade quanto assimilar

os papéis que os outros representam. Isso talvez possa nos ajudar a responder a pergunta: por que o racista não enfrenta o conflito sobre qual é a identidade do negro? Porque sua representação sustenta-se em estigma, estereótipo. Para ele, os conceitos estão claros e sua visão limitada ajuda a ver os códigos que denunciam a “*marca*”. Goffman trabalha com o termo estigma tratando-o como um definidor do caráter do indivíduo (GOFFMAN, 1963). O que Goffman demonstra é que, embora o termo identidade seja realmente polêmico, ele é bastante claro quando se trata de definir um estigmatizado.

Segundo Goffman, a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas de acordo com atributos considerados comuns entre determinados indivíduos. Basicamente, fazemos isso para simplificarmos uma série de significados na “*leitura*” de um indivíduo. Isso nos permite “*traçar*” um perfil de um completo estranho, apenas olhando para ele. Seria o princípio do estereótipo, mas a função destas categorias não está presa somente a este conceito. É uma maneira de definirmos o “*status social*”(GOFFMAN, 1963, p.12) e a ocupação estrutural em que cada pessoa pode se encaixar. O estigma ajuda categorizar com uma série de significados aqueles que o carregam. O valor dado a cada significado vai depender do estigma – no caso do negro, existe uma barreira cultural, sustentada principalmente por uma ciência racista do século XIX, que questiona sua capacidade intelectual. A visão, porém que o estigmatizado tem do seu próprio estigma, varia. Ele pode tentar se livrar de tal marca, procurando tornar-se bom em atividades que o próprio estigma contraria sua eficiência - Goffman aponta o exemplo do cego que torna-se expert em andar de esqui nas montanhas, mas no caso do negro ir de encontro ao seu estigma não requer medidas tão radicais: basta procurar se especializar em qualquer área em que sua imagem não esteja estereotipada.

O estigmatizado pode ver as privações que sofreu como uma benção, devido “*a crença que o sofrimento pode ensinar a uma pessoa sobre a vida e sobre as outras pessoas*” (GOFFMAN, 1963, p.20). Para tratar do poder do estigma sobre a identidade da pessoa, Goffman cria duas definições que dão conta do tema – a identidade virtual e a identidade real. A primeira seria os significados que damos a um estranho ao percebermos sua situação ou a realidade que ele se encontra. A segunda seria os atributos que ele realmente possui, que nem sempre são detectados pela identidade virtual. No entanto, quando o observador partilha de atributos próximos do estigmatizado, sua empatia pelo mesmo torna-se maior, estreitando a diferença entre identidade virtual e real. O autor divide o observador em duas categorias: aqueles que são benévolos e aqueles que compartilham do estigma. Os benévolos são chamados por Goffman de “*informados*” (GOFFMAN, 1963, p.37), ou seja, “*pessoas normais*” que aceitam a diferença do estigmatizado e passam a simpatizar com ela, não a definindo mais pelo seu estigma. É interessante apontar aqui a definição goffmaniana de pessoa “*normal*” para aqueles que não carregam um estigma. Mesmo

sendo uma denominação forte, pela dificuldade que existe para se explicar quem é uma pessoa normal, Goffman tenta justificá-la através das convenções tratadas pela medicina, organizações burocráticas e literatura popular.

Mas se definir quem é normal é difícil, o mesmo não acontece com quem é portador de algum tipo de estigma. Para Goffman, os estigmatizados tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes “*na concepção do eu*” (GOFFMAN, 1963, p.41). O autor chama isso de “*carreira moral*”, ou seja, a causa e o efeito do compromisso com uma seqüência semelhante de ajustes pessoais. Uma das fases deste processo de socialização seria quando o estigmatizado aprende e incorpora o ponto de vista dos “*normais*”⁴. Isso resulta em quatro modelos distintos de comportamento. Num deles, o estigmatizado incorpora sua situação e percebe como o estigma diferencia-o do modo de vida dos normais. O segundo modelo seria a proteção criada pela família – ou uma pequena vizinhança – de criar uma cápsula isolante ao redor do membro estigmatizado, controlando a informação que chega até ele. O terceiro modelo deriva do segundo, quando o jovem aprende, num estágio avançado da vida, que nunca teve aceitação social plena e por isso, torna-se inabilitado e acaba se autocensurando. O quarto modelo seria do estigmatizado que vive numa comunidade diferente da sociedade normal, e quando entra em contato com ela, deve aprender uma segunda maneira de ser, ou seja, comportar-se de um modo que as pessoas à sua volta consideram real e válido para um portador de estigma.

Para Goffman, o controle de informação – dado no segundo modelo - tem uma influência muito forte da identidade pessoal do indivíduo. Mas esse controle funciona da maneira inversa também. Se for possível ao estigmatizado ocultar seu estigma, ele o fará, e neste momento passará a ser uma pessoa normal. Esse controle da informação social é essencial para a definição do ser, e por isso, o seu conteúdo passa a ser relevante. Essa informação, assim como o signo que a transmite, “*é reflexiva e corporificada*” (GOFFMAN, 1963, p.53), ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere. Os signos da informação social tem uma dimensão maior do que a simples comunicação falada – a expressão corporal também pode denunciar a característica do estigma do portador. O corpo é carregado de significados e por isso, para um negro, por exemplo, numa sociedade racista, ou que se rege por demandas racistas, o estigma passa a ser a cor da pele. É algo que transcende a fala, e o visual passa a ser o grande agente informador. Restringir a informação é interessante para o estigmatizado, para que a carga de estereótipos não venha junto com seu estigma. Para um negro, preencher uma ficha de emprego que pergunte qual é sua raça ou peça foto, pode ser entendido por ele como um agente limitador que irá imputar significados as informações descritas após.

4 Tomo emprestado de Goffman o uso do termo “normal” para descrever quem é livre de estigma.

Entramos no campo da visibilidade. Goffman defende que a questão do encobrimento da mesma levanta outro problema: a necessidade de se ocultar o estigma. Quando um estigma é perceptível, permanece a questão de se saber até que ponto ele interfere no fluxo da interação. O autor dá o exemplo de uma reunião de negócios (GOFFMAN, 1963, p. 92): o fato de alguém estar sentado numa cadeira de rodas não passará despercebido, mas se, ao redor da mesa da conferência todos estiverem igualmente sentados, o seu “*defeito*” pode ser relativamente ignorado. A questão é: como o estigma se adaptaria nas diversas situações? Quando ele deixaria de ser um problema e quando ele inevitavelmente seria um, durante uma interação social? Essa tênue linha que separa o estigmatizado capaz do incapaz definirá sua identidade pessoal segundo a situação. O que definirá o indivíduo será sua capacidade de superar o preconceito que seu estigma carrega.

Outro problema que Goffman vê no encobrimento do estigma é que ele só permite uma interação superficial do portador com os normais. Para o autor, em nossa sociedade, as relações íntimas são baseadas pela confissão mútua de defeitos invisíveis. Se a pessoa estigmatizada deseja romper essa barreira, ela terá que abrir mão do encobrimento, e se o fizer, poderá sentir-se culpada por isso. Mas como a maioria das relações são superficiais, e para não correr o risco de sofrer com o preconceito diversas vezes ao dia, o estigmatizado organiza sua rotina de tal maneira a encobrir ao máximo seu estigma. A rotina é o conceito-chave que definirá o ciclo cotidiano de restrições que ele enfrentará quanto à sua aceitação social. Nessa passagem do livro, o autor aponta as técnicas utilizadas por diversos portadores de estigma, afim de “*driblar*” a rejeição. Ou seja, maneiras adaptadas dos estigmatizados de viverem tornando-se o mais imperceptível possível o seu problema. Para cada problema, uma técnica específica – como o fato do cego “*esconder-se*” atrás dos óculos escuros, e por vários momentos do dia, passar por uma pessoa “*normal*”.

Se de um lado o estigmatizado tenta encobrir seu problema, do outro, as pessoas próximas ao seu redor também contribuem para esse tipo de comportamento, através do acobertamento. O objetivo de todos é comum: diminuir a tensão social, ou seja, tornar mais fácil uma redução do estigma, e segundo Goffman, “*manter um envolvimento espontâneo no conteúdo público da interação*” (GOFFMAN, 1963, p.113). Dessa maneira, o alinhamento grupal se dará na tentativa de estabelecer uma diferença entre a identidade social e a identidade pessoal. Elas são parte, antes de tudo, dos interesses e definições do grupo em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão. Goffman então aborda o conceito da “*identidade do eu*” (GOFFMAN, 1963, p.116). Para o autor, essa questão é subjetiva e reflexiva e se apresenta necessariamente pelo indivíduo cuja identidade está em jogo. Isso permitiu a Goffman concluir:

“O conceito de identidade social nos permitiu considerar a estigmatização. O de identidade pessoal nos permitiu considerar o papel do controle da informação na manipulação do estigma.” (GOFFMAN, 1963, p.117)

Esse alinhamento grupal será, no entanto, um pouco diferente, no caso de indivíduos que partilham de um mesmo estigma. Quando um determinado grupo se une para livrar-se do seu estigma, a tendência é uma exteriorização dos conceitos que consideram estereotipados com relação à sua *“deficiência”*. Para Goffman, esses grupos têm a função de chamar a atenção para a situação de seus iguais e consolidar uma imagem pública de sua diferença como uma coisa real, ou seja, uma busca por uma consciência de quanto o estigma os separa da vida social plena. Estes grupos se organizam e se expressam de diversas formas, mas o objetivo é basicamente o mesmo: derrubar estereótipos e produzir seus próprios códigos culturais. A função do grupo também passa a ser outra: tornar público um descontentamento geral da classe com relação ao seu estigma. Exatamente por influência destes grupos sociais organizados, a retórica em torno de uma identidade estereotipada tende a mudar. O próprio Estatuto da Igualdade Racial, por exemplo, é fruto de uma luta contínua empreendida pelo movimento negro, visando uma mudança de cenário dos vários ramos na sociedade brasileira.

Esse é o ponto crucial de tentar se superar o estigma: mostrar às pessoas o quanto o preconceito é um agente limitador para seu portador. Por isso, o autor revela que não é para o diferente que se deve olhar em busca da compreensão da diferença, *“mas sim para o comum”*(GOFFMAN, 1963, p.138). Quando a sociedade assume uma regra de conduta social e a mesma é quebrada, a tendência inevitável é o surgimento de medidas reparadoras. A vida social é regida pelo compartilhamento de expectativas *“normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas”* (GOFFMAN, 1963, p.138). É esse contato com a vida social que irá definir o estigma do portador, e por isso ele é um agente controlador – às vezes propositadamente – do comportamento de determinado grupo. A sociedade, como já foi dito, influencia na construção de aspectos culturais que produzem signos, ou seja, identidades representativas.

Se o estigma delimita a vida plena de seu portador, a tendência reparadora será de derrubá-lo, para que o estigmatizado possa gozar de uma vida plena no espaço moral. Charles Taylor (TAYLOR, 1994) define que as nossas noções contemporâneas sobre respeito e integridade incluem a liberdade expressiva de exprimir e desenvolver opiniões, definir concepções próprias e criar planos de vida sem alguma interferência. Essa é a busca constante do estigmatizado: a dignidade e a compreensão básica do meio social acerca de sua capacidade.

Taylor procura explicar como é impossível para uma cultura ser rígida e passar inteiramente

sem configurações, ou o que ele chama de “*discriminações qualitativas do incomparavelmente superior*” (TAYLOR, 1994, p. 43). Seria o Estatuto então, segundo essa visão, uma agente transformador a fim de derrubar o estigma da população negra? Talvez sim, mas eu diria que o Estatuto em si é mais o produto final: a expressão política da vontade pública da população negra de uma mudança representativa no cenário socio-nacional.

Esse agente transformador irá produzir novos códigos de conduta e começará a exigí-los, pois qualquer idéia opositora soaria como um retrocesso. Neste caso, gostaria de usar as conquistas do movimento feminista como exemplo. A atual configuração social prevê a mulher em cargos antes destinados somente a homens. A imagem estigmatizada da mulher como mãe e dona de casa já não faz parte do cotidiano presente na maioria dos lares brasileiros. Aquele que exigir que a mulher ocupe o espaço de outrora, será prontamente acusado de machista preconceituoso (com uma denotação bastante negativa). É claro que as mulheres ainda sofrem, em geral, com os problemas das desigualdades de gêneros em nossa sociedade – como salários mais baixos para desempenharem a mesma função – mas suas conquistas diante das diversidades impostas são bastante relevantes.

O fato inerente ao estigmatizado é não aceitar sua atual posição: somente assim ele poderá deixar a condição de “anormal”. “*Saber quem sou é uma espécie de saber em que posição me coloco*” (TAYLOR, 1994, p.44). A identidade, segundo Taylor, é definida pelos compromissos e identificações que proporcionam ao indivíduo definir horizontes do que é bom ou ruim, capazes de tomar uma posição com relação ao que é valioso ou não é. Mas o que fazer quando não se tem uma noção clara sobre a qual identidade ou categoria se pertence? Normalmente, essa crise de identidade costuma basear-se na incerteza de se assumir uma posição. É o caso do estrangeiro, do desempregado ou do “*branco-mulato*”. Sua condição é instável e se perde a noção de pertencimento a uma categoria distinta. Saber quem se é, diz Taylor, é estar orientado no espaço moral do que é bom ou ruim, do que é necessário ou supérfluo, do sentido de importância das coisas. Mas o próprio autor questiona: “*Por que existe esse vínculo entre identidade e orientação?*” (TAYLOR, 1994, p.45). Taylor explica que a noção de identidade individual é um conceito moderno, que seria incompreensível para nossos antepassados de séculos atrás. Porém, a base de nossa idéia moderna de identidade está na noção de diferenças individuais, bem como à importância que atribuímos à expressão de que cada pessoa faz seu horizonte moral. Antes, esses conceitos eram passados através das doutrinas religiosas, e era muito mais simples ser orientado de acordo com o bem comum. Não se conhecia a noção de identidade e por isso, a acepção moderna da falta de sentido causa crises existenciais. Se hoje não conseguimos definir quem é negro perante a lei – na verdade, a discussão é exatamente se devemos fazer essa distinção – antes, os povos viam seus clãs como um movimento único e por isso, definir o

outro era mais fácil. Taylor então conclui que parte da resposta à esta interrogação é de ordem histórica: *“certos desenvolvimentos de nossa autocompreensão constituem uma precondição de nossa formulação da questão em termos de identidade”* (TAYLOR, 1994, p.45).

Nossa identidade é aquilo que nos permite definir o que é e o que não é importante para nós. Porém, ser capaz de responder por si próprio é saber em que posição se encontra o seu próprio rumo moral. Por isso a necessidade da procura na relação com o outro está na empatia pelos mesmos ideais. Seria um *“retrocesso”* não propriamente dito, mas de alguma maneira, uma volta as origens do pensamento coletivo. Com as mudanças possíveis pelos ordenamentos dos grupos de interesse, podemos verificar que o sujeito individual procura tomar caminhos de engajamento. Dessa maneira, será mais fácil para ele manifestar suas expressões coletivas (grupos, organizações, movimentos) acionando e alimentando seus processos de identidade.

A intensidade dada a estes engajamentos pode ser atribuído uma busca de auto-afirmação no coletivo. Follmann inclusive fala que isto não constitui numa novidade: *“...as dificuldades de que está carregada a distinção entre o nível pessoal e o nível social, no que concerne à identidade, foram explicitadas repetidamente”* (FOLLMAN, 2001, p. 49). O autor aponta que a riqueza da idéia de identidade torna-se mais explícita quando nos damos conta da complexa interação que nela está implicada.

Como pudemos ver, os conceitos de identidade não seguem uma coerência, tamanha é a demanda e sua diversidade, que é conflituosa e desordenada. Por isso, conceitos nacionalistas de definição de quem é o *“brasileiro”*, por exemplo, tendem a se aplicar a uma minoria – e talvez, nem a eles mesmos. A questão de tentar-se definir quem é negro através de uma identidade – mesmo que cor da pele – é abstrata e subjetiva demais para ser prevista na lei. Porém, o problema do estigma é real e, através dele, muitas atitudes racistas são justificadas. A formação de grupos de interesse é benéfica porque ela ajuda a mover as engrenagens sociais com relação a mudança nos códigos culturais.

4 – O preconceito na vida cotidiana

De certo modo, todos os conceitos levantados aqui até então nos permitiram chegar a algumas premissas que serviram de embasamento teórico para a análise sobre o preconceito na vida cotidiana. Quando relacionamos o racismo ao fato social de Durkheim, vimos como a idéia de produção de sentidos dentro da vida social contribui para a perpetuação da ideologia racista. Já o conceito de estigma de Goffman nos permitiu entender como o racismo atua no

meio das práticas comuns e, junto com a busca pela definição de identidade em Hall, pudemos compreender como a sociedade forma códigos culturais que podem definir um determinado grupo de pessoas. Tendo estas premissas em mente, acredito que outros questionamentos tornam-se pertinentes, como: de que maneira a organização da vida social permitiu a reiteração do racismo e de que forma o preconceito acontece nas relações humanas habituais da vida cotidiana?

Para tentar responder estas questões, fundamento minha análise nos conceitos de Agnes Heller, do livro *“O cotidiano e a história”* (HELLER, 1992). Quando Heller propõe o estudo do preconceito sob a ótica da cotidianidade, ela antes define o que considera traços característicos deste modo de vida: o caráter momentâneo dos efeitos, a natureza efêmera das motivações, a fixação repetitiva do ritmo e sua rigidez (HELLER, 1992). O comportamento cotidiano é baseado e fixado na experiência e, segundo Heller, acaba sendo ultrageneralizador. A autora acredita que chegamos à ultrageneralização através de duas maneiras: por um lado, assumimos estereótipos, analogia e esquemas já elaborados e por outro, eles já nos são imputados pelo meio em que crescemos. Assim sendo, pode-se passar muito tempo até termos uma posição crítica sobre formas de comportamento e atitudes que assumimos durante a vida. Mas isso pode variar, segundo Heller, de acordo com a época e o indivíduo. Não seria difícil encontrar gerações inteiras que tenham vivido sobre o mesmo modo de comportamento e pensamento sem terem problematizado suas atitudes. No entanto, em épocas que Heller chama de *“dinâmicas”*, a autocrítica do modo de pensamento pode variar diversas vezes numa mesma geração.

A contrário do que se pensa, Heller defende que a tradição nem sempre é a fonte da ultrageneralização, essa pode também basear-se na experiência pessoal, pois a mesma atitude que contrapõe o sistema tradicional – estereotipado – pode também conter ultrageneralizações. Heller afirma que a ultrageneralização é inevitável na vida cotidiana, pois cada uma de nossas atitudes, baseia-se numa avaliação de conceitos pré-concebidos. A todo o momento somos obrigados a avaliar pessoas e situações de acordo com conceitos já dados e, se assim não fosse, a vida em sociedade tornaria-se impossível. A autora define um conceito interessante sobre ultrageneralização:

“...é um juízo provisório ou uma regra provisória de comportamento: provisória porque se antecipa à atividade possível e nem sempre, muito pelo contrário, encontra confirmação no infinito processo da prática” (HELLER, 1992, p. 44).

Para explicar isso, Heller traça uma distinção entre os juízos cotidianos dos juízos científicos, pois estes, segundo a autora, são considerados provisórios apenas até o momento em que as hipóteses comprovam-se como verdades. Para o juízo cotidiano, que se baseia no critério da ação e comprova o conteúdo correto pelas opiniões, o saber já está dado mesmo antes de sua

comprovação. O texto defende que o preconceito seria um tipo particular de juízo provisório e que para entendermos sua origem, precisamos considerar a estrutura da vida cotidiana. Se o saber forma-se na experiência da vida cotidiana, sem uma comprovação de fato, sua estrutura se baseia pela unidade imediata do pensamento e ação. Desta maneira, Heller nos leva a estabelecer que os juízos provisórios podem ser a origem dos preconceitos. Embora esses juízos sejam provisórios por assim dizer – e por esse caráter podem se alterar e modificar na atividade social e individual – sua participação como fonte deve ser considerada.

O que Heller chama de “*unidade imediata de pensamento e ação*” (HELLER, 1992, p. 45) expressa-se na vida cotidiana e sua dicotomia de separar o verdadeiro do falso, o correto do errado. Os pré-conceitos dariam ao homem uma base de orientação e ação no mundo, o que teoricamente, conduziriam-no ao sucesso. A autora percebe a partir daí a raiz do conformismo, ou seja, um tipo de atitude do qual o indivíduo aceita sem crítica as formas “*prontas*” de pensar, sobretudo em suas decisões morais e políticas. Esse modo de ser difere-se do que Heller chama de conformidade, algo considerado por ela, a uma certa dose, uma necessidade inevitável de todo homem.

A lógica do pré-conceito defende o mínimo de esforço na vida cotidiana durante a integração social. “*Poupa-se*” o pensamento e a decisão individual nas mais variadas situações. O problema está exatamente na necessidade de tomarmos como verdades algo que já nos foi passado como tal, sem procurarmos fazermos uma análise crítica. É nesse momento em que o pré-conceito torna-se preconceito. Heller nos diz que o afeto do preconceito é a fé, ou seja, a confiança na crença do que é certo e do que é errado. Esconderíamos-nos atrás de certas crenças para nos protegermos dos conflitos que a vida cotidiana impõe. Para a autora, assumir que uma de nossas crenças está equivocada seria entrar em contradição com atos passados, o que poderia abalar todas as bases de uma personalidade já construída. É exatamente por isso que na fé não existe espaço para o saber provisório, que se contradiz conforme o tempo, a experiência e o pensamento que o controlam.

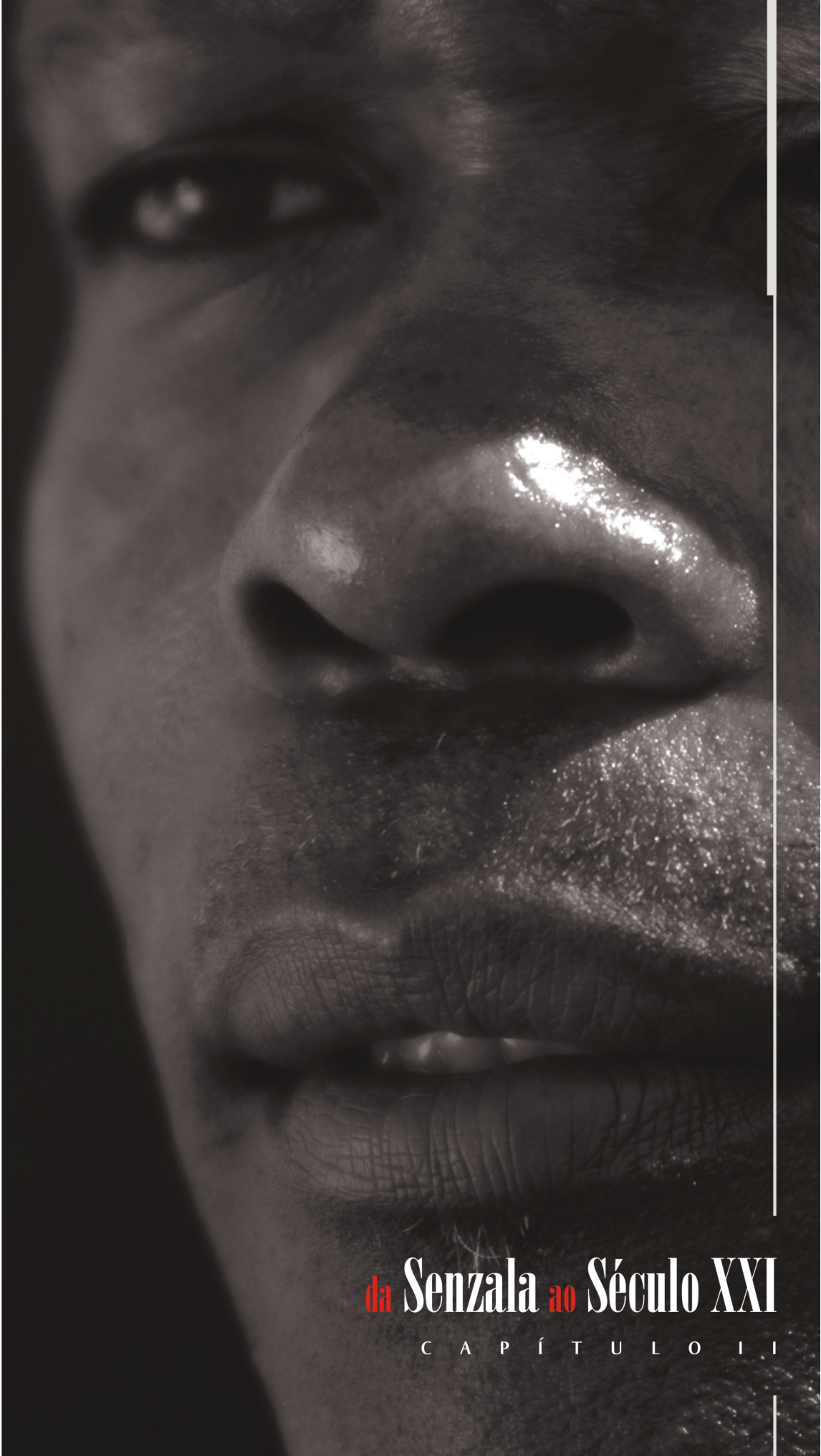
Por isso o preconceito é reiterado de geração a geração, e não se deixando espaços aos confrontamentos, ou pelo menos, criando-se obstáculos a fim de retardar o conflito o maior tempo possível. Heller fala que “*na fé sempre aparece o par de sentimentos amor/ódio*” (HELLER, 1992, p. 49), que não se dirige somente as coisas que lhe são contrárias, mas também aos que não crêem nos mesmos conceitos. Para confrontar os fatos e tentar provar se um preconceito social tem função de preconceito também no indivíduo, precisamos despirmo-nos das crenças que normalmente julgamos inabaláveis.

A autora fala sobre falsa ideologia, que segundo ela, pode transformar todo um sistema

de preconceitos em uma carga forte de estereótipo. Seu pensamento baseia-se no fato de que a vida cotidiana produz, “*em sua dimensão social*” (HELLER, 1992, p. 50), a base dos preconceitos, e eles seriam, portanto, obra desta própria integração. Assim sendo, a medida que esse processo cresce e toma força, há uma tendência que ele se torne uma ideologia, resultando no aumento da aceleração espontânea do preconceito. É interessante destacar essa análise, porque ela nos dá meios para pensar no preconceito enquanto coesão social. De fato, a maioria dos preconceitos – e a própria Heller aponta isso – são produtos das classes dominantes, e pretendem promover ações que beneficiam homens que partilham de um mesmo interesse.

“O camponês húngaro que se lançou com entusiasmo na primeira guerra mundial, ou o operário alemão entregue de corpo e alma a Hitler, foram tipos humanos manipulados através de sistemas de preconceito” (HELLER, 1992, p. 54).

Para Heller, deve-se observar dentro deste contexto, que a classe burguesa produz preconceitos em maior medida que todas classes sociais conhecidas até hoje: “*a classe burguesa aspira universalizar sua ideologia*” (HELLER, 1992, p. 54). O desprezo pelo outro e a antipatia pelo indiferente, para a autora, são tão antigos quanto a própria humanidade e por isso os chamados preconceitos de grupos só aparecem no plano histórico. Um importante apontamento deve ser feito aqui: a vida cotidiana produz, qualquer que seja a sua esfera, muitos tipos de preconceito, e normalmente estão ligados a aspectos morais, políticos, sociais ou religiosos. O preconceito habita acima da cotidianidade e por isso acaba por criar obstáculos para seu desenvolvimento, impedindo uma maior liberdade do pensamento.



da **Senzala** ao **Século XXI**

C A P Í T U L O I I

da Senzala ao Século XXI

C A P Í T U L O I I

DA SENZALA AO SÉCULO XXI

Este capítulo procura demonstrar como a imagem do negro foi construída pela história do Brasil, em diferentes momentos. Este resgate tem como objetivo montar o quebra-cabeça da atual composição social brasileira, onde pode-se verificar que a maioria das pessoas abaixo da linha da pobreza é composta por negros. Esta tentativa busca explicar, através da história, como em diferentes períodos o negro foi segregado. Além disso, procura-se entender o processo que acarretou a mudança na postura da sociedade brasileira sobre este tema, passando de pensamento racista declarado para um racismo silencioso e dissimulado.

1 – A colonização negra: um resgate histórico

Segundo dados levantados pelo IBGE, o ano de 1531 é considerado como o início da colonização negra no Brasil¹. A intenção dos portugueses era usar os negros como escravos, depois da fracassada tentativa de se fazer o mesmo com os índios. Acostumado a viver livre, o índio lutou contra a dominação européia, tendo a vantagem de conhecer bem o território. Como a mão-de-obra escrava formava a base que sustentava o sistema de colonização da época, era vital que os portugueses não cometessem com os negros os mesmos erros que contribuíram para o insucesso da escravidão indígena. A principal delas era a mistura de povos africanos de diferentes localidades, antes mesmo do desembarque no Brasil. Os negros eram retirados de várias regiões da África, principalmente da Costa do Marfim e Angola. Em cada um desses países haviam uma grande pluralidade de povos constituíam culturas bem distintas entre si. Era comum

1 FONTE: Estatísticas históricas do Brasil – IBGE – 1987.

alguns destes povos serem inimigos históricos, tendo travado guerras durante anos. Inclusive os europeus usaram esse sentimento de ódio existente na África para auxiliar na “coleta” de escravos. Pessoas pertencente a tribos rivais eram contratadas para seqüestrar seus desafetos e vendê-los aos navios negreiros. E a oferta era dada a ambos os lados, de modo que não importa quem vencesse, o lucro sempre seria europeu. Além da mistura dentro do navio negreiro, na chegada no Brasil, a compra e venda de escravos era bastante distribuída. Um mesmo senhor de engenho podia comprar escravos de diferentes embarcações. Os negros eram tratados como mercadoria animal, vendidas de acordo com sua capacidade de trabalho.

Ao misturar as diferentes culturas africanas, o português procurava evitar revoltas e conflitos contra o sistema escravista, pois na maioria das vezes, os negros de diferentes tribos nem a mesma língua falavam. A cultura destes povos era tão grande e diversificada quanto a dos diferentes povos da Europa. Além da língua, as pessoas vindas dos vários lugares da África possuíam características físicas distintas, como pigmentação da pele, altura, traços faciais e estrutura corporal. Segundo Gilberto Freyre (FREYRE, 1961), as principais colonizações africanas que vieram ao Brasil provinham das seguintes tribos: Gege, Daomeanos, Minas, Nagô, Bântu, Calebrenses, Niam Niam, Magbatu, Kanembu, Bagirmi, Bornu e Kanuri. Essas tribos eram oriundas de diversos países, entre eles: Guiné, Cabo, Serra Leoa, antigo reino da Ardia, Congo, além de Angola e Costa do Marfim. Para se ter uma idéia da diversidade lingüística, os idiomas falados por eles eram: gege, haúça, nagô ou ioruba. Por isso, durante muito tempo, a comunicação destes povos obrigados a viverem juntos sobre o teto das senzalas foi difícil.

O objetivo de se “importar” escravos era de sustentar o crescimento rural através do trabalho forçado que o mesmo desempenhava. Com o sucesso da imigração africana para o Brasil com mão de obra escrava, houve uma verdadeira colonização de negros em nosso país, tamanho o número de pessoas trazidas para cá. Uma prova disso era que a quantidade de pessoas negras trabalhando na produção de um engenho era maior que a própria família portuguesa que vivia na fazenda. Apenas nos grandes centros urbanos os negros eram minoria. Mas a parcela de negros presentes no povo do Brasil, desde da época da colonização, foi aumentando no mesmo passo do crescimento da população brasileira. Podemos ver a evolução desse número no quadro demonstrativo da página seguinte:

Estimativa de desembarque de africanos no Brasil entre 1531 a 1855.²

PERÍODO (ano)	ESTIMATIVA DESEMBARQUE NO PERÍODO	MÉDIA ANUAL
1531/1600	50.000	725
1601/1700	560.000	5.657
1701/1800	1.680.100	16.971
1801/1855	1.779.300	32.950

Muitos desses negros nem mesmo chegavam a desembarcar no Brasil. A mortalidade nos navios negreiros era grande, dada as condições precárias existentes no transporte marítimo. A ração distribuída muitas vezes não era suficiente, e quando a viagem tornava-se mais longa do que o programado, muitos negros eram arremessados ao mar, presos em correntes. Mas a sorte não era melhor àqueles que sobreviviam à travessia, pois seu destino aqui no Brasil era uma vida de escravidão e sofrimento. Por isso, a grande quantidade de negros durante o período de colonização era acompanhada por um alto número de mortes. Os fatores eram variados, mas principalmente as condições higiênicas, tanto nas embarcações quanto nas senzalas, não eram satisfatórias. Isso aliado à desnutrição, falta de espaço, esforço físico, a rigorosidade dos castigos e precariedade no tratamento de doenças fez com que a estimativa de vida dos escravos fosse baixíssima.

Há uma estimativa levantada no número de negros mortos durante a travessia do Oceano Atlântico, e mesmo embora seja difícil comprovar a veracidade destes números devido a falta de outras fontes que comprovem os documentos da época, os dados são alarmantes³:

Número de negros mortos registrados entre os portos da África e Rio de Janeiro, durante os séculos XVIII e XIX

PERÍODO (ano)	NÚMERO DE NAVIOS	MORTALIDADE MÉDIA (EM CADA 100)
1795/1811	350	94
1825/1830	388	66

Os portos da África descritos no período de 1795 a 1811 são: África Ocidental, Luanda,

2 Não foi registrado nenhum desembarque entre 1853 e 1855. Apenas um navio, transportando aparentemente 300 escravos, chegou ao Rio de Janeiro em 1856. FONTE: Estatísticas históricas do Brasil – IBGE – 1987.

3 FONTE: Estatísticas Históricas do Brasil – IBGE-1987.

Benguela, Moçambique, junto com um total que inclui alguns navios procedentes de portos menores não listados. Já do período de 1825 a 1830, provém dos portos de Congo, Luanda, Benguela, Moçambique.

Como podemos ver, as duras condições de viagem junto com os maus tratos na vida dentro das senzalas, fizeram do negro um povo discriminado desde o princípio de sua colonização forçada. Sua tarefa enquanto escravo era de sobreviver a cada dia e com isso, trabalhar para enriquecer os senhores de engenho, no cultivo da lavoura, na exploração de minérios, que mais tarde, eram enviados a Portugal. Sobre os maus tratos vividos pelos negros na época da escravidão, Cotrim relatava:

“Um duro trabalho era reservado aos negros que conseguiam sobreviver às cruéis viagens. Chegando ao Brasil, eles eram vendidos nos mercados de escravos e algum tempo depois já estavam trabalhando para seus proprietários, à base do chicote. Realizavam os mais diversos tipos de atividades nas casas, na lavoura, na mineração (...) Embora os escravos possuíssem admirável resistência física, o excesso de trabalho e maus-tratos recebidos acabavam afetando, rapidamente, seu estado de saúde. Por essa razão, a média de vida dos escravos não ultrapassava 25 anos. Para os proprietários, a morte de um escravo significava apenas, a perda de uma mercadoria. O problema era resolvido com a compra de outro escravo” (COTRIM, 1990, p. 77)

A condição de escravo era discriminatória, pois transformava o negro num sujeito menos capaz, afinal o regime da escravatura é rígido e não permite que um indivíduo suba na escala hierárquica. Florestan Fernandes já havia assinalado esse ponto, quando disse que *“no fundo do problema racial brasileiro encontra-se a persistência de um modelo assimétrico de relações de raça, construído para regular o contato e a ordenação social entre ‘senhor’, ‘escravo’ e ‘liberto’”* (FERNANDES, 1971, p. 71). A raça determinava sua posição dentro da sociedade, porque separava o escravo do senhorio.

Vemos aí a escravidão como o primeiro grande problema para o desenvolvimento dos negros. O escravo vivia dentro de limites estreitos de conduta, que o obrigava a sujeitar-se a essa condição. O conceito de raça nasce para separar os dominadores dos escravos. Durante todos esses anos, essa barreira cultural, de uma forma estrutural excluiu os negros e toda sua capacidade de tornarem-se indivíduos capazes de gerar seu próprio sustento, de terem posses e viverem sem servir ninguém.

“A escravidão colocava limites epistemológicos para o desenvolvimento pleno da atividade intelectual. Somente com o movimento abolicionista e as transformações profundas por que passa a sociedade é que o negro é integrado às preocupações nacionais” (ORTIZ, 1985, p.37)

De acordo com Renato Ortiz, apenas após a Abolição, o negro começou a ter a possibilidade de trabalhar e fazer parte da sociedade como um cidadão. Mas essa Abolição não veio por acaso, não foi um simples sentimento humanista de tornar os negros indivíduos iguais perante os olhos da nação. Havia um sentimento no Brasil de tornar-se um país mais desenvolvido, uma terra do futuro, espelhando-se principalmente no modelo norte-americano. Os movimentos mais significativos aconteceram nesta época: o fim da Monarquia com a Proclamação da República e a Abolição da Escravatura através da Lei Áurea⁴.

Com o início da Revolução Industrial na Europa e a implantação de um modelo econômico baseado no capital, houve uma pressão externa para que nas Américas não houvesse mais escravidão. Era fundamental livrar-se dos escravos a fim de constituir uma nova classe social: o proletariado. A mão de obra do negro voltou-se para outro lado, onde não era mais necessária na fazenda. Começam a surgir no Brasil os grandes centros urbanos, capazes de gerar mais renda do que o modelo agrário que seguíamos até então.

Renato Ortiz destaca nessa passagem, o sentimento existente na época que teria servido como um dos pilares para as idéias abolicionistas:

“Ao se retirar do mestiço as qualidades da racionalidade, os intelectuais do século XIX estão negando, naquele momento histórico, as possibilidades de desenvolvimento real do capitalismo no Brasil. Ou melhor, eles têm dúvidas em relação a esse desenvolvimento, pois a identidade forjada é ambígua, reunindo pontos positivos e negativos das raças que se cruzam. A partir das primeiras décadas do século XX, o Brasil sofre mudanças profundas. O processo de urbanização e de industrialização se acelera, uma classe média se desenvolve, surge um proletariado urbano” (ORTIZ, 1985, p.39)

Embora o negro tenha se tornado livre, sua posição social não mudou substancialmente. Aqui arrisco uma interpretação mais analítica dos fatos: foi após a Abolição da escravatura que a imagem estereotipada do negro começou a ser construída. Até então, como escravo, o negro tinha bem definida sua condição na sociedade. Porém, com a implantação da Lei Áurea, essa condição passou a ser flutuante, dando início a uma espécie de “*crise existencial*”. Clóvis Moura, historiador e sociólogo, é considerado um dos mais importantes intelectuais a estudar o passado do negro brasileiro, afirmou em uma de suas obras que, “*quando se fala do negro brasileiro costuma-se dizer que ele foi ótimo escravo e, atualmente, é péssimo cidadão*”(MOURA, 1977, p. 17). Moura está se referindo, nesta passagem, à marginalização que a população negra precisou se submeter após a Abolição para conseguir sobreviver às barreiras sociais impostas na época. O escravo tornou-se livre, mas também, escorraçado. Agora o negro precisava procurar um lugar

4 Deve-se levar em conta também, outros movimentos que antecederam a Lei Áurea, como a Lei dos Septuagenários e a do Ventre-livre. Mas apesar de importantes, estas medidas foram paulatinas e não tiveram o mesmo impacto da Lei Áurea.

nesse novo tipo de ordenação social, mas o regime que o libertara, passava agora a excluí-lo. Após a Abolição, o negro egresso das senzalas ficou sem condições de engajar-se no processo de trabalho livre e, esta impossibilidade de integrar-se a curto prazo colocou-o em situação bastante desfavorável.

De partida a própria condição de escravo foi um fator negativo que barrou sua adaptação como homem livre. O sistema de produção escravista, de certo modo, criava limitações estruturais que impediam o negro de ter interesse econômico relevante na produção da mercadoria. Além disso, o trabalho escravo era rotineiro, conforme Clóvis Moura relatou:

“(...) os próprios senhores, que consideravam os escravos simples objetos, não procuravam aperfeiçoar, do ponto de vista técnico, as suas fazendas e engenhos a fim de que a produtividade fosse maior, pois havia possibilidade de reposição fácil do escravo (especialmente antes de 1850), muitas vezes vantajosa, através da compra de outro” (MOURA, 1977, p. 17)

Desta forma, os libertos encontraram problemas para alcançarem um engajamento efetivo no mercado de trabalho. O escravo tornara-se após a Abolição, excedente na nova composição de ordenação social, principalmente porque não houve nenhum tipo de política de readaptação, integração ou assimilação dele nesse novo sistema. Outra barreira que contribuiu para a segregação do negro na economia foi a concorrência com uma outra nova corrente populacional que vinha vender sua força de trabalho: o imigrante europeu. Segundo Moura, esse fluxo migratório ao entrar no mercado de trabalho deslocava o negro recém liberto do centro do sistema de produção para sua periferia, criando as premissas econômicas da sua “*marginalização*”. Dados levantados por Caio Prado Júnior falam que em São Paulo, desde que se extinguiu a mão de obra escrava, entrou em curso um processo migratório regular que competia com o negro em várias faixas de atividades, inclusive na agricultura (PRADO JR., 1957). Uma nova configuração de sociedade surgia, procurando se moldar com base no trabalho assalariado, criando-se novas posições ocupacionais que foram supridas quase que exclusivamente pelo imigrante europeu. Esse fenômeno não aconteceu por acaso: além de aliviar as tensões sociais existentes na Europa em virtude do excedente populacional, a imigração garantia a ocupação de pessoas brancas na parcelas economicamente ativas do país. Esse terreno foi sendo preparado antes mesmo da Abolição, criando uma nova barreira para o ex-escravo na tentativa de ingressar no processo de produção. A tendência da troca do trabalho escravo pelo imigrante europeu antes da implantação da Lei Áurea pode ser observada neste quadro, que demonstra a diminuição do trabalho escravo antes de 1888:

Relação entre população livre e população escrava⁵

ANO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO ESCRAVA
1850	5.520.000	2.500.000
1852	8.429.672	1.510.000
1887	13.278.616	723.419

Fonte: Caio Prado Júnior – “Evolução Política do Brasil e outros Ensaios” – 1957.

A substituição do trabalho escravo pela mão de obra vinda da Europa fez com que uma enorme população que não tinha acesso às fontes de trabalho fosse criada concomitantemente. A medida que o negro deixava de ser escravo, deixava de possuir também, em sua maioria, uma ocupação regular. O que se viu daí por diante foi a tentativa do negro encaixar-se em sub-empregos, como conseqüência da defasagem entre a sua capacidade e as necessidades requeridas pelo novo tipo de mercado que se configurava, da ideologia discriminatória que priorizava o imigrante europeu e da falta de políticas de reintegração ao novo sistema que inserissem o ex-escravo no sistema assalariado a curto prazo. J.M. Camargo Júnior revelou em sua pesquisa (CAMARGO JR., 1935) dados que afirmavam que mais da metade da população brasileira⁶ era composta por pessoas desocupadas, um pouco antes da abolição da escravatura.

Distribuição da população brasileira entre trabalhadores livres, escravos e desocupados

1882	
População incluindo as cinco principais províncias do país: São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro	
Trabalhadores livres.....	1.433.170
Trabalhadores escravos.....	656.540
Desocupados.....	2.822.583

Fonte: J.M. CAMARGO JÚNIOR - “A Abolição e suas Causas” – 1935.

5 Esta redução da população escrava também se deve à soma dos fatos da Lei do Ventre-livre, dos Sexagenários e a proibição do tráfico negroiro.

6 Dos estados pesquisados (ver tabela acima)

Segundo Clóvis Moura, essa população desocupada era exatamente aquela que estava saindo das senzalas e não tinha condições de se incorporar ao processo de trabalho novo. Moura analisa este período da seguinte maneira:

“A massa da mão-de-obra nova, após a Abolição, não cresceu em consequência do aumento vegetativo líquido da nossa população, fato que poderia fazer com que, a longo prazo, mesmo passando-se por uma crise de qualidade da mão-de-obra, houvesse possibilidades de uma dinâmica integrativa capaz de aproveitar o ex-escravo na categoria de trabalhador livre. Não foi, assim, porém, que se deu no Brasil a passagem da escravidão para o trabalho livre, mas através da injeção maciça da mão-de-obra alienígena, fato que veio desequilibrar o ritmo de absorção do ex-escravo na economia de modelo capitalista, alijando-o praticamente de participar em igualdade de condições com aqueles que vinham de fora.”(MOURA, 1977, p. 31)

Amão-de-obra vinda da Europa crescia numa ascendente impressionante, e sua substituição pelo trabalho escravo era iminente. Se de um lado essas ondas de imigração dinamizavam os mecanismos de desenvolvimento da sociedade, de outro barravam a participação do negro nesse próprio desenvolvimento, deslocando-o à margem do sistema de ocupação assalariada. Para se ter uma idéia do fluxo de imigração européia ocorrida na época, vejamos a tabela abaixo:

Quadro de imigrantes entrados em São Paulo de 1827 à 1899		
ANOS		N° DE IMIGRANTES
de	à	
1827	1829	955
1830	1839	304
1840	1849	649
1850	1859	6.310
1860	1869	1.681
1870	1879	11.730
1880	1889	183.879
1890	1899	737.076

Fonte: Sálvio de Almeida Azevedo – “Imigração e Colonização no Estado de São Paulo” – 1941.

Como podemos ver, o contingente vindo da Europa foi grande, principalmente na década final do século XIX. Quase um milhão de imigrantes entraram no país no século XIX, sendo que 77% desse número vieram logo após a Abolição da escravatura. Um fator importante que deve ser levado também em consideração não é somente a questão do número de imigrantes europeus, mas as condições políticas que incentivaram essa imigração. Segundo Moura, houve um movimento de proteção a esses povos, através de uma política dirigida e de planos integrativos. Isso garantia ao imigrante uma certeza de trabalho ou terra na sua chegada ao Brasil. Diante dessa configuração política, o ex-escravo foi sistematicamente repellido daqueles setores mais dinâmicos da economia de desenvolvimento. Moura diz que tanto na indústria nascente quanto na agricultura, houve um trabalho racional de fixação do imigrante, enquanto as populações negras eram transformadas paulatinamente em um contingente de reserva. Seu papel acabou sendo de servir como pressão aos próprios imigrantes, criando uma ameaça latente caso os europeus, por algum motivo, resolvessem levantar alguma rebelião ou reivindicação mais organizada contra o governo. Moura dizia que essa “*reserva humana*” funcionava mais como uma intimidação subjetiva do que uma ameaça de fato, pois segundo o autor, a substituição do imigrante pelo ex-escravo era impossível, porque além de não ser interesse do governo que isso ocorresse, o trabalho necessário para essa mudança se concretizar seria absurdamente grande e inviável. Mesmo após a Abolição, esse política de imigração permaneceu. Segundo Leôncio Rodrigues, 32 anos após a Abolição, a configuração trabalhista em São Paulo, já então o maior centro industrial do país, tinha a seguinte composição: 136.135 brasileiros e 99.130 estrangeiros (RODRIGUES, 1966). Ainda em Rodrigues, ele aponta uma realidade ainda mais benéfica ao imigrante na capital do estado: o setor industrial era composto de 49.071 brasileiros e 51.304 estrangeiros.

Nos anos de 1901 a 1920, São Paulo recebeu 823.642 imigrantes estrangeiros, o que significa praticamente a metade da população da época. Isto significa que, de acordo com os dados oferecidos por Rodrigues, que o número de imigrantes entrados desde a Abolição foi maior do que o de escravos libertos. Paulo R. Pestana, em artigo publicado na Revista do Brasil, analisa a situação da época, dizendo: “*Abolida a escravidão em 1888, veio a forçosa necessidade de aumentar a corrente migratória para o trabalho agrícola. Sob regime das subvenções, largamente empregadas pelo Governo Federal, a imigração europeia tomou extraordinário vulto.*” (PESTANA, 1916). Já Leôncio Rodrigues acreditava que além de haver uma pressão do governo para um certo “*branqueamento*”⁷ do Brasil e com isso a justificativa de conceder maiores benefícios aos imigrantes europeus, a própria formação profissional e sua experiência urbana, mais adaptada ao modo de vida de uma sociedade baseada na economia monetária ajudaram a compor de

7 Irei abordar melhor esse assunto mais adiante, quando tratar do pensamento racista brasileiro desta época, destacando autores como Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha.

estrangeiros a *“esmagadora maioria do proletariado das manufaturas e fábricas de São Paulo no período anterior à Primeira Guerra Mundial”* (RODRIGUES, 1966, p. 1966). Alguns outros autores também defendem a hipótese de que uma das barreiras para inserção do negro no mercado de trabalho fosse a vantagem do suposto maior conhecimento técnico que os europeus possuíam. Partilho do ponto de vista de Leôncio Rodrigues quando ele afirma que os europeus estavam mais acostumados a viver num sistema monetário de produção e, embora compreenda as razões levantadas por Clóvis Moura, que dizia que o trabalho escravo era rotineiro e desta maneira, alienou o negro, penso que o argumento da suposta vantagem técnica é um tanto fraco. Apesar de os negros terem sido trazidos para o Brasil como mão de obra para a lavoura, engana-se quem pensa que eles exerceram apenas o trabalho braçal.

Muitos negros, principalmente os da região do Marrocos e Egito, já traziam em sua bagagem cultural, grande informação no tratamento da terra para plantações e minério. Ou seja, mão de obra qualificada, com conhecimento em técnicas que foram usadas para o desenvolvimento econômico do Brasil. Com esses avanços técnicos, trazidos pelo africano, foi possível para o português o cultivo de plantas não existentes em Portugal, além de um melhor aproveitamento da terra durante todo o ano. Nesse ponto, o conhecimento vindo com o escravo foi fundamental para a evolução da economia brasileira. O negro, e não o europeu, foi quem possibilitou esse avanço. Neste caso, destaco passagem de Gilberto Freyre:

“Eschwege salienta que a mineração do ferro no Brasil foi aprendida por africanos. E Max Schmidt destaca dois aspectos da colonização africana que deixam entrever superioridade técnica sobre o indígena e até sobre o branco: o trabalho de metais e a criação de gado. Poderia acrescentar-se um terceiro: a culinária que no Brasil enriqueceu-se e refinou-se com a contribuição do africano” (FREYRE, 1961, p.429)

Além da contribuição para o conhecimento técnico da criação de gado e na culinária, o serviço autônomo também foi exercido pelo escravo. Dentistas, barbeiros e até professores os negros foram na época da escravidão. Então, mesmo sobre a condição de escravo, o negro foi capaz de destacar-se além da sua força física. Mais uma vez, em Gilberto Freyre, vemos:

“Vieram-lhe da África ‘donas de casa’ para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artifices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos.” (FREYRE, 1961, p.430)

E também mais adiante:

“(...)Muitos acrobatas de circo, sangradores, dentistas, barbeiros e até mestres de menino – tudo isso foram os escravos no Brasil; e não apenas negros de enxada ou de cozinha” (FREYRE, 1961, p.582)

Embora Gilberto Freyre tenha uma visão romantizada da integração do negro na sociedade brasileira, penso ser relevante sua análise de que o negro não era fonte apenas de mão de obra braçal. O problema, mais uma vez, da integração do negro na sociedade de produção e capital se deu por políticas externas que o impediam subir na escala econômica social, principalmente após da inserção do imigrante europeu. Diante desse quadro social que se formou, o que sobrou para o ex-escravo? Segundo Moura, o subemprego, o desemprego e, progressivamente, a marginalização. Para a mulher negra, Moura diz que só restaram as ocupações de doméstica, em substituição a “Mãe Preta”, o subemprego nas fábricas e a prostituição forçada. Após quatro séculos de escravidão, esse era a realidade social em que os negro se encontravam. Agravando esta situação, os desníveis regionais de desenvolvimento, produziram uma complexa espiral de desenvolvimento, partindo de São Paulo com a marginalização do negro, e indo para outros Estados, alterando a configuração social de lugares onde a economia quase que estagnada permitiu uma melhor integração do ex-escravo. Culturas que davam ocupação a grandes contingentes humanos, mesmo em níveis de miséria, foram paulatinamente substituindo as atividades por trabalhos que necessitavam menos mão-de-obra. Um exemplo dessa mudança cultural foi analisada por Manoel Correia de Andrade, dizendo:

“Com a valorização sempre crescente da carne, vendida atualmente a CR\$ 2.200,00 a arroba do boi em pé, acham os pequenos usineiros sergipanos mais vantajosos criar e engordar o gado para o açougue do que plantar e fabricar açúcar. (...) O usineiro tornado pecuarista, necessita de poucos braços, dispensa e faz com que grande parte dos moradores se retirem das terras. (...) Assim o gado resolve a situação econômica de algumas dezenas de proprietários, levando ao desemprego, à miséria e à emigração, uma grande percentagem da população sergipana” (ANDRADE, 1964, p. 105 e 106)

Mas apesar dessas diferenças regionais de estratificação do negro, os dois processos globais de marginalização mantiveram uma característica essencial: esses mecanismos de peneiramento e compressão determinaram o posicionamento do negro até hoje nas últimas posições da escalas econômica social. Segundo Moura, o processo de desenvolvimento no final do século XIX e início do XX foi paradoxal, pois na medida que crescia, aumentava em outro pólo, as diferenças econômicas entre as camadas sociais brasileiras. Outros fatos que ajudam a compreender a situação em que o escravo se encontrou após a Abolição podem ser vistos em Florestan Fernandes:

“Em 1893, por exemplo, os imigrantes entravam com 79% do pessoal ocupado nas atividades manufatureiras; com 85,5% do pessoal ocupado nas atividades artesanais; com

81% do pessoal ocupado nas atividades de transporte e conexos; com 71,6% do pessoal ocupado nas atividades comerciais. Sua participação nos extratos mais altos da estrutura ocupacional ainda era pequena (pois só 31% dos proprietários e 19,4% dos capitalistas eram estrangeiros). Contudo, achavam-se incluídos nessa esfera, ao contrário do que sucedia com o negro e o mulato” (FERNANDES, 1966, p. 89)

Com isso, o que sobrou para o ex-escravo nesta situação concreta de barragens ideológicas, foi o trabalho que ninguém queria fazer e, como já foi dito, o papel de mão-de-obra excedente. Clóvis Moura destacou que essas barreiras fizeram com que o negro não fosse absorvido e integrado na economia global e, como não se criaram mecanismos capazes de empregá-lo, houve uma gradual tendência de marginalização da população oriunda da senzala. E quanto mais se marginaliza, menos condições possui de sair desse estado. Para Moura, isto explica o porque do alto índice de criminalidade, suicídio e desorganização familiar na população negra, que foram nada mais do que atitudes desesperadas fomentadas pela falta de trabalho. O historiador Richard Morse afirmou: *“Os ex-escravos que vinham em grande quantidade das fazendas habitavam muitas vezes casebres miseráveis, trabalhando mediante salários ínfimos em serviços de coleta de lixo, que os brancos desdenhavam como indignos”* (MORSE, 1952, p. 31).

Por tudo isto, pode-se compreender porque a composição das camadas pobres e miseráveis da sociedade brasileira tem em sua maioria, pessoas negras. Eis que surge o conceito de *“maucidão”* descrito por Clóvis Moura (MOURA, 1977). O autor explica esse conceito atribuindo-o a todos os negros que de alguma maneira se revoltaram contra esse sistema que o excluía. A exemplo disso, Octavio Ianni (IANNI, 1972), em pesquisa feita com 552 estudantes brancos, em 1972, na cidade de Florianópolis, descreveu da seguinte maneira as características atribuídas a cada *“raça”* (ver tabela ao lado).

Como pode-se notar, a maioria das atribuições negativas estão concentradas nos itens negro e mulato.

Verbalizações separadas por “raça” separados em %			
Características	Negro	Mulato	Branco
Malandro, farrista, preguiçoso	39	35	26
Brigão, desordeiro, vingativo	48	34	18
Beberrão, cachaceiro, alcoólatra	60	26	14
Submisso, serviçal, humilde	68	30	2
Falso, desonesto, ladrão	34	37	29
Boçal, ignorante, analfabeto	59	33	8
Malcheiroso, sujo, anti-higiênico	73	27	-
Desconfiado, complexo de inferioridade	68	32	-
Macumbeiro, supercioso	70	30	-
Feio	69	31	-
Preconceito, complexo de superioridade	-	-	100
Mestiço	-	100	-
Querer fazer-se de branco, inveja do branco	-	100	-

Além disso, destaca-se a alta reincidência nas atribuições “*malandro, farrista, preguiçoso*” e “*falso, desonesto e ladrão*” a todas as “*raças*” - o que coincide com o estereótipo do “*brasileiro*”. Poderia se afirmar que esse é o resultado é o efeito da predominância de um pensamento racista presentes nos mecanismos de peneiramento e barragem contra o negro. Assim sendo, através da reiteração destes estereótipos, difunde ainda mais a construção de uma identidade coletiva de forma estigmatizada sobre a imagem do negro, não permitindo a ele uma aceitação plena nos diversos segmentos da sociedade. Clóvis Moura fala que em 1920 foi realizada uma pesquisa que procurava saber se a introdução do imigrante negro seria benéfica ao Brasil. Esta pesquisa, segundo Moura, foi desenvolvida e aplicada pela Sociedade Nacional de Agricultura, e a conclusão foi que sua presença era indesejada. Vejamos os resultados:

Considerações sobre o negro como imigrante	
Mau trabalhador.....	25%
Inteligência inferior, degenerado, amoral, indolente, bêbado e criminoso	19%
Inferioridade congênita, ódio ao branco oculto no coração do negro.....	44%
Existência do preconceito de cor.....	9%
Outras razões.....	9%

Fonte: Sociedade Nacional de Agricultura – Imigração – 1920, in Clóvis Moura – O negro, do bom escravo ao mau cidadão – 1977.

O que se vê na maioria das pesquisas que tratam de como a sociedade brasileira vê a imagem do negro, o preconceito de cor acaba por ser revelado. Essas pesquisas retratam um passado não muito distante, mas embora o pensamento racista tenha diminuído, pelo menos de forma circunstancial, ele continua presente. Essa ideologia que se manifesta através do racismo, nas suas diversas gradações, cria uma imagem estereotipada do negro, que sofre as conseqüências que esse estigma impõe.

2 – O pensamento racista brasileiro

Houve uma época em que as controvérsias da democracia racial não tinham espaço, e as teorias que definiam as diferenças entre as raças eram mais comumente aceitas. O meio

científico conseguia justificar a escala de superioridade racial através de evidências. Os conceitos eram formados ideologicamente, encobertos por conteúdo biológico de difícil questionamento. A exacerbação deste sentimento foi responsável pela formação de classes raciais com papéis distintos em nossa sociedade. Segundo Hans Kohn, é em Aristóteles que vemos as primeiras justificativas sobre diferenças entre os povos, nas quais se defendia que algumas raças estavam destinadas à escravidão, enquanto outras, ao governo (KOHN, 1975). E, para Kohn, a mesma doutrina pode ser encontrada sempre que um grupo racial dominasse outro – como o sistema de castas na Índia, citado pelo autor.

Essas teorias tiveram sua época áurea no final do século XIX, onde os estudos que comprovavam tais diferenças ganhavam grande exposição. Como foi dito no capítulo anterior, Otto Klineberg, em *“As diferenças raciais”* (KLINEBERG, 1966) relata que Lapouge julgava ter encontrado diferenças entre os crânios retirados de um cemitério de classes mais *“elevadas”* dos obtidos nos cemitérios de classes *“inferiores”*. A partir das diferenças entre medidas dos crânios, Lapouge distinguiu o *“Homo europeus”*, destinado a dominar e o *“Homo alpino”*, destinado a trabalhar, servir e obedecer. Gobineau, proveniente da nobreza francesa, escreveu um livro que procurava demonstrar a superioridade de sua linhagem (GOBINEAU, 1954). O autor é considerado como o ícone do racismo do século XIX, e sua teoria descreve um paradoxo entre classe e raça. Em Leite (LEITE, 1983), vemos que Gobineau pertencia a uma nobreza decadente e que as teorias de seu livro eram uma tentativa de resgatar o prestígio de sua família: *“seu último livro é a descrição de sua árvore genealógica, através da qual chega ao deus Odin”* (LEITE, 1983, p. 18). Para Gobineau, existiam duas raças: a ariana, raça superior, da qual a herança hereditária provém dos teutos (a quem pertencia, convenientemente, a nobreza francesa); e a galo-romana, formada pelos servos. Suas verdades eram facilmente provadas, pois quando não existiam confirmações para suas hipóteses, Gobineau afirmava que *“não poderia ser de outra forma”*. O êxito de suas teorias era justificado na medida em que reafirmava a supremacia da nobreza. Além disso, Gobineau aumentava seu prestígio ao encontrar razões para o desenvolvimento em outras civilizações através da *“boa influência”* exercida no contato com europeu colonizador. O grande fardo do homem branco: levar a luz da sabedoria à obscura ignorância dos povos menos capazes. Mas essa exposição das qualidades do povo europeu era ironicamente citada apenas para justificar os problemas enfrentados quanto ao crescimento de sua civilização. Gobineau culpava o contato com os povos inferiores como o motivo da queda dos valores europeus. Para o autor, o aparecimento da raça de arianos era um acontecimento sem precedente na ordem cósmica, mas estava fadado à decadência na medida que se expunha de modo inevitável ao contato com as raças dominadas.

A idéia de classes dominadoras e dominadas foi uma premissa que ajudou o colonizador

européu na invasão do Brasil. Através das teorias que “*indubitavelmente*” comprovavam a superioridade dos brancos, o europeu não chegava a sentir um conflito ideológico com seus ideais cristãos. Tendo essa premissa como base teórica, as hipóteses levantadas sobre a superioridade racial ajudavam a explicar o domínio branco sobre o resto do mundo sem causar um conflito ideológico. Segundo, se as outras raças eram biologicamente inferiores, ou seja, “*incapazes*” de atingir os valores mais elevados da civilização, só poderiam, portanto, sobreviver como massas trabalhadoras submetidas aos brancos. Leite ressalta a linha de pensamento seguida na época:

“Não fora ele, europeu, que intencionalmente estabelecera as diferenças entre as raças; ao contrário, estas eram determinadas pela natureza.”(LEITE, 1983, p. 19)

Além disso, Leite destaca que a teoria racial de dominação ganhou força na medida que parecia corroborar com as idéias de Darwin sobre o evolucionismo: se o homem resultara de longa evolução, na qual sobreviveram as mais capazes, as várias raças estariam em estágios diferentes de evolução e as menos capazes deveriam ser destruídas pelas mais aptas. Essa linha de pensamento contribuiu para o prestígio alcançado pelas idéias racistas no final do século XIX. Prestígio esse que perdurou até, pelo menos, metade do século XX, servindo de base durante esse período para diversos autores brasileiros.

Para Affonso Celso, o Brasil é um país de mestiços, resultado da mistura de três raças (CELSO, 1943). Essas raças formadoras seriam responsáveis pela formação do caráter nacional. Dos índios, herdamos nosso aspecto generoso e a grande coragem pessoal. Do negro, herdamos uma afloração maior dos sentimentos afetivos, resignação estóica, coragem e laboriosidade. Assim como Freyre, Celso tenta traçar um paralelo entre a realidade brasileira e a americana. Para o autor, os negros brasileiros eram menos bárbaros e tais sentimentos contribuíram para a “*inexistência*” de preconceito racial no Brasil. Do europeu, sobretudo o português, herdamos o fascínio pelas viagens e descobrimento, o domínio da arte e do pensamento, heroicidade, resignação, esforço, união, patriotismo e amor ao trabalho. Este é um típico exemplo da estruturação do pensamento que originou o mito das três raças. Como vimos anteriormente, esse mito serviu como base para a ideologia que cerca a construção de identidade do ser brasileiro. O que se destaca aqui são os tipos de valores que constituem a “*herança*” de cada raça: nada mais do que a reiteração de estereótipos ligados a cada etnia.

Poderíamos pensar a teoria racista como uma escada: a cada degrau encontramos um tipo de raça, com todas as vicissitudes ligadas a sua cultura. Se subirmos mais um nível, encontramos outro grupo étnico, mas num estágio acima do anterior (numa clara referência a teoria evolucionista de Darwin). A explicação através de raças inferiores e superiores foi aceita por vários ensaístas brasileiros. Silvio Romero, por exemplo, acreditava que era necessário um

“*branqueamento*” da população, para salva-lá da degeneração. Diversos são os autores, mas pode-se citar alguns ícones que contribuíram para ratificação do pensamento racista no Brasil.

Entre eles, um dos maiores expoentes é Raimundo Nina Rodrigues. Dante Moreira Leite define os estudos de Nina Rodrigues como “*datados*”, e suas explicações como “*excessivamente etnocêntricas*” (LEITE, 1983, p. 236). O que tornou as idéias de Nina Rodrigues tão bem aceitas no meio acadêmico foram o seu interesse real pela pesquisa. O autor, por exemplo, compreendia a necessidade de se fazer levantamentos sobre a língua e a religião dos africanos na Bahia. Além disso, apesar de sustentar uma teoria que hoje é considerada como “*cientificamente inaceitável*”, seus estudos parecem ter chegado próximos de uma concepção cultural do negro. Aparentemente, embora suas conclusões tenham seguido o mesmo princípio das idéias racistas da época, o seu contato com a religião africana nos terreiros deram-lhe uma visão quase antropológica dessas crenças, chegando até a combater algumas ações da polícia contra os encontros promovidos pelo candomblé⁸. Essa proximidade com a contradição fez Leite chegar a seguinte conclusão sobre Nina Rodrigues:

“A realidade é tão poderosa que, se avançasse um pouco mais por ela, talvez Nina Rodrigues chegasse a contradições semelhantes àquelas indicadas em Euclides da Cunha: uma teoria errada para da conta de uma realidade que a teoria européia negava” (LEITE, 1983, p. 236)

O primeiro livro de Nina Rodrigues tratava da posição das raças diante do Código Penal. O estudo sustentava a tese de que as raças inferiores – negros, índios e mestiços – não poderiam ter o mesmo tratamento no Código, pois essas raças teriam a mentalidade de crianças e, portanto, não poderiam ser responsabilizadas pelos seus atos, ou pelo menos, não da mesma forma como pessoas descendentes de uma raça superior. No entanto, Nina Rodrigues acreditava que as raças inferiores poderiam ser reeducadas e assim sendo, alcançariam os mesmos níveis de superioridade que era inerente aos brancos. Vemos novamente outra teoria levantada pelo autor que contraria as premissas da época, onde se acreditava que mesmo após séculos de convivência, as raças inferiores não chegariam a atingir os níveis de desenvolvimento dos brancos. Por exemplo, Nina cita uma teoria defendida por Spencer, que acreditava que o menor desenvolvimento do cérebro era a causa para a fraqueza física dessas raças. Em seguida, sugere que essa menor capacidade do “*selvagem*” era repassada aos mestiços, gerando outra consequência:

“os mestiços (...), por exigência da luta pela existência toda intelectual das civilizações

8 Uma observação: a ação da polícia da época, que era incitada na maioria das vezes pelas solicitações das classes mais altas, poderia ser explicada pelo possível medo que a elite poderia ter dos feitiços. Neste sentido, se real, isso seria uma comprovação das idéias levantadas por Fry sobre a influência que a cultura negra exerceu nas crenças e costumes da aristocracia branca daquele período (mais detalhes sobre esta teoria serão discutido posteriormente).

superiores, tiveram necessidade de aproveitá-la principalmente no sentido da inteligência, havemos de compreender porque os mestiços dos selvagens são capazes de inteligência desenvolvida, mas são fracos, indolentes, imprevidentes” (NINA RODRIGUES, 1938, p.185-186)

Do cruzamento do inteligente homem branco, com o primitivo “selvagem”, nascia o mestiço, um ser de inteligência razoável que não tinha liberdade de querer. A prova da imprevidência, apresentada por Nina Rodrigues, é a de que os portugueses chegavam pobres ao Brasil, mas em pouco tempo tornavam-se grandes capitalistas. Um pouco mais adiante, Nina Rodrigues cita uma opinião de José Veríssimo, a respeito dos mestiços de brancos e índios no Pará, onde o crítico sugere que a solução para as raças mestiças é “*esmagá-las sob a pressão de uma enorme imigração, de uma raça vigorosa que nessa luta pela existência de que fala Darwin as aniquile, assimilando-as*” (NINA RODRIGUES, p. 186, 1938).

No livro sobre os africanos no Brasil, Nina Rodrigues levanta uma teoria que foi seguida por muitos autores daquele período. Acreditava-se que existia um “*problema negro*” no país e de acordo com o autor, esse problema era um dos fatores de nossa inferioridade como povo. Sendo assim, conclui que “*entregando o país aos mestiços, acabará privando-o, por largo prazo, pelo menos, da direção suprema da Raça Branca*” (NINA RODRIGUES, p. 17, 1932). A partir destas suposições:

- O temor de uma revolta separatista entre o Sul, colonizado essencialmente por brancos, se oponha ao Norte, região “dominada” pelos mestiços;
- Ao invés do Brasil acompanhar o nível de desenvolvimento das populações canadenses e americanas, o país aproximaria-se ao modo de ser dos guerrilheiros da América Central.

Essa premissa foi essencial para a defesa da forte imigração de brancos ao Brasil, para que assim, pudesse haver um maior desenvolvimento, que não seria possível com o contingente existente de negros e mestiços. Ao citar a revolta de Palmares, Nina considera que deve-se prestar homenagens aos conseguiram destruir com aquela resistência, pois assim, teriam destruído a maior ameaça à civilização do futuro povo brasileiro. De acordo com sua linha de raciocínio, se o Quilombo dos Palmares tivesse sido vencedor, o Brasil tornaria-se um novo Haiti, incapaz do progresso e inacessível ao desenvolvimento da população.

O interessante dessa passagem são os prognósticos feitos por Nina Rodrigues de acordo com sua percepção de realidade. Para o autor, existiam dois tipos de negros no Brasil, e um deles estava fadado a extinção, por não conseguir acompanhar os níveis de desenvolvimento das raças mais avançadas. Apenas os negros provindos de culturas antigas, como a do Egito e Abissínia, poderiam ter um futuro ao lado do branco. A teoria de Nina Rodrigues considerava que esses

negros possuíam uma capacidade intelectual maior por supostamente terem pertencido a culturas brancas existentes naquela região. Para o autor, os povos provindos daqueles países poderiam ser definidos como “*falsos negros*” ou “*brancos disfarçados*”.

O que se conclui ao analisar um pouco da obra de Nina Rodrigues é que ele aceitava a teoria do evolucionismo e a partir dela, numa visão pessoal, criava suas próprias teorias sobre diferenças raciais. Dante Moreira Leite ressalta que a obra de Nina Rodrigues é incompleta – talvez pelo fato do autor ter morrido aos 44 anos – e nem mesmo seus discípulos arriscaram “*inferir até aonde chegaria em seus estudos*” (LEITE, 1983, p. 241). Mas a herança empírica levantada por Nina Rodrigues serviu como ponto de partida para diversas pesquisas posteriores.

Um deles foi Arthur Ramos. Médico como Nina Rodrigues, formado também pela Faculdade de Medicina da Bahia, considerava-se um continuador do trabalho deste autor. Ramos não se limitou, porém, a reafirmar as teorias de Nina Rodrigues, mas a realizar pesquisas inspiradas nas feitas pelo seu mestre, apenas readaptando os métodos ao seu tempo. Segundo Leite, as três maiores publicações de Ramos sobre a questão dos negros e sua vida no Brasil são: “*O Folk-lore Negro no Brasil*” (RAMOS, 1935), “*O Negro Brasileiro*” (RAMOS, 1940) e “*A Aculturação Negra no Brasil*” (RAMOS, 1942). As teorias levantadas nestas obras combatiam a doutrina da superioridade racial dos brancos. A exemplo de Nina Rodrigues, Ramos construía suas análises após o levantamento de dados empíricos, e ao escolher esta metodologia, o autor pôde ter contato com as reais condições de vida da população negra. Construir uma apreciação crítica com base em dados concretos pode soar como uma prática comum nos dias de hoje, mas a realidade dos estudos antropológicos e sociológicos daquela época era diferente, fazendo de Ramos uma exceção. No entanto, em suas análises, o autor ficou preso a uma concepção evolucionista, mudando apenas o enfoque: o negro não era pertencente a uma raça inferior, mas sim membro de uma cultura atrasada de que, para Ramos, deveria ser lentamente libertado. Novamente vemos a tese do “*fardo do homem branco*”: levar cultura e civilização aos povos presos a costumes e rituais primitivos. Aqui Leite tenta mostrar a fragilidade dos argumentos levantados por Ramos:

“Em primeiro lugar, teria sentido falar em cultura primitiva num grupo que há várias gerações está em contacto com a chamada civilização? Estaremos diante apenas de sobrevivência de culturas primitivas ou diante de culturas de classes e castas? Em segundo lugar, não será preconceito considerar uma religião como primitiva, e outra como evoluída, quando fenômenos muito semelhantes aos denominados primitivos podem ser encontrados em culturas européias?” (LEITE, 1983, p. 261)

No entanto, um pouco mais adiante, Leite considera injusto avaliar a obra de Ramos através da interpretação global de suas idéias sobre cultura e civilização, que segundo Leite,

estão presentes em poucas páginas que poderiam muito bem ser refeitas em poucos dias. O problema está no sentido que elas conotam e na reiteração de uma visão deformada dos processos de interação raciais existentes no país até então. Por exemplo: em *“O Negro Brasileiro”*, Ramos atribui aos brancos o caráter de possuidor da *“verdadeira cultura”* e aos negros, membros de uma *“cultura primitiva”*. O maior expoente para o atraso do negro era sua religião. Arthur Ramos acreditava ser necessário *“curar”* o inconsciente coletivo brasileiro para se superar o estágio de religião primitiva: *“Com o estudo das formas atrasadas de suas religiões, consegue-se descobrir uma ponta do véu”* (RAMOS, p. 406, 1940). Novamente Leite tenta comprovar a contradição deste pensamento numa comparação do culto a Iemanjá e a semelhança encontrada na lenda germânica de Loreley. Para Leite, Ramos foi capaz de superar as teorias racistas da época, mas foi inábil ao tentar explicar os conceitos de cultura. Num resumo final, se Ramos analisasse seus dados sobre uma diferente perspectiva, que não fosse influenciada pelo evolucionismo, talvez pudesse ter extraído mais de suas pesquisas.

Se Leite conseguia ver em Nina Rodrigues e Arthur Ramos pesquisadores capazes de traçar levantamentos seguindo preceitos científicos, da mesma fama não gozava Oliveira Vianna. Para Leite, José Oliveira Vianna era um autor incapaz de acompanhar o pensamento de sua época, quanto mais se elaborar uma análise que contribuísse para o avanço das discussões propostas pelas Ciências Sociais. Mas Vianna obteve êxito em sua obra, o que para Leite era incompreensível. Uma das explicações propostas por Leite é que os livros de Vianna antecederam por pouco tempo o início dos movimentos fascistas europeus. *“a obra de Oliveira Vianna satisfazia os pruridos de nobreza rural de parte da população brasileira”* (LEITE, 1983, p. 241). Nelson Werneck Sodré foi outro crítico a obra de Vianna. Para Sodré, Vianna com métodos falsos, não buscava informações para proferir conclusões e acusava-o de produzir *“tolices”* para satisfazer a ideologia da aristocracia brasileira (SODRÉ, 1964, p. 165).

Ambos autores sustentam que a obra de Vianna não resiste a qualquer análise criteriosa, mesmo que se tente compreender o contexto no qual ela foi escrita. Ao contrário de Nina Rodrigues, Vianna não foi capaz de nem ao menos observar o negro, tentar entendê-lo como parte de um grupo social. *“O que nele parece teoria é imaginação gratuita, grosseira deformação de fatos e teorias alheias”* (LEITE, 1983, p. 242). Para Leite, tal negligência em apuração dos dados poderia ser resultado de um conflito interno sofrido por Vianna. Segundo Leite, alguns críticos diziam que Oliveira Vianna era mulato escuro, e que isso, levava supor que a valorização do arianismo e da aristocracia em suas obras era uma forma de identificar-se com o grupo dominante. A influência de Vianna em sua primeira obra deixa claro sua posição: logo no prefácio, Vianna cita Gobineau, Lapouge e Ammon, a quem chama de *“gênios possantes”* (VIANNA, 1935, prefácio).

Em sua primeira obra, logo de início Vianna entra em contradição: ao tentar justificar

a necessidade da importação de europeus para a evolução do Brasil, sem se dar conta, Vianna critica a postura da elite branca do país. Mesmo que não tenha sido sua intenção, o autor fala da inevitabilidade do contato maior com o europeu para corrigir as deficiências existentes em nossa sociedade e quais qualidades ela deveria adquirir. Mas, na mesma frase, o autor tenta enaltecer as virtudes desta mesma elite, reiterando assim sua incongruência. Vejamos:

“Só assim, no contacto forçado com esses grandes povos, que estão invadindo e senhoreando o globo, poderemos – pelo reforço previdente de nossas linhas de menor resistência – conservar intactas, no choque inevitável, a nossa personalidade e a nossa soberania” (VIANNA, 1935, p. 244)

A confusa linha de pensamento de Vianna leva-nos ao seguinte questionamento: se é necessário corrigir as deficiências de nossa sociedade, não seria errado manter sua personalidade? Mais adiante, Vianna elucida melhor seu raciocínio, atribuindo os aspectos negativos da sociedade brasileira ao fato da maior inserção do negro após a abolição do trabalho escravo:

“o nosso povo entra numa fase de desorganização profunda e geral, sem paralelo em toda a sua história. Todas as diretrizes de nossa evolução coletiva se acham, desde esta data, completamente quebradas e desviadas” (VIANNA, 1935, p. 244)

Para Dante Moreira Leite, esta passagem ajuda a demonstrar a capacidade de Vianna de *“inventar uma história”* para provar suas teses. A fim de demonstrar a superioridade dos brancos e a influência negativa dos negros, Vianna desprezou documentos que contrariavam suas alegações para construir uma fábula sobre um suposto período áureo de nossa civilização que fora interrompido com a lei de 1888. Um pouco mais adiante, Leite ressalta a capacidade de Vianna em contar mentiras para forçar a afirmação de suas teorias. Vianna imagina uma vida urbana elegante e fina, que teria florescido em São Paulo e Pernambuco nos dois primeiros séculos da colonização:

“Pela elevação dos sentimentos, pela hombridade, pela altivez, pela dignidade, mesmo pelo fausto e fortuna que ostentavam esses aristocratas, paulistas e pernambucanos, mostram-se muito superiores à nobreza da própria metrópole. Não são eles somente homens de cabedais, com hábitos de sociabilidade e luxo; são também espíritos do melhor quilate intelectual da melhor cultura. Ninguém os excede nos primores do bem falar e do bem escrever” (VIANNA, 1935, p. 245)

A incongruência desta passagem, segundo Leite, tem como prova o depoimento dos historiadores sobre o que se conhece do início da colonização destas regiões. São Paulo era durante os primeiros séculos, *“uma pequena vila, com aproximadamente mil e quinhentos habitantes e cento e cinquenta casas, muito pobres e de pouco valor”* (MACHADO, 1943, p. 129). Segundo

Alcântara Machado, objetos importados naquela época eram caríssimos, podendo-se comparar o valor de um vestido a uma pequena fazenda – o que demonstra a falta de conhecimento de Vianna ao citar o luxo que viviam os habitantes daquele período. Sobre a idéia distorcida de sociabilidade mencionada por Vianna, Leite ressalta que durante este período, por exemplo, se alguma pessoa importante viesse de Portugal visitar São Paulo, a Câmara Municipal tratava de requisitar a cama de um morador, e se esse recusasse, era expulso de casa por força militar. Quanto a cultura, Leite lembra que o máximo exigido, e isso por algumas poucas famílias, era que os meninos aprendessem a ler e as meninas a costurar. Nada de bibliotecas nem livrarias: “em apenas quinze inventários encontra descrição de livros e estes não ultrapassam, no total, cinqüenta e cinco, a maioria de histórias de santos ou livros didáticos” (LEITE, 1983, p. 245). Ou seja, “do bem escrever”, não se encontra documentos ou outra evidência que comprove o que Vianna havia citado. Do “bem falar”, Leite ironiza, dizendo que isso só seria real se Vianna estivesse se referindo a boa fluência dos índios no tupi. Naquela época, segundo Leite, apenas na cidade de São Paulo viviam sessenta mil índios, contra quatro mil brancos e mestiços. Para Leite isso prova que Vianna desprezava a documentação utilizada por historiadores da época para poder inventar “sua” história.

Mas a obra de Vianna não se preocupava apenas em enaltecer as “virtudes” da população branca. Seu pensamento era similar ao de Nina Rodrigues quando citava a questão da mestiçagem. Os dois partilham do ponto de vista que negros e mulatos eram a razão dos fracos níveis de desenvolvimentos existentes no Brasil. Para Vianna, devido ao fato da ausência de mulheres brancas durante a colonização, a mestiçagem ocorrida no país foi prejudicial, pois apesar do mestiço ter herdado parte da inteligência e caráter do ariano, conservou também as qualidades da raça inferior. Esse acontecimento resultou, segundo Vianna, num impedimento de ascensão econômica e cultural do Brasil.

Outro ponto de vista compartilhado por Vianna e Nina Rodrigues é a aplicação da teoria do evolucionismo na questão racial. Para Vianna, se duas raças desiguais eram colocadas juntas, as menos capazes seriam absorvidas e dominadas pelas mais desenvolvidas, gerando assim, duas classes: os senhores e os servidores. Segundo o autor, o negro nunca poderia absorver a cultura dos brancos; poderia, quando muito, ter a capacidade apenas de imitar. A semelhança com as conclusões de Nina Rodrigues continuam: quando um negro tornava-se exceção e, por algum motivo, se destacava, a este fato era atribuído sua descendência não pura, ou seja, parte de seu sangue fora herdado pelo contato com o branco.

Como era praxe para cientistas da época – principalmente aqueles que eram discípulos do evolucionismo – Vianna também sucumbiu a tentação de criar uma escala de desenvolvimento racial. Para o autor, os índios eram considerados como seres “fora” da civilização, que

viviam como selvagens, e portanto, num período mais próximo aos primórdios vividos pelos antepassados europeus. Já os negros, estavam num degrau acima, mas mesmo que pudessem ser considerados possuidores de uma cultura, esta ainda estava muito atrasada na comparação com a dos europeus. E no topo obviamente encontram-se os brancos, que faziam parte do que havia de mais avançado dentro da evolução humana.

Mas ao fazer tais afirmações, Vianna comete erros metodológicos que beiram o amadorismo. Segundo Leite, Vianna não organiza seu pensamento de forma clara e acaba, por diversas vezes, entrando em contradição. Além disso, o autor mais citado em seus livros é ele mesmo, comprovando a fraqueza de seus argumentos.

“a confirmação de uma afirmação está em outra, do mesmo livro, ou de livro que promete publicar, embora nenhum caso se dê um documento comprobatório.” (LEITE, 1983, p. 245)

Os livros de Vianna parecem ter apenas dois sentidos: enaltecer constantemente o ego da elite e reforçar estereótipos de negros e mestiços. Mas é difícil manter-se coerente quando a tarefa é buscar elogios contínuos as diferentes épocas e situações vividas pela dominação européia. Um exemplo é sua visão sobre D. Pedro II: para Vianna, durante o meio século de seu reinado, D. Pedro II exerceu a *“mais nobre das ditaduras”*. Para o autor, um dos feitos do imperador foi aplicar uma retificação moral sem precedentes na história, na ordem privada e pública. Mas, ao afirmar isso, Vianna esquece de todas as qualidades morais enalticida por ele sobre a aristocracia da época durante as 400 páginas anteriores. Então, que sentido teria um governo forte baseado na ditadura moral? Para Leite, Vianna só estava externando um pensamento que a cada dia ganhava mais força no início do século XX: a idéia de que o Brasil precisava de um governo autoritário, para *“pôr ordem na casa”*, era influenciada pelo movimento fascista que também sofria expansão na Europa.

Quando Vianna deparava-se com um argumento que não condizia com suas idéias, ele o ignorava. Um exemplo disso é a visão que Vianna tinha de São Paulo durante o início da colonização. O autor acreditava que naquela época vivia-se um período de esplendor, e mesmo sem apresentar nenhuma evidência científica para basear qualquer afirmação, seja um documento histórico ou uma pesquisa empírica, Vianna defendia ser esta a verdade. A tal ponto de chamar de mentirosos historiadores como Pedro Taques, que diante da análise de diversos documentos do início da colonização, pode verificar que a maioria da população de São Paulo era pobre, até mesmo para os padrões da época. Mas Vianna decide não aceitar esses dados e segue com sua teoria sobre desaceleração do desenvolvimento econômico e cultural, fato esse não somente atribuído à mestiçagem, mas também somado aos episódios acontecidos em 1888.

O mais intrigante de todos estes fatos é que, apesar das críticas que Vianna já sofria em seu tempo em virtude da fraqueza de seus argumentos e idéias, seus livros tiveram várias edições publicadas e foram citados em diversos momentos como se fossem fruto de uma pesquisa idônea. Para Leite, Vianna não passou de um homem infeliz que sofria com seu próprio estigma:

“sua obra mostra para o sociólogo e o psicólogo a crueldade do domínio de um grupo, por outro: o grupo dominado acaba por se ver com os olhos do grupo dominante, a desprezar e a odiar, em si mesmo, os sinais do que os outros consideram sua inferioridade” (LEITE, 1983, p. 253)

O evolucionismo também serviu como base para Alfredo Ellis, em suas análises sobre diferentes grupos raciais. Segundo o autor, no início da colonização, os portugueses que vieram para o Brasil não pertenciam à aristocracia, mas nem por isso deixavam de ser elementos eugenicamente bons. Já os negros pertenciam a uma raça biologicamente inferior, e uma prova disto estava no alto grau de mortalidade verificado nestas populações. Por isto Ellis não acreditava que o negro representasse qualquer tipo de ameaça ao branco, pois o considerava membro de uma raça fraca e involuída. Pela teoria de evolução, quando dois grupos de seres vivos disputam o mesmo espaço, sobrevive aquele mais adaptado, ou mais evoluído. Neste sentido, Ellis traça um paralelo entre este conceito e a realidade étnico-racial encontrada no Brasil: na convivência com o branco, as populações negras estavam fadadas a extinção. Uma das teorias do autor, entre outras, era a seguinte: *“as bruscas mudanças de temperatura são prejudiciais à respiração desses grupos, cuja maior espessura dérmica sobrecarrega a respiração dos pulmões”*(ELLIS JR., 1934, p. 115).

Essas conclusões sofriam forte influência do cientificismo do século XIX. Foi nesta época que se popularizaram os estudos do homem através de preceitos e métodos que procuravam medir a capacidade intelectual de cada raça por diversos aspectos biológicos. O interessante de se observar é o prestígio alcançado por este tipo de ciência, da qual mesmo atualmente, encontra pessoas dispostas a invocar em seus argumentos as conclusões feitas neste período. O motivo deste sucesso não é a força de suas *“descobertas”*, mas a base de uma metodologia científica usada para embasar suas análises, com *“provas”* de difícil questionamento. A ciência, ou o *“cientificamente comprovado”*, eram frequentemente palavras que garantiam a verdade do que se era afirmado. Neste panorama, o evolucionismo de Darwin tem um lugar muito saliente, sobretudo porque permite colocar o homem como um ser biológico, que pode ser separado por raças, assim como os animais. O cientificismo procurava explicar os processos das diferentes formas de ser através de influências externas e internas do meio e da descendência genética. Como exemplos desta *“moda”* temos as conclusões feitas por Lapouge ao medir tamanho de crânios entre um cemitério da elite e outra popular; as teorias de Buckle que procuravam explicar como

o clima influenciava no desenvolvimento de um povo – no caso do Brasil, a culpa seria do vento alísio, que provocava chuvas constantes, uma natureza exuberante, que fazia do homem um ser a par deste ambiente, de modo que, para sobreviver, ele se integrava ao ambiente tornando-se assim um selvagem.

Um dos grandes expoentes no Brasil a usar esta literatura para explicar os processos sociais aqui ocorridos foi Sílvio Romero. A pretensão científica do autor contribuiu para muitos juízos falsos sobre as relações étnico-raciais brasileiras.

Dante Moreira Leite fala que Sílvio Romero era uma vítima da pobreza do ambiente próprio para o melhor desenvolvimento do raciocínio. Leite afirma que Romero demonstra um esforço intelectual para tentar entender as questões sociais do Brasil, mas sua metodologia era ingênua e mal aplicada, não permitindo assim um melhor desenvolvimento de suas análises e caindo para o perigoso campo da generalização. Leite conta que as conclusões de Romero eram feitas após leituras ocasionais de autores estrangeiros, que tinham uma visão preconceituosa da realidade vivida aqui. Para se ter uma idéia desta influência, faço um recorte de um trecho de depoimentos pessoais de Romero publicados por Leite:

“De um modo geral, e apesar das diferenças acaso existentes entre eles, esses autores (Spencer, Darwin, Haeckel, Büchner, Vogt, Moleschott e Huxley) eram evolucionistas, isto é, aceitavam uma evolução linear da história humana, cujo ponto final seria a sociedade européia do século XIX. Pelo menos a partir de Darwin, pensa-se que essa evolução resulta da luta pela vida, onde os mais fortes vencem os mais fracos, transmitindo aos seus descendentes essa maior adaptabilidade ao ambiente. Disso decorre que a história humana pode ser explicada através de critérios físicos ou biológicos: o meio e a raça. (...) Na primeira parte deste ensaio já se indicou que essa teoria não só explicava o predomínio da raça branca – que alguns autores denominavam ariana – mas também justificaria as suas futuras conquistas, como raça mais capaz e adaptada. Se o Brasil era evidentemente composto por raças então consideradas inferiores, seria necessário considerar que o país estaria irremediavelmente condenado a ser dominado por raças superiores.” (ROMERO, 1971, p. 75)

Seguindo esta linha de pensamento, Sílvio Romero conclui porque considera o brasileiro um retrato do português. Se a tendência da convivência de raças que estejam em diferentes períodos de evolução é de a mais forte dominar a mais fraca, obviamente a cultura imposta será a do português. Abaixo as considerações de Romero com relação a cada um dos “tipos” de pessoas da sociedade brasileira:

- Índio – tipo quase perdido, que se vai esvaecendo cada vez mais, que praticamente em nada contribui para o desenvolvimento do Brasil.
- Africano – rebelde aos processos intelectuais, tem alterado nossa fisionomia como povo sem agregar nenhum valor a sociedade.

- Latinos – bestamente atrasada e infecunda, composta de mestiços estupidamente indolentes, talhados para escravos.

Leite lembra que estas análises foram escritas na fase pessimista de Sílvio Romero, portanto de forte influência do pensamento estrangeiro: “*por um processo que, aparentemente, não esclareceu, Sílvio Romero chegaria mais tarde a uma posição diferente*” (LEITE, 1983, p. 200). Leite afirma que anos mais tarde, o próprio Sílvio Romero reconhecerá ter passado por três fases: a do otimismo da infância, o pessimismo radical e intratável e a crítica imparcial, que teria chegado através do estudo da vida brasileira.

Mas mesmo na fase da “*crítica imparcial*”, Sílvio Romero atribui conseqüências típicas do cientificismo para explicar suas teorias. Para o autor, o clima e a mestiçagem com raças inferiores são fatores para a formação de uma sub-raça – a brasileira – que era distinta da européia. Como outros autores da época, Romero chega a dar impressão de acreditar numa política de possível “*branqueamento*” da população como solução para as degenerações acima citadas.

Podemos encontrar similaridade no pensamento de outro famoso autor desta época: Euclides da Cunha. Para o autor, a mistura das raças é na maioria das vezes, prejudicial ao desenvolvimento da nação. Como a maioria dos autores que usam o evolucionismo para explicar as diferenças entre as raças, Euclides também entra em contradição. O autor montou um esquema do desenvolvimento do regionalismo brasileiro no século XIX, descrevendo, sobretudo a vida do sertanejo nordestino.

Em “*Os Sertões*”, Euclides da Cunha procura narrar os fatos muito mais como uma reportagem jornalística do que um estudo científico. O autor expressa livremente sua opinião sobre fatos políticos e eventos históricos, através de um estilo literário de narração. Sem dúvida é uma obra de grande sucesso, tornando seu conteúdo ideológico bastante interessante de ser analisado. Euclides também é adepto da teoria das três raças e sua influência no comportamento do brasileiro. O autor enaltece o sertanejo, chamando-o de “*rocha viva de nossa raça*” (CUNHA, 1966, p. 579). Para Euclides, o jagunço sertanejo encontrou tantas adversidades na sua formação que constituiu um povo forte. Porém, a contradição está exatamente no fato de Euclides não observar o jagunço nordestino como um mestiço.

Para Euclides o mestiço era um intruso, pois não lutou para adquirir a terra, não conquistou seu lugar, mas sim foi apenas fruto de uma relação da raça superior com outras inferiores. O próprio autor tem consciência desta contradição, e procura amenizá-la através da seguinte teoria:

“enquanto no litoral o mestiço está submetido a uma civilização superior, que não pode acompanhar ou absorver, os homens do sertão, longe da civilização, não precisam adap-

tar-se a um estágio social superior e podem preparar-se para um dia recebê-la. Em outras palavras, a raça cruzada já constitui uma raça autônoma e, em vez de ser obrigada, como a do litoral, a adaptar-se a uma civilização, poderá evoluir, diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos, porque é a sólida base do desenvolvimento moral ulterior. (...) O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.”(CUNHA, 1966, p. 584)

Ao afirmar isto, Euclides também aplica o evolucionismo de Darwin, ao acreditar que cada “raça” está num diferente estágio de desenvolvimento e quando elas entram em contato, há uma absorção e dominação da mais forte sobre a mais fraca. Ao se isolar, o sertanejo nordestino não sofre esse contato que poderia ser prejudicial à sua formação, que na opinião de Euclides da Cunha, é o que ocorreu com o mestiço do litoral.

Se Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Júnior partilhavam dos conceitos de raça inferior, Azevedo Amaral tinha uma análise mais próxima a Arthur Ramos, quando atribuía o fator de desenvolvimento à cultura. Amaral julgava que os brancos continham valores em sua cultura mais elevados do que a de índios e negros: “o branco terá de firmar sua supremacia espiritual, aproveitando-se apenas dos valores africanos e ameríndios, quando muito como elementos decorativos de seu triunfo” (AMARAL, 1934, p. 262). Amaral, ao final de seu livro, lança um dilema: seria possível ao brasileiro ser “uma raça biologicamente mestiçada” (AMARAL, 1934, p. 264), mas conservar os traços essenciais da mentalidade do branco?

Dante Moreira Leite vê nas teorias de Affonso Arinos de Mello Franco teorias muito similares as de Azevedo Amaral. Segundo Leite, o ponto de partida do autor é a teoria de Spengler, de onde retira a distinção entre cultura e civilização. A cultura pode ser dividida em dois pólos: primitiva e superior. Aqui vemos claramente uma semelhança com as teorias de Ramos e Amaral. E essa similaridade segue: para Franco, o processo de dominação entre raças é algo inerente à natureza, e a civilização é o produto máximo desta evolução. No entanto, Affonso Arinos de Mello Franco contraria Spengler ao dizer que o “Brasil foi teatro histórico de um grande choque entre duas culturas e uma civilização” (FRANCO, 1936, p. 114), pois para Spengler só era possível haver desenvolvimento a partir de uma única cultura. O que Franco afirmava é que no Brasil o branco destruiu as civilizações negras e índias, mas não sua cultura. O autor acreditava que essa foi a única forma que negros e índios encontraram para se opor ao domínio branco. Affonso Arinos de Mello Franco também era um dos intelectuais que partilhava da idéia das três raças. Para o autor, as tendências de comportamento do brasileiro provêm de três influências distintas, de modo que cada elemento constitutivo das culturas inferiores foram assimilados pela civilização colonial branca, transformando para sempre o caráter nacional.

O resultado disso, para Franco, era de que o Brasil nunca alcançaria uma organização

civilizada. Pela “*má*” influência vinda das culturas inferiores, seria impossível atingirmos uma ascensão suficiente para acompanhar outras nações mais desenvolvidas. Para Leite, isto é uma pregação nitidamente fascista:

“a massa popular precisa ser contida pela elite branca, e ser contida pela força, pois as características primitivas do povo impedem que atinja a civilização. Aqui, a solução fascista – renunciada no aristocratismo de Oliveira Vianna – é claramente proposta, até com certa ingenuidade” (LEITE, 1983, p. 270)

Mas não somente teorias racistas foram produzidas pelo Brasil durante este período. Um autor, que hoje é denominado como um “*rebelde esquecido*”, construiu análises consideradas bastante avançadas para sua época. Talvez por isso, durante muitos anos, suas teorias tenham passado despercebidas. A razão fundamental para a amnésia literária sofrida por Manuel Bomfim pode estar ligado ao fato de suas idéias não serem compatíveis com o discurso intelectual disseminado daquele momento. Dante Moreira Leite define Manoel Bomfim como um “*nacionalista num período de pessimismo*” (LEITE, 1983, p. 276). Enquanto a maioria dos pensadores do início do século XX procuravam explicações para a “*inferioridade*” do povo brasileiro, Manoel Bomfim procurou aplicar a realidade através de uma perspectiva socialista.

Numa época em que Gobineau era considerado um “*gênio possante*” e se discutia a “*arianização*” do Brasil, Bomfim explicita a seguinte opinião sobre o assunto:

“o francês Gobineau, mesquinha mentalidade de diplomata, que se promoveu a conde, considerou-se promovido também em sangue, e proclamou, sobre as raças desiguais, a absoluta superioridade dos germanos (...) pois que um aristocrata francês é de sangue germano (...)” (BOMFIM, 1935, p. 340)

Mas é em “*A América Latina: Males de Origem*” (1905) que Bomfim melhor descreve sua impressão sobre o caráter nacional. Num primeiro momento, o autor observa como a orla de políticos e jornalistas europeus, embora normalmente tenham opiniões distintas, acabam sempre por concordar com a teoria da América Latina ser uma região atrasada, povoada por mestiços indolentes e degenerados. Para Bomfim, os europeus têm uma visão muito reduzida da realidade, o que não os permite olhar os problemas da região de outra maneira a não ser por uma ótica preconceituosa e carregada de ideais de domínio. Bomfim acredita que há uma falta de foco científico na análise da realidade brasileira, e sobram idealismos. Dessa maneira, segundo o autor, não é possível conhecer as origens dos problemas enfrentados por esta região, a fim de modificar para melhor as condições de vida dos povos habitantes da mesma.

Bomfim declara que muito dos problemas enfrentados no Brasil era similares aos que Portugal e Espanha também padeciam. Entre eles, a inércia de desenvolvimento cultural e a

constante luta pelo poder através de disputas guerrilheiras. Bomfim é um dos primeiros a pensar nos problemas acarretados pela maneira como o Brasil foi colonizado. O autor explica que o sentimento que trouxe o português não foi o de ampliação de uma rota comercial que ampliasse o número de países que pudessem manter uma relação mercantil com Portugal, mas sim, o objetivo de conquista, subjugação e exploração. Nunca houve no Brasil, durante o período colonial, uma iniciativa que visasse o bem coletivo. Para Bomfim, uma das conseqüências deste modo de governar era o parasitismo, ou seja, a completa falta de desenvolvimento, onde a única preocupação era a extração maciça dos bens naturais. O parasitismo leva ao conservadorismo, que gera o sentimento de inércia, pois procura-se manter a situação de privilégio durante o maior tempo possível.

Para Bomfim, o parasitismo explica até a peculiar forma de Estado nas repúblicas latino-americanas: um governo alheio ao bem comum, interessado apenas em “*cobrar impostos, coagir as populações, organizar forças armadas que o defendem e representem o seu poder*” (BOMFIM, 1905, p. 215). Para comprovar esta afirmação, o autor faz uma rápida análise do orçamento de 1903 no Brasil, e demonstra que o governo federal gastava aproximadamente 25% de sua receita com forças armadas, e pouco mais de 1% com ensino, bibliotecas, museus, escolas especiais, observatórios, etc.

Ao contrário da maioria dos autores da época, Bomfim apontava que a situação de escravo e as condições de vida impostas por estas circunstâncias eram as principais causas dos “*defeitos*” e “*inferioridades*” atribuídos aos negros. Para Bomfim, as constantes revoltas e suicídios demonstravam a vontade coletiva do negro para ter direito a liberdade pessoal. O que é interessante destacar aqui é o fato de que grande parte dos autores usavam o argumento da alta mortalidade presente entre os negros, bem como o índice de suicídio como provas desta “*inferioridade*”. Ou seja, o mesmo dado é usado com diferentes pontos de vista.

A partir deste tipo de análise, Manoel Bomfim é levado a examinar a teoria da superioridade e inferioridade das raças como apenas uma justificativa européia para domínio e escravização do resto da humanidade. O autor tenta explicar sua perspectiva através da história: se a teoria da superioridade fosse correta, não seria possível povos considerados bárbaros pelos gregos, tornarem-se os mais adiantados do mundo, segundo o autor. Bomfim também critica a postura de diversos autores ao comparar o Brasil ao EUA, concluindo que há uma inevitável inferioridade dos latino-americanos. Para o autor, existem grandes diferenças entre os dois países, que vai desde a forma de colonização até o período que antecede a independência de ambos.

A exemplo de Bomfim, outro autor analisou a realidade do negro neste período, e chegou a conclusões diferentes da maioria dos autores: seu nome era Alberto Torres. Leite cita Torres,

dizendo que, como Bomfim, “*durante mais de vinte anos seus trabalhos parecem ter sido inteiramente desprezados*” (LEITE, 1983, p. 281). Torres acreditava que havíamos importado as doutrinas racistas da Europa, sem perceber, segundo o autor, que essas teorias nos levariam a um rumo sem futuro. Torres era contra a imigração do europeu, dizendo que o principal problema do Brasil não era falta de mão-de-obra trabalhadora para alavancar o crescimento do país. Torres não admitia que o trabalhador estrangeiro fosse mais capacitado do que o brasileiro: o que faltava, segundo o autor, era a oportunidade para o contingente nacional ter acesso ao trabalho assalariado.

Tanto Torres quanto Bomfim, já no começo do século, perceberam que os equívocos provocados pelas teorias racistas exerceram uma grande influência na forma como o brasileiro pensa. Muito dessas justificativas são frutos de um pensamento que ajudou a formar a base da escravidão. Ao afirmarem cientificamente que a natureza havia feito os europeus seres superiores, não havia contradição para a imposição, pois, a biologia já havia os construído para esse fim. Pois do contrário, eles seriam os dominantes, e não os dominados. Sendo assim, o europeu isentava-se de qualquer sentimento de discriminação, pois não fora ele quem estabeleceria as diferenças entre as raças, e sim, estas eram justificadas pela natureza. Podemos verificar que essa ideologia racista não partia muito de uma verificação racional, isenta de parcialidade, tentando interpretar objetivamente a realidade. O objetivo era justificar as desigualdades entre classes e povos. Outro problema com estas teorias é que, sempre quem as fazia, colocava-se como o ser superior, como parte da raça dominante. Em todas as classificações, de raças e culturas, que tentam demonstrar ou justificar superioridade de uma em relação à outra, as pessoas que as constroem colocam sua cultura, “*raça*”, nação ou etnia como a mais elevada, a mais evoluída.

Todas essas teorias e pensamentos aqui citados contribuíram para a origem do pensamento racista em nosso país. Mas além desta contribuição, elas identificam a forma de pensar não só da população, mas da classe intelectual brasileira desta época. A influência do pensamento dos intelectuais europeus, o cientificismo, a teoria evolucionista e dominação de raça são alguns exemplos do que serviu de base para formar os conceitos sociológicos de nossa população e tentar explicar suas especificidades. Se analisarmos nacionalmente, o problema do racismo dentro da população absoluta do país torna-se destrutivo, dadas as repercussões massivas que tiveram e em certos casos ainda têm estas teorias.

3 – Uma sociedade miscigenada e sua classe dominante – o brasileiro e o tempero da feijoada

Um dos motivos levantados por Gilberto Freyre para defender que os portugueses eram

menos racistas que outros povos da Europa – principalmente na comparação com os ingleses – era o fato da miscigenação ocorrida aqui. Para Freyre, isso é uma prova que o português era livre de preconceito, pois aceitava ter como esposa uma negra. Essa questão fez com que muitos estudiosos criticassem o trabalho de Freyre, normalmente acusando-o de pregar uma falsa democracia racial. De fato, algumas suposições de Freyre eram bastantes controversas. Uma delas defendia a superioridade do mestiço pelo seu “*refinamento*” genético histórico. Para Freyre, o mestiço podia ser considerado como ser mais inteligente por ter sido a mistura do que havia “*de melhor*” na época da colonização.

Apoiando-se na teoria de uma suposta constituição familiar atípica, mas segundo o autor, comum durante o período colonial. Freyre dizia que todo filho das famílias de engenho que se destacava por sua inteligência, normalmente era levado ao celibato. Nessa época, os padres eram considerados como indivíduos que continham o maior grau de conhecimento, e acreditava-se que a igreja possuía a mais elevada casta de pessoas com astúcia. Muitos padres eram enviados para outras regiões, a fim de ampliar as fronteiras do cristianismo no Brasil. Com eles, eram levados alguns escravos também, para ajudá-lo nessa missão. Normalmente eram separados os melhores escravos da fazenda. Segundo Freyre, muitos desses padres envolviam-se com as negras-escravas, escolhendo para si as mais “*bonitas e espertas*” da senzala, e inclusive, passavam a viver como se fossem marido e mulher, vivendo sobre o mesmo teto. Dessa união, os mestiços que nasciam, tinham então, uma suposta vantagem genética sobre a maioria dos indivíduos, pois eram frutos do melhor das duas etnias. Gilberto Freyre destaca:

“...a atividade patriarcal dos padres, (...) trouxe à formação do Brasil a contribuição de um elemento social e eugênicamente superior. Homens das melhores famílias e da mais alta capacidade intelectual.” “...filho de padre, cuja a ascensão social, quando branco ou mestiço claro, tem se feito sempre com grande facilidade...” (FREYRE, 1961, p. 625)

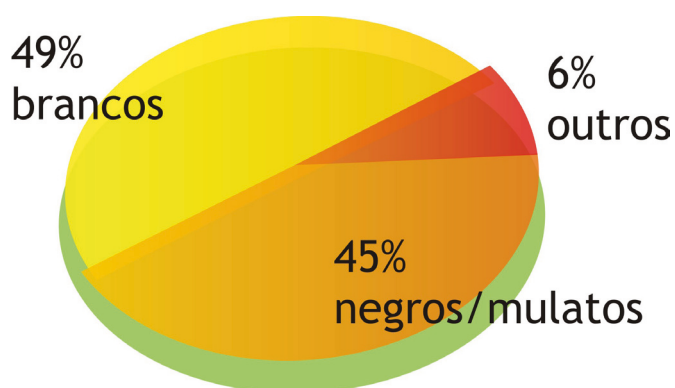
Ou ainda, mais adiante:

“No Brasil, muita cria e mulatinho, filho ilegítimo do senhor, aprendeu a ler e aprendeu a escrever mais depressa que os meninos brancos, distanciando-se deles e habilitando-se aos estudos superiores” (FREYRE, 1961, p. 626)

Apesar desta teoria ser bastante polêmica, e de fácil crítica, tinha um objetivo normalmente ignorado pela maioria dos autores que a criticam: serviu para Freyre justificar contra a ciência da época, como por exemplo, comprovações do tamanho e peso do cérebro, não eram necessariamente vantagem alguma. O que Freyre procurava com isso era quebrar o paradigma da superioridade dos brancos, pois se esses tinham supostamente um cérebro maior e mais pesado, os mestiços levavam consigo a vantagem da herança genética.

Discussões sobre o trabalho de Freyre à parte, o que procuro destacar agora é a presença do mestiço na sociedade brasileira desde o início da época da colonização. A miscigenação foi grande desde o início da constituição de nossa sociedade. Entre alguns motivos destaca-se o fato do Brasil ser um país grande, levando os portugueses a se preocuparem com invasões, principalmente de Espanha e França. A ordem era colonizar para não perder o Brasil. Segundo Freyre, o início da imigração européia data-se a partir do desembarque de 400 pessoas, em 1531, oriundas de Lisboa e dispostas em de cinco navios, liderados pelo português Martim Afonso (FREYRE, 1961, p.42). Os primeiros miscigenados nasceram da união de portugueses com índios. A partir de 1531 começaram as importações de escravos negros, e com isso, o segundo passo da história de nossa mestiçagem. Alguns sociólogos e historiadores, entre eles Freyre e Moura, defendem a idéia de que após mais de 500 anos de mistura de etnias, é difícil para qualquer indivíduo no Brasil ter certeza absoluta de suas raízes, ou definir-se como alguém de descendência “*pura*”, ou seja, de uma só “*raça*”. Aspectos físicos externos, como cor da pele, olhos e cabelos, não são o bastante para identificar a origem de cada indivíduo.

No último censo demográfico⁹, realizado em 2001, temos a seguinte separação:



Podemos verificar que brancos já não são a maioria se juntarmos todas as outras etnias. Mas mesmo assim, podemos contar com outro tipo de variação, como definir a etnia branca, por exemplo. Muitos brasileiros, por inúmeras razões, preferem “*omitir*” sua etnia por medo do preconceito. Mesmo que o modo de coleta de dados realizado pelo censo seja pela entrevista, o entrevistado responde as perguntas conforme ele julga o “*certo*” ou mais “*conveniente*”. Da mesma maneira, é difícil definir a maior religião no Brasil, porque mesmo que não seja praticante, a grande maioria opta pela católica.

Para entrarmos dentro deste assunto, temos que pensar antes de tudo, na identidade nacional do brasileiro. Um país do tamanho do Brasil, conserva em sua cultura, inúmeras contribuições de vários povos que emigraram para cá. Quando se fala do mito das três raças,

9 FONTE: Censo Demográfico – IBGE: 2001.

definem-se todas as características individuais de cada etnia, e como se fossem ingredientes colocados numa panela, formando-se o caráter brasileiro.

Por se tratar de um mito, muitas das verdades publicadas não constituem a realidade de fato. São ideologias seguidas durante muito tempo, do que se pensava ser o certo. Por exemplo, qualidades como “preguiça” e “indolência” eram atribuídas aos mestiços. Mais tarde, nas mãos de Gilberto Freyre, essas ideologias foram substituídas por trabalho. O mestiço, assim como o negro, para Freyre, era um povo trabalhador. Algumas dessas mudanças ideológicas formaram o alicerce do Estado Novo, na ação cultural do governo Vargas. Ruben Oliven fala da direção da música popular (OLIVEN, 1982). Para ele, neste período a música da malandragem é combatida em nome de uma ideologia que propõe elevar o trabalho como valor fundamental da sociedade brasileira.

Dante Moreira Leite faz um recorte (LEITE, 1983, p.315) no livro de Gilberto Freyre, com relação às características psicológicas de portugueses, índios, negros e brasileiros, que vemos abaixo:

- **Portugueses:** flutuante; riqueza de aptidões incoerentes, não práticas; genesis violenta; gosto pelas anedotas de fundo erótico; brio; franqueza; lealdade; pouca iniciativa individual; patriotismo vibrante; imprevidência; inteligência; fatalismo; aptidão para imitar; antagonismo de introversão-extroversão; mobilidade; miscibilidade; aclimatabilidade; sexualidade exaltada; purismo religioso; caráter nacional quente e plástico; tristeza; espírito de aventura; preconceitos aristocráticos; em alguns grupos, amor à agricultura; continuidade social e gosto pelo trabalho longo, paciente e difícil.
- **Índios:** sexualidade exaltada; animismo; calado; desconfiado.
- **Negros:** maior bondade; misticismo quente e voluptuoso que enriquece a sensibilidade e a imaginação do brasileiro; alegria.
- **Brasileiro:** sadismo no grupo dominante; masoquismo nos grupos dominados; animismo; crença no sobrenatural; gosto por piadas picantes; erotismo; gosto da ostentação; personalismo; culto sentimental ou místico do pai; maternalismo; simpatia do mulato; individualismo e interesse intelectual permitidos pela vida na “plantação”; complexo de refinamento.

Como podemos ver, pelo mito das três raças, o brasileiro construiu sua personalidade, “*absorvendo*” um pouco de cada cultura das etnias existentes aqui. Então, para a adaptação cultural exigida ao Brasil para se tornar um estado moderno, uma completa transformação nos conceitos fundamentais de nosso pensamento sociológico teve de ser adaptada. Na tentativa de

se criar uma identidade nacional positivista, temos o exemplo da mudança do conceito atribuído ao mulato, antes tachado como preguiçoso, agora considerado como um trabalhador árduo e de boa índole. Renato Ortiz fez a seguinte observação quanto a isso:

“O mito das três raças, ao se difundir na sociedade, permite aos indivíduos, das diferentes classes sociais e dos diversos grupos de cor, interpretar, dentro do padrão proposto, as relações raciais que eles próprios vivenciam. Isto coloca um problema interessante para os movimentos negros. Tem-se insistido muito sobre a dificuldade de se definir o que é o negro no Brasil. O impasse não é a meu ver simplesmente teórico, ele reflete as ambigüidades da própria sociedade brasileira. A construção de uma identidade nacional mestiça deixa ainda mais difícil o discernimento entre as fronteiras de cor” (ORTIZ, 1985, p.43)

Primeiro se definiu o que cada povo imigrante que viveu no Brasil tinha de diferente; depois, cada uma dessas características serviram de base para compor a formação do caráter brasileiro; e por último, construímos uma identidade única sobre o que é ser brasileiro. Portanto, através do mito das três raças, o negro se define como brasileiro, encobrendo assim, os conflitos raciais que o racismo expõe. Todos se reconhecem como parte de uma mesma nação, filhos de uma mesma terra, que contribuíram para a formação do caráter do indivíduo brasileiro. Entramos agora no campo de uma discussão ainda mais polêmica: teriam essas políticas ajudado a suavizar os conflitos raciais existentes no Brasil e criado uma espécie de democracia racial?

4 – Da mistura a Democracia Racial

Começaremos essa passagem com uma citação de um artigo, publicado no jornal *A Gazeta*:

BRASIL ESTÁ BEM LONGE DE SER UMA DEMOCRACIA RACIAL¹⁰

Realiza-se, em Brasília, um Seminário sobre Segregação Racial, promovido pela ONU. O prefeito Plínio Catanhede, durante a solenidade de instalação de Seminário, disse que “era uma honra ter Brasília como sede para discussão de um dos graves problemas do mundo atual”. O representante da Suécia, entre outras coisas, afirmou que não existe conflito racial no Brasil.

Desde que Gilberto Freyre escreveu *Casa Grande e Senzala*, na primeira metade do século XX, nasceu uma certa teoria que defendia a presença de um fenômeno social existente no Brasil: o convívio pacífico entre pessoas de diferentes raças. Freyre atribuía este acontecimento

10 Trecho publicado pela *A Gazeta*, 27/08/1966. Reproduzida em F. Fernandes, J. B. Borges e O. Nogueira, “A Questão Racial Brasileira Vista por Três Professores”, São Paulo, Escola de Comunicações e Artes – USP, 1971.

ao temperamento “*dócil*” dos portugueses, principalmente na comparação com os ingleses. Para Freyre, o português constituía um povo que carregava em sua cultura uma conduta pouco discriminatória. Inclusive, Freyre chega a atribuir as atitudes racistas existente no Brasil a má influência que os ingleses exerceram sobre os portugueses, sobretudo após anos de convívio próximo nas colônias africanas. Essa idéia de democracia racial brasileira se espalhou mundo afora, e alcançou certo prestígio longe de nossas fronteiras. Tão rápido essa teoria ganhou o mundo, as críticas vieram em mesma proporção, até o ponto de que hoje, se algum autor ousar falar mal do mito da democracia racial, corre o risco de cair no ridículo por estar tratando de um assunto tão ultrapassado quanto trivial. Sim, a democracia racial é um mito. Não, não vivemos numa sociedade livre de preconceitos. E então, o que mais podemos dizer a respeito?

Para ajudar a responder esta pergunta, gostaria de voltar na fonte dessa polêmica: Gilberto Freyre. Tenho a impressão que há um certo reducionismo nas críticas ao trabalho de Freyre, não se levando em conta principalmente o contexto em que suas idéias foram escritas. Casa Grande e Senzala foi uma obra positivista, que tinha como objetivo responder as seguintes perguntas: quem somos nós brasileiros, e de onde viemos? A Monarquia caiu, tornamo-nos República, os escravos foram libertados, o capital passou a organizar as relações sociais, enfim, vivíamos um modelo de economia que baseava-se principalmente no progresso norte-americano. Mas faltava a definição de identidade. Faltava ao brasileiro sentir-se bem com ele mesmo. Faltava uma teoria que explicasse o que fazia do brasileiro um brasileiro. Esta era a proposta de Casa Grande e Senzala. A comparação entre ingleses e portugueses não tinha como intuito revelar a real essência de cada povo, mas sim, comparar as possíveis virtudes lusitanas com os questionáveis defeitos britânicos. Portugal versus Inglaterra, Brasil versus Estados Unidos. Gilberto Freyre não procurou explorar o que deu certo no EUA em comparação com o Brasil, mas sim, quais seriam os aspectos sociais que poderiam nos colocar em vantagem na relação com os norte-americanos. E desta maneira Freyre procurou formas de explicar o que formava o caráter nacional, de exaltar as raças ditas até então como inferiores e mostrar uma idéia romantizada do que é ser brasileiro. Sendo assim, deve-se entender a obra de Freyre muito mais como uma teoria ideológica do que a tentativa de explicar a realidade social.

Mas como, em uma certa época, a teoria da democracia racial ganhou prestígio e força? O racismo no Brasil possuía uma particularidade: era velado, discreto e bastante circunstancial. De fato, não houve no país movimentos como o Ku Klux Klan¹¹, pelo menos não de uma maneira substancial que pudesse causar algum impacto social. O que existia era uma tolerância mais maleável, que permitia a existência do racismo sem que se houvesse conflito. Florestan Fernandes

11 Grupo racista norte americano, caracterizado pela vestimenta toda branca, inclusive com uma máscara que cobre totalmente o rosto, que promove ataques terroristas contra os negros.

foi o primeiro a abordar o tema sobre esta perspectiva:

“Na verdade, nos acostumamos à situação existente no Brasil e confundimos tolerância racial com democracia racial. Para que esta última exista não é suficiente que haja alguma harmonia nas relações sociais de pessoas pertencentes a estoques raciais diferentes ou que pertencem a ‘raças’ distintas” (FERNANDES, 1971, p. 40)

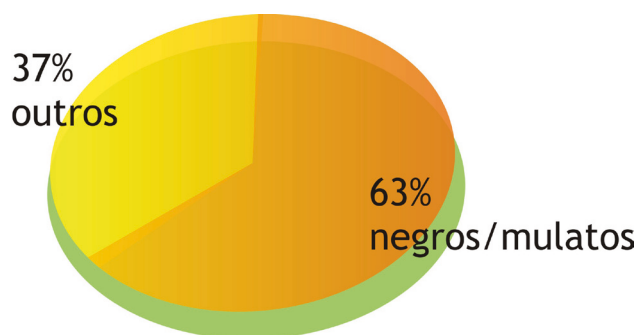
Fernandes está, nesta passagem, criticando a teoria da democracia racial. Na época ainda se tratava esse assunto com um tom de denúncia, como se estivesse sendo uma grande mentira desmascarada. Para Fernandes, as primeiras idéias de democracia racial foram criadas ainda no período colonial, buscando-se uma inclusão dos mestiços no núcleo das “*grandes famílias*”. Sua teoria defende que, por causa da miscigenação ocorrida durante a época de Brasil-Colônia, os conceitos entre as etnias sofreram certa elasticidade, para que pudessem viver sobre o mesmo teto. A miscigenação ocorrida neste período, decorrente da falta de pessoas brancas no Brasil, teria forçado o colono português a “*legitimar*” filhos que tiveram com negras, acolhendo-o como um membro da família. No entanto, mesmo com a falta de mulheres brancas para perpetuar a hegemonia da “*raça dominante*”, o sistema escravista perdurou por centenas de anos.

O paradigma das diferenças entre as raças começou a ser questionado após a Abolição da escravatura quando, por interesses políticos, libertou-se os negros da condição socialmente rígida de escravo. Mas mesmo os pouquíssimos negros que ascenderam na escala social não conseguiram atribuir uma imagem mais positiva na relação com o branco. Segundo Fernandes, a esses “*negros de alma branca*”, como eram tratados os negros que conquistaram um pequeno espaço na economia, atribuía-se seu sucesso como obra da capacidade de imitação, ou seguidores do “*bom exemplo*” do branco. Mas se esses negros fossem mal sucedidos em sua empreitada, facilmente era atribuído seu fracasso à “*incapacidade do negro igualar-se ao branco (...)* Essas figuras desempenharam, dessa maneira, o papel completo da exceção que confirma a regra” (FERNANDES, 1971, p. 28). Ou seja, nada mais eram do que demonstrações vivas, ora da comprovação da superioridade branca, ora da boa influência que os brancos exerciam ao próprio negro.

O resultado foi que, um século após a Abolição, ainda são pouco numerosos os segmentos de negros que conseguiram se integrar efetivamente na sociedade competitiva e nas classes econômicas mais elevadas. Uma prova disto é o fato de apesar de formarem 45% da população brasileira¹², os negros são minoria nas camadas com maior poder aquisitivo. Como foi apresentado na introdução, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dos 53 milhões de brasileiros que vivem na faixa da pobreza, 63% são negros.

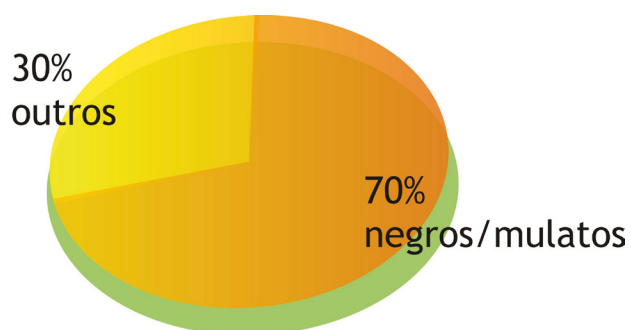
12 FONTE: Censo Demográfico – IBGE: 2001.

Quantidade de pessoas negras que vivem na linha da pobreza



Esta porcentagem aumenta se considerarmos os 22 milhões que vivem abaixo da linha da pobreza – 70% são negros.

Quantidade de pessoas negras que vivem abaixo linha da pobreza (miseráveis)

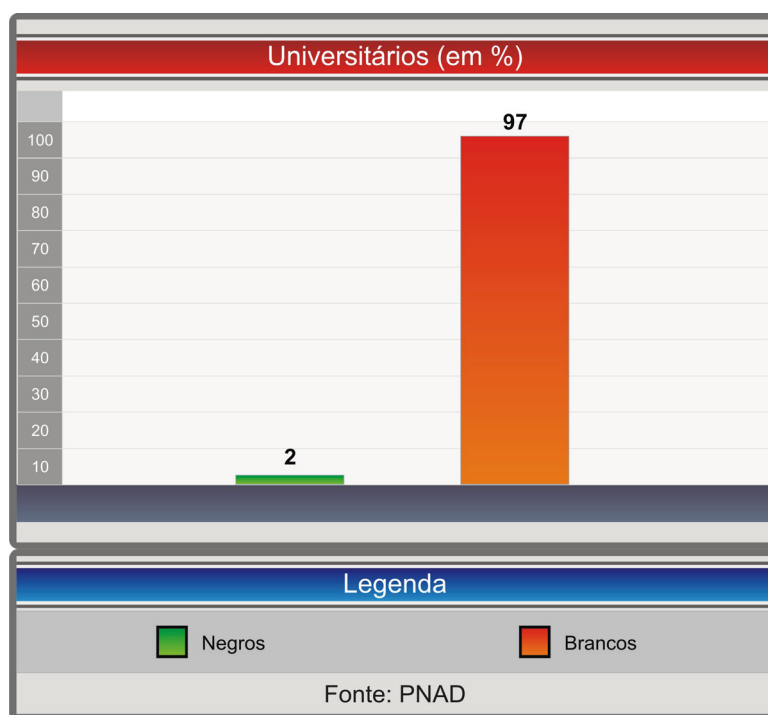
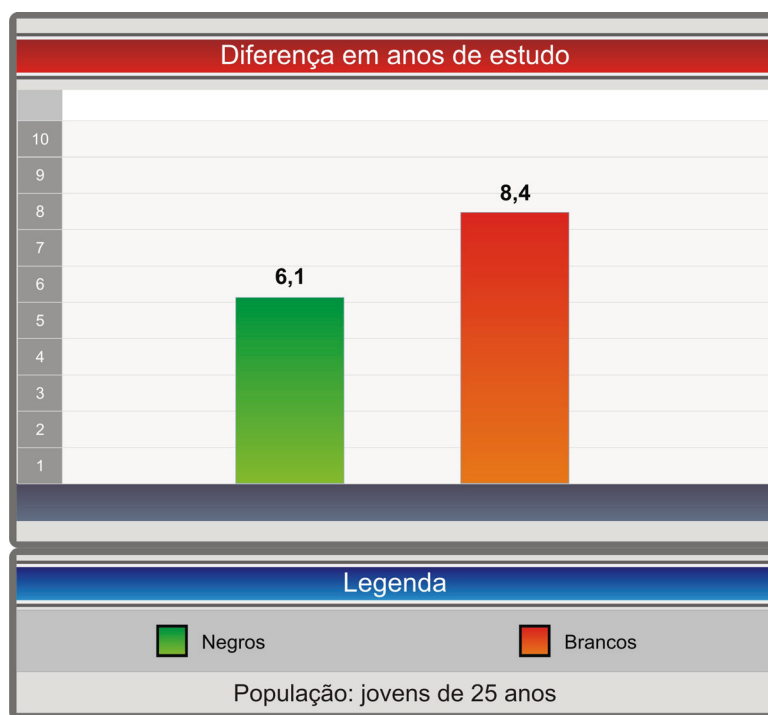


Para se ter uma melhor idéia do que significam estes números, eis como está baseada a classificação econômica das famílias brasileiras¹³:

Categoria econômica	Renda familiar per capita por mês	
	de	à
Miseráveis e Pobres	abaixo de R\$ 195	
Classe Média Baixa	R\$ 195	R\$ 395
Classe Média Média	R\$ 395	R\$ 815
Classe Média Alta	R\$ 815	R\$ 3.150
Ricos	R\$ 3.150	R\$ 6.215
Riquíssimos	acima de R\$ 6.215	

13 Fonte: PNAD-IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2002.

A pesquisa feita pelo PNAD ainda aponta uma taxa de analfabetismo três vezes maior entre os negros. Os jovens brancos, aos 25 anos, têm em média 8,4 anos de estudo, enquanto os negros da mesma idade têm a média de 6,1 anos. A pesquisa ainda levantou dados da quantidade de universitários dos domicílios visitados: 97% eram brancos e apenas 2% eram negros. Acredito que esse número possa variar de acordo com o local pesquisado, mas a tendência de haverem mais estudantes brancos na universidade parece ser uma realidade nacional.



Estes números comprovam a existência de uma segregação racial nos diversos mecanismos intrínsecos à inserção econômica na sociedade. De certo modo, pode-se observar que ainda nos dias de hoje há diferenças substanciais na forma como o mercado trata negros e brancos. Neste sentido, a crítica à democracia racial tornou-se algo banal, já que, paulatinamente, todas as pesquisas que se propuseram a desmentir o mito obtiveram sucesso. Criticar esta teoria, portanto, é cair no óbvio. Poderia-se então afirmar que não há mais nada de novo a se dizer sobre democracia racial? Possivelmente sim, mas recentemente um texto de Peter Fry levantou novas questões sobre esta temática, sacudindo o pó das desgastadas discussões sobre o tema. “*A persistência da raça*” (FRY, 2005) é um livro composto de vários artigos escritos pelo próprio Fry, tendo como eixo discursivo as relações raciais e a construção da imagem do negro no Brasil. Mas o que Fry poderia ter dito de diferente sobre democracia racial? O autor aborda o conceito como um ideal a ser alcançado, ao invés da desgastada teoria conspiratória de controle social. Muito dessa percepção singular de Fry é resultado das experiências pessoais vividas por ele em seus primeiros contatos com a pesquisa científica. No início de sua vida acadêmica, Fry se inscreveu numa bolsa de estudos, a fim de poder realizar seu projeto de mestrado. Ganhou o direito e o incentivo da Comunidade Britânica para realizar seus estudos na África Central, mais precisamente na Colônia Britânica de Rodésia do Sul. Fry desembarcou numa realidade avessa ao seu modo de vida até então. Os primeiros contatos de Fry neste país africano permitiram a ele acesso a uma realidade tão distinta que ampliaram seus conceitos sobre a idéia de “*culturalismo*” nas relações sociais. Em pouco tempo, ele estava no meio de uma guerra civil, entre o governo racista do país e os seus opositores (liderada por professores universitários e alunos, que usavam sua teoria e seu conhecimento para escrever artigos e proferir palestras contra a iniquidade da segregação racial). Fry ficou no meio deste fogo cruzado e se viu alvo dos dois lados: ou era parte da turma dos universitários ou apoiava o governo:

“Eu ficava numa situação bastante constrangedora, pois, além da desconfiança das autoridades brancas (...), alguns membros da Zapu e da Zanu¹⁴ desconfiavam que eu pertencia ao partido oposto, enquanto outros imaginavam que eu era espião do governo de Smith” (FRY, 2005, p. 23)

Após sobreviver às intempéries de um Estado em plena guerra civil, Fry retorna para a Inglaterra e uma vez lá, depara-se com a oportunidade de dar aulas no Brasil. Ao chegar no país, uma análise oriunda de um choque cultural duplo: a complexidade das relações raciais gerava “*outro tipo de racismo*” (FRY, 2005, p. 26), que era encoberto pela teoria da democracia racial, deixando-o perplexo. Uma nova situação se compõe sobre o olhar estrangeiro de Fry: as relações

14 Zapu (Zimbabwe African People’s Union) e Zanu (Zimbabwe African National Union) eram dois partidos nacionalistas que protestavam contra o governo de Ian Smith, na Rodésia do Sul (FRY, 2005)

não eram pacatas e frias como na Inglaterra, e tampouco conturbadas, a ponto de uma ebulição, como na África Austral. Embora num primeiro momento as relações entre pessoas de cores distintas parecessem próximas e harmoniosas, Fry observa que a segregação é clara nas classes sociais.

“No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp da época havia, se a memória não me engana, apenas um estudante negro. As estatísticas do IBGE confirmaram a estreita relação entre os negros e mulatos e a pobreza e o sofrimento” (FRY, 2005, p. 27).

Fry começou a compor uma teoria: o que difere os brasileiros dos rodesianos na questão do conflito étnico-racial é exatamente a busca pelo ideal da democracia racial. Mas nem sempre o autor pensou desta maneira: em 1976, Fry escreveu um dos seus mais célebres artigos, intitulado *“Feijoada e Soul Food: notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais”* (FRY, 1976), que tratava sobre os mitos da construção de alguns símbolos nacionais brasileiros. Ao tentar cozinhar uma feijoada em Nova York para uma turma de negros do sul dos Estados Unidos, Fry queria demonstrar aqueles americanos um típico prato brasileiro. Mas em meio a receita, Fry se deparou com os olhares desconfiados para o prato, que a eles já era familiar. Tratava-se da soul food, comida típica dos negros norte-americanos. Neste artigo, Fry deixou florescer a sua descrença na existência de tal democracia racial brasileira. Criticando as teorias de Gilberto Freyre, o autor acreditava que a dominação racial brasileira decorria da transformação da cultura africana em cultura nacional e do concomitante disfarce do racismo atrás do conceito de democracia racial. Com o passar dos anos, esta crítica a alguns símbolos tomados como nacionais no Brasil foi se tornando uma espécie de embaraço, segundo Fry. Sua análise era produto de uma visão que apenas corroborava as idéias defendidas pelas ingênuas interpretações sobre o racismo brasileiro. Vejamos uma das razões deste embaraço científico: no final do artigo, Fry concluiu que a conversão de símbolos étnicos em nacionais não passou de uma estratégia portuguesa de dominação racial. Ao incorporar a cultura negra à cultura brasileira, os portugueses não só ocultavam o racismo (através então do mito da democracia racial), como tornavam-na mais difícil de ser denunciada. Contudo, após retornar a África, Fry pode perceber a brutal diferença nas relações raciais entre o Brasil, Rodésia e Zimbábue, o que o levou a ter dúvidas sobre o que havia escrito anteriormente.

“Fui obrigado a reconhecer que a ‘democracia racial’ é um importante valor que, certamente não impede o racismo, mas que o define como anátema (...). Em vez de declarar a democracia racial uma farsa, comecei a entender que seria mais interessante pensá-la como um ideal a ser alcançado” (FRY, 2005, p. 33).

Produto desta dúvida, 25 anos depois o próprio autor tenta se redimir e reescreve seu

artigo, com uma visão mais ampla da realidade da época. Primeiro, os portugueses, que na verdade não eram portugueses, e sim a elite branca brasileira da época, não incorporaram a cultura “africana” com o falso pretexto de “manipular para dominar”, mas sim devido a fraca dominação que exerciam, foram eles incorporados por uma manifestação popular mais forte. Segundo, criticar a democracia racial na época em que seu artigo foi escrito (e talvez até hoje) era moda, “e como todos os mitos, não deixa de ser desmentido com uma frequência lamentável” (FRY, 2005, p. 164). Fry, portanto, tornou-se uma vítima da influência do pensamento antropológico brasileiro daquele período. Terceiro, se a intenção da democracia racial era de “mascarar” o racismo, a mesma não obteve sucesso, já que constantemente movimentos sociais e estudos científicos denunciam a desigualdade racial presente no país. A própria iniciativa do governo, com a Lei Paim, é a prova de que existe uma consciência coletiva de que o racismo ainda é um dos problemas da sociedade brasileira. Atualmente Fry defende outra posição quanto essa questão: a democracia racial não foi um mito criado para dominação, mas um fenômeno mal compreendido pela maioria dos pensadores.

Além de colocar em dúvida boa parte do que já foi escrito sobre democracia racial, essa distinta perspectiva inverte o sentido dos papéis de dominação social no Brasil. Além de Fry, outros autores defendem a teoria de que a elite portuguesa incorporou as crenças e culturas africanas por exercer uma fraca dominação e não com o objetivo de criar um meio de controle social manipulativo. Esse fato permitiu uma certa elasticidade nas relações sociais da época, embora não tenha diminuído as barreiras que separavam negros de brancos. Uma delas é Yvonne Maggie, que aprofundou um estudo sobre os cultos afro-brasileiros e a sociedade que os envolvia no século XIX. Sua pesquisa demonstrou a existência tanto de uma repressão quanto de uma defesa na justiça carioca às práticas religiosas derivadas da África (MAGGIE, 1992). Beatriz Góes Dantas chega a uma conclusão similar, ao comparar em sua pesquisa as religiões afro-brasileiras das cidades de Laranjeiras, no Sergipe, com a cidade de Salvador, na Bahia (DANTAS, 1988). O ponto em comum destas pesquisas sugere que a adoção de costumes dos ex-escravos no cotidiano das famílias burguesas são resultado de um produto inerente as práticas de dominação. Ou seja, não houve a intenção de transformar, cínica e conscientemente, em símbolos nacionais rituais e costumes da cultura negra, a fim de “encobrir” os efeitos adversos da disparidade étnico-racial. A teoria destes autores defende que houve uma influência da cultura negra no modo de vida da elite brasileira do século XIX.

“Evidentemente, tratava-se de uma sociedade em que todos compartilhavam conceitos e premissas culturais básicos. Os candomblés, as macumbas, os espiritismos contemporâneos são o resultado de embates e negociações entre elite e povo, brancos e negros, letrados e iletrados ao longo dos anos” (FRY, 2005, p. 162).

Mas a dúvida que persiste é se a democracia racial realmente foi um fenômeno mal compreendido. Acredito que as análises de Fry contribuem para desmistificar a teoria de conspiração sobre a incorporação de ritos, costumes e atividades negras aos símbolos de identidade nacional. Ao menos nos dá uma perspectiva histórica diferente sobre as relações raciais no Brasil. O curioso é observar que Fry tenha se aproximado mais do ponto de vista de Freyre do que de seu próprio, 25 anos antes.

Gilberto Freyre defendia a teoria de que os portugueses desenvolveram relações raciais mais harmoniosas na comparação com outras colônias da época, principalmente as britânicas. Freyre exaltava a boa índole do colonizador português, que em sua visão, foi crucial para a conformidade das relações raciais no Brasil. Mesmo com uma visão romantizada do colonialismo, o autor foca seus argumentos na conduta dos povos imigrantes. Sendo assim, a maioria dos críticos de Freyre passou anos tentando comprovar, através de produções de pesquisas e análises científicas, o quanto esta teoria era mistificada e em pouco retratava a realidade. Neste sentido, é irônico pensar que, ao buscar motivos que desmistificassem as “*virtudes*” dos povos portugueses – principalmente na comparação com os britânicos – estes autores esqueceram de considerar as diferenças culturais entre os modos específicos de colonização existentes no Brasil. Uma das distinções feitas por Fry defende que os colonizadores britânicos, com seu poderio técnico e econômico, não precisavam fazer aliança com seus conquistados. Já no Brasil, os colonizadores portugueses encontram problemas como a falta de mulheres, sendo obrigados a dominar por meio de casamentos com seus conquistados. Esse fato contribuiu para a incorporação de práticas culturais africanas ao cotidiano da vida portuguesa. Ao não conseguir impor sua cultura, os portugueses foram obrigados a optar pelo subterfúgio de transformar a cultura dos dominados em nacional. Curiosamente a premissa de Fry se aproximava da teoria defendida por Freyre – a diferença entre as duas conjecturas estava na forma como as relações aconteceram. Se por um lado Freyre atribuía a maior capacidade de adaptação dos portugueses para justificar a assimilação dos códigos de condutas africanos, de outro Fry culpava a “*incompetência técnica*” portuguesa de colonizar. Para Fry, sua primeira análise das idéias de Freyre foi influenciada pelo pensamento dos colegas intelectuais paulistas, que foram as primeiras pessoas com quem Fry manteve contato no início de sua estada no Brasil.

“Meu artigo de 1976 agradou bastante(...), agradava por não poupar críticas ao então arquiinimigo dos intelectuais paulistas, Gilberto Freyre. Este, considerado um ‘culturalista’ além da conta e defensor da ‘democracia racial’(...), conheci o autor na década de 1960 através do que talvez seja sua publicação mais ideológica, Portuguese Integration in the Tropics (...), o livro de Freyre era o ícone de tudo que era ruim na política portuguesa na África. É por isso, certamente, que eu aderiria com tanta facilidade e entusiasmo ao coro basicamente paulista contra as idéias de Gilberto Freyre” (FRY, 2005, p. 158-159)

Como foi comentado previamente, os críticos de Freyre se opunham a teoria de que o Brasil era um estado de relações sociais brandas por causa da tolerância do português com os outros povos – especialmente nas comparações com o comportamento dos britânicos com seus colonizados – e por anos buscaram razões para comprovar a falsidade desta premissa. Se condenava principalmente a falsa idéia da integração pacífica dos portugueses com os colonizados, embora ela não tenha acontecido com a mesma intensidade de conflitos que ocorreram nas colonizações britânicas. A teoria de passividade portuguesa foi apenas um reflexo da necessidade que a situação exigiu. Mas, ao não levarem em conta o fator das diferenças das colonizações de ambos os povos, os críticos não perceberam que a incapacidade de dominação causou uma menor segregação racial na comparação entre Brasil e EUA. Essa diferença ficou mais evidente a Fry quando este teve contato com as realidades vividas em Zimbábue (colônia britânica) e Moçambique (colônia portuguesa), no qual ele pode ver reiterados os mesmos tipos de diferenças nas relações raciais apresentados nos países anteriormente citados. Mas isso não quer dizer que o racismo no Brasil foi menor, e sim que os conflitos foram mais “brandos”. Por isso, embora Peter Fry nos proponha uma visão mais ampla das relações sociais entre os diferentes povos que colonizaram o Brasil, é importante ressaltar que o racismo sempre esteve presente no país. Eis um exemplo que ilustra bem esta situação: após a Segunda Guerra Mundial, havia um forte sentimento no ar que repudiava os ideais racistas do nazismo. Por sugestão do antropólogo brasileiro Arthur Ramos, a Unesco concordou em patrocinar um projeto-piloto de pesquisa no Brasil com o objetivo de estudar os motivos que faziam do país uma terra diferente, onde supostamente se acreditava ser um lugar de convivência pacífica entre as diferentes “raças”. Segundo Fry, *“O Brasil foi escolhido não só porque parecia representar uma alternativa viável à segregação e ao conflito racial, mas também porque a Unesco mostrava na época considerável sensibilidade aos problemas específicos do mundo em desenvolvimento”* (FRY, 2005, p. 216). A esperança era a de descobrir soluções que pudessem servir de exemplo e aplicadas nas sociedades mais habituadas ao conflito racial. No entanto, o projeto da Unesco acabou tendo uma conclusão inesperada: além do Brasil também não estar livre do preconceito racial, ele era igual em escala como em qualquer outro lugar.

Uma pesquisa realizada pelo jornal Folha de São Paulo (TURRA, 2000) sobre recentes levantamentos, indicam que mais de 90% dos brasileiros de todos os matizes reconhecem a existência de racismo no país. Outro bom exemplo é a pesquisa de 2007 *“Discriminação e Preconceito de Cor em Novo Hamburgo e São Leopoldo”*, realizada pelo Centro de Pesquisa e Planejamento (CPP) do Centro Universitário Feevale sob coordenação de Cássia Rebelo Hofstätter. Iniciada em julho, o estudo investigou uma amostra de 1.060 moradores da região do Vale do Sinos, próximo a Porto Alegre. De acordo com a pesquisa, 69% dos entrevistados acreditam que ainda existem fatores que motivam o preconceito. Além dos números da opinião pública, outro

exemplo prático que mostra a existência de conflitos raciais no país é o crescente número de organizações dedicadas ao combate do racismo. O próprio Estatuto da Igualdade Racial é fruto da força destas organizações:

“As idéias até aqui introduzidas são fruto da construção feita em grande parte pelo movimento negro.”(PAIM, 2003, p. 27)

As percepções sobre democracia racial geram uma espécie de *“crise existencial”* na discussão sobre o comportamento de nossa sociedade. De fato, a miscigenação ocorrida no país contribuiu para a incorporação de atributos culturais de vários povos ao nosso cotidiano, mas as relações ético-raciais de longe foram harmoniosas. Neste sentido, a questão da democracia racial passa ser um *“fenômeno”* mal compreendido do que foi a realidade do Brasil no final do século XIX e início do XX.

“Então, se a incorporação de ‘coisas’ supostamente de origem africana na hagiografia brasileira não esconde nada, o que é que revela? Revela, penso eu, que o Brasil vive uma tensão constante entre os ideais da mistura e do não-racialismo (ou seja, a recusa em reconhecer a ‘raça’ como categoria de significação na distribuição de juízos morais ou bens e privilégios) por um lado, e as velhas hierarquias raciais que datam do século XIX do outro” (FRY, 2005, p. 164)

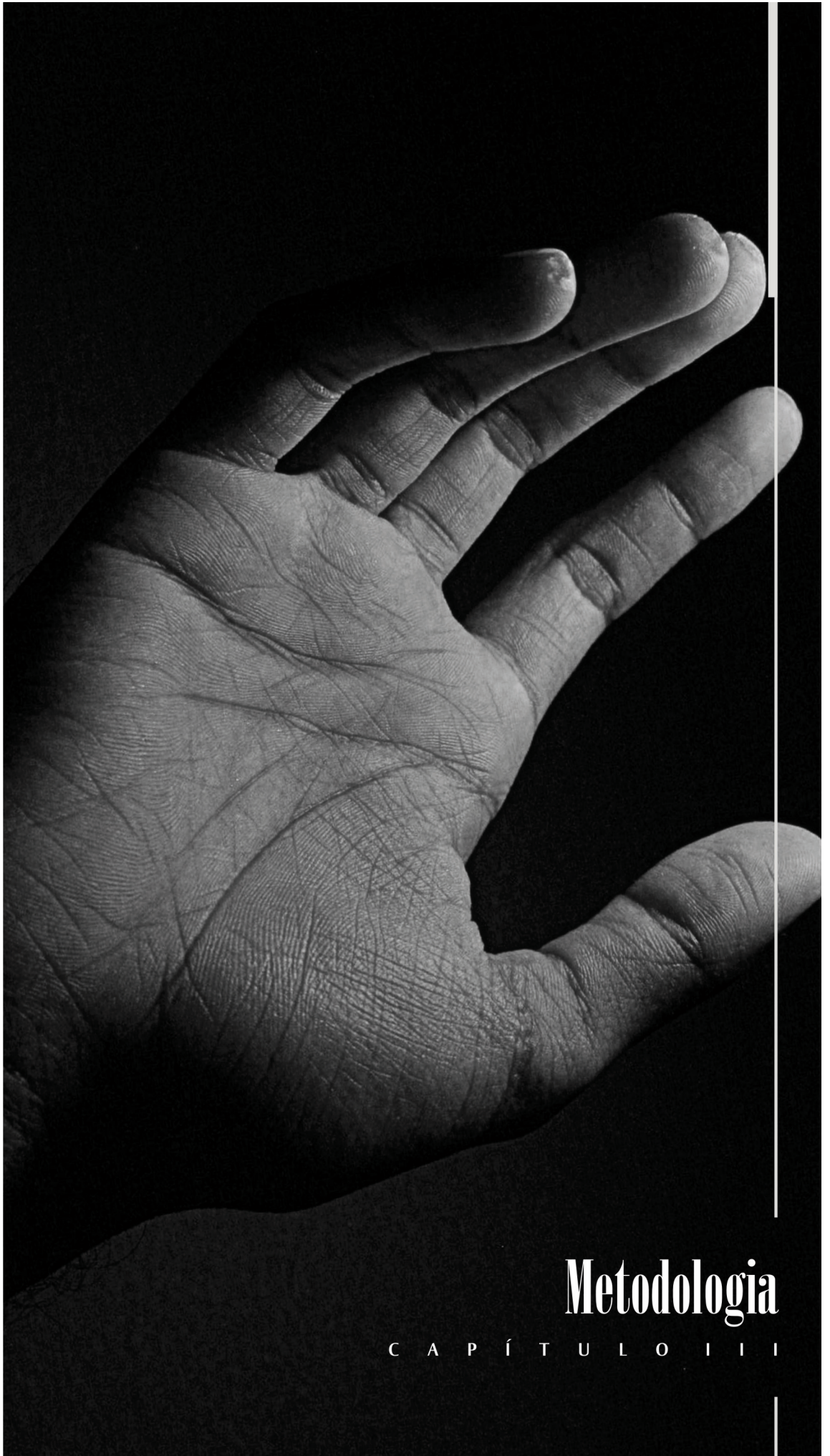
Em 1996, Peter Fry republica um artigo na Revista de Ciências Sociais, que um ano antes havia sido publicado na *“Times Literary Supplement”*, numa tentativa de explicar os motivos das relações raciais serem substancialmente diferentes entre Brasil e EUA. O título é sugestivo: *“Por que o Brasil é diferente?”* (FRY, 1996). Nele, Fry analisa dois livros publicados nos EUA sobre a movimentação política em torno da questão *“racial”* no Brasil: *“Orpheus and Power: The ‘Movimento Negro’ of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1968”*, do cientista norte-americano Michael Hanchard, e *“Slave Rebellion in Brazil: The Muslim uprising of 1835 in Bahia”*, do historiador brasileiro João José Reis. A premissa é a mesma: a percepção da suposta democracia racial existente no Brasil. O texto de Hanchard fala sobre a visita de negros norte-americanos as terras brasileiras. Segundo Hanchard, os visitantes descreveram de modo positivo a impressão que tiveram dos negros do Brasil e chegaram até a defender uma idéia de imigração na esperança de encontrar um refúgio contra a opressão vivida em seu país. Mas quando Hanchard veio ao Brasil, cinquenta anos depois, teve uma experiência diferente da relatada pelos seus compatriotas:

“Assim que chegou ao Brasil em 1988, ao sair de um supermercado (Hanchard) foi abordado por um empregado da loja, que lhe perguntou se havia pago as compras. Ao fazer menção de mostrar o recibo, o gerente aproximou-se e, com um aceno de mãos, mandou que ele fosse embora. ‘Foi aí que compreendi’, diz Hanchard, que a sociedade brasileira não podia estar imune ao preconceito, à discriminação e à exploração, por razões raciais, existentes em sociedades que se constituíram historicamente de modo semelhante” (FRY, 2005, p. 170)

Este tipo de percepção por parte de um estrangeiro é algo que há algum tempo atrás era raro de acontecer. De certo modo, houve uma evolução no pensamento da história do Brasil. A democracia racial sempre foi usada como um escudo epistemológico, que os pesquisadores usavam para defender a idéia de que nunca se conseguiu avançar as discussões raciais no Brasil. O fato do Brasil nunca ter mencionado raça em suas constituições era até pouco tempo, motivo de orgulho, pois era uma prova de que o país tratava todos como iguais. Anos mais tarde, surge a Lei Paim com a proposta de institucionalizar o combate ao racismo no país, e para que isso seja possível, é preciso descrever, numa lei federal, quem é branco e quem é negro. Uma contradição irônica, que abala as bases das crenças sobre relações étnico-raciais vividas no Brasil: eis um dos motivos, entre vários outros, da polêmica em torno da lei.

Segundo alguns estudiosos, como Fry (2005), Maggie (2002), Azevedo (2006), Guimarães (2005) e Munanga (2002), a teoria da democracia racial serviu como uma justificativa de recusa para não se reconhecer “*raça*” como categoria de significação. Mas se partimos do pressuposto que a democracia racial não tem base argumentativa para sustentar-se nem enquanto mito, como pode ela ter se afirmado durante anos? Fry explica que na década de 40, o Brasil tinha uma imagem amplamente aceita no próprio país e no resto do mundo como uma terra livre de conflitos raciais. O que Fry acredita é que esta imagem foi consolidada por ativistas, escritores e intelectuais que olhavam para o Brasil “*de terras onde a regra era a segregação*” (FRY, 2005, p. 216). Baseado em relatos de livros e artigos sobre o Brasil no exterior, nos quais o próprio Fry pode comprovar esta percepção de alguns estrangeiros que visitaram nosso país. Muitos consideravam o Brasil como um lugar onde as relações entre as pessoas de cores diferentes eram fundamentalmente harmoniosas. Por exemplo, Fry cita a pesquisa do cientista político Jessé Souza, sobre a distribuição do preconceito. Os dados de sua pesquisa apontam para uma discrepância entre preconceitos contra homossexuais, mulheres, pobres, nordestinos e o racismo. Segundo Souza, o racismo foi o único preconceito que a maioria de seus informantes, de todos os níveis de renda, condenava explicitamente. Seria isso um reflexo da democracia racial instituída no Brasil? Possivelmente, mas a interpretação do mito da democracia racial como engodo habilidoso, que impede a consciência social compreender os significados de “*raça*”, e com isso, ser capaz de “*libertar-nos*” deste preconceito é, no mínimo, perigoso. Por motivos circunstanciais, a incorporação de símbolos da cultura negra à identidade nacional incitou uma crença na democracia racial. Essa “*mistura*” de identidades étnicas faz com que todo movimento para se mudar o quadro étnico-social bata contra um muro de contradições. Isso dificulta, por exemplo, uma construção de uma base política capaz de implantar um sistema de cotas. O próprio Peter Fry declara que ele mesmo enfrenta os dilemas ambíguos da implantação de uma política de cotas no Brasil, e por se contrário a elas, acaba-se vendo numa situação

desconfortável perante aos seus amigos e colegas, *“inclusive daqueles envolvidos no cipoal da luta anti-racista no Brasil”* (FRY, 2005, p. 240). Ou seja, o problema das relações étnico-raciais no Brasil é uma questão muito capciosa, pois se de um lado temos uma constituição que considera o racismo crime, de outro temos a tentativa da implantação de políticas públicas para se acabar com tal prática. Por tudo isso, mesmo não vivendo numa situação de democracia racial, também não vivemos numa situação de racismo explícito, o que dificulta o combate contra o preconceito – pelo menos de uma forma que seja unânime.



Metodologia

C A P Í T U L O I I I

Metodologia

C A P Í T U L O I I I

METODOLOGIA

O capítulo três é dedicado exclusivamente à explicação da metodologia utilizada para a captação dos dados. De que forma se realizou a coleta de dados desta pesquisa e como estes foram organizados para a análise. Nas páginas seguintes, procurei explicar a descrição dos métodos empregados para a natureza dos dados. Além disso, consta nesta passagem a descrição dos procedimentos utilizados para a coleta destes dados. Para finalizar, há uma exposição dos procedimentos analíticos segundo os objetivos traçados.

1 – Pesquisando o sistema de cotas

Assim como relatei na introdução, meu interesse pela espécie de material analisado nesta pesquisa surgiu após a leitura do texto de Carmen Silvia Rial, *“Japonês está para a TV assim como mulato para cerveja: imagens da publicidade no Brasil”* (RIAL, 1999). Este artigo serviu de inspiração para minha primeira pesquisa: *“A Propaganda em Preto e Branco – representações étnico-raciais na publicidade impressa brasileira”* (SILVA, 2004). Através da análise de anúncios publicitários durante o período de novembro de 2003 a abril de 2004, construí uma análise que tratava paralelamente da representação do negro na publicidade do país e o sistema de cotas incitado pela Lei Paim. O enfoque deste trabalho ficou atrelado a ótica publicitária. Ao me inscrever no mestrado, precisava de um projeto de pesquisa que atendesse melhor as necessidades do campo das Ciências Sociais. O *“insight”* veio dois anos antes, quando ainda estava escrevendo meu trabalho de conclusão e fui assistir a uma palestra que tratava do polêmico assunto sobre as cotas universitárias para negros. Infelizmente naquela época, eu não tinha o costume de fazer anotações nas palestras que

eu participava, de modo que não poderei hoje fornecer maiores detalhes dos dados relatados e nem o nome do palestrante. Mas o que me chamou a atenção naquela palestra foi a contundência das discussões provocadas na sessão de perguntas. Uma divisão de opiniões, entre os favoráveis e os contrários, que eram baseados apenas nas experiências pessoais de cada um. Naquele momento, atribuí a superficialidade das discussões ao fato da palestra também não ter abordado o tema de forma mais profunda. Rapidamente, a discussão passou a ser sobre se era certo ou errado implantar um sistema de cotas universitárias no Brasil, e em nenhum momento procurou-se averiguar o que havia gerado essa necessidade e porque ela estava em pauta. Neste sentido, ao deparar-me com a possibilidade de desenvolver uma pesquisa que pudesse abranger esta problemática, as cotas universitárias passaram a ser a base desta pesquisa. O presente capítulo irá demonstrar como se deram os princípios metodológicos, que vão desde a coleta de dados até a sua sistematização e análise, que englobam todo o trabalho descrito nesta investigação.

2 – Natureza dos dados

Desde o princípio procurei desenvolver esta pesquisa através de um cunho qualitativo, pois proponho uma análise que permita medir o efeito da cota universitária na vida cotidiana de seus beneficiados. Deste modo, este método tornou-se mais adequado por, segundo Michèle Ferrand, *“questionar a formulação do discurso de sua própria vida, pelo indivíduo, privilegiando a posição reflexiva, (...) e atribuindo uma boa compreensão dos mecanismos sociais”* (FERRAND, 1995, p. 292). Ainda, segundo Denzin e Lincoln, os métodos qualitativos envolvem *“uma abordagem mais interpretativa e naturalista do tema abordado (...) O produto deste trabalho (...) é uma espécie de colagem criativa, complexa, densa, reflexiva, que representa as imagens do pesquisador, seus entendimentos e interpretações do mundo ou do fenômeno sob análise”* (DENZIN e LINCOLN, 1998, p. 3-4). Porém, como já havia dito, tenho consciência que ao empregar este método, os dados gerados pela minha pesquisa serão insuficientes para qualquer tipo de generalização. No entanto, ao levantar dados a partir de um modelo de cotas já implantado há alguns anos e analisá-los qualitativamente, posso levantar algumas hipóteses que colaborem para a ampliação do conhecimento sobre o tema. Proponho, através da coleta de dados por entrevistas, análise de documentos e técnicas etnográficas, uma análise que propicie uma discussão sobre as motivações de quem é contra e a favor da medida de cotas impostas pela Lei Paim, além de averiguar de que forma a segregação educacional no ensino superior é um problema que contribui para a propagação e reiteração do racismo.

Apesar da lei ainda não ter sido aprovada, as cotas reservadas para negros já são uma

realidade em várias universidades particulares e públicas no Brasil. Segundo texto publicado no website da UERJ, existem mais de 50 universidades, públicas e particulares, que tem um sistema de cotas implantando¹. Esse dado porém é difícil de ser levantado com precisão, devido a dois problemas principais: primeiro, a uma falta de legislação clara, com procedimentos e normas, que caracterize uma universidade com cota; segundo, algumas instituições, por diversas razões – entre elas o estigma do nome - preferem chamar seus programas de “*bolsas-auxílio a negros*” ao invés de cotas universitárias. Isso dificulta o rateio preciso do número de instituições de ensino superior que trabalham com este tipo de programa. Como já mencionado anteriormente, esta pesquisa propõe o levantamento de dados empíricos em um caso já implantado de uma política de cotas.

Segundo Roberto K. Yin, o estudo de caso é “*apenas uma das diversas maneiras de se coletar dados para uma pesquisa dentro das Ciências Sociais*” (YIN, 2001, p. 19). Para Yin, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “*como*” e “*por que*”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Do mesmo modo, Howard Becker (1993) acredita que o estudo de caso preserva as características holísticas e significativas de acontecimentos presentes. Embora o estudo de caso seja uma forma distinta de investigação empírica, muitos pesquisadores demonstram um certo preconceito para com esta estratégia. Em outras palavras, como esforço de pesquisa, os estudos de caso vêm sendo encarados como uma forma menos desejável de investigação do que experimentos e levantamentos, por exemplo. Para Yin, talvez a maior preocupação seja a falta de rigor da pesquisa de estudo de caso: “*por diversas vezes, o pesquisador de estudo de caso foi negligente e permitiu que se aceitassem evidências equivocadas ou visões tendenciosas para influenciar o significado das descobertas e das conclusões*” (YIN, 2001, p. 29). Outro problema, segundo Yin, é o fato do estudo de caso não fornece uma base suficiente para uma generalização científica. Para Yin, muitos estudiosos questionam como é possível generalizar a partir de um caso único. Segundo o autor, estudos de caso são generalizáveis a proposições teóricas e, de fato, não a populações ou universos. Neste sentido, o estudo de caso não representa uma “*amostragem*” e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar freqüências (generalização estatística). Roberto K. Yin dá como exemplo os experimentos feitos a fim de se corroborar uma teoria: “*Na verdade, fatos científicos raramente se baseiam em experimentos únicos; baseiam-se, em geral, em um conjunto múltiplo de experimentos, que repetiu o fenômeno sob condições diferentes*” (YIN, 2001, p. 29). O que o autor pretende demonstrar é que mesmo estatísticas tem problemas metodológicos de generalização, pois mesmo no caso de uma generalização mínima, uma série de variáveis e

1 Fonte: website da UERJ – http://www.lpp-uerj.net/olped/AcoesAfirmativas/universidades_com_cotas.asp

parâmetros devem ser respeitados.

Quando se deseja realizar um estudo sobre determinado tópico, deve se estar atendo aos diferentes métodos disponíveis que melhor dêem conta de explicar o objeto proposto. Neste caso, o estudo de caso consegue abranger as diversas vicissitudes encontradas para o desenvolvimento deste trabalho. Uma delas está implícita ao fato da Lei Paim ainda não ter se tornando uma realidade, então qualquer estimativa que for feita sobre as causas e efeitos possíveis é pura especulação. Deste modo, não se pode fazer um levantamento estatístico confiável sobre um projeto de lei que a qualquer momento pode sofrer alterações. Em segundo lugar, mesmo que se ignorasse a lei e se pensasse somente na realidade atual, em que diversas IES incorporaram em suas políticas o uso da cota para negros, a pluralidade das diferenças entre os estatutos e procedimentos destas instituições na implantação e exercício destas políticas é tão grande, que mesmo que uma pesquisa consiga abranger as 50 (ou mais) universidades, chegaria a dados incongruentes. Em terceiro, para uma pesquisa deste tipo, é necessário a utilização de recursos e a disponibilidade de tempo incompatíveis com uma dissertação de mestrado. E por último, que considero mais importante, seria pouco produtor o levantamento de dados estatísticos para um objeto que não pede por tal recurso. Ou seja, o método deve estar adaptado para melhor responder ao questionamento feito na delimitação do objeto.

Ainda em Yin, o estudo de caso mostra-se como a melhor opção quando se deseja realizar uma pesquisa que busca compreender um fenômeno social complexo, como é o caso do racismo brasileiro. Esta situação pede por uma estratégia mais analítica do que, por exemplo, um levantamento de opiniões. No entanto, gostaria de deixar claro que o estudo de caso não é a estratégia “*mais fácil*” a ser adotada. Na verdade, este método revelou um paradoxo: apesar da melhor capacidade de levantamento de dados, exige uma notável complexidade para sua análise.

Como já foi descrito na introdução, o campo para o estudo de caso foi escolhido após preencher os seguintes parâmetros: a instituição deveria ser de ensino superior e reconhecida pelo MEC; também deveria ter um sistema de cotas para negros; este sistema já deveria ter sido implementado há pelo menos dois vestibulares; e, por fim, era fundamental que os beneficiados ainda estivessem estudando na instituição. Após preencher os requisitos, como já foi descrito na introdução, o modelo escolhido foi o da instituição Centro Universitário Metodista IPA, localizado em Porto Alegre, que conta atualmente com 284 estudantes beneficiados pela sua política de cotas a negros². O levantamento de dados desta pesquisa foi feito no período de janeiro a outubro de 2007 e seu objetivo foi procurar a incidência da maioria dos argumentos, a

2 Fonte: CECUNE – Centro Ecumênico de Cultura Negra, entidade responsável pela seleção e acompanhamento dos cotistas no Centro Universitário Metodista IPA.

favor e contra a Lei Paim, em um caso já implantado de uma política de cotas, traçar uma análise a partir do levantamento dos relatos e com isso, avançar na discussão que abrangem as virtudes e problemas da lei de cotas universitárias.

A abordagem do universo deste campo se deu segundo os seguintes preceitos metodológicos: observação etnográfica com anotações no diário de campo de todas as visitas à instituição, bem como a participação em eventos feitos pela entidade que organiza e gerencia o programa de bolsas para negros no IPA (o CECUNE); entrevistas gravadas e transcritas com a equipe dirigente, funcionários da instituição e entidade e beneficiados; e análise de documentos do programa, como estatuto e diretrizes seguidas por todos os envolvidos no processo. As entrevistas foram feitas com um questionário semi-estruturado, com perguntas abertas, que serviam como uma espécie de roteiro, que pautava os assuntos a serem abordados durante as conversas. Neste sentido, o modo de abordagem foi diferente com a equipe dirigente e com os beneficiados.

Antes de realizar as primeiras entrevistas com os responsáveis pelo funcionamento do programa de cotas do IPA, não tinha informações claras de como os processos aconteciam. O website do centro universitário apenas revelava que existia tal programa, e que maiores informações poderiam ser adquiridas através do setor de admissão e matrícula da instituição. Por isso, o cunho das primeiras entrevistas foi exploratório, a fim de entender como todo processo ocorria, em suas diversas instâncias. Nesta fase, encontrei problemas metodológicos para adquirir certas informações, muitas delas vitais para minha pesquisa, como o nome dos beneficiados pelo programa, que até então era tido como sigiloso. Após passar por esta barreira, pude estruturar melhor o questionário que seria aplicado aos beneficiados do programa.

Foram feitas, no total, 23 entrevistas, tendo em média cada uma, a duração de 73 minutos – o tempo das entrevistas variou entre 36 minutos e 2 horas e 13 minutos de gravação. Foram gravados 1.688 minutos de conversa, o que equivale a 28 horas e 08 minutos de entrevistas. Todas as conversas foram transcritas, o que resultou numa soma de 292 páginas, conforme quadro da página seguinte.

Divisão de entrevistas por tempo e número de páginas transcritas		
ENTREVISTAS	TEMPO DE GRAVAÇÃO (em minutos)	NÚMERO DE PÁGINAS TRANSCRITAS
1	49	7
2	76	13
3	52	9
4	36	6
5	133	22
6	94	16
7	81	14
8	48	8
9	54	9
10	58	10
11	39	7
12	44	7
13	96	16
14	111	19
15	65	11
16	92	15
17	109	18
18	57	10
19	85	14
20	72	12
21	106	18
22	83	14
23	48	8
Média	73	12
Total	1.688	292

Foram aplicados 3 tipos de questionários: um para os dirigentes responsáveis na própria universidade, outro, muito similar, para os dirigentes da entidade responsável por administrar o sistema em nome da universidade e um terceiro, para os alunos beneficiados pelo programa.

Cada um procurava abranger as diferentes modalidades envolvidas no processo. As entrevistas individuais com perguntas abertas foi o método escolhido por extrair de maneira mais profunda as informações do que um questionário de auto-preenchimento. De acordo com Michele Ferrand, que realizou um estudo sobre os diferentes métodos de pesquisa qualitativa, diz que:

“A confrontação das duas técnicas mostra, paradoxalmente, que elas se defrontam com limitações similares. Ao caráter necessariamente fechado e limitador do questionário, opõe-se a aparentemente grande liberdade concedida ao indivíduo entrevistado para a escolha dos acontecimentos que ele relata, liberdade, entretanto menor do que se pensa, quando se sabe que o pesquisador, através de retomadas de questões e solicitações de precisão, orienta inevitavelmente a entrevista” (FERRAND, 1999, p. 348)

A entrevista pode aparecer como a via nobre para alcançar a subjetividade das pessoas, enquanto o questionário parece permitir uma maior objetivação dos dados. O que está em jogo na circunstância de uma pesquisa é a escolha da “melhor” forma de coleta dos dados na relação com o objeto. Neste sentido, o roteiro de questões feitas para à equipe dirigente da universidade (ver roteiro 01) foi elaborado a fim de responder os questionamentos pertinentes aos diferentes

Roteiro 01 - Roteiro de perguntas feito à equipe dirigente do centro universitário

1. Como iniciou o programa de cotas para negros no IPA?
2. Como funciona o programa?
3. O que motivou esta iniciativa?
4. Quanto tempo existe este programa?
5. Quem coordena o programa?
6. Como surgiu a parceria com o CECUNE?
7. Como é feito a seleção dos estudantes?
8. Sou um estudante interessado em participar do programa. Como devo proceder?
9. É feito algum tipo de acompanhamento do desempenho acadêmico destes estudantes beneficiados?
10. Existe algum outro tipo de auxílio fora a bolsa de isenção de mensalidade?
11. Quantos alunos participantes existem atualmente?
12. Quantos alunos formados?
13. Quantas “bolsas” estão disponíveis para o próximo vestibular?
14. Há alguma possibilidade do aluno beneficiado perder a bolsa?
15. Houve algum caso de discriminação sofrida por um aluno por ser beneficiário da bolsa?

processos do programa.

Estas não foram as únicas perguntas feitas durante a entrevista. Assim como Ferrand salientou, serviram como um plano que permitiu pautar a conversa. Como existem perguntas similares, algumas questões foram respondidas antes mesmo que fossem indagadas. Além disso, algumas respostas traziam novas informações que, conseqüentemente, geravam novas perguntas. A entrevista com gravador, bem como o fato do entrevistador portar consigo uma folha do questionário pré-estruturado, apresentaram alguns problemas metodológicos que precisaram ser contornados. Ao desligar o gravador, guardar as folhas de perguntas e anotações e começar a dialogar informalmente, muitos dos entrevistados forneceram informações mais ricas e pertinentes do que toda a entrevista dada anteriormente. Para que estes relatos não fossem

Roteiro 02 - Roteiro de perguntas feito a equipe dirigente do CECUNE

1. Quem é o CECUNE? Qual a história de entidade?
2. Quem é a mantenedora do CECUNE? Onde fica a sede?
3. Como surgiu a parceria com o IPA?
4. Como funciona o programa de bolsas para negros?
5. Há quanto tempo existe este programa?
6. De que forma o CECUNE está inserido nas diferentes etapas do programa?
7. Como é feita a seleção dos estudantes?
8. Suponha que eu seja um estudante interessado em participar do programa. Como devo proceder?
9. É feito algum tipo de acompanhamento do desempenho acadêmico destes estudantes beneficiados?
10. Existe alguma reunião entre CECUNE e alunos beneficiados?
11. Se o aluno tem alguma dúvida ou problema com relação a bolsa, como ele faz para chegar até o CECUNE?
12. Existe algum outro tipo de contato entre o CECUNE e o aluno?
13. Existe algum outro tipo de auxílio fora a bolsa de isenção de mensalidade?
14. Quantos alunos participantes existem atualmente?
15. Quantos alunos formados?
16. Quantas "bolsas" estão disponíveis para o próximo vestibular?
17. Há alguma possibilidade do aluno beneficiado perder a bolsa?
18. Houve algum caso de discriminação sofrida por um aluno por ser beneficiário da bolsa?

perdidos, assim que eu retornava de um encontro, escrevia tudo o que não estava gravado num arquivo denominado “*diário de campo das entrevistas*”.

Já o questionário feito para a equipe dirigente da entidade que coordenava o programa de bolsas para negros do IPA foi elaborado com base naquele proposto para a o centro universitário.

Roteiro 03 - Roteiro de perguntas feito aos alunos beneficiados pelo programa

Perguntas cadastrais

1. Nome
2. Idade
3. Curso que está matriculado
4. Semestre atual
5. Semestre de ingresso

Perguntas sobre o programa

1. Como você ficou sabendo do programa de bolsas para negros do Centro Universitário IPA Metodista?
2. Diga-me como foi sua participação no processo seletivo?
3. Qual sua trajetória de trabalho e estudo antes de entrar na faculdade?
4. Você trabalha? O que você faz?
5. Conte-me como é sua rotina semanal de trabalho e estudo?
6. Como é seu transporte de casa até a faculdade?
7. De que forma sua vida mudou desde que você entrou na universidade?
8. Como você lida com os gastos normais que se tem ao ser um estudante universitário?
9. Quando você conheceu o CECUNE?
10. Na sua visão, o que é o CECUNE? Quais são as responsabilidades que você pensa serem atribuídas ao CECUNE?
11. Com que frequência você recebe informações ou mantém contato com o CECUNE?
12. Seus colegas sabem que você é beneficiário da bolsa para negros do IPA?
13. Como é sua relação com estes colegas?
14. Você já se sentiu de alguma maneira discriminado dentro do ambiente universitário?
15. Existe algo que você mudaria no programa?
16. De um modo geral, como você avalia o programa de bolsas para negros do Centro Universitário IPA Metodista?

Neste estágio da pesquisa, enfrentei outra vicissitude normal para quem trabalha com este tipo de investigação: até realizar as primeiras entrevistas, eu não tinha conhecimento de que havia uma segunda entidade que coordenava o projeto - o CECUNE. Esse foi um dos fatos novos que foram revelados na conversa que tive com os responsáveis da IES. Por isso, um novo questionário precisou ser elaborado (veja roteiro 2).

A exemplo do que ocorreu com a entrevista com os responsáveis pelo andamento do programa do IPA, este questionário serviu como “*fio condutor*” que auxiliava a “*guiar*” os assuntos que deveriam ser abordados. Esse método manteve-se nas entrevistas com os alunos beneficiados do programa. Tratava-se de um questionário semi-estruturado que era aplicado na entrevista com o gravador. As perguntas foram elaboradas a fim de se investigar dois tópicos: qual era a visão dos alunos sobre as diferentes etapas do programa e qual era a realidade deles como alunos universitários beneficiados pela bolsa (veja roteiro 3).

Este questionário permitiu uma perspectiva de comparação metodológica, entre a visão institucional das equipes dirigente sobre o programa e a visão do beneficiado, fruto desta política de bolsas. A seguir, pretendo mostrar como funcionaram os procedimentos desta pesquisa.

3 – Procedimentos de coleta de dados

Uma vez determinada a população a pesquisar, foi posto em prática o procedimento de coleta de dados. O primeiro passo foi o contato com as pessoas responsáveis pelo programa na universidade. Nessa etapa, 3 meses foram empreendidos até a realização da primeira entrevista. Eu precisei percorrer um longo caminho “*institucional*” que implicava em conseguir um documento homologado da universidade em que eu estudava provando que meu interesse nas informações era apenas acadêmico. Após a apresentação deste documento, que obtive em uma semana, várias ligações telefônicas foram necessárias até que a secretária do pró-reitor do IPA conseguisse marcar uma entrevista com a responsável pelo projeto na universidade. Aqui gostaria de salientar que em nenhum momento houve falta de interesse da Universidade em colaborar com a pesquisa, isso é apenas um reflexo dos percalços normais que se passa nas diferentes etapas de uma pesquisa científica.

De todo o tempo gasto na coleta de dados, houve dois momentos em que a “*espera*” causou transtornos no cronograma de atividades: primeiro, a demora para conseguir um espaço na apertada agenda de atividades da equipe dirigente, aliada ainda ao cancelamento – isso aconteceu com todos os entrevistados da equipe dirigente, tanto os da universidade quanto os

sociais, como por exemplo, “*Para você o movimento negro é*”. Durante todo esse processo, circulei de sala em sala, com meu caderno de anotações, e ouvi atentamente aos relatos de todos os alunos que se manifestaram enquanto eu estava presente. Tive a preocupação de não participar de nenhuma discussão, estando ali apenas como um mero espectador.

A terceira etapa desta pesquisa foi definir uma amostra simples aleatória para as entrevistas com os beneficiados. Para este procedimento, utilizei a técnica de pesquisa de atribuição de números a cada aluno e sorteio dos mesmos, de acordo com os ensinamentos do livro “*Estatística aplicada às Ciências Sociais*” (BARETTA, 2002). Primeiramente escrevi numa planilha todos os nomes, em ordem alfabética, dos estudantes beneficiados. Em seguida, atribuí a cada nome um número, de 1 a 284. Após este procedimento, imprimi todos os números em uma folha, recortando um a um, colocando todos dentro de um pequeno saco plástico. Então pedi auxílio a uma pessoa para que fosse retirando de dentro do saco os papéis, até chegar aos 18 entrevistados necessários para completar minha amostra. Assim que obtive o nome dos sorteados, liguei para cada um, para poder marcar a entrevista. No entanto, houve problemas com a marcação de várias entrevistas. Os mais comuns eram: a falta de tempo dos entrevistados, não comparecimento na data e local marcado para a entrevista e recusa de alguns a dar entrevista. Neste sentido, o procedimento era o seguinte:

- **Falta de tempo para entrevistas** – disponibilizei todos os horários possíveis aos alunos, inclusive sábados e domingos. Também, em todos os casos, procurei fazer a entrevista em um local de escolha do próprio aluno, para facilitar seu deslocamento.
- **Quando um aluno não comparecia a sua entrevista** – outra entrevista era marcada o mais breve possível. Este procedimento era repetido até 3 vezes. Se na terceira vez o aluno não comparecesse, seu nome era descartado e um novo aluno era selecionado, através da amostragem aleatória simples.
- **Quando um aluno recusava-se a conceder entrevista** – neste caso, eu procurava salientar os objetivos da pesquisa e se mesmo assim ele não aceitasse, então um novo nome era selecionado, também pela amostragem aleatória simples.

No total, novos nomes precisaram ser selecionados para entrevistas em 4 casos. Apenas 5 pessoas compareceram na data e local marcado sem precisar remarcar entrevista e 7 alunos remarcaram mais de uma vez sua entrevista. Ao final, este processo demorou 9 meses para se concluído, do contato inicial com a universidade até a entrevista com o último aluno. A articulação dos dois métodos – etnográfico e entrevistas individuais – permitiu detectar e identificar as regularidades que emergem da variedade das experiências individuais. A exploração dos dados constituiu, paralelamente, nas informações obtidas nas entrevistas, análise de documentos e participação de eventos realizados pelo CECUNE e IPA. A interpretação dos dados através

deste método qualitativo permitiu afinar as categorias utilizadas nos diversos argumentos que permeiam a implantação de um sistema de cotas universitárias. Neste sentido, através do modo de análise que será descrito a seguir, penso ter conseguido extrair informações pertinentes de acordo com os objetivos traçados.

4 – Procedimentos analíticos

Qualquer levantamento de dados por entrevista organiza-se em torno de um esquema que pretende, sobretudo, hierarquizar a informação. Alguns fatos narrados são dotados, pela pessoa interrogada, de um poder explicativo específico, ou apresentados como momentos-chave do seu percurso. Mas nem sempre o que parece pertinente para o entrevistado é o assunto de pesquisa do entrevistador. O roteiro de entrevista pré-estruturado permitiu uma melhor dinâmica das narrativas que recordam as trajetórias. Isso não implica, no entanto, descartar as informações dadas que não são diretamente intrínsecas as questões prévias. Por diversas vezes, estas novas informações foram extremamente pertinentes ao estudo, contribuindo positivamente para o enriquecimento dos dados analisados.

Com relação ao questionário elaborado para a equipe dirigente da universidade, os seguintes aspectos foram analisados: informações gerenciais sobre o programa; investigação exploratória sobre os métodos de seleção e manutenção do projeto; busca de dados quantitativos que mapeassem o universo da pesquisa (como quantidade de alunos beneficiados, tempo de existência do programa e número de bolsas disponíveis a cada vestibular); a problemática da discriminação com relação aos beneficiados; e por último, análise, através do cruzamento de informações dadas pelos diversos atores que compõem este campo social. Para obter um melhor aproveitamento da análise destes objetivos, segui o seguinte procedimento: separei as transcrições de todas as entrevistas com as pessoas da equipe dirigente da universidade e categorizei as diferentes respostas de acordo com os objetivos traçados (ver tabela 01).

Quanto ao questionário estruturado para a equipe dirigente da entidade que organiza o programa, o CECUNE, a análise de dados se deu de forma semelhante: informações gerenciais sobre o programa, principalmente no cruzamento das informações dadas pela universidade; pesquisa exploratória sobre a parceria IPA/CECUNE; análises dos processos de seleção e manutenção destas bolsas; busca de dados quantitativos que mapeassem o universo da pesquisa; e por final, a problemática da discriminação com relação aos beneficiados (ver tabela 02).

Já nas entrevistas com os alunos, os objetivos eram mais amplos: analisar os dados que

do CECUNE – muitas vezes alguns minutos antes da entrevista; segundo, a demora na liberação da lista cadastral dos alunos beneficiados pelo programa, que só foi me entregue depois de eu fornecer um segundo documento provando que meu interesse era estritamente acadêmico. Apesar de, desde o primeiro momento, eu já contar em meu cronograma com estes problemas, eles acabaram por alongar-se além do esperado.

Após as entrevistas com o corpo dirigente da universidade, e da entrega dos modelos de documentos usados para firmar a parceria com o CECUNE, além do regimento da bolsa, com direitos e deveres, o próximo objetivo foi procurar conhecer melhor como a entidade que auxiliava o IPA estava inserida neste contexto. Confesso que a receptividade do CECUNE com esta pesquisa, após a apresentação dos documentos requeridos, foi sempre aberta no sentido de colaboração. No meio da coleta de dados, tive a oportunidade de participar de um encontro geral com todos os beneficiados, promovido pelo próprio CECUNE, no auditório central da universidade. Este encontro tinha três objetivos específicos: reiterar as normas do programa aos beneficiados, atualizar o cadastro destes alunos e fazer uma pesquisa de opinião sobre o andamento da bolsa, através de uma dinâmica de grupo de discussões.

Em todo o processo, este foi o momento mais rico para a coleta de dados etnográficos. Cheguei um pouco mais cedo, pude conversar informalmente com todos os membros da equipe dirigente do CECUNE, e vi a chegada de todos os estudantes beneficiados, um a um. Este foi o momento de “*estreitar laços*” com a equipe dirigente – por conta de uma “*ajuda técnica*” que fiz na apresentação de um vídeo que seria veiculado a todos, ganhei um cafezinho oferecido pelo presidente da entidade, que me levou até uma cantina da universidade, onde conversamos abertamente durante alguns minutos sobre os objetivos do programa. Além disso, foi a primeira e única vez que pude ter um contato real com a relação entre equipe dirigente do programa e alunos beneficiados. Conversei com alguns deles até começarem as atividades programadas pelo cronograma do CECUNE. Após, passei a ser um espectador atento a todos os eventos ocorridos naquele dia. Foram apresentados os primeiros formandos do projeto e, para minha surpresa, foi pedido para que eu apresentasse os objetivos da pesquisa que estava desenvolvendo. Naquele momento fiquei em pé, de microfone na mão, falando por alguns minutos sobre as entrevistas que eu iria realizar perante os 284 alunos presentes, mais as 7 pessoas envolvidas na organização do evento. Em seguida, os alunos foram divididos em 7 salas, separados alfabeticamente. Em cada sala, um membro da equipe dirigente coordenava a rodada de discussões que era pautada por dois objetivos: ouvir as possíveis reclamações dos estudantes com relação ao programa e saber como estava o andamento da vida acadêmica de um modo geral. No final, um questionário de 4 folhas foi entregue a cada um – ANEXO I – com diversas perguntas, desde uma ficha cadastral completa, passando por questões sobre aspirações profissionais e perguntas de cunho político-

me ajudassem a medir o efeito da cota na vida cotidiana de seus beneficiados; procurar ver a existência dos diferentes prognósticos feitos pelos argumentos a favor ou contra a instituição de cotas universitárias; e por último, verificar a visão que cada um dos entrevistados tem sobre o programa e sua relação com as instituições (ver tabela 03).

É importante ressaltar que esse esquema serviu apenas para guiar a leitura e a organização dos dados. Em todas as entrevistas foram feitas perguntas que não estão nesse esquema, de acordo com as informações novas que eram narradas e necessitavam maiores explicações, todas no sentido de entender melhor os processos que permeiam as diferentes etapas e atores sociais envolvidos no programa. Evidentemente, as narrações sobre a realidade de cada indivíduo envolvido no programa têm diferenças entre si, pela própria experiência de vida de cada entrevistado. O que procuro, no entanto, é “*homogeneizar*” as informações tentando categorizá-las de acordo com as semelhanças discursivas provocadas pelo roteiro do questionário. Por ser uma fonte rica em interpretações, resaltei alguns trechos das entrevistas no capítulo de análise, com o objetivo de ilustrar as informações descritas. Assim como exposto na introdução, estes trechos funcionam como uma “*imagem*”, servindo como ilustração e apoio na composição das idéias. Seria como se fossem um recorte da cena, uma representação fiel da fala do ator social entrevistado. Deste modo, além de facilitar a compreensão da crítica, o leitor terá a oportunidade de entrar em contato com os dados “*crus*” da pesquisa. Por isso, muito mais do que citações, estes relatos devem ser vistos como “*fotografias*” do cotidiano descrito.

Outro ponto que se deve levar em conta é o fato das entrevistas não serem a única fonte de dados usada nesta pesquisa. Além delas, conto com as anotações de meu diário de campo, dos documentos e estatutos que regem o programa de cotas do IPA. Buscando realizar uma descrição densa da realidade do ambiente vivido nesta universidade, com o fim de evidenciar os fatos sociais nele ocorridos, resalto estas categorias como objetivos específicos do objeto de estudo. O estudo etnográfico voltou-se com a intenção de observar os “*papéis*” desempenhados pelos diferentes personagens deste contexto social, verificando os padrões de interação – direta e indiretamente – de seus atores. A partir desta metodologia, construí a base analítica que compõem a estrutura desta pesquisa, que tem como objetivo maior, ampliar a discussão e o conhecimento sobre a implementação de cotas universitárias no país.

Tabela 01

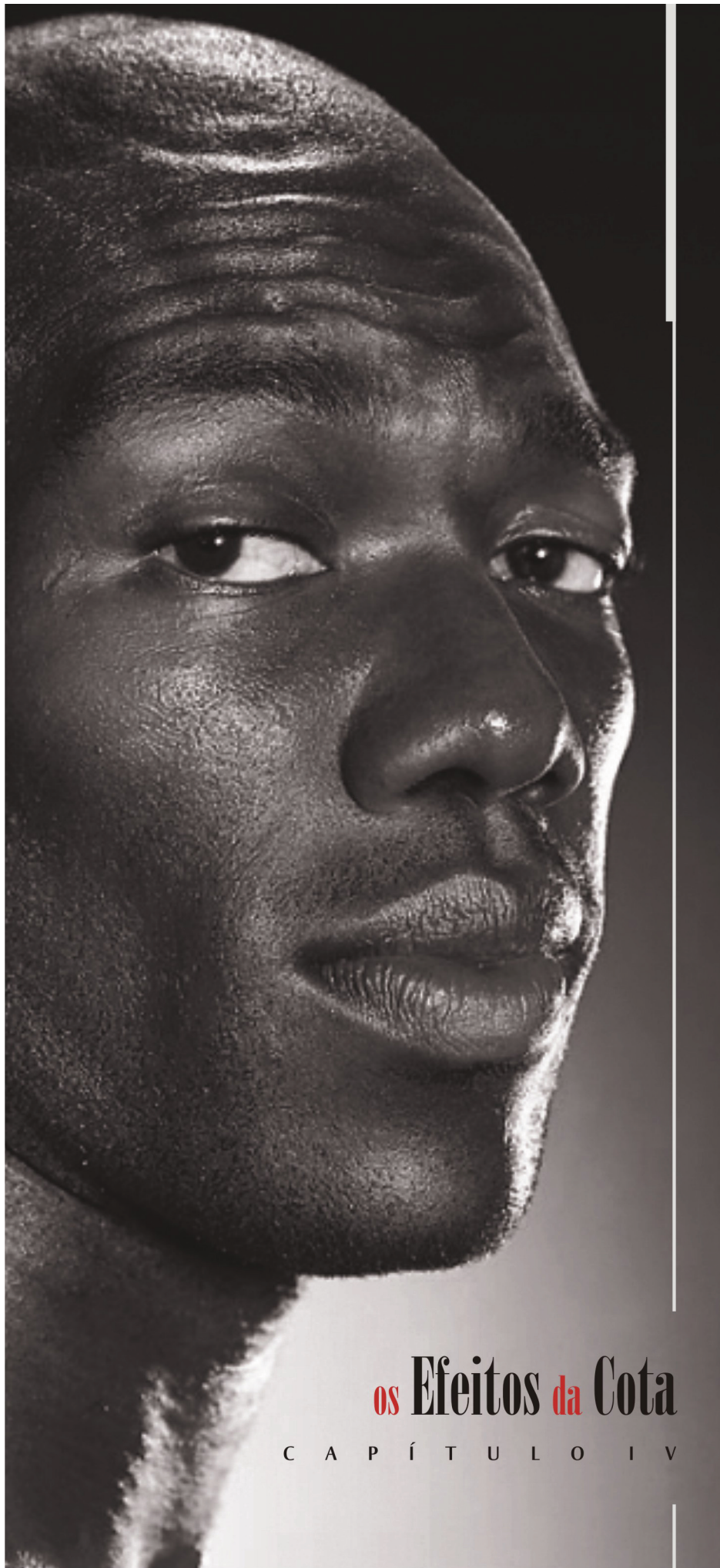
Categorização analítica do questionário semi-estruturado Entrevistas com a equipe dirigente da Centro Universitário Metodista IPA	
Objetivo	Questões que forneceram dados para a análise
Informações gerenciais sobre o programa	<ul style="list-style-type: none"> • Como iniciou o programa de cotas para negros no IPA? • Como funciona o programa? • O que motivou esta iniciativa? • Como surgiu a parceria com o CECUNE?
Investigação exploratória sobre os métodos de seleção e manutenção do projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Como é feito a seleção dos estudantes? • Sou um estudante interessado em participar do programa. Como devo proceder? • É feito algum tipo de acompanhamento do desempenho acadêmico destes estudantes beneficiados? • Existe algum outro tipo de auxílio fora a bolsa de isenção de mensalidade? • Há alguma possibilidade do aluno beneficiado perder a bolsa?
Busca de dados quantitativos que mapeassem o universo da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> • Quantos alunos participantes existem atualmente? • Quantos alunos formados? • Quantas “bolsas” estão disponíveis para o próximo vestibular?
A problemática da discriminação com relação aos beneficiados	<ul style="list-style-type: none"> • Houve algum caso de discriminação sofrida por um aluno por ser beneficiado da bolsa?

Tabela 02

<p align="center">Categorização analítica do questionário semi-estruturado</p> <p align="center">Entrevistas com a equipe dirigente do CECUNE</p>	
Objetivo	Questões que forneceram dados para a análise
<p align="center">Pesquisa exploratória sobre a parceria IPA/CECUNE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quem é o CECUNE? Qual a história de entidade? • Quem é a mantenedora do CECUNE? Onde fica a sede? • Como surgiu a parceria com o IPA? • Há quanto tempo existe este programa?
<p align="center">Análises dos processos de seleção e manutenção destas bolsas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Como funciona o programa de bolsas para negros? • De que forma o CECUNE está inserido nas diferentes etapas do programa? • Como é feita a seleção dos estudantes? • Sou um estudante interessado em participar do programa. Como devo proceder? • É feito algum tipo de acompanhamento do desempenho acadêmico destes estudantes beneficiados? • Existe alguma reunião entre CECUNE e alunos beneficiados? • Se o aluno tem alguma dúvida ou problema com relação a bolsa, como ele faz para chegar até o CECUNE? • Existe algum outro tipo de contato entre o CECUNE e o aluno? • Existe algum outro tipo de auxílio fora a bolsa de isenção de mensalidade? • Há alguma possibilidade do aluno beneficiado perder a bolsa?
<p align="center">Busca de dados quantitativos que mapeassem o universo da pesquisa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantos alunos participantes existem atualmente? • Quantos alunos formados? • Quantas “bolsas” estão disponíveis para o próximo vestibular?
<p align="center">A problemática da discriminação com relação aos beneficiados</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Houve algum caso de discriminação sofrida por um aluno por ser beneficiado da bolsa?

Tabela 03

<p align="center">Categorização analítica do questionário semi-estruturado</p> <p align="center">Entrevistas com a equipe dirigente do CECUNE</p>	
Objetivo	Questões que forneceram dados para a análise
<p>Analisar os dados que me ajudassem a medir o efeito da cota na vida cotidiana de seus beneficiados</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gostaria de saber sua trajetória de trabalho e estudo antes de entrar na faculdade? • Você trabalha? O que você faz? • Conte-me como é sua rotina semanal de trabalho e estudo? • Como é seu transporte de casa até a faculdade? • De que forma sua vida mudou desde que você entrou na universidade? • Como você lida com os gastos normais que se tem ao ser um estudante universitário?
<p>Procurar ver a existência dos diferentes prognósticos feitos pelos argumentos a favor ou contra a instituição de cotas universitárias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • De que forma sua vida mudou desde que você entrou na universidade? • Como você lida com os gastos normais que se tem ao ser um estudante universitário? • Seus colegas sabem que você é beneficiário da bolsa para negros do IPA? • Como é sua relação com estes colegas? • Você já se sentiu de alguma maneira discriminado dentro do ambiente universitário?
<p>Verificar a visão que cada um dos entrevistados tem sobre o programa e sua relação com as instituições</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diga-me como foi sua participação no processo seletivo? • Quando você conheceu o CECUNE? • Na sua visão, o que é o CECUNE? Quais são as responsabilidades que você pensa serem atribuídas ao CECUNE? • Com que frequência você recebe informações ou mantém contato com o CECUNE? • Existe algo que você mudaria no programa? • De um modo geral, como você avalia o programa de bolsas para negros do Centro Universitário Metodista IPA?



os Efeitos da Cota

C A P Í T U L O I V

os Efeitos da Cota

C A P Í T U L O I V

OS EFEITOS DA COTA

Nesta parte da dissertação temos o resultado da apreciação crítica sobre os dados levantados no sistema de cotas do Centro Universitário Metodista IPA. Os trechos das entrevistas misturam-se ao texto analítico, servindo ao mesmo tempo como ilustração e apoio na composição das idéias. Acredito que deste modo, além de facilitar a compreensão da análise, o leitor terá a oportunidade de ficar mais próximo dos dados pesquisados. O objetivo é facilitar o entendimento das críticas e das constatações feitas através do contato com esses dados empíricos. O capítulo está dividido em 6 partes. O primeiro item refere-se a polêmica em torno do termo “cota” e como isso foi resolvido no IPA. A segunda parte explica como a parceria entre IPA e CECUNE surgiu, e de que forma ela é mantida. O próximo item é dedicado ao problema da classificação racial na seleção do beneficiário. Em seguida, analiso o caso do IPA segundo o argumento que defende a idéia que a entrada dos negros através das cotas irá acarretar numa queda do padrão de qualidade do ensino superior. Na quinta parte, demonstro a explicitação do racismo e discriminação na vida cotidiana acadêmica dos beneficiados. E por último, analiso a percepção dos alunos bolsistas a novas perspectivas na condição de estudantes universitários.

1 – Cota ou Bolsa

Um dos primeiros estranhamentos que tive quando fui a campo, foi com a reprovação do termo “cota” para definir a iniciativa do Centro Universitário Metodista IPA. Praticamente todos os atores sociais envolvidos neste contexto tiveram a mesma reação de reprovação quando eu proferia esta palavra durante as entrevistas. Durante todo o envolvimento que tive com esta

pesquisa, utilizei deste termo para explicar os objetivos deste trabalho, mas ao chegar no contexto social onde ele estava de fato inserido, eu precisei eliminar este vício coloquial, pois do contrário eu era prontamente censurado. É bem verdade que após ser corrigido na primeira vez que o usei numa entrevista, passei a inseri-lo nas outras conversas propositalmente, na tentativa de verificar se havia um padrão nas respostas. E rapidamente ele veio à tona: o termo cota dentro do IPA é carregado de estigma, de modo que seus atores fazem questão de ressaltar as diferenças entre a política pública do governo e a iniciativa da Universidade. A primeira sanção que tive quando proferi o termo foi na entrevista com Fernando¹, da equipe dirigente da universidade (ver quadro 01).

- Quadro 01 -

Trecho da entrevista feita com Fernando, da equipe dirigente da universidade

“A expressão cotas nós nunca usamos aqui na instituição... é uma outra natureza. É claro que é um percentual importante. A palavra cotas se aplicaria, mas nós não utilizamos esse termo. Com isso também estou querendo dizer que ela não deriva da lei ou de qualquer política, ela deriva de uma outra... de uma outra... de uma outra razão, né? Da institucional no caso, que é a própria história do metodismo na sua origem, que está envolvido com movimentos sociais, com problemas das prisões na Inglaterra, na origem do metodismo, problemas da escravidão, problemas sociais, questão da origem... da formação da nossa igreja (...). Ou seja, nossa igreja, é uma igreja que tem preocupações sociais por natureza, por origem, né? Na sua essência é isso. O que que acontece...o que que aconteceu aqui especificamente foi uma coisa mais ou menos simples, mas [com] um efeito estrondoso. Nós temos como, por lei, obrigação de oferecer 20% do nosso faturamento em filantropia. E é uma decisão simples foi oferecer 20% da filantropia em bolsas de estudo. A coisa... porque o que nós melhor sabemos fazer é educação, então o que nós podemos melhor oferecer é educação, a população é educação... agora o critério da carência, é um critério que caracteriza a filantropia... então, com o critério da carência nós temos que investigar a vida de cada um para ver se ele se enquadra de acordo com a norma... dentro do critério de que é chamado para vir. E cada bolsista então, nós temos um programinha ali que ele preenche os dados todos e aquilo verifica de um índice de carência, se ele se enquadra ou não naquele índice de carência. Isso é para qualquer bolsista, não estou falando das bolsas de cotas de negros, são as bolsas em geral (...). E... o aluno que comprovou, o mais carente, o melhor classificado no vestibular, vão compondo a lista de quem vai receber bolsa.”

1 Nome fictício dado ao entrevistado, apenas para facilitar a leitura. Aliás, todos os nomes de entrevistados referidos neste capítulo seguirão a mesma premissa.

Embora o termo cota não seja a definição preferida pelos atores que compõem o campo social desta pesquisa, a iniciativa é muito similar às políticas citadas pela Lei Paim. O programa chegou a participar inclusive de premiações, sendo, em 2004, um dos finalistas na entrega do Prêmio dos Direitos Humanos, promovido pela Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho em conjunto com a UNESCO. Concorrente na categoria III (Programas em Execução na Área de Educação) por instituições formais de ensino de todos os níveis, o CECUNE participou com o programa Universidade Livre, que abrange a parceria com o IPA, para “*garantir a gratuidade do curso para esses alunos [negros], mediante a concessão de bolsa de estudos*”². Em matéria do *Jornal Extra-Classe*, do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul, o projeto do CECUNE é referido como “*um projeto que dá esperanças a uma parcela excluída da comunidade*”³. A dissertação de mestrado feita por Lílian Conceição da Silva Pessoa de Lira, que teve como objeto de estudo o CECUNE e suas ações educativas, trata do projeto como “*cotas como proposta política de Ação Afirmativa (...) como exemplo de inclusão que tem possibilitado o acesso de jovens negros e negras ao mundo acadêmico*” (LIRA, 2006, p. 62 e 66). O que todas essas referências tem em comum é o fato de tratarem do programa como um exemplo de ação afirmativa, mesmo termo usado para definir a política de cotas da Lei Paim.

Segundo o artigo de Graziella Moraes Dias da Silva, “*as políticas de ações afirmativas são definidas de modo geral como políticas que beneficiam grupos desfavorecidos na alocação de recursos escassos, como empregos, vagas na universidade e contratos públicos*” (SILVA, 2007, p. 134). Para muitos estudiosos, a implantação desta política é fundamental para que haja uma reparação histórica no país. Como vimos no capítulo II, o Brasil foi palco de um dos maiores regimes escravistas existentes – segundo Jaccoud e Beghin, fomos o segundo maior país escravagista da era moderna e último do Ocidente a abolir a escravidão, constituindo a segunda maior população negra do mundo, atrás somente da Nigéria (JACCOUD E BEGHIN, 2002). Assim como citado no capítulo II, a história do Brasil, no que diz respeito à população negra, foi construída a partir da negação dessas desigualdades, numa mistura de teorias e concepções evolucionistas de superioridade racial e mitos de “*escravidão cordial*” e “*democracia racial*”. Diante desse passado de segregação, a “*bandeira*” das ações afirmativas é levantada segundo os favoráveis a lei como uma alternativa para a promoção da igualdade, que objetive a compensação favorável as pessoas negras diante da exclusão social a que foram submetidas ao longo dos séculos. O documento internacional mais importante sobre a discriminação racial, segundo publicado na Revista de Sociologia da USP, é a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de

2 por SKOLAUD, Josiane – em matéria publicado no website da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no dia 9 de dezembro de 2004 - http://www.al.rs.gov.br/Dep/site/materia_antiga.asp?txtIDMateria=91486&txtIDDep=96

3 por GLOCK, Clarinha – em matéria especial “Vestibular para cidadania” do *Jornal Extra Classe - Sinpro/RS* - dezembro de 2006 - <http://www.sinpro-rs.org.br/extraclassa/dez06/especial.asp>

Discriminação Racial (Icerd), que define políticas de ações afirmativas como medidas especiais planejadas para “*promover o avanço de determinados grupos raciais e étnicos*” (SILVA, 2007, p. 134). Como afirma Kabengele Munanga, na história da ideologia anti-racista, “*as chamadas políticas de ação afirmativa são muito recentes*” (MUNANGA, 2002, p. 117), mas já foram implementadas em diversos países, como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia e Austrália. No Brasil, através do Estatuto da Igualdade Racial como proposta política de ação afirmativa, surge o sistema de cotas, que prevê uma maior representação de negros em diversos segmentos da sociedade. Mas esta medida já está há 8 anos em trâmite no Congresso Nacional, e cada vez que uma universidade levanta a possibilidade de um sistema de cotas no ingresso ao vestibular, gera muita polêmica e discussão.

De acordo com o jornal *O Estado de São Paulo*, das 57 universidades federais existentes no Brasil, 16 já aderiram ao sistema de cotas⁴. O projeto de lei que institui reservas de vagas ou cotas para negros e estudantes egressos de escolas públicas nas Universidades Federais está parado na Câmara dos Deputados. Sua votação ainda depende de acordos entre as lideranças dos partidos e não há previsão de quando será levado ao plenário da Casa. Essa indefinição, no entanto, não está impedindo algumas universidades de aderirem ao sistema de cotas. De acordo com a reportagem, estima-se que até o fim deste ano o número de cotistas nas Universidades Federais chegue a 14 mil. Em 2005, um total de 579.587 alunos se matricularam nas Universidades Federais, segundo o Ministério da Educação. Na rede estadual, com 34 universidades, a adesão foi maior: 18 delas - mais da metade - têm cotas. No total, somando as duas redes e mais uma escola técnica federal que também adotou o sistema, já são 35 instituições públicas.

Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, o deputado Carlos Santana afirma que o Congresso não está dando a devida atenção ao projeto sobre cotas raciais. “*A elite não quer a votação desse projeto - assim como não quer nem ouvir falar do projeto do Estatuto da Igualdade Racial, que tem um caráter muito mais abrangente*”, diz ele. Ligado ao movimento negro, o deputado está conversando com os líderes dos partidos para ver se consegue levar o projeto de cotas ao plenário ainda no segundo semestre. “*Precisamos ao menos debater o projeto. Para quem as pessoas digam se são a favor ou contra. Do jeito que está não podemos nem saber quem apóia*”. Ainda de acordo com a reportagem, na maior parte das escolas que ainda não aderiram às cotas já estão sendo preparadas propostas sobre o assunto. Essa onda seria uma manobra estimulada pelo Ministério da Educação, que gostaria de ver aprovado logo o projeto de lei que tramita no Congresso; e pela pressão das organizações do movimento negro. De acordo com o artigo de Graziella Moraes Dias da Silva, publicado na revista de sociologia da USP (SILVA, 2007), 16 universidades

4 ARRUDA, Roldão – Universidades federais se antecipam a lei e criam cotas – 9 de julho de 2007
<http://www.estadao.com.br/educacao/noticias/2007/jul/09/236.htm>

públicas brasileiras adotaram o sistema de cotas entre 2001 e 2005. Sete são federais (UnB, UFPR, UFBA, UFAL, UFSP, UFPA, UFRN) e nove são estaduais (UERJ, UNEB, UEMG, UEMS, UEL, UNICAMP, UNEMAT, UEAM, UENF). Entretanto, segundo Silva, em 2006, este número já se aproxima de trinta. Em três dos treze estados que adotaram a medida, utilizou-se como instrumento jurídico o decreto-lei estadual⁵. Nas outras partes do país, a decisão ficou a cargo dos Conselhos Universitários.

Foi o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que em 2007 cogitou implantar o sistema de cotas em seu vestibular. Durante as votações houve polêmica, que aumentou após a aprovação da proposta. Ocorreram diversas manifestações contra esta medida, criticando a decisão do Conselho. No atual vestibular, de acordo com reportagem publicada pela Zero Hora, a maioria dos candidatos da UFRGS prefere silenciar sobre sua situação de cotista com medo de enfrentar o preconceito de seus colegas e professores. Segundo o jornal, a palavra cotista virou tabu entre os vestibulandos: *“Pouca gente sabe que sou cotista. Não gosto de comentar. Há preconceito até entre professores do cursinho. Dizem que teremos um trote diferenciado na faculdade”*



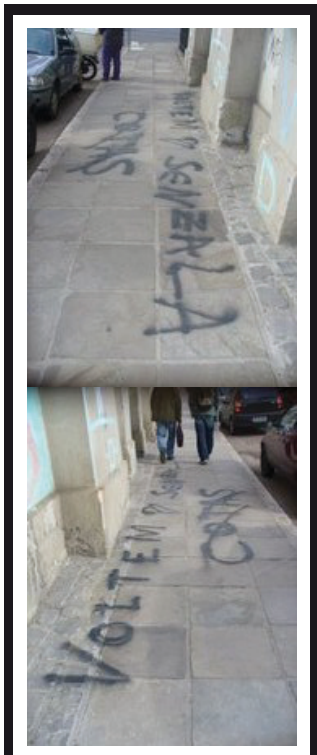
5 O primeiro estado a tornar obrigatória a implantação das cotas foi o Rio de Janeiro, seguido por Mato Grosso e Minas Gerais (SILVA, 2006)

- Quadro 02-

Trecho do retirado do manifesto “Mobilização da vitória – É a hora da diversidade!”, assinado por Luciane Soares

“O espaço público como espaço de manifestação de opiniões é muitas vezes utilizado nas grandes e não apenas tão grandes cidades para pichações nazistas, bem como contra homossexuais. Então qual a novidade interessante nesta pichação? Neste caso, não temos apenas uma frase direta simples ou o símbolo da suástica. Temos aqui uma articulação mais complexa que colabora na compreensão de algo que tenho pesquisado: Não há insulto racial gratuito. (...) Quando um grupo social expressa seu descontentamento contra determinada ação política nos termos que foram expressos em Porto Alegre, estamos diante do problema que SEMPRE balizou discussões sobre raça e racismo no Brasil: o lugar, o espaço social não é disputado apenas com base no desejo por mobilidade social. A cozinha aqui é o sinônimo de todas as senzalas do país, de todos os lugares não vistos, não protagonizados, não iluminados.”

(PIRES, 2008) – relata um vestibulando da UFRGS ao jornal. Em sentido contrário, também houve manifestações apoiando a implantação das cotas, como um comunicado distribuído pelos corredores da UFRGS (ver quadro 02), marcando um encontro para o chamado “*Mobilização da Vitória*”. Um trecho deste comunicado procurava retaliar as pichações dos muros que ocorreram na Avenida João Pessoa, em Porto Alegre.



Pichações contra a implantação das cotas na UFRGS

O que parece acontecer, nestes diferentes ambientes, é uma estigmatização da palavra cota. Talvez, por consequência disto, parece haver uma tendência em enfatizar a renda (que acabou por ser sinônimo de classe social) em vez da “*raça*”. Segundo artigo de Silva, entre as dezesseis universidades que implementaram o sistema de cotas, catorze posteriormente decidiram unir critérios socioeconômicos aos critérios raciais. Por exemplo, as universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ e UENF) criaram uma cota de 50% para estudantes provenientes de famílias de baixa renda. A raça aparece como critério adicional: entre os estudantes selecionados de acordo com a cota social, 40% devem ser negros.

A justificativa principal é criar chances de mobilidade para grupos desfavorecidos em uma sociedade de alta desigualdade de renda. Esse, segundo as principais críticas a Lei Paim, deveria ser o principal critério a ser seguido. O que não se discute é o número de bolsas existentes no país, nas diversas universidades, que procuram

atender a demanda social de baixa renda. As iniciativas de cotas são consideradas constitucionais no Brasil, tendo sido implementadas para beneficiar, por exemplo, mulheres no sistema político ou deficientes físicos no mercado de trabalho. Juízes da Suprema Corte brasileira avaliam que a Constituição de 1988 autoriza o estabelecimento de cotas para grupos desfavorecidos (PIOVESAN, 2006). Apesar disso, segundo artigo de Silva, nos anos que seguiram à implementação da cotas raciais, foram registradas trezentas ações legais contra diversas universidades que as adotaram (SILVA, 2006). A princípio, como resultado da Conferência de Durban (África do Sul)⁶, que deu origem ao debate sobre o sistema de cotas no Brasil, o foco das cotas era a inclusão de estudantes negros nas universidades públicas, sem mencionar condição de renda. Após a implantação, as cotas raciais foram rapidamente combinadas com as cotas socioeconômicas.

Com isso a cota acabou por adquirir caráter de bolsa-auxílio a carentes de renda. Não por coincidência, o programa implantado no IPA procura seguir este modelo. Desta maneira, procura-se diluir um pouco da discussão sobre as cotas, agregando o fator econômico. No IPA esta situação ainda foi mais “*amenizada*”, com a política de somente distribuir as “*bolsas*” aos candidatos que já passaram no vestibular. Ou seja, exclui-se toda a questão da desigualdade estrutural no ensino proposta pela medida, que diz que brancos e negros não concorrem com iguais condições na seleção. Mais do que isso, essa ideologia sobre o termo “*bolsa*” passa a ser regra, e assimilado, pelo menos, por grande parte dos atores que compõem o recorte social do IPA. Vejamos outros relatos, onde claramente há sanção toda vez que o termo cota é inserido no diálogo (veja quadro 03).

O problema do estigma com relação ao termo cota parece ser tão latente, que encorajou o CECUNE a ministrar uma espécie de curso preparatório aos alunos beneficiados do programa. De acordo com a dissertação de Lira,

“os estudantes aprovados no vestibular para o ingresso na universidade, contemplados pelo convênio com uma bolsa integral, recebem uma capacitação que visa a sua preparação para a inserção no ambiente acadêmico e o fortalecimento da identidade étnica. O curso aconteceu para as turmas que ingressaram em 2004, bem como as turmas que ingressaram em 2005.1, 2005.2 e 2006.1, com carga horária de 72 horas” (LIRA, 2006, p. 70)

O objetivo era preparar os alunos contra os argumentos que poderiam ser enfrentados ao

6 Parte da constitucionalidade da cotas raciais baseia-se em acordos internacionais que a apóiam. De acordo com Silva, não é coincidência as primeiras cotas raciais no Brasil terem sido implementadas após a Terceira Conferência em Durban (2001), amplamente divulgada na mídia brasileira. Ainda segundo Silva, a tese de Peria (2004) mostra como o debate no Rio de Janeiro foi influenciado pela cobertura da conferência em Durban: o projeto de lei estadual de 2001 chega a citar artigos de jornal. Além de representantes oficiais, a partir de Durban os movimentos sociais foram convidados a participar, “o que forçou o governo a aceitar o problema da discriminação racial” (SILVA, p. 139, 2006).

- Quadro 03-

Trecho da entrevista com Felipe, estudante do 5º semestre de Direito

“Eu encaro como bolsa. Por que cota na realidade o IPA não tem cota. Ele poderia ter uma cota de bolsas, né? Mas não dá pra se encarar como cota né (...) Acho que tem pessoas que, por exemplo, falando agora em relação às cotas, tem pessoas que são favoráveis, tem pessoas que são contras... Eu, particularmente, agora falando em cotas, que não é o que considero no IPA, eu acho que é um mal necessário, né? Mas até num certo, até um certo momento, né? Porque... realmente, eu também tenho comigo assim, porque que de repente uma pessoa que tem uma condição financeira melhor, fez o vestibular, passou e de repente vai estar dando o lugar para alguém que tenha cota. Que é diferente da questão do IPA, né?”

Trecho da entrevista com Eduardo, estudante de Educação Física, já formado

“A gente passou no vestibular, a gente já tava pré-selecionado pela questão sócio-econômica e pela questão de carência. Após passar no vestibular a gente confirmou quem eram os indicados ou não, e aí era aquela aflição, primeiro saber se passou no listão, depois saber se passou para a aprovação na bolsa. (...) Não é que no início, no início eu ficava bastante reservado, por quê? Porque as pessoas te olham diferente, porque acontece aquela discriminação, e aí se fala muito em cotas, e aí já levanta toda aquela polêmica de cotas, mas e aí não é afinal de contas, branco ou preto, tem pobre aí... é bolsa carência.”

Trecho da entrevista com Elisângela, da equipe dirigente da universidade

“É, nesse convênio com CECUNE sim. Tem muitos outros negros, mas recebendo bolsas de 100%, são esses (...) Não são cotas, são bolsas. Estas bolsas foram distribuídas nesse momento, e nos 3 últimos vestibulares nós tivemos que dar uma freada porque o nosso número de bolsas ultrapassou muito a nossa possibilidade... chegou a ultrapassar 30%.”

Trecho da entrevista com Samara, da equipe dirigente do CECUNE

“Então bolsa, o que não se quer de bolsa? Não se quer aquilo que o Brasil sempre fez, bolsa como moeda de troca. Então vamos formar, fazer uma normatização, que não conduz a isso, fizemos, e tentamos pensar coisas dentro da nossa linguagem e da nossa construção, né? Tanto que para exemplificar, começamos trabalhando com uma terminologia, e na segunda execução já mudamos a terminologia, porque se avaliou e viu que aquele conteúdo não era e seu viu o contexto, e se viu quais eram as finalidades e tentou, correção de cotas a todo momento né, em função da prática (...) Não é cota, é... carência... é bolsa carência... por base é bolsa carência.”

se depararem com os questionamentos feitos por colegas ou professores quanto o ingresso por meio da bolsa. A finalidade de se trocar o termo cota por bolsa parece clara: amenizar a pressão social em represália ao termo estigmatizado. A chamada adoção de “*cotas sociais*” tornou-se a solução, numa combinação de raça e classe na categoria de “*desfavorecidos*” como argumento de sustentação deste discurso. Ao se incorporar o problema da exclusão social sofrida pelo negro como uma questão socioeconômica, não apenas esse grupo deveria, portanto, receber cotas de inclusão, mas todos os outros segmentos da população. O perigo ao se considerar apenas os indicadores sociais é a perda do debate sobre as especificidades da discriminação racial. As tensões entre as cotas raciais e as bolsas-carência ficam bastante evidentes nas declarações acima. Parece haver uma certa resistência de se aceitar o debate racial, com foco nas tensões entre a discriminação existente e a predominância da engessada estrutura do quadro social segundo este aspecto. Embora identidades raciais façam parte da questão social, as cotas sociais parecem fazer referência – ou pelo menos, evidenciar mais – apenas à renda.

Tratar como apenas um problema econômico é desconsiderar que existem diferenças entre os mecanismos de exclusão racial e os de exclusão socioeconômicas. Neste sentido, deve-se entender como algo diferente as categorias de “*raça*” e “*classe*”. Apesar do termo “*raça*” ser uma ficção biológica, o racismo deve ser encarado como fato social, conforme vimos no Capítulo I. O que há é uma mistura dos termos “*inclusão social*”, “*reparação*” e “*diversidade*”, fundamentando-os como algo comum. O objetivo da Lei Paim, ou de qualquer outra política de cotas que queira beneficiar pessoas negras, é de resolver os problemas particulares a esta questão. Negros são excluídos porque são negros, não porque são pobres. Esta é uma particularidade do racismo, e no momento que se admite a presença de racismo em nossa sociedade, não se pode confundilo como algo meramente agregado à situação econômica. Como vimos no Capítulo II, o fato de haverem mais negros vivendo na linha da pobreza é apenas um reflexo das políticas de segregação vividas por esta parcela da população desde o momento que chegaram no Brasil. O objetivo da Lei Paim parece ser o da inclusão social dos negros como coletividade. Isso não significa invalidar a possível implementação de cotas sociais, mas seria melhor que elas ocorressem de forma separada das raciais. Os negros são estigmatizados por estereótipos raciais independentemente da sua situação socioeconômica.

O problema, no entanto, não está na nomenclatura que se dá a iniciativas como a do IPA. Não pode haver uma inversão de papéis quanto as causas da incorporação de questões de renda as políticas de igualdade racial. Esse fato parece ser mais uma manobra de sobrevivência em meio as contundentes críticas sofridas por este tipo de ação. Só para se ter uma idéia da complexidade do assunto, vejamos o caso a seguir, relatado pelo artigo de Sandra Azeredo, publicado pela Revista Estudos Feministas, da Universidade de Florianópolis (AZEREDO, 2005): Marcus Vinícius

de Freitas, professor da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, inicia sua mensagem de patrono aos formandos, reproduzindo o Boletim UFMG, relatando que, *“há quatro anos, uma caloura [havia caído] de pára-quedas em [sua] turma de Fernando Pessoa”* por ter sido obrigada pela *“delirante”* reforma de currículo da Faculdade, que não tem disciplinas básicas, cujos conteúdos são idiossincráticos, que, enfim, repudia *“a mínima noção de lógica e racionalidade (...) em prol do retorno à taba, à lei do mais forte, do mais esperto, do mais demagogo”* (AZEREDO, 2005, p. 741). Segundo Freitas, estudar Fernando Pessoa *“sem a devida preparação, é como ser cirurgião sem saber sequer a forma do bisturi”*. O professor considera a atual reforma da universidade proposta pelo governo como sendo ainda mais delirante, uma *“tsunami obscurantista”*, que transformará as universidades, *“de centro de formação de excelência em assistentes sociais politicamente interessadas”*, instrumentalizadas *“como braço de propaganda de programas como o Fome Zero”*. Freitas, em suma, considera o projeto como sendo *“inconstitucional, intervencionista, demagógico e xenófobo”*, porque as vagas não seriam destinadas aos melhores alunos, *“mas à distribuição pelo instrumento lamentável das cotas”* (AZEREDO, 2005, p. 741 e 742).

Outro posicionamento contrário as cotas, relatado no mesmo artigo, é do professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, João Baptista Villela, que defende a universidade como *“o lugar ímpar de aplicação às reformas superiores do saber”*, que segundo ele, *“está sendo ameaçado, entre outras coisas, pela idéia de cotas para afrodescendentes ou egressos do ensino público”*. Para Villela, a universidade deve ser espaço reservado a apenas uma parte da população, a que se considera *“a melhor”* (AZEREDO, 2005, p. 742). Ao falar da adoção de cotas pela UFRGS, o jornal Zero Hora pede a opinião de um antropólogo que se diz contra a medida. O doutor em Antropologia e professor da UFRGS, Bernardo Lewgoy, dá uma entrevista ao jornal dizendo que *“rejeita as cotas e pede investimento no ensino”* (PIRES e GONZATTO, 2008, p. 34). Esses são pequenos recortes dentro da grande polêmica gerada pela ênfase dada ao programa de cotas universitárias. Não obstante, a implantação de medidas como a obrigação de 72 horas de trabalho voluntário exigida aos beneficiados do programa do IPA parece ser outra medida a fim de amenizar as pressões sociais em torno do tema. E mais: sem querer, passa a ser *“moeda de troca”* pela bolsa, na medida que o aluno perde o benefício se não consegue provar através de um atestado que cumpriu esta exigência. O corpo dirigente do CECUNE encontra-se em contradição em sua própria ideologia, no momento que procurou, de acordo com o relato descrito anteriormente por um de seus membros *“formar uma normatização que não conduz a isso”* (Samara, da equipe dirigente do CECUNE).

Durante o encontro com os alunos beneficiados pelo programa do IPA, participei como ouvinte de várias oficinas que visavam discutir os pontos a serem melhorados no programa. Em 100% delas houve reclamações sobre essa exigência. A maioria dos presentes reclamavam o fato

de serem os únicos alunos com bolsa da universidade que precisavam cumprir tal tarefa (veja Quadro 04).

De uma forma geral, o trabalho voluntário obrigatório foi o tópico mais abordado pela maioria dos alunos na reunião do CECUNE como os beneficiados. A reunião funcionou da seguinte maneira: depois dos comunicados gerais com o grupo todo no auditório central do IPA, as pessoas foram divididas alfabeticamente em 7 grupos. Cada grupo foi levado para



uma sala, acompanhados de um membro da equipe dirigente do CECUNE. Em todos os grupos, um dos alunos ficava responsável de anotar os principais assuntos discutidos, que após o encerramento do encontro, seriam repassados ao CECUNE para análise. O representante do CECUNE tinha como responsabilidade “guiar” a reunião, fazendo com que todos cumprissem a pauta e, ao mesmo tempo, cuidava para que as discussões não perdessem o foco. Eu tive a oportunidade de ficar pelo menos uns 20 minutos em cada sala, apenas observando as discussões e fazendo as anotações que julgava necessárias. No caso desta “imposição” sobre as 72 horas de trabalho voluntário, em todas as salas, os membros do CECUNE procuravam explicar os motivos da requisição. Um dos argumentos abordados foi que esta era uma forma dos alunos retribuírem à comunidade o benefício que adquiriram quando ganharam a bolsa. Embora essa resposta nos leve rapidamente a uma conclusão de que essa medida não passava de uma “moeda de troca”, não se pode reduzir a atitude somente a isso. Nas conversas que tive com a equipe dirigente do CECUNE, o que me foi dito é que o trabalho voluntário tinha dois objetivos: primeiro, ampliar a visão dos alunos sobre a importância do trabalho voluntário na mudança da esfera social; segundo, a partir desta medida, incutir um sentimento de responsabilidade social, fazendo com que estes alunos tornem-se agentes de mudança em suas comunidades, o que indiretamente fortaleceria o movimento negro. Esta realmente é uma questão complicada: de um lado os alunos beneficiados, com toda a carga de responsabilidade de ao mesmo tempo ser aluno, bolsista e profissional; de outro, o CECUNE, que procura criar medidas que visem o crescimento desta iniciativa com foco no bem-estar coletivo.

- Quadro 04-

Trecho da entrevista com Fábio, aluno de Fisioterapia

“Eu acredito assim oh... como tu falou: nada é de graça né, a gente tá aqui porque alguém paga né, tá bem claro na cabeça da gente que é uma instituição filantrópica, e que essa instituição ela não pode ter lucros, né? E que eles tem que dirigir, esse lucro pra população. E que eles escolheram, a gente acredita que eles optaram por essa forma. Mas de alguma outra forma eles deviam estender pra comunidade. A gente fica feliz se for de outra forma. A gente sabe que na verdade a gente tá pagando (...) Uma queixa da maioria que eu ouço e que é uma queixa minha também, é muito difícil fazer 72 horas de trabalho comunitário. Difícil porque... claro, se tu pegar uma pessoa que não trabalha, aí tu vem pra cá, que nem um curso como o nosso, que é um curso que é diurno, então é manhã e tarde. E tu tem que estudar pra esse curso, porque tu sabe que tu não pode rodar nas cadeiras, se tu roda tu perde a bolsa. Então funciona assim, ó: se eu rodo eu perco a bolsa, então eu tenho que estudar. Tem que ter tempo pra estudar. Só que assim, quando tu trabalha junto com isso fica muito difícil. Cara assim... vira um... porque vida social tu não tem mais na verdade. Em termos de família e coisa tu não tem mais contato praticamente. Por que ou tu tá aqui, ou tu tá no teu trabalho, ou tu tá prestando um serviço comunitário... “Ah mais, mas não tem problema, ah mais é 4 horinhas por semana, tu não dedicar 4 horinhas pra ganhar uma bolsa?”. Colocação é essa, né? Bom, vocês não convivem a semana com a gente, não vê a semana como é (...)

Tu passar... sair daí, aí já passou.. estudo, aí vai pro trabalho, aí sai do trabalho ainda tu ainda estudar porque tem uma prova no outro dia e não sei o que. Quando chega lá no sábado ou no domingo que tu né.. tu trabalha, acaba trabalhando também em sábado ou no domingo né. Aí quando tu acha que tu vai ter uma folga, daí tu tem que prestar o serviço comunitário. Então... e lá no serviço comunitário não vai pra ti estudar, não dá pra ti... Então tu... tu.. fica muito difícil.. tem que estar disposto... fazer o serviço, tem que chegar disposto, fazer o serviço. Tem horário pra ti cumprir. Tem normas pra ti seguir dentro do serviço voluntário. Que foi interessante e tal a minha colocação, não é serviço voluntário... a gente brincava.. seria voluntariamente obrigatório. Então achei interessante pela maneira como a pessoa colocou... então não, eu não tô num serviço voluntário, eu estou num serviço comunitário. Quer dizer, a palavra é interessante né. Porque... todo lugar que a gente vai, a gente vai em ONGs de serviço voluntário... Mas a gente presta um serviço comunitário... Que seria o que, tu ter a obrigação de fazer. Tu não vai dizer que é voluntário se tu tem a obrigação de fazer. Então tu cumprir essas 72 horas é muito complicado. Isso é uma coisa difícil. Eles poderiam pelo menos reduzir... entendeu? (...)

Então em termos... isso é difícil pra nós. Isso é uma queixa que talvez tu vai ouvir de todos, do trabalho [voluntário]... Isso é uma coisa que a gente não quer, mas a gente não se nega a... mas eles pelo menos poderiam reduzir. Podiam diminuir, entendeu? Eu sou um cara que presto... no lugar que eu vou lá... há 3 anos presto serviço comunitário. Teve semestre... que eu praticamente não fui lá. Aí o cara: “o negócio é o seguinte: tu tá me devendo.. 50 horas, eu vou te dar o comprovante e tu vai ficar aqui me pagando. Mas a partir de agora tu vai ter que vir, porque vai juntar com o outro” Se não daqui a pouco eu tava devendo 100 horas”

O sentimento dos alunos beneficiados é de uma pressão constante e de todos os lados. O trabalho voluntário necessita um espaço na agenda, às vezes já bastante apertado, de cerca de 4 horas semanais. Deve-se considerar também o tempo de deslocamento até o local, que mesmo que embora os alunos sejam orientados a procurarem entidades próximas as suas casas, nem sempre isso é possível. O trabalho em uma ONG, salvo em situações específicas, pede por alternância de horários que nem sempre os alunos podem disponibilizar. Outra questão é que este trabalho realmente deixa de adquirir o caráter de voluntário, já que os alunos visam o atestado no final do semestre. Isso dá um poder grande aos membros da ONG, que podem usar o atestado, mesmo que indiretamente, como forma de coerção a atividades que nem sempre os alunos podem ou gostariam de executar. Mesmo que isso não ocorra, o contrato “*trabalho/atestado*” permite essa atitude, e de uma certa forma, até a incentiva. Além do trabalho voluntário, o aluno também deve preocupar-se com seu desempenho escolar. Não somente notas altas são requeridas, mas a norma da bolsa não permite que o beneficiado falhe em duas disciplinas no mesmo semestre. Num olhar superficial, essa medida parece não ser tão difícil de ser cumprida, mas existem outras premissas importantes que não são consideradas (neste sentido, veja a observação feita por um dos alunos no trecho disposto no Quadro 05).

Ou seja: existem vicissitudes no meio do caminho que devem ser levadas em conta. Ao beneficiado não é permitido enfrentar nenhum tipo de problema que ponha em risco seu desempenho na faculdade. Esse é realmente um critério que pode ter o efeito contrário: mais excluir do que incluir. Em janeiro de 2004, de acordo com o relato de um dos membros do CECUNE, 35 estudantes entraram no IPA por intermédio desta bolsa. Em julho de 2007, apenas 3 pessoas desta turma se formaram. Obviamente isto se deve também a outros fatores, como o fato dos estudantes serem de cursos diferentes e, portanto, com períodos de conclusões distintos, mas, provavelmente tenham ocorrido desistências e perda de bolsas ao longo destes anos.

Os estudantes precisam saber lidar também com a pressão de serem beneficiados de uma “*cota de bolsas*”. Existe um sentimento coletivo e ambíguo de, a todo o momento, mostrarem-se dignos de merecimento desta ajuda. Seja pelo critério carência financeira, seja pelo critério desempenho curricular. Aos beneficiados não é permitido ostentar nenhum tipo de luxo, pois um dos principais critérios da bolsa é a situação socioeconômica. Além disso, eles não podem ter atitudes de alunos regulares, pois devem servir como de exemplo para a perpetuação do programa de bolsas aos negros. Isso inclui um ótimo desempenho acadêmico, desconsiderando qualquer problema que o aluno possa enfrentar durante essa trajetória. Esses conflitos, embora sejam expressos sutilmente em diversos momentos do cotidiano acadêmico dos alunos, são evidentes no discurso de todos os alunos entrevistados. Ainda, em muitos casos, há um envolvimento da família nas despesas adjacentes – como fotocópias, alimentação e transporte – tendo em vista

- Quadro 05 -

Trecho da entrevista com Luciano, estudante do 5º semestre de Direito

“(...) Mas... a grande questão que eu vejo aí é que... poderia se ter outros critérios, por exemplo.. e isso foi na nossa sala que a gente teve a reunião foi colocado: o cara vem e faz até o 7º semestre, por exemplo bem... aí de repente lá pô, rodou em 2 ou 3 cadeiras... tá fora. Eu acho que – essa aí é a minha única questão assim maior – eu vejo que tem que ter critérios, realmente. Senão o camarada vem pra cá “não, eu sou bolsista”...e vai terminar em 20 anos a faculdade... né. Mais que deveria ter critérios... assim pô, o cara sempre foi bem, fez vários semestres bem, e de repente num ele não foi bem. Depende de qual foi o motivo né? Mas deveria ter uns critérios diferentes, por exemplo.. parece que aqui é muito... é 1 cadeira por semestre que tu pode rodar... tu faz digamos 5 semestres e tu não rodou em nenhuma.. tu teria lá 5 cadeiras passadas que tu não rodou e de repente mais adiante deu uma zebra.... não vamos ver o como ta o histórico né? Mas pra mim tem que ter critérios e...e... pra não cair naquela... naquele senso comum né... tem que estar bem... não vamos se preocupar.. Daqui a pouco tem um que rodou em uma cadeira só... todo semestre uma, uma, uma... mais daí passam...E daí vai né? E o cara que veio limpo, e daí em um semestre deu uma zebra e ele bah... já fica né... Qualquer coisa daqui a pouco tem que parar um semestre de faculdade por alguma coisa... E tem uma outra questão: aí realmente a questão da bolsa do IPA se for nessa sistemática, estou te dando esse exemplo, ela pode chegar num dado momento para aquele camarada que veio bem e lá um semestre foi mal, de repente não serviu pra nada. Por que ele vai estacionar ali, a condição financeira dele não vai permitir que continue. Então... de repente nisso a gente devia dar uma trabalhada um pouco melhor, né?.. E aí eu vejo que... que é importante a participação do CECUNE... , junto ao IPA pra ver essas questões assim... pra não... o comentário aí é que tem várias pessoas já que ficaram já no meio do caminho né... eu pra mim não é nem meio do caminho, ta no início porque... que que adiantou fazer de repente 1, 2, 3 semestres (...)”

manter a bolsa do aluno, para que não se “perca” a oportunidade de um futuro melhor. As esperanças de uma mudança na vida econômica de toda a família passam a ser depositada nos beneficiados, que acabam sofrendo com a pressão. Como se pode ver, o aluno precisa saber lidar em seu cotidiano com vários tipos diferente de cobranças, vinda de todos os lados. Ou seja, ganhar uma bolsa carência implica em outras preocupações além do valor da mensalidade. A própria equipe dirigente do projeto relata estar ciente deste problema, mas não vê a curto prazo qualquer tipo de solução (veja trecho do relato de Samara no Quadro 06).

Durante todo o processo, o aluno vive com o fantasma da perda da bolsa. E isso é usado inclusive como coerção pelo CECUNE para manter os beneficiados dentro das diretrizes do programa. Posso relatar dois exemplos que presenciei nos primeiros minutos antes de começar o

- Quadro 06 -

Trecho da entrevista com Samara, da equipe dirigente do CECUNE

“O projeto na verdade assim, nós não estamos inventando nada, nós só estamos caminhando junto com o movimento nacional e acompanhando o que o movimento... as análises, as necessidades, nós estamos junto com todo o processo. Na verdade uma só afirmativa dessas elas precisa, ela tem 3... é, 2 ou 3 componentes assim, é o ingresso, é a permanência e é o sucesso que a gente precisa ter em vista né. Que que envolve, o ingresso é o que nós estamos fazendo, só, quer dizer, abrindo um acesso. O cara não ia, ou a menina não ia para a universidade porque não podia pagar. E o histórico aquele, não dá para concorrer na UFRGS. Bom, a gente tira esse obstáculo e vê quem que consegue entrar então. Vai fazer vestibular como qualquer outro, vai passar como qualquer outro, não é prova especial, tá concorrendo igual. Passou, não podia pagar, agora pode. Não vai ter que pagar, então entra. Só isso nós estamos fazendo. Lá dentro essa criatura é de uma família de baixa renda, os demais custos, os demais custos a família se desdobra para dar conta, e as pessoas se desdobram para dar conta, porque essas pessoas tem a noção do valor desse acesso. Sem o acesso eles não estariam lá. Bom... tem o acesso, o resto a gente faz das tripas coração. Tem histórias e histórias. Muito, muito interessante.

Tá, depois disso tem uma coisa que é... não é específica nem da questão racial, e não sei se é específica da questão social, talvez seja, talvez tenha uma certa influência, que é, que são as dificuldades de acompanhamento. Esse pessoal, a dedicação é máxima e eles se doam o mais que podem. Eles tem um regulamento de bolsas que estabelece que não pode reprovar em 2 por semestre, reprovou em 2, perde a bolsa. Eles só podem reprovar em 1. A média de aprovação é 7. Então esses alunos bolsistas, são os melhores alunos do curso. Eles não podem reprovar. Um aluno comum que tá pagando, ele pode reprovar em quantas ele quiser. Ele só tem um tempo limite pra terminar o curso que é 2 vezes o período do curso. Não... 1 vez e meia, né? Se o curso tem 4 anos ele tem 6 anos para fazer o curso. Mas isso... é negociável, sempre negociável, é negociável, não é tão rígido. O nosso aluno não, ele tem que terminar o curso no tempo certo, se o curso é de 4 anos, tem que terminar em 4 anos. Rodou, vai repetir a cadeira o mais depressa que puder, do jeito que poder, porque nos teus 4 anos tu tem que estar fora daqui. A tua bolsa esgota. Não tem assim, rodei em 2, eu pago 1. Não tem. Rodou em 2, perdeu a bolsa.

Bom, esse aluno ele está sob pressão, além de toda a outra pressão econômica, financeira e outras questões né, de agregação familiar, saúde, etc. Não estamos fazendo nada para ajudar esse aluno, ele está se virando sozinho. Então o nosso projeto, ele tá, ele tem um tripé, mas ele está num pé só por enquanto. Falta a permanência, nós estamos só acompanhando assim, vendo qual é o nível de evasão. Para nós é imenso, para os números gerais é normal, mas para nós é imenso. E o sucesso, que seria a facilitação, o reforço, o acompanhamento, esse ocorre por conta própria com a monitoria, se ajudam muito, fazem grupos de estudo, estudam juntos, compartilham. Tem gente que não tem dinheiro para fazer o xérox, para comprar o livro. Uma compra e estudam juntos. Então é aquilo que eu falei, histórias e histórias de sobrevivência nesse meio (...). No final desse ano se forma a primeira turma de sobreviventes.”

evento promovido pelo CECUNE. A reunião foi marcada para o dia 04 de agosto, num sábado, às 18hs. Era uma fria e chuvosa tarde de inverno. Eu havia chegado mais cedo, a fim de conseguir coletar o máximo de dados que pudesse, das diferentes etapas desse dia atípico na vida de cada um dos presentes. Quando cheguei no auditório, havia apenas uma pessoa arrumando as cadeiras: tratava-se de um membro da equipe dirigente do CECUNE. Logo após minha chegada, uma aluna entrou no recinto, e dirigiu-se diretamente a essa pessoa. Ela avisou que estava em aula, e perguntou se realmente era necessária a sua permanência. A aluna alegou que estava cansada e estava chovendo, por isso, se fosse permitido, ela gostaria de ir para casa. A representante do CECUNE tentou explicar os motivos da importância da participação da aluna no evento. Relutante, a aluna alegou que estava fora de casa desde cedo do dia e por isso, realmente gostaria de ir embora. A representante então diz: *“Olha, veja bem, estamos pedindo somente essa tarde, no semestre inteiro... Você poderia fazer essa forcinha e ficar... Igual vai ter lista de chamada... Não sei se pega bem para ti saber que tu podia ter ficado, mas preferiu ter ido embora... Sei lá, o pessoal também avalia isso... depois eles tiram tua bolsa daí tu não vai gostar”*. Discussão encerrada. A menina não só decidiu ficar como prontificou-se em ajudar na organização do auditório. A representante disse que não era necessário, apenas a presença dela era suficiente. A menina então disse que iria tomar um café na cantina e antes que o evento começasse, ela estaria de volta. O outro caso, menos de meia hora depois, foi quando, já perto do começo do evento, eu voltava também da cantina conversando com o presidente do CECUNE, que havia me pagado um café. No meio do caminho encontramos um grupo de pessoas que estava se dirigindo para o evento. Um dos alunos cumprimentou o presidente alegremente, e fez uma brincadeira: *“pô professor, é sacanagem o que vocês tão fazendo... com essa chuva, com esse frio, num sábado... final de tarde... podia tá em casa olhando TV e comendo uma pipoca”*. A expressão do presidente mudou drasticamente nesse momento, e ele respondeu: *“Vem cá então, porque não fazemos o seguinte: eu tiro a tua bolsa, daí tu vai ter tempo de sobra para olhar bastante TV e comer o tanto de pipoca na hora que tu quiser... o que tu acha?”*. O rapaz então pediu desculpa, alegou que só estava brincando e que era muito grato pela oportunidade dada a ele. Embora a atitude soe exagerada, ela é eficaz na medida que marca os limites entre as responsabilidades da instituição e os direitos dos beneficiados.

O modo como os membros do CECUNE lidam com as diferentes vicissitudes impostas ao gerir este tipo de programa são também um reflexo da pressão externa sofrida por eles. Quando, por exemplo, surgiu a possibilidade da implantação de um programa de cotas na UFRGS, diversas manifestações contrárias ocorreram. A visibilidade do programa feito no IPA é substancialmente menor do que o da UFRGS, até que ocorra um problema que vire notícia de mau exemplo para este tipo de política. Por isso, o CECUNE assim como o IPA precisam certificar-se que não haja nenhum tipo de deslize que possa comprometer o andamento do programa. Além da pressão

exercida por uma parcela da sociedade, contrária a medida, o programa tem seus próprios “*inspetores internos*” que “*torcem*” para que algo dê errado. Muitos alunos e até professores do IPA não concordam com a bolsa para negros e, de certa forma, estão atentos a qualquer falha. Sendo assim, cada um dos 284 alunos beneficiados podem, individualmente, ter uma atitude ou comportamento que comprometa os interesses do bem coletivo. E de qualquer maneira, é difícil para o CECUNE organizar um evento que encaixe-se perfeitamente nos planos de todos os beneficiados. O poder de decidir quem fica com a bolsa ou não é usado para hierarquizar as relações entre entidade e beneficiado.

Ao chamar o programa de bolsa, o IPA e o CECUNE distanciam a semelhança da política de cotas da Lei Paim. Ao incorporarem a questão carência aos requisitos do programa, “*legitima-se*” de certa forma o benefício dado de isenção de mensalidade. Além disso, a atitude de trabalhar em parceria com uma ONG para gerenciar o programa, divide as responsabilidades, e do mesmo modo, as cobranças. Ter uma entidade como parceira contribui também para que a “*bolsa*” tenha um caráter mais social. Soma-se isso ao fato de que os alunos só tem direito a ganhar o benefício depois de passar no vestibular, amenizando assim a crítica quanto a questão do merecimento. Tudo isso parece ser uma maneira de diluir o aspecto racial, e com isso, dar uma maior maleabilidade as tensões existentes sobre as discussões em torno dessa iniciativa. Pode-se dizer que são manobras de sobrevivência contra o estigma sobre o termo “*cotas universitárias*”. Mas ao mesmo tempo, há um sentimento de contradição, já que em diversos momentos, o programa é referido como uma “*ação afirmativa*”, exatamente como vem se tratando a Lei Paim. Ou seja, há uma vontade de se aproximar com os ideais “*positivos*” da lei federal, mas ao mesmo tempo procura-se distanciar dos aspectos “*negativos*” ou “*polêmicos*” em torno dessa medida. Nesta confusão terminológica, “*bolsa*” é igual a “*ação afirmativa*”, que é igual a “*cota*”, mas que não é igual a “*bolsa*”.

2 – A parceria IPA/CECUNE

Quando fui a campo coletar dados para esta pesquisa, deparei-me com três fatos no processo que acreditava serem lidados de forma diferente: os dois primeiros são relativos à forma de seleção do programa, que realmente não separa cotas no vestibular, mas sim, dá bolsas aos alunos negros que foram aprovados, que ainda precisam preencher o requisito de serem financeiramente carentes; o terceiro é sobre o fato de que havia uma segunda instituição responsável pelo programa, no caso, o CECUNE. Dos três fatos, o que mais me intrigava era entender como funcionava essa relação entre a universidade e a ONG. De que maneira o

CECUNE foi selecionado? Quando essa parceria começou? Qual era o papel que o CECUNE desenvolvia no processo? Essas foram algumas questões que ficaram em aberto quando tive o primeiro contato com esta informação.

Durante a investigação, houve algumas contradições, principalmente na forma como o CECUNE foi selecionado. Observe-se a resposta que obtive quando fiz a pergunta pela primeira vez, a um membro da equipe dirigente da universidade, diposto no Quadro 07.

- Quadro 07 -

Trecho da entrevista com Elisângela, da equipe dirigente da universidade

“O CECUNE, ele tem uma história de luta pela dignidade do negro muito grande. Então foi nessa aproximação com o grupo que tem um peso e uma responsabilidade social muito grande. Começou nessa relação... com pessoas da comunidade que já vinham com um movimento de luta pela proteção e pela dignidade do negro (...). Já existia conhecimento... existia informações do trabalho do CECUNE.... existia dados... Até porque essa moça, Samara, que trabalha muito fortemente com o..., você, quando você for entrevistá-la você vai tomar conhecimento... ela é metodista. Então, ou seja, já se tinha essas informações, do trabalho que o CECUNE realiza no estado, então não houve essa preocupação porque aqui no Rio Grande do Sul é o grupo representativo. E a gente trabalha sempre com esse foco, de trabalhar com o grupo que seja representativo.”

Ou seja, num primeiro momento, não houve seleção. O IPA já conhecia o trabalho do CECUNE junto ao movimento negro, e quando resolveu implantar a questão da bolsa racial, procurou diretamente a entidade. Esse conhecimento prévio, pelo que se vê no relato, foi devido ao fato dos membros da equipe dirigente serem membros da mesma religião da instituição de ensino superior, o metodismo. Pela lógica, era mais fácil confiar em pessoas próximas para a realização deste projeto piloto. Não foi o acaso nem um processo de seleção criterioso que uniu a parceria IPA/CECUNE, mas a credibilidade que já se tinha no trabalho feito pela ONG. Além disso, pelo relato acima, procurava-se uma entidade que tivesse representação na sociedade, para dar maior solidez ao projeto. A seleção não precisou ser feita, na medida em que o CECUNE encaixava-se perfeitamente nos requisitos que o IPA julgava necessários. Mas ainda haviam algumas lacunas que precisavam ser preenchidas. Como as pessoas do IPA tiveram o primeiro contato com os membros do CECUNE? Como exatamente começou esta relação? A pessoa que estava sendo entrevistada me informou que não havia participado do início do programa, que não saberia me dar todos os detalhes. Fui então à procura das pessoas que começaram essa

relação, que encontraram o CECUNE através da suposta aproximação metodista que ambas as instituições mantinham. Após muitas tentativas, consegui marcar uma entrevista com Fabiano, um membro da equipe dirigente do IPA que havia começado as relações com o CECUNE. Sua versão para a seleção da entidade pode ser vista no trecho disposto no Quadro 08.

- Quadro 08 -

Trecho da entrevista feita com Fabiano, da equipe dirigente da universidade

“O CECUNE ele é parceiro já a... é histórica a parceira com o CECUNE... ele é...é o Centro Ecumênico de Cultura Negra, então tem uma relação anterior aí com o CECUNE, talvez por essa proximidade que nós chegamos...caminhamos por aí né. A própria S. é de origem metodista entende? Então tem haver uma coisa com a relação eclesiástica anterior... e... da proximidade mesmo, eles já estavam aqui dentro fazendo outras ações né, então foi a criação de uma parceria que já existiu anteriormente.”

O discurso da equipe dirigente da universidade estava afinado. Tudo levava a crer que a parceria entre o CECUNE e o IPA foi algo que transcorreu normalmente, devido a história em comum que ambas as entidades tinham. No entanto, ainda não estava claro como essa relação começou. Se ela não foi através da iniciativa do IPA em implementar as cotas, de que maneira ela se deu? Essa questão ainda perdurava. Até o momento, era intrigante pensar que um projeto desse porte, com toda a polêmica que o cerca, não tenha sido elaborado através de uma seleção criteriosa de uma entidade. Também havia a questão da necessidade de haver mais uma instituição inserida na equação. O que o IPA pretendia ao convidar o CECUNE para organizar e manter o projeto? (Neste sentido, ver trecho da entrevista disposto no Quadro 09).

É interessante ressaltar que a transferência de poder do IPA para a entidade foi total. Ao CECUNE coube somente a tarefa de responsabilizar-se pelo andamento do programa, mas também foi atribuído a elaboração do programa. Ao IPA restou o trabalho de supervisão. Pode-se dizer que a iniciativa de bolsas-carência a pessoas negras foi “*terceirizada*”. Mas ainda faltava responder a questão do primeiro contato: como o IPA e o CECUNE se conheceram? Procurei nos documentos que firmaram a parceria e nada constava sobre isso. Eis que então conversei com a pessoa do CECUNE que organizou a parceria desde seu primeiro contato. Finalmente consegui saber os detalhes do “*casamento*” entre as duas instituições.

Depois de algumas perguntas sobre a história do CECUNE e das tarefas que eram exercidas pela instituição, fiz a fatídica pergunta: como surgiu a parceria entre IPA e CECUNE? A representante começou a fala dizendo: “*Bom, a parceria com o IPA surge em 2004...*”. Mas essa

- Quadro 09 -

Trecho da entrevista feita com Fabiano, da equipe dirigente da universidade

“Por que essas bolsas todas, elas... têm maior valor quando a discussão é aberta na sociedade. Então se nós fizermos simplesmente uma cota com 80 negros, são os 80 negros aqui. Mas se você transfere para a sociedade a própria discussão que tem é para as entidades, porque o CECUNE? Por que não outra, entende? Já é uma questão... entende? É essa a responsabilidade do CECUNE como entidade, como controlar, você não é negro, você é branco, e cortar a bolsa do sujeito e... é deles entende? É uma coisa que eles têm mais autoridade para fazer do que nós, entende? E a parceria deu muito certo no sentido pela grande disposição do pessoal, todo voluntário da entidade que se viram de quatro para poder atender essa demanda e acompanhamento. Fizeram um curso de 72 horas com 150 bolsistas. Então as 72 horas de serviço comunitário para essa turma foi transformada nesse curso. Então é domingo, o dia inteiro tem que se dedicar, e aí era de domingo para o sujeito não faltar, entende? Se faltar perdia a bolsa. Uma rigorosidade assim... impressionante. E isso nos dá muita tranqüilidade, e nós optamos bem, entende? E essa interação com a sociedade é fundamental, e ela poderia ser uma coisa meramente formal, nós temos que oferecer, oferecemos ou... até transferir o recurso para outra entidade, filantropia também pode ser transferida também para outra entidade filantrópica acabava e lavávamos nossas mãos... [estavam dentro da lei né?] Exato, mas é um pouquinho de ver a nossa responsabilidade social de movimentar a sociedade.”

era a data que o projeto havia começado. Mas o CECUNE já não tinha uma história de trabalho com o IPA? “Não”. Nesta conversa, o lado mais nebuloso da parceria tornou-se nítido. De acordo com a representante, quando o IPA decidiu reverter o apoio filantrópico em bolsas à grupos “desfavorecidos”, foi atrás de entidades que poderiam firmar uma parceria. Os primeiros foram grupos indígenas: “Foi atrás dos indígenas aldeados, indígenas mesmo, não índio-descendente, indígena que está ainda no seu grupo étnico lá, fez pacto com os Guaranis e os Caingangues, que são aldeias aqui de perto... para conceder a bolsa. Então o que que eles concedem, eles concedem o acesso com gratuidade de mensalidade, então o aluno vai para uma universidade privada, como se estivesse numa universidade pública”. Os próximos a serem contatados, de acordo com a entrevistada, foram associações de educadores populares de Porto Alegre. Ou seja, dar formação acadêmica a pessoas que educavam gratuitamente crianças nos bairros pobres da cidade. Procurou-se destinar também algumas vagas para os militantes do MST. Mas todos esses contatos não foram bem sucedidos, pelo menos não até aquele momento. O primeiro a dar frutos foi o trabalho com o movimento negro. No Quadro 10 é possível observar uma descrição sucinta sobre o encontro das duas instituições.

- Quadro 10 -

Trecho da entrevista com Samara, da equipe dirigente do CECUNE

“O nosso encontro foi casual, foi muito engraçado assim, porque foi... não fomos procurados diretamente, apesar de eu ser metodista, não foi por aí, foi um encontro de praça intermediado por gente que nem era daqui, foi uma coisa muito estranha, muito interessante, mas que finalizou num diálogo, numa proposta, e assim ó, esse diálogo foi em dezembro de 2003 e o vestibular, e a implantação já era para janeiro, era pegar ou largar, [1 mês?]... de férias ainda né, era férias. Então a gente não tinha como largar, de novo não se sabia nem como fazer, nem como queria, o que que queria, mas se sabia o que que não queria.”

Eis então a contradição: o CECUNE havia ou não havia sido localizado por com contatos em comum na igreja metodista? Pelo que a representante da entidade afirmava, o contato foi casual. Mas de que forma ele se deu? De acordo com o relato, foi designada pela reitoria da universidade uma pessoa para procurar uma entidade que pudesse se firmar uma parceria. Num primeiro momento, após alguns contatos, verificou-se que era difícil escolher entre os vários tipos de movimento negros existentes, somente um grupo. Decidiu-se então, a exemplo dos outros contatos, que não haveria como realizar esse projeto. Essa pessoa então foi substituída por outra, que passou a divulgar a intenção do IPA em firmar uma parceria com alguma entidade ligada ao movimento negro. A responsável recebeu uma visita de uma amiga vinda de Salvador, junto com um outro pesquisador que venho divulgar seu trabalho sobre os quilombos no Rio Grande do Sul. Devido ao cunho do projeto, o pesquisador havia ouvido falar sobre o trabalho do CECUNE em alguns relatos. Na conversa entre os três, este pesquisador sugeriu a responsável do IPA contatar o CECUNE para o projeto de bolsas à negros que a universidade estava procurando implantar. Mas o pesquisador não tinha o número de telefone, nem o endereço da entidade. Então, ainda de acordo com o relato, um pouco depois, numa roda de capoeira no centro de Porto Alegre, um aluno do IPA, que era amigo da responsável pelo programa no IPA, estava assistindo a apresentação, aproximou-se do mestre e comentou sobre o programa. Nesta roda, havia uma menina, que recentemente tinha participado de um churrasco na casa dos coordenadores do CECUNE, e de acordo com a entrevistada, “*era efetiva participante de nossas atividades*”, que ouviu a conversa. Ela se aproximou deste aluno e pediu pelo número do IPA, para que ela pudesse repassar ao CECUNE. A entidade então entrou em contato com a responsável, que já estava familiarizada com o trabalho do CECUNE pelas conversas que tinha tido com o pesquisador de Salvador. Sendo assim, marcou-se uma reunião que deu início a parceria. Isto significa que o processo todo foi uma seqüência de casualidades que acarretaram no encontro entre as duas

instituições. Talvez pela fragilidade inicial da relação entre IPA e CECUNE, a universidade dê outra versão para o encontro. A versão oficial mistura o “*mito institucional*” da história do IPA com o movimento negro e a aproximação das doutrinas religiosas entre as duas entidades para contar como o contato se deu.

O mito institucional do IPA é dividido em duas partes, mas ambas estão interligadas ao discurso da equipe dirigente da universidade ao dizer que o contato com o CECUNE foi uma consequência histórica. A primeira mistura-se com a própria história do IPA: de acordo com as entrevistas, o IPA nasceu de uma ação de missionárias americanas, que espalharam-se pelo mundo a fim de implantar um projeto de educação com foco na mulher. E isso havia incutido na instituição, desde o início, uma preocupação com os grupos excluídos da sociedade (ver trecho descrito no Quadro 11).

- Quadro 11 -

Trecho da entrevista com Elisângela, da equipe dirigente da universidade

“(...) a semente que germinou esta escola é uma semente inclusiva. A perspectiva do IPA é trabalhar a partir do princípio da inclusão de grupos sociais que por algum motivo não tenham as oportunidades de ter acesso ao ensino superior. Portanto a causa maior é essa, tanto que nós começamos com esse trabalho muito antes da proposta do governo, para a inclusão da proposta de cotas... Não saberia precisar neste momento, mas posso te passar a informação depois, mas na nossa proposta e nosso trabalho integrado com o CECUNE, ele foi anterior a política afirmativa do governo(...)”

A outra parte do mito fala que o IPA foi construído numa região que era chamada antigamente de “*Morro dos Negros*”, por ser sede de um grande quilombo. De fato, no centro da universidade há um jardim, repleto de camélias, que é alusivo a esta questão. Com isso, o IPA demonstraria como já, desde sua criação, era próximo do movimento negro. Não é minha intenção, no entanto, desmentir a história oficial dada pela universidade. O que procuro demonstrar aqui é como constrói-se uma mitologia ligando fatos isolados da história. E como essa mitologia serve para ilustrar, de forma conveniente, as medidas feitas no presente. Porém não questiono se esses fatos influenciaram o trabalho social do IPA de inclusão, mas se isso não estaria servindo também para dar maior credibilidade aos projetos.

Por isso, entendo que a universidade não pode aderir como oficial, ou pelo menos sair divulgando a qualquer um, os detalhes que compuseram o contato inicial entre a instituição e o CECUNE. Penso já ser difícil ao IPA admitir que não houve um processo de seleção na escolha

da entidade. Soma-se isso ao fato da questão da cota ser um assunto polêmico, tem-se já bons argumentos para que a versão oficial seja a acima descrita. Também destaco que, pelo que pude ter contato, acredito que o CECUNE desenvolve um trabalho sério e sua dedicação ao projeto é evidente. Mas há alguns problemas estruturais nessa relação que causam contratempos ao programa. Como a relação IPA e CECUNE nunca foi algo divulgado, havia alunos até então que nem conheciam a entidade (exemplo descrito no Quadro 12).

- Quadro 12 -

Trecho da entrevista com João, estudante do 3º semestre de Direito

Você já conhecia o CECUNE antes de prestar o vestibular?

Não... pra falar a verdade eu tenho até uma dívida com.... o CECUNE. Por que é a 1ª vez que eu estou participando de reuniões foi agora. Por que a minha entrada no IPA se deu da seguinte forma: eu vim, prestei vestibular, preenchi todos aqueles requisitos mais não tinha a mínima idéia que isso tinha ligação com o CECUNE. Eu não tive nenhum contato até então... o meu contato foi agora, semana passada com o CECUNE. Por que eu preenchi todos os meus dados, daí depois eu passei.... fui atendido lá para fazer a matrícula... e eu disse: “olha eu só vou me matricular se tiver bolsa”... aí eu tive a felicidade de falar com o Seu Ademir, que é uma das pessoas responsáveis pela bolsa.. né.... e ele me deu a bolsa... e aí disse: “olha você tem que prestar um trabalho voluntário, só isso”... [é são.... 30 horas né?] Não... são 72 horas. Pelo menos lá na origem lá, me deram com 72... e eu sempre venho fazendo sabe. E fiquei sabendo do CECUNE através de colegas da sala de aula, mas eu nunca participei de nenhuma atividade.

Tu não sabia que era o CECUNE o responsável pelo programa?

Não tinha a mínima idéia. Agora na reunião passada que eu recebi uma ligação da L., e... daí eu tive uma prévia conversa com ela assim.. e depois na reunião mais geral eu fiquei sabendo porque... não tinha esse entendimento que na realidade havia uma parceria... é.... em relação ao convênio, que só entraria aquelas pessoas devido ao CECUNE e o IPA né. Pra mim era o IPA simplesmente que proporcionava.

Alguns estudantes, principalmente os que foram selecionados depois do primeiro semestre de 2004, não conheciam o CECUNE. Esta reunião que eu participei foi o primeiro contato para muitos com a entidade até então. A própria divulgação do programa é variável. No início o programa foi divulgado em algumas turmas de pré-vestibular formada em comunidades carentes. Nos vestibulares posteriores, a bolsa passou a ser divulgada somente no website do IPA. Atualmente a propaganda esta reduzida ao “*boca-a-boca*” feita pelos beneficiados. Nem no website da universidade acha-se informações sobre o programa. Ou seja, a medida que era para beneficiar um grupo social ficou diminuída pela baixa abrangência de sua divulgação. Além

disso, o CECUNE não possui sede nem website, o que dificulta a sua localização. No meu caso, por exemplo, só consegui um contato após redigir duas cartas de apresentação, assinadas pela UNISINOS, e entregá-las ao IPA. Depois de meses de espera, foi me dado o número de telefone da entidade.

Como citado anteriormente, não quero que estas observações soem como críticas levianas. Vejo simplesmente que ainda há o que ser ajustado no programa do IPA, o que é normal. O acompanhamento com os alunos, apesar de todo o visível esforço do CECUNE, é fraco. Como pude ver pelas entrevistas, havia alunos que eram beneficiados pela cota três semestres ou mais e ainda não tinham tido nenhum tipo de contato com a entidade. Não está claro, portanto, aos alunos quem é o órgão responsável pelo andamento do programa. Ao que parece, o CECUNE envolve-se totalmente com o processo de manutenção do programa, enquanto que a participação do IPA resume-se a definir o caráter de carência financeira na etapa de seleção. A universidade não se envolve nas demais etapas, confiando-as ao CECUNE. Os problemas estruturais enfrentados pela entidade, como falta de sede do CECUNE, por exemplo, parecem não causar grande preocupação. Atualmente, não há interesse do corpo dirigente da entidade em mudar essa realidade. Para eles, de acordo com os relatos, um prédio aumentaria os custos da ONG sem que haja, a seu ver, necessidade para tal. O CECUNE justifica que o IPA oferece salas para desenvolver os projetos, como por exemplo, o coral que a entidade mantém, só com pessoas negras.

A falta de critérios claros na seleção de uma entidade e o pouco tempo de preparação dado ao programa quando ele foi instituído no primeiro vestibular fizeram com que as regras fossem criadas de forma arbitrária. Isso criou lacunas no processo que além de discutíveis, são algumas vezes contraditórias. Falta acompanhamento com o desempenho acadêmico dos alunos. A definição do caráter carência criou problemas logísticos que não foram planejados. A requisição das 72 horas de trabalho voluntário resumiu-se a apresentação de um atestado no final do semestre, além de agregar mais uma tarefa à corrida vida dos beneficiados. A seleção não mantém um padrão, e a cada vestibular, realiza-se um trabalho diferente. Enfim, há problemas corriqueiros de um processo que ainda está em mutação. Mas, pelo que pude perceber, há uma preocupação em melhorar o programa. A reunião com os beneficiados de 2007 foi pautada nas reclamações dos alunos em virtude de uma melhor adequação do projeto a realidade cotidiana. Membros do CECUNE admitem que o programa é um projeto em constante desenvolvimento, e que a cada dia, ações como esta ajudam na sua evolução.

3 – Quem é negro, quem é branco: o problema da classificação racial

Durante a palestra “*Diferenças Culturais e Democracia na América Latina*”, realizada na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, o Professor Sérgio Costa destinou uma parte de sua exposição às políticas de cotas na universidade pública brasileira. Segundo Costa, o que há hoje é um verdadeiro Gre-Nal⁷ de opiniões sobre o assunto. Uns são contra, outros a favor, mas não há uma discussão mais profunda sobre o tema, com um embasamento teórico. A maior parte da produção sobre o assunto vem de editoriais de jornal, artigos publicados por colunistas, nem sempre bem informados, e leitores que expressam sua opinião crua, muitas vezes começando as cartas com o jargão “*eu acho que...*”, ou “*na minha opinião, deveria ser feito o seguinte...*”.

Um dos pontos mais discutidos sobre as cotas raciais é o da dificuldade de definir quem é negro e quem não é. Este controverso item ganha força na argumentação de muitos autores desfavoráveis a medida. Entre eles estão Peter Fry e Yvonne Maggie, que acreditam haver um contra-senso na lei da igualdade racial: se a lei declara igualdade, precisa antes dividir a população entre negros e brancos para então poder distribuir as cotas (MAGGIE e FRY, 2004). Os autores defendem que para a lei ser eficaz, teria que se definir, através de critérios e parâmetros, um sistema de classificação racial no qual fosse possível “*rotular*” cada indivíduo. Mas se a eficácia da lei dependesse da categorização das pessoas segundo a cor de pele, essa medida não seria contraditória? Não estaríamos institucionalizando o racismo através de uma lei federal? Conforme vimos anteriormente no artigo de Azeredo, um dos opositores as cotas é João Baptista Villela, professor titular da Faculdade de Direito de Minas Gerais (AZEREDO, 2005). Villela acredita que as cotas criarão “*distinções fundadas na etnia ou em condições sociais e econômicas é um modo cínico e arrogante de legitimar preconceitos, porque perpetua a inferioridade do desvalido*” (AZEREDO, p. 742, 2005). Esta controvérsia da lei chegou a virar notícia quando houve uma “*falta de critérios claros*” pela Universidade de Brasília (UnB) ao definir quem era negro e quem não era. (Reportagem⁸ sobre o assunto disposta no Quadro 13).

Nota-se claramente no texto da reportagem a posição contrária a lei. Destaca duas vezes que o beneficiado é contra a medida e a crítica às cotas fica reduzida ao problema no modo de seleção feito pela UnB. O propósito das cotas nem ao menos é mencionado. A divulgação desta notícia não resumiu-se apenas ao portal de internet da Rede Globo, mas a matéria também foi

7 Jogo de futebol disputado por duas equipes rivais de Porto Alegre que divide o Rio Grande do Sul em torcedores do Internacional e Grêmio.

8 BASSETTE, Fernanda – “Cotas na UnB: gêmeo idêntico é barrado” – portal de notícias da Rede Globo, G1, acessado dia 29/05/2007, às 16h47.

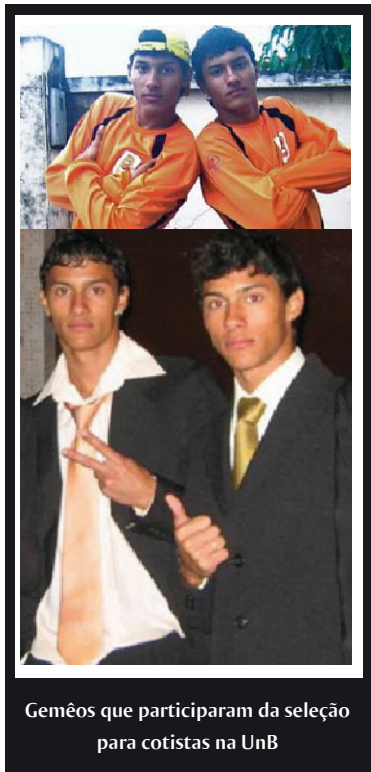
Endereço eletrônico: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL43786-5604,00.html>

- Quadro 13 -

Cotas na UnB: gêmeo idêntico é barrado

Universidade usa o critério cor para selecionar os candidatos cotistas. Segundo a UnB, a análise do recurso será anunciada no dia 6 de junho.

Filhos de pai negro e de mãe branca, os irmãos gêmeos univitelinos (idênticos) Alex e Alan Teixeira da Cunha, de 18 anos, não tiveram a mesma sorte ao se inscrever no sistema de cotas para o vestibular do meio do ano da Universidade de Brasília (UnB): Alan foi aceito pelos critérios da universidade e Alex não.



Ao contrário da maioria das universidades que possuem cotas, a seleção de alunos para o sistema de cotas na UnB não leva em conta o critério socioeconômico e sim a cor do vestibulando. Para concorrer, os candidatos obrigatoriamente se dirigem até um posto de atendimento da universidade e tiram fotos no Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe/UnB), responsável pela aplicação da prova.

Essas fotos são anexadas na ficha de inscrição e passam pela avaliação de uma banca, que vai decidir quem é e quem não é negro. Caso o vestibulando não seja aceito para concorrer no sistema de cotas do vestibular, ele automaticamente é transferido para a concorrência universal do processo seletivo. Esta é a terceira vez que os irmãos Alan e Alex se inscrevem para o vestibular da UnB, mas é a primeira vez que eles optaram pelo sistema de cotas. Alan, que é contrário ao uso das cotas raciais, quer estudar educação física. Alex, que afirmou não ter uma posição definida sobre o assunto, pretende cursar nutrição. Alex (de boné) não foi aceito no sistema de cotas da UnB. Seu irmão Alan foi aceito. “Re-

solvemos nos inscrever pelas cotas porque elas existem e têm que ser usadas. Além disso, a nota de corte para os candidatos cotistas é mais baixa que a nota de corte dos candidatos do sistema universal. Já que posso usar esse recurso, resolvi aproveitar”, disse Alex, que entrou com um recurso na UnB para que a universidade reavalie a sua condição de negro.

Alan é contra o sistema de cotas raciais e diz que o que aconteceu com ele e com o irmão é o melhor exemplo para mostrar que o método não funciona. “Somos gêmeos idênticos e eu fui aceito, ele não. Acho que as cotas deveriam ser para candidatos carentes, que não têm condições de pagar uma boa universidade”, disse.

A UnB informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que o recurso do candidato está sendo avaliado pela banca responsável pela análise das fotografias e que o resultado final será anunciado no dia 6 de junho. A assessoria disse ainda que a concorrência do sistema de cotas não é divulgada. A prova do vestibular do meio do ano da UnB será realizada nos dias 16 e 17 de junho.

veiculada no Jornal Nacional, alimentando as críticas a Lei Paim no meio comum. A reportagem na televisão ainda contou com a entrevista com um antropólogo contrário a lei. Parece haver uma certa pressão midiática contra a implantação do sistema de cotas. Não houve a preocupação, por exemplo, de citar algum caso que tenha de algum modo dado certo, beneficiando alguém favorecido pelo sistema.

Deixando um pouco de lado a questão do cunho da matéria, gostaria de voltar o foco para o processo de seleção. Alguns autores acreditam que está conflito esta servindo apenas como argumento superficial que desvia o foco da discussão. Ou seja, ao invés de procurar maneiras de solucionar esse problema aparente, há uma supervalorização dessa etapa que invalidaria todo o processo. A discussão mais ampla sobre os objetivos da lei fica em segundo plano. Para Petrônio Domingues, este “*conflito de identidade racial*” (DOMINGUES, 2005) não existe, e a prova disso é a existência do próprio racismo. Segundo o autor, o racista não tem dificuldade em definir quem é negro. Neste sentido, voltamos para a questão sobre carência financeira, pois os problemas raciais são diferentes dos problemas socioeconômicos. Note que a matéria acima destaca o fato da UnB ser uma das únicas universidades que não alia os dois conceitos a sua seleção – dando uma certa conotação negativa a essa atitude. Kabenguele Munanga, autor de artigos e livros dedicados a discussão sobre este tema, acredita que o problema de identificação na seleção é uma questão de auto-definição (MUNANGA, 2002). No caso do IPA, essa foi a medida adotada para definir-se quem é negro. Veja, no Quadro 14, os trechos da entrevista com a responsável do CECUNE explicando como funciona a seleção.

De acordo com este relato, podemos verificar três coisas importantes: o fato de que os beneficiados tem que cumprir uma carga de deveres para compensar a bolsa, “(...) *tem direito e deveres*”, a reunião de preparação que identifica a bolsa como ação afirmativa – aproximando-a da política de cotas – e a questão da auto-proclamação. Para os críticos à lei, o problema da auto-proclamação está na possibilidade de haverem brancos usufruindo do direito destinado a negros. Isso inclusive gera uma outra discussão, sobre o termo afro-descendente para referir-se a negros. Se a lei diz que a pessoa deve ser afro-descendente para ter direito a cota, ela poderia ser preenchida por um branco que tivesse os pais nascidos na África, por exemplo. No caso do IPA, um ponto particular desse relato me chamou a atenção. Os chamados “*instrumentos de desempate*” quando os critérios se resumem ao “*pertencimento racial*”. Pelo o que eu havia entendido até então, esta terminologia era usada para medir a quantidade de negritude dos candidatos. Veja abaixo como esse critério é medido no trecho da entrevista disposto no Quadro 15.

Ao hierarquizar uma escala de “*negritude*” pela própria percepção, a equipe do CECUNE corre o risco de se deparar com a mesma controvérsia existente no caso dos gêmeos da UnB. A

- Quadro 14 -

Trecho da entrevista com Samara, da equipe dirigente do CECUNE

“(...) Então ele faz... quando ele vai se inscrever para o vestibular, ele... se existe oferta de bolsas, ele responde que deseja concorrer a uma bolsa. E aí há uma pergunta [no formulário de inscrição disponível no website do IPA] de pertencimento racial, se ele se auto-declarar negro... preto ou pardo, a gente usa a terminologia do IBGE, tem todas as outras né. (...).

Pra nós interessa então aquele que se auto-declararem pretos ou pardos, aí eles vão concorrer as vagas do nosso seguimento. (...) Então nesse formulário ele já se identifica para qual grupo que ele vai se candidatar. Aí ele faz a simulação da carência dele, o formulário já vai dizer se ele é ou não é carente. Se ele não for carente, ele já desiste de bolsa e vê se vai fazer vestibular porque vai pagar ou não. Se ele for carente ele continua a inscrição e já tá sabendo que tá concorrendo. Depois de feito o vestibular esse aluno, no dia do vestibular eles recebem um folheto convocando para uma reunião conosco do CECUNE, aí a gente reúne esse povo todo numa instalação do IPA e faz uma fala, explicando o que é projeto, conta um pouco da história das ações afirmativas, explica quem é que construiu isso para que eles entendam que eles não estão ganhando uma bolsa, mas participando de um processo histórico e tem direito e deveres. Apresenta para eles o regulamento de bolsa que é genérico para todo bolsista do IPA e mais algumas exigências específicas do recorte racial. Se ele concordar com isso, ele assina um termo de compromisso, aí ele é considerado objetivamente inscrito conosco para concorrer por essa bolsa. O aluno que fez o vestibular, preencheu lá mais não veio nessa reunião, já tá fora. Já é um método de seleção. Ele veio, fez tudo isso, aí nós temos quase que 24 horas pra: ordenar esse aluno, em nível de carência, de pertencimento racial, a gente tem uma série de instrumentos pra fazer desempate né. Que ainda não tá bom né. Também tem que ter correção aí. E no dia da matrícula sai a lista de classificação de vestibular... quer dizer... e sai também a lista de classificados para a bolsa, se recebeu ou se não recebeu a bolsa.”

necessidade de dar vantagem ao indivíduo supostamente desfavorável é uma medida criada por critérios arbitrários julgada pela percepção pessoal do selecionador. Ao mesmo tempo, tentar estabelecer diferenças físicas ou biológicas que separem negros de brancos é assumir a mesma conduta racista dos cientistas dos séculos XIX e XX. A lei de cotas busca resolver um problema social, criado pelo muro invisível da discriminação, e cada tentativa de tornar esse muro visível parece controverso. Quem é mais racista, a lei ou a sociedade?

Negro ou branco, assim como raça, são definições muito mais de ordem social do que biológica. O que alguns estudiosos temem é a institucionalização de um conceito que a sociologia procura extinguir de nosso vocabulário. Yvonne Maggie, em artigo publicado em “O Globo” e reproduzido no “Boletim da UFMG”, lamenta que a reforma traga para o Brasil, “que

- Quadro15 -

Trecho da entrevista com Samara, da equipe dirigente do CECUNE

“(…)Como nós fizemos o acesso não exclusivo para militantes, entra quem se auto-proclamar preto ou pardo. Deixa eu só fazer um parênteses: começamos no primeiro edital lá, nos primeiros documentos, usando o termo afro-brasileiro. Chegamos a essa conclusão que não é pelo seguinte: ... nós estamos procurando suprir imediatamente né, sem levar em consideração outras conjecturas mais amplas e históricas. Mas nesse momento o que que a gente quer? A gente quer abrir espaço para aqueles que radicalmente tem os seus espaços sociais fechado. Como é que os espaços, quais são alguns dos critérios de fechamento do espaço social no Brasil, a aparência. Principalmente emprego, educação conduz a emprego, emprego conduz ao salário, o salário conduz a melhores índices de índice de qualidade de vida. Se eu tenho melhor emprego eu tenho melhor saúde, melhor moradia, melhor isso, melhor aquilo. Bom, então, se a barreira ta fechada aqui no emprego, e a barreira se fecha aqui no emprego pela aparência, a abertura tem que ser também levando em conta a aparência. Isso não ta dito, não é proclamado, mas a gente vê, olha um por um dos alunos e gradua o seu nível de fenótipo.

Então nós paramos de dizer afro-descendência, e passamos a usar negritude, não negritude, mas a classificação de negro ou pardo, nós passamos a valorar a cor, porque a nossa discriminação é de cor. É de fenótipo, não é de descendência.

Então o que que nós tínhamos nas salas de seleção, pessoas sem nenhum fenótipo negro mais, absolutamente em termos de fenótipo, europeia, de olho claro e ruivo inclusive. Mas que vinha alegar que a sua afro-descendência para o benefício. Não vamos discutir no momento, não é isso que estamos atendendo aqui agora. Dá para fazer uma enorme discussão depois, mas nesse momento não é isso. Tu não vai ser, tu não está sendo preferido pela sua africanidade ... né? Pela aparência. Então quem que vem no topo da fila, uma mulher bem preta de cabelo carapim e gorda. É ela que não vai ser secretária nunca por mais bilíngüe, poliglota que for e eficiente. Então é essa mulher que vai ter a vaga primeiro”.

até hoje tem se constituído em um país de legislação a-racial”, a atribuição de direitos “a partir da definição obrigatória em uma das categorias do IBGE” (MAGGIE, 2004, p.2). Segundo a autora, as cotas raciais contradizem a herança mestiçada do país onde a cor dos indivíduos não deveria dividir o país entre “raças”. Maggie questiona se os políticos defensores da lei estão pensando nas conseqüências dessa mudança, que seria um ato radical, segundo ela. A autora teme que a lei possa dividir o país entre brancos e negros no momento em que confunde problemas econômicos com problemas raciais. Para Maggie, de acordo com sua pesquisa realizada nas escolas públicas do Rio de Janeiro, o sistema de cotas colocará em disputa os “legalmente negros contra os legalmente brancos” (MAGGIE, 2004, p.2).

Outro antropólogo, Hermano Vianna, escreve no caderno “*Mais!*” um artigo sobre “*a mestiçagem fora de lugar*”. O discurso de Vianna sintetiza as posições contrárias às cotas e a defesa da mestiçagem, utilizando uma linguagem que é um misto de deboche, ironia e provocação. Vianna conta como viveu as experiências de introdução de cotas na Universidade Northwestern, em Chicago. Segundo o autor, o aumento de negros na pós-graduação do departamento de sociologia trouxe uma velada crise. De acordo com Vianna, existia um sentimento no ar de que os negros ocupavam um lugar sem mérito, “*como um penetra numa cerimônia para qual não foi totalmente convidado*”(VIANNA, 2004, p. 5). Embora fique evidente a antipatia de Vianna pelas cotas, ele se diz disposto a aceitar o desafio de continuar a lutar contra o racismo. Vianna tenta valorizar a teoria da mestiçagem, categorizando-a como “*arma*” de combate mais poderosa contra o racismo. E, ao valorizar a mestiçagem, Vianna tenta provar que as cotas não funcionaram exatamente porque o Brasil é um país composto de pessoas de diversas raízes etnológicas, tornando impossível definir quem é negro: “*Cota definitivamente não se dá bem com mestiços!*” (VIANNA, 2004, p. 6).

Tanto Maggie quanto Vianna acreditam ser impossível implantar um programa de cotas no Brasil porque é difícil estabelecer quem é negro, uma vez que todo brasileiro seria mestiço. No entanto, como explica Kabenguele Munanga,

“(...) confundir o fato biológico da mestiçagem brasileira (a miscigenação) e o fato transcultural dos povos envolvidos nessa miscigenação com o processo de identificação e de identidade cuja essência é fundamentalmente político-ideológica, é cometer um erro epistemológico notável” (MUNANGA, 1999, p. 108)

O discurso da mestiçagem, tal como é propalado no Brasil, confunde numa só teoria as perspectivas biológicas e culturais, além de considerar verdadeira a teoria da eugenia. Para existir mestiço, deve-se admitir que existe raça pura, o que é uma linha de pensamento, no mínimo, perigosa. Considerar que a “*raça*” branca é pura, seria desconsiderar que também houve miscigenação na Europa, antes mesmo da colonização do Brasil. É nesse momento que o aspecto cultural torna-se evidente. E, como questiona Guimarães,

“Classificamos ou não as pessoas por sua cor? Consideramos ou não algumas pessoas “brancas” e outras pessoas “negras”? Discriminamos ou não discriminamos as pessoas em termos de cor? Tudo se passa, nessa versão romântica do anti-racismo, como se quisesse negar uma realidade da qual, no íntimo, acredita-se: declara-se que as raças não existem, mas usa-se a classificação de “negros” e “brancos” dos Estados Unidos, como se esta fosse uma classificação racial verdadeira (...)” (GUIMARÃES, 2004, p. 168)

A exemplo de Hermano Vianna, Carl Degler (DEGLER, 1976) levantou a hipótese de que a construção ideológica da figura do mulato (mestiço, pardo, moreno) serviu para amortecer

o choque racial no Brasil. No período colonial os negros constituíam a maioria da população enquanto os brancos ocupavam a menor camada do contingente. Fabricou-se então uma categoria intermediária, o mulato, que servia como válvula de escape para a tensão racial. De acordo com Degler, essa saída teria sido providencial: um ser híbrido, que nunca se define se é negro ou branco. Segundo Petrônio Domingues (DOMINGUES, 2005), o discurso ideológico da mestiçagem popularizou-se, de modo que a população brasileira – ao contrário, segundo o autor, da norte-americana – geralmente não se assume racialmente.

Acredito ser perigoso generalizar ao dizer que os brasileiros não se categorizam em raças. Ao contrário do que Domingues defende, penso que em algum momento, as pessoas se assumem como pertencentes a essa ou aquela raça: o discurso pode variar, no entanto, de acordo com a conveniência do momento. Essa é a principal discussão deste ponto da lei: pessoas que não se assumiam negras podem passar a fazê-lo para se beneficiar da lei? A pergunta que fica no ar é: isso é ruim? Pela primeira vez no Brasil será benéfico assumir-se como negro. E as supostas fraudes? No vestibular-piloto da UERJ, aumentou minimamente o número de pessoas que se autoproclamaram negras em relação ao ano anterior (DOMINGUES, p.6, 2005). E como fica, como relatou a responsável do CECUNE, quando pessoas “*visualmente*” claras se inscrevem para ter direito a bolsa/cota? Acredito ser este o maior problema na questão da seleção. Infelizmente, não temos números que comprovem a frequência com que isso ocorre. Acredito ser necessário verificar se esses casos não constituem uma exceção. E, a exemplo do que aconteceu na UnB, constituir uma equipe julgadora que irá, arbitrariamente, dizer quem é “*mais negro*”, parece não ser o melhor caminho.

O problema dessa questão é que, para categorizarmos como fraudes, temos que admitir a existência das “*raças*”. Não existe método científico capaz de determinar quem é negro. O sistema de cotas nos Estados Unidos também se deparou com essa controvérsia, e a solução não foi muito diferente da encontrada aqui: em última instância, o critério para identificar quem é negro também é arbitrário, seguido de preceitos políticos e ideológicos, nunca biológicos ou genéticos. Deve se ter em mente, no entanto, que a arbitrariedade através da percepção pessoal do julgador, irá causar anomalias como o caso da UnB, ao mesmo tempo que livrará a questão de se descrever numa lei federal, o que separa brancos de negros. Delimitar critérios para medir essa diferença é racismo, e a divergência está que para combater o racismo, a lei precisa ser racista. Por isso, como num círculo, voltamos ao ponto de partida: a lei provocaria racismo ou numa sociedade racista seria necessário uma lei como esta?

A Lei Paim, segundo os defensores, cabe o papel de expor a contradição entre a afirmação de nossa democracia racial e a flagrante desigualdade social de negros e brancos. Como definir essa diferença é uma atitude extremamente ambígua e fluída, ao destacar o negro como tal, parece

estar se revelando de maneira explícita a velada a rejeição da pessoa negra. Kabengele Munanga distingue duas lógicas no discurso desse impasse: a primeira, que ele chama de “*individual-universalista*”, prescreve a mistura universal e é representada pela perspectiva integracionista; a segunda, chamada de “*tradicional-comunitarista*”, baseia-se na exigência dos direitos à diferença, criticando a integração pura e simples, pois ela é unilateral, exigindo do negro tornar-se branco. Munanga identifica o discurso anti-racista contra a lei como se enquadrando na perspectiva integracionista, opondo-se a qualquer busca de identidade por parte dos negros. Munanga, por outro lado, defende,

“a idéia da busca e da construção de um identidade afrobrasileira do ponto de vista político e não cultural, no sentido de tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na História do Brasil. Um projeto de construção de uma verdadeira democracia não pode ignorar a diversidade e as identidades múltiplas que compõem o mosaico cultural brasileiro. Um tal projeto não pode também ignorar o fato de que, além das diferenças, somos semelhantes, e que o medo dos racistas está justamente na aceitação das semelhanças que fazem de nós seres capazes de exercer todas as atividades e não apenas aquelas prescritas pelas diferenças” (MUNANGA, 1994, p.187)

Munanga parece ser um dos poucos a defender que não é problema para a lei definir critérios que definam as diferenças entre negros e brancos. Segundo o autor, cada etnia teve uma contribuição própria na colonização do Brasil, e a parcela da população africana foi marcada pela segregação social e pelo escravismo. Então, simplesmente ignorar essa diferença, num discurso, segundo o autor, “*demagogo*” de anti-racismo, não irá realizar o que esse próprio discurso defende: uma maior igualdade entre brancos e negros. Ao contrário do que Maggie defende, a lei não nos faria voltar atrás na história. Embora a constituição não delimite as diferenças entre brancos e negros, a sociedade, veladamente, o faz. Nossa história, como demonstrado no capítulo II, paulatinamente segregou os negros, e mesmo que numa escala menor, ainda o faz. Três séculos de discriminação contínua provocaram um quadro social que separa a população negra da branca em realidades socioeconômicos distintas. Neste sentido, a lei deixaria claro que existe essa diferença, e não o contrário. Quanto a posição de Vianna, parece ser ingenuidade acreditar que a mestiçagem irá “*curar*” os males do racismo pelo tempo. Mesmo que isso seja possível, o que fazer com quem é negro hoje? Deixá-lo à margem da sociedade até que concomitantemente, pela miscigenação, não consigamos mais separar as pessoas pela cor da pele, pois passaríamos a ter todos o mesmo “*tom*”.

Por outro lado, também é difícil a tarefa de categorizar as diferenças entre negros e brancos através de uma hierarquização entre “*negritude*” e “*necessidade*”, assim como, por exemplo, relatou a responsável do CECUNE. A mulher negra e obesa teria, segundo os critérios

“*não-ditos*” da bolsa do IPA, maiores problemas para ingressar no mercado de trabalho – aqui agregando além da carência financeira (exigência do programa do IPA), as questões de gênero e padrões de beleza. Ou pior, como lidar com o branco, loiro de olhos azuis, que se diz negro para ganhar a cota? Ou, o que fazer, no caso dos gêmeos da UnB? Seriam eles brancos que podem se passar por negros, ou negros que podem se passar por brancos? Onde está o limite? Quem tem a prioridade?

Na experiência que tive ao entrevistar os beneficiados do IPA, deparei-me com as mesmas questões. Algumas das pessoas entrevistadas não me pareciam totalmente negras. Uma delas, inclusive, relatou que por diversas vezes teve sua “*negritude*” contestada pelos colegas. A entrevistada procurava legitimar sua condição afirmando que era filha de pai “*negro de verdade*”, apesar de ter herdado de sua mãe, a quem se referia de “*alemoa*” um tom de pele mais claro. Alegar prioridade a pessoas “*mais negras*” é desconsiderar as diversas vicissitudes sofridas por diferentes “*tipos*” de negros, e por ser arbitrário, esse método pode ser facilmente ludibriado. O que nos remete a um desfecho inconclusivo desta passagem.

Um estudo feito por Sérgio D.J. Pena e Maria Catira Bortolini, chamado “*Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?*” (2004), tentou, através de uma complexa análise genética, buscar o que seria a “*composição*” da maioria dos brasileiros. Entre outras conclusões, o artigo afirma que existem 28 milhões de afro-descendentes entre os brasileiros que autotransformaram-se de brancos no censo de 2000. O mesmo estudo diz que o termo “*raça*” não é aceito pela genética há pelo menos 30 anos para definir diferentes “*tipos*” de pessoas. Segundo Pena e Bortolini, Richard Lewontin, utilizou polimorfismos genéticos clássicos (grupos sanguíneos, proteínas séricas e isozimas) para publicar um estudo que testou a validade do conceito “*raça*” em nossa espécie (LEWONTIN, 1972). Ele determinou que 85,4% da variação era encontrada entre indivíduos de uma mesma população, 8,3% entre populações dentro de uma mesma raça e apenas 6,3% entre as chamadas raças, o que inviabilizaria a utilização do termo para a espécie humana em um contexto biológico. Pena e Bortolini afirmam que inúmeros estudos posteriores corroboraram esta conclusão. Através de análises de censo, documentos históricos, amostra em algumas regiões e cálculos genéticos, os autores afirmam que 90% da população brasileira tem ancestralidade africana. Os autores procuram desta maneira afirmar que o uso do termo afro-descendente não seria ideal para definir quem seria beneficiado da lei, pois isso se aplicaria a 146 milhões de brasileiros. Do mesmo modo, seu estudo diz que mesmo pessoas que se auto-proclamam negras tem uma proporção significativa de ancestralidade europeia. Além disso, os autores demonstram que se for considerado apenas o tom de pele como diferença entre as pessoas, a genética descartaria esse argumento completamente, pois essa distinção influi somente em 0,01% do genoma humano. Isso se for considerado uma amostra de

apenas dois indivíduos, um negro e um branco. Mas, de acordo com Pena e Bortolini, as diversas variações de tom de pele, toda a discussão racial gravitaria em torno de 0,0005% do genoma humano. É impossível não perceber o quão irônico esse estudo é: no final do século XIX haviam provas científicas que demonstravam que o negro era menos capaz, e por isso, não poderiam ser beneficiados com posses; agora, a ciência prova que não existem negros, e por isso não há como legitimar uma lei que os beneficie. O fato é que mesmo esse insignificante dado genético é capaz de gerar preconceito e segregação. Mas e quanto à resposta da pergunta do estudo de Pena e Bortolini: pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? A conclusão dos autores confirmou o que já parecia evidente: não, a genética não pode.

“Acreditamos que a genética moderna pode oferecer subsídios para as decisões políticas (...) [mas] a genética não pode arrogar-se um papel prescritivo explícito. (...) O objetivo [da genética] é ajudar as próprias pessoas a tomarem decisões informadas sobre casamento, reprodução ou condutas médicas com base conhecimento genético sólido. (...) Não compete a genética fazer prescrições sociais” (PENA e BORTOLINI, 2004, p. 46 e 47)

Preconizar a adoção de cotas fortalece a questão da raça – o que é um problema. Mas como um movimento tático, de caráter temporário, cumpre o duplo papel de tensionar a sociedade em direção ao enfrentamento das desigualdades e de expor a fragilidade de uma proclamação idealista. Existe um *“enigma da igualdade”*, como observou Joan Scott no seu artigo para Revista Estudos Feministas, de Florianópolis (SCOTT, 2005). De acordo com Scott, podemos dizer que as demandas pela igualdade necessariamente evocam e repudiam as diferenças que num primeiro momento não permitiriam a igualdade. Existe, portanto, um paradoxo: os termos do protesto contra a discriminação tanto recusam quanto aceitam as identidades de grupo sobre as quais a discriminação está baseada. Para Scott, a tensão entre identidade de grupo e identidade coletiva não pode ser resolvida, pois ela é uma consequência das formas pelas quais a diferença é utilizada para organizar a vida social. O autor afirma que ao visar acabar com a discriminação, a ação afirmativa não só chama atenção para a diferença como também a abraça. Ao tornar a identidade de grupo irrelevante no tratamento com os indivíduos, ela retifica a identidade de grupo. Mas, para Scott, não há escolha. O autor explica que na sociedade os indivíduos não são iguais e essa desigualdade repousa em diferenças presumidas entre eles, diferenças essas que não são singularmente individualizadas, mas tomadas como sendo categóricas. A identidade de grupo é o resultado dessas distinções, tornando difícil para a lei descrevê-la, pois precisa presumir a existência das distinções categóricas. Mas mesmo através dessa perspectiva paradoxal, a Lei Paim pode ser tomada como um esforço positivo para equilibrar interesses contrários.

Por tudo isso, não há uma resposta definitiva de como lidar da melhor maneira com a

seleção de beneficiados da cota. Nem através do estudo do caso do IPA trouxe uma lucidez para esta questão, na medida em que os mesmos critérios arbitrários são usados na hora do “*desempate*”. Contudo, não acredito que esse impasse seja suficiente para invalidar toda a proposta da lei. Parece ser um ponto que deve ser mais bem trabalhado, ou pelo menos, mais discutido. Ao IPA existe um alento: ao agregar o fator econômico a bolsa, mesmo que uma pessoa seja beneficiada e por acaso sua “*negritude*” for contestada, o fato de a bolsa também selecionar pessoas com dificuldades financeiras irá diluir a discussão. Mas isso só faz o projeto se distanciar do seu objetivo inicial, que era criar métodos de inclusão para uma parcela excluída da sociedade por ordem racial, e não econômica.

4 – A renúncia do padrão de qualidade

Das críticas relacionadas ao programa de cotas, duas se destacam como mais recorrentes: a primeira defende que o ingresso de negros pelo programa subverte o mérito, e a segunda diz que, por serem na grande maioria oriundos do ensino público, a entrada de negros através desta medida implicaria na queda da qualidade de ensino.

Resgatando novamente o discurso de João Baptista Villela, onde ele afirma que “*ao se afastar do princípio do mérito para se pôr a serviço do imediato nivelamento social, a universidade (...) rompe com suas origens. Trai o seu destino*” (AZEREDO, 2007, p. 742). Mas que mérito é esse a que os críticos se referem? Seria o mérito de ter passado no vestibular? A meritocracia aqui busca recompensar indivíduos com base na inteligência ou nas habilidades cognitivas. Mas até que ponto o vestibular “*nivela*” o conhecimento das pessoas que ingressam na universidade? Admitir que somente os mais capazes garantem seu ingresso é ignorar uma série de questões sociais e econômicas que antecedem o dia da prova. Poderíamos afirmar, por exemplo, que todos os candidatos concorrem em pé de igualdade? Veja por exemplo, o que diz Edna Roland, coordenadora da Área de Combate ao Racismo e Discriminação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil:

“O atual sistema é injusto e torna, especialmente as universidades públicas, um quase monopólio dos jovens oriundos dos setores de elite da sociedade brasileira, que investem pesadamente em escolas privadas para seus filhos no ensino fundamental e médio, enquanto a maioria dos jovens negros só tem acesso à escola pública, atualmente de qualidade inferior. No vestibular atual, alguns concorrentes estão pilotando Ferraris e outros pilotam Fuscas. As cotas não contrariam o princípio do mérito para o ingresso na universidade porque buscam equalizar as condições da competição, para medir realmente quem são os melhores pilotos, e não quais são os melhores carros. Se as condições são desiguais, como se pode medir o mérito dos candidatos?” (ROLAND, 2004)

Seleciona-se aqueles candidatos que estejam mais bem preparados. Mas, o que significa estar melhor preparado? Significa ter estudado mais, ter feito cursos pré-vestibulares e ter tido uma boa base educacional. Ou seja, um candidato que dispôs de todos estes tipos de benesses está mais apto a entrar na universidade. Para ter acesso a todos esses recursos, o fator econômico é fundamental. Isto significa, conseqüentemente, que nem todos os candidatos disputam o vestibular sobre as mesmas condições. Há diferenças sociais que precedem a prova e que influenciam diretamente no desempenho do vestibulando. Então, o mérito daqueles que dispõem dos melhores recursos em ser aprovado está no simples fato da confirmação da sua vantagem prévia. As diferenças socioeconômicas impedem que os candidatos concorram com chances iguais, criando um sistema baseado na reiteração de privilégios, e não no mérito.

Anteriormente, citei o artigo de Hermano Vianna, que analisou as primeiras experiências de um sistema de cotas na Universidade de Chicago. Vianna descreveu que este tipo de programa cria, mesmo sem querer, um sentimento no aluno cotista de *“penetra numa cerimônia para qual não foi totalmente convidado”* (AZEREDO, 2007, p. 742), o que parece confirmar que a universidade não é um direito, mas sim um privilégio a poucos. O que dizer do caráter excludente dessa afirmação? Se os alunos cotistas da Universidade de Chicago assim se sentiram, talvez tenha sido porque o ambiente assim os categorizou. Os beneficiados só poderiam sentir-se *“penetras”* na tal *“cerimônia”* porque os ditos *“convidados”* assim os trataram. Neste caso, o que serve como crítica a Lei Paim parece ter efeito contrário: a intenção da lei é exatamente quebrar com a corrente de privilégios que garantem o paradigma da universidade como algo inatingível à maioria da população. No entanto, estou ciente da contradição de afirmar que o sistema de seleção do vestibular exclui principalmente por um caráter econômico. Ou seja, o problema da segregação afinal é econômico e não racial? Apesar de confuso, acredito que este nó seja fácil de ser desfeito. O programa de cotas busca combater a segregação racial presente em nossa sociedade, visíveis nos dados do IBGE. Os críticos rebatem que a medida destitui o mérito do vestibular. O que procuro demonstrar é que a dinâmica em torno do vestibular não se baseia no mérito, e por isso, não há como este ser destituído. No entanto, o sistema de privilégios instituído neste tipo de seleção, este sim estaria ameaçado de ser pelo menos, diminuído.

Esta questão nos leva ao argumento da queda da qualidade do ensino. Yvonne Maggie é uma das intelectuais que defende essa teoria. Para Maggie, o sistema de cotas implicará na entrada de estudantes *“mais pobres que estão estudando em escolas públicas de qualidade duvidosa”* (MAGGIE, 2005, p. 2). Esta hipótese sustenta-se na afirmação que, por serem excluídos, os negros em sua maioria somente tem acesso ao ensino público, e esse não teria qualidade suficiente para formar um aluno para estudar na universidade – é interessante ressaltar a ironia desta objeção, que praticamente anula a questão do mérito do vestibular, ao afirmar que os alunos não concorrem

com igualdade de conhecimento. Isso levaria, inevitavelmente, ao “rebaixamento” das matérias dadas. Por não terem passado pela “*críteriosa*” seleção do vestibular, os alunos cotistas não estariam “*nivelados*” em termos de conhecimento com os demais colegas, precisando assim, serem atualizados.

Antes de tudo, é importante ressaltar que resultado do vestibular e desempenho acadêmico são duas coisas diferentes. O aluno que teve uma das melhores notas no vestibular não necessariamente será o aluno com o maior grau de aproveitamento do curso no decorrer dos anos. E a recíproca também é verdadeira. No entanto, seria leviano pensar que os estudantes que não tiveram acesso aos mesmos privilégios teriam igualdade de conhecimentos. Mas isso parece significar que, no mínimo, estes estudantes terão que ter um maior empenho para obterem um desempenho satisfatório. Não parece ser necessário que haja uma readequação da grade curricular dos cursos, nem de seus conteúdos programáticos, no sentido de adaptar-se a suposta falta de conhecimento dos cotistas. (Neste sentido, ver relato no Quadro 16).

- Quadro 16 -

Trecho da entrevista com Eduardo, estudante de Educação Física, já formado

“Eu tive muita essa dificuldade, porque, enfim, a faculdade te exige uma base muito forte né. E... eu acho que algumas pessoas que eu conheci deixaram por causa da dificuldade. E algumas pessoas perderam a bolsa realmente por falta de interesse, pra mim é essa questão, falta de interesse, falta de uma vontade a mais.(...) Em que a gente conversava, e que a gente articulava e conversava sobre as dificuldades maiores do pessoal de uma forma geral. E o que se procurou fazer... eu não sei se todo mundo conseguiu, no meu grupo , no meu curso especificamente a gente meio que conseguiu. A gente procurou se unir, um ajudar o outro, né? Pô, de repente eu entendi mais aqui, tu entendeu mais ali, a gente senta, a gente estuda, a gente né... trabalha junto. Um ajudando o outro. E a gente procurou reunir e discutir as dificuldades. Quais eram as dificuldades? As dificuldades de base. Base em que? Português, em matemática... sei lá. De repente base de dificuldade em anatomia... não necessita especificamente uma base né, do ensino médio, enfim, né? Mas eu compreendo melhor então vamos sentar e vamos conversar. E algumas pessoas começaram a se oferecer: “olha eu entendendo isso mais ou menos”. No meu curso isso deu muito certo assim, a princípio. A gente meio que se uniu e a gente se ajudava na medida do possível né.”

Não há razão concreta para pensar que a introdução de estudantes negros via cota irá causar um impacto negativo no sentido da qualidade do ensino. De acordo com o artigo de

Graziella Moraes Dias da Silva (SILVA, 2007), que comparou as ações políticas de cotas entre Brasil e África do Sul, há uma certa similaridade neste discurso. Para a autora, há uma certa ironia na elitização da universidade numa sociedade desigual. O que nos leva a pensar: qual é o papel da universidade? Ou, reformulando melhor a questão para o recorte da cota, como uma universidade deve abordar as questões de desenvolvimento social e econômico? O fato de existir uma minoria de pessoas com diploma superior no Brasil prova, de certa maneira, o aspecto elitista da universidade. Os critérios altamente seletivos causam um padrão invariável de discriminação social. Os discursos de mérito e do padrão de qualidade apenas expõe um sentimento coletivo para que se reitere a segregação no ambiente universitário.

Pude observar no IPA alguns casos de alunos que usaram esses argumentos como forma de motivação para superar o estereótipo do “*estudante negro atrasado*”. Alguns beneficiados tiveram posição de destaque em seus cursos por ter alcançado, depois de muita dedicação, um nível de conhecimento superior aos demais colegas. Como exemplo, cito Fábio, estudante de fisioterapia, aluno beneficiado pelo programa de bolsas do IPA, que tornou-se monitor do curso. O aluno-monitor funciona como uma espécie de professor-substituto, que dá aulas particulares ou para pequenas turmas de alunos que estejam enfrentando dificuldades em determinadas matérias. O sistema funciona da seguinte maneira: os alunos que estiverem com problemas de entendimento da disciplina podem procurar aulas de reforço com os monitores da matéria, que nada mais são do que alunos que já cursaram aquela disciplina e obtiveram ótimo conceito. Estes monitores são designados pelo próprio professor da disciplina e dão, voluntariamente, essas aulas. Para marcar as aulas, os alunos devem procurar a secretaria de seu curso. Este método de reforço assemelha-se muito com a prática feitas pelos estudantes negros para superar as dificuldades nas matérias, através de seus grupos de estudos.

Em algumas entrevistas, os alunos beneficiados declararam que realmente encontraram dificuldade para acompanhar assuntos das matérias dadas por falta de base. Mesmo que esses casos ajudem a corroborar a teoria de que o estudante negro tem menos conhecimento, por ser proveniente de uma escola pública com o ensino muitas vezes precário, acredito que ainda assim, essa afirmação não pode ser generalizada. Explico: as vicissitudes da vida acadêmica são diversas tornando difícil afirmar que existam alunos que não encontram dificuldades nos estudos, sejam eles brancos ou negros. Os alunos que se destacam o fazem por procurarem meios de superar essas dificuldades. Esse parece ser um processo quase que obrigatório da vida universitária: estar em constante processo de aprendizado. Se a teoria de que os alunos negros não tem a capacidade de acompanhar as aulas fosse verdadeira, então teria também que se pensar na admissão de alunos idosos – ou nem tão idosos – que já concluíram o ensino fundamental e médio há muito tempo, através de métodos e livros que podem ser considerados

ultrapassados hoje em dia. Nesse sentido, o vestibular tem o papel de “*nivelar*” o conhecimento dos aspirantes universitários. Mas, porque então não se questiona a posição de muitas instituições superiores que isenta de fazer o vestibular pessoas com idade superior a 40 anos? Em algumas instituições, a idade do considerado aluno “*idoso*” pode até ser menor. Não é muito diferente de uma política de cotas, pois essa medida também assegura uma porcentagem das vagas as pessoas que tenham uma determinada idade. A única diferença entre os alunos “*idosos*” e os alunos “*negros-cotistas*” é que os primeiros têm que pagar a mensalidade. No IPA inclusive, como relataram alguns entrevistados, os alunos se declaravam contra a medida por não acharem justo o fato dos beneficiados serem isentos da mensalidade, “*só por serem negros*”. O que nos leva a pensar que a objeção maior era relacionada ao fato da isenção financeira, e não a cota. Aliás, no IPA não há vagas destinadas aos beneficiados do programa. São bolsas para aqueles alunos que passaram no vestibular. O critério de seleção é o mesmo para todos. Nem as provas nem a nota mínima de entrada são diferentes. Tudo é igual. A diferença está nos critérios para receber esta bolsa. Mas é interessante perceber que há um exemplo claro de “*dois pesos, duas medidas*”, pois não há casos de protestos contra alunos de certa idade que entram no ensino privado sem o ingresso via vestibular. Tampouco, pude achar artigos a respeito desse assunto. E a questão do mérito, como fica? E a qualidade do ensino, não iria decair?

Em 1968 foi instituída no país a lei nº 5.465/68, que beneficiava filhos de agricultores ao acesso a universidade. A medida ficou conhecida como “*Lei do Boi*”, e tinha dois objetivos: conter o êxodo rural e facilitar o acesso à universidade das pessoas que viviam em áreas rurais e que – teoricamente – não tinham acesso a um ensino de qualidade. Por isso, através desta lei, os filhos de agricultores tinham garantido 50% das vagas dos cursos de Agronomia e Veterinária. Além disso, a lei tinha também como objetivo conter o êxodo rural. Para ter direito a concorrer a esta cota, bastava que a pessoa trouxesse na inscrição o título de propriedade rural. A lei foi revogada em 1985, através do decreto nº 7.423/85, ou seja, 17 anos depois de sua criação. Nesse meio tempo, não houve nenhum tipo de protesto contra a medida – pelo menos não da mesma proporção e intensidade dos que estão ocorrendo agora contra a Lei Paim.

O principal motivo que influenciou a revogação da Lei do Boi foi devido ao fato dela não estabelecer o tamanho máximo da propriedade rural, fazendo com que os beneficiários fossem os filhos de grandes proprietários rurais. Um artigo publicado no Jornal da Ciência, a professora da Universidade Federal do Pará, Cláudia Helena Tagliaro, relata como foi sua experiência na época que a lei vigorava, descrita no Quadro 17.

Vemos que mesmo que a lei tivesse como um de seus intuitos beneficiar pessoas que não tinham acesso a um ensino público de qualidade, este ponto nunca foi questionado como um problema. Não houve, na época que a lei foi instituída, uma preocupação com a queda da

- Quadro 17 -

Relato de Cláudia Helena Tagliaro, *Jornal da Ciência*
8 de fevereiro de 2002

“Eu cursei Medicina Veterinária e no ano do meu ingresso pelo exame vestibular, 1980, houve cerca de 20 inscritos que usaram da “Lei do Boi” para entrar no curso da UFRGS. Convivendo com meus colegas, pude constatar que vários destes eram filhos de fazendeiros sem problemas financeiros, residiam na capital e estudaram em escolas de prestígio, não necessitando ter seu acesso a universidade facilitado. A lei que era para corrigir desigualdades estava sendo usada para privilegiar uma facção da população.”

qualidade do ensino universitário, tampouco um debate com relação ao mérito dos beneficiados por entrarem através desta cota. Além disso, não consegui encontrar nenhum relato de alguém que tenha sido discriminado por ter entrado na universidade através da Lei do Boi. Pelo contrário, a crítica resumiu-se ao discurso de que se estava “*privilegiando os privilegiados*”.

Em 2004, o deputado Adão Pretto, lançou no Congresso Nacional, sua proposta de projeto de lei que dispunha vagas em cursos de nível superior a candidatos com “*afinidade rural*”. É a volta da Lei do Boi. Por esta lei, agricultores ou filhos de agricultores rurais que sejam proprietários de apenas um imóvel rural de até quatro módulos fiscais, indígenas, quilombolas, assentados ou egressos de cursos do nível médio ou tecnólogos relativos à área rural, tem direito a 50% das vagas dos cursos de Engenharia Agrônômica, Agrícola e Florestal, de Medicina Veterinária, de Economia Doméstica e outros relacionados à temática rural oferecidos por instituições federais de ensino superior. O projeto ainda está em trâmite, mas não há sobre ele, nem divulgação na mídia, nem artigos debatendo sua legitimidade.

De acordo com o que está descrito no próprio projeto de lei, esta medida tem como intuito os mesmos objetivos da Lei do Boi, mas com uma diferença essencial: as vagas não seriam destinadas a filhos de grandes latifundiários. Ironicamente, é interessante perceber que esta medida visa beneficiar pessoas egressas do ensino público que estejam afastados dos grandes centros urbanos e não tem, supostamente, acesso a um ensino de qualidade. Inclusive, o deputado Adão Pretto descreve no projeto sua posição quanto ao mérito e ao padrão de qualidade, de forma muito breve:

“Entendemos que uma ação simples e pontual, como a aqui proposta, que não reduz o direito dos outros candidatos nem afeta o nível de qualidade dos cursos e de seus formandos, é um instrumento viável e efetivo que muito contribuirá para a mudança social e econômica de nosso País” (PRETTO, 2004, p. 03)

Simples assim: entendemos que não haverá problema algum. Mesmo sem explicar porque esses problemas não iriam ocorrer neste caso, não há questionamentos quanto ao projeto. Não pude encontrar absolutamente nada, nem artigos nem periódicos acadêmicos que questionassem essa medida. Não vi relatado em nenhum jornal de grande expressão algum caso de protesto, ou em qualquer lugar da mídia. Simplesmente, para este caso, os problemas relatados contra a Lei Paim não parecem ser recorrentes. E mesmo que estes existam, com certeza, não estão ocorrendo da mesma proporção aos protestos contra a Lei Paim.

Curiosamente, esta não é a única medida federal que garante cotas a uma parcela da população para algum segmento da sociedade. Temos como exemplo, a Lei 8.112/90, que prescreve, no artigo 5º, § 2º, que reserva 20% das vagas do serviço público civil para portadores de deficiências. Além dela, temos a Lei 8.213/91, que fixou em seu artigo 93, a reserva de 20% das vagas do setor privado as pessoas portadoras de deficiência. Outro exemplo é a Lei 9.504/97, que preconiza em seu artigo 10, § 3º, a reserva de vagas para mulheres nas candidaturas partidárias. O que todas essas leis têm em comum o objetivo de proporcionar o acesso a diversos segmentos da sociedade a pessoas que por diversos motivos, são consideradas discriminadas. A maioria já está em vigência, o que nos leva a pensar por que as mesmas não passaram pelo processo de discussão que a Lei Paim está enfrentando? O que há de diferente nestas medidas?

As políticas de ações afirmativas são definidas, de modo geral, como políticas que beneficiam grupos desfavorecidos na alocação de recursos escassos, como empregos, vagas na universidade e contratos públicos. Talvez, por contar com um maior contingente de pessoas que seriam beneficiadas, a Lei Paim está sendo tão debatida. A proporção da população de negros é muito maior, por exemplo, do que das pessoas com necessidades especiais. No entanto, esse argumento não serve ao compararmos a Lei Paim às leis que garantem o direito da mulher nos diversos segmentos da sociedade. Mas, esse direito adquirido pelas mulheres não ocorreu de forma simples e, a exemplo da Lei Paim, houve muita discussão e controvérsia quando os primeiros movimentos feministas reivindicavam direitos iguais. Hoje, embora ainda haja diferenças salariais entre os gêneros e as vagas de maiores responsabilidades sejam ocupadas majoritariamente por homens, as mulheres têm, paulatinamente, conseguindo inserir-se nos mais diversos contextos de trabalho. Embora pareça existir uma mudança no quadro social a respeito de gênero, o mesmo não se pode dizer sobre o recorte racial. Se, por exemplo, procurarmos analisar o perfil da mulher trabalhadora veremos que a maioria é composta por mulheres brancas. E quanto maior a remuneração, menor a chance de encontrarmos mulheres negras ocupando o cargo. De certa maneira, ainda há uma luta de ambos os campos – racial e gênero – para adquirir melhor representatividade no quadro socioeconômico do país. Nos dois casos, há uma significativa ameaça da quebra ao círculo de hegemonia criado, que garantem a reiteração do

acesso aos recursos e ao poder as mesmas pessoas.

Como exemplo disso, temos o caso das cotas implementadas na África do Sul, observadas por Graziella Moraes Dias da Silva em seu artigo. A exemplo do Brasil, a África do Sul também conta com uma grande população negra. Mas enquanto os negros compõem cerca de 44% da população brasileira, na África do Sul eles somam 90,4% da população (SILVA, 2006, p.7). Apesar desse expressivo número, a maioria da riqueza do país está concentrada nas mãos dos brancos, enquanto os segmentos mais pobres do país são compostos quase que exclusivamente por negros. Antes da política de cotas, a África do Sul tinha um sistema de educação dividido entre universidades brancas e negras. As primeiras, segundo Silva, contavam com muito mais recursos, sendo financiadas pelo governo nacional e por taxas escolares. Mesmo após a abolição do *apartheid* e com o equilíbrio da divisão da receita federal⁹, existem fortes desigualdades entre as instituições educacionais daquele país. Para diminuir essas diferenças, o governo sul-africano fundiu muitas dessas instituições, contudo, segundo Silva, as de maior prestígio permaneceram separadas. Dessa maneira, metas raciais foram definidas, como objetivo de “*transformar*”¹⁰ as universidades e assegurar a diversidade étnica e racial. Entretanto, o ensino público na África do Sul não é gratuito, e por isso, o apoio financeiro a estudantes negros encontra-se no centro do debate. Ou seja, a luta para garantir melhor representatividade continua, apesar da aprovação da lei. A semelhança com o Brasil está no fato que, mesmo que o sistema de cotas goze de legitimidade constitucional, e mesmo que seja comprovada a desigualdade existente entre os diferentes grupos étnico-raciais, a lei não alcança unanimidade para ser aceita. Apesar do Brasil não separar suas instituições de ensino superior entre brancas e negras, as universidades são basicamente composta por brancos, fazendo essa separação existir subjetivamente. A única diferença está que a segregação brasileira é feita mais veladamente que a sul-africana.

Tanto o debate sul-africano quanto o brasileiro sobre as cotas tomam forma polarizada. Os assuntos são voltados a delicada discussão sobre igualdade e diferença, direitos individuais e identidades de grupo. A pressão para transformar a realidade social encontra resistência na medida em que a atenção à identidade de grupo subvaloriza avaliações superficiais sobre o mérito objetivo de qualquer candidato individual. Joan Scott afirma que os críticos dessa política insistem em valorizar o mérito, mas para o autor, esse conceito é apenas “*elusivo, na melhor das hipóteses*” (SCOTT, 2005, p. 22). Segundo a autora, a ação afirmativa busca remover obstáculos para a realização dos direitos individuais, mas pela identidade de grupos. A crítica é de que ao

9 Silva explica que esse equilíbrio ainda é desigual. A autora explica que quase metade do orçamento destas universidades deriva de taxas escolares, deixando as universidades negras em desvantagem, pelo fato de não cobrarem valores tão altos quanto as brancas. Além disso, o financiamento federal é dado de acordo com a produção acadêmica, o que também coloca as universidades brancas em vantagem, por historicamente já contar com mais recursos.

10 A autora – que também usa este termos – diz que o termo transformar não é o bem aceito para definir o objetivo da lei. Os responsáveis pela criação das políticas de cotas na África do Sul preferem usar o termo reparar.

criar identidades de grupos, se afronta o mérito alcançado pela individualidade.

Curiosamente, quando um branco recebe um incentivo federal, como na questão da Lei do Boi, não constitui como discriminação nem se questionam o mérito. Mas, quando um negro usufrui de um benefício similar, a ele é atribuído como membro de um grupo racial, desvalorizando sua pertença, habilidades e qualidades, o que, objetivamente, desqualifica-o enquanto indivíduo. O que acontece se um negro recebesse um bolsa/cota pela Lei do Boi? Seria discriminado? Provavelmente não, porque a retórica é outra. Não importa se esta ação afirmativa enfrenta os mesmos problemas da Lei Paim. Não há recorte racial, que aparentemente, é o que está causando mais discussão. Ninguém questionou na década de setenta que a média para entrar na universidade pela Lei do Boi era menor do que a média geral. No entanto, agora, para a Lei Paim, esse fato tornou-se até argumento acadêmico para desvalorizar a medida.

No caso do IPA, os argumentos do mérito e qualidade de ensino não parecem ser problemas pelo fato de que os candidatos concorrem igualmente no vestibular: só ganham bolsas aqueles que passaram na seleção. Além disso, cobra-se um desempenho acadêmico superior dos alunos beneficiados na comparação com os demais alunos. A contradição é evidente: aqueles provenientes do fraco ensino público serão automaticamente excluídos do vestibular, e para os beneficiados que passarem por esta etapa, se requer uma desenvoltura acima da média, sob pena de perder a bolsa. Em ambos os casos, a iniciativa deveria incluir, passa a ser mais um mecanismo de exclusão. Soma-se isso ao fato de se exigir carência financeira, sem se preocupar com as demais – e inúmeras – despesas exigidas na vida acadêmica. Parece haver na política de bolsas a negros do IPA uma tendência a incorporar em seu estatuto os argumentos contrários para se isentar de possíveis críticas. Por tudo isso, a iniciativa do IPA é segura, quase impenetrável às críticas mais comuns que permeiam a Lei Paim, mesmo que a pena seja não realizar os propósitos para os quais a medida foi criada.

5 – A discriminação sofrida pelo beneficiado

Em 2004, Yvonne Maggie e Peter Fry analisaram cartas de leitores enviadas ao Jornal “*O Globo*”, sobre a política de cotas apresentada pelo governo federal (MAGGIE e FRY, 2004). Os autores dessas cartas expressavam sua opinião quanto à medida, e muitos profetizavam as conseqüências intrínsecas à imposição de tal política. Em resumo, os leitores sugerem que a introdução de cotas raciais talvez não alcance o que se pretende e estas teriam além das finalidades explícitas pelos governantes, em particular uma bipolarização racial e um aumento de tensão inter-racial. Alguns leitores afirmam que a lei instituiria oficialmente o racismo no

Brasil, ou o que alguns chamaram de “*apartheid*” brasileiro. Outros procuravam afirmar que “*até a genética*” já provou a inexistência de raça, como então a lei contrariaria tal fato científico. Maggie e Fry parecem particularmente concordar com essa posição:

“Num ponto, pelo menos, não há antropólogo que possa discordar desses leitores: as “raças” de fato não existem naturalmente, e um sistema de cotas implica logicamente a criação de duas categorias “raciais”: os que têm direito e os que não têm.(...) O sistema de cotas, então, representa, de certa forma, a “vitória” de uma taxonomia bipolar sobre a velha e tradicional taxonomia de muitas categorias” (MAGGIE e FRY, 2004, p.3)

Mais à frente, Maggie e Fry demonstram outra série de cartas que criticam o caráter racial da lei. Para muitos leitores, o problema da segregação da faculdade não é racial, mas sim, econômico. Alguns chegam a afirmar que a lei é uma afronta ao conceito de liberdade e igualdade do Brasil, principalmente contra os “*brancos pobres*”. Não é minha intenção, a esta altura do trabalho, construir uma análise crítica com relação à posição destes leitores, ou até mesmo da opinião de Maggie e Fry. A lei institui o racismo na universidade ou o explicita? O fato da genética explicar agora que não existem diferenças consideráveis para separar pessoas por raça é um fato ou apenas uma argumento distorcido para invalidar a lei e assim perpetuar a discriminação? O problema da segregação é econômico ou racial? Acredito que estas questões foram respondidas anteriormente. O que procuro é apenas ilustrar, através das cartas pesquisadas por Maggie e Fry, o discurso comumente explicitado quando se trata do assunto “*cota universitária para negros*”. Estou ciente que a amostra feita por estes autores – retirada de um único jornal, através de cartas que foram previamente escolhidas pela edição – não podem representar um universo e muito menos, sustentar uma generalização. Mas, apesar disto, encontrei em minha pesquisa recorrência de muito destes argumentos. Estas parecem ser as principais indagações feitas, respondidas, argumentadas e contestadas toda vez que se discute sobre a política de cotas. Aparentemente, as posições da maioria dos entrevistados e a percepção que eles tem da opinião de seus colegas sobre a lei não diferem muito das cartas enviadas ao Jornal “*O Globo*”. Assim como descrevi na metodologia, não tenho intenção através dos relatos abaixo, generalizar um quadro, ou profetizar uma tendência, mas apenas descrever a realidade cotidiana dos atores que compõem a vida social daquele ambiente, com todas as possíveis vicissitudes implicadas.

Um dos momentos mais inusitados que tive, desde que comecei abordar este assunto, foi quando precisei descrever a um professor universitário o objeto deste estudo. Ao tentar encontrar justificativas que dessem conta de explicar qual era o problema de pesquisa, questionei o professor por que não haviam muitos negros estudando na universidade? Ou ainda, por que a Restinga, bairro pobre e bastante afastado do centro de Porto Alegre, era composto na sua maioria, por negros? Surpreendentemente o professor me respondeu: “*Pois é, é que na verdade eles gostam de*

se isola, de não se misturar. Para mim, o maior racista que existe é o próprio negro". A sinceridade desta resposta talvez tenha sido provocada pela ironia das perguntas que fiz, mas honestamente não esperava ouvir um discurso tão carregado de ideologia estereotipada, ainda mais vindo de um acadêmico. Naquele momento, me deparei com problema metodológico típico de uma etnografia: apesar da vontade de questionar aquela afirmação e com os argumentos na "*ponta da língua*", calei-me. Assim como mais tarde, no campo de pesquisa, eu não poderia contaminar os dados com a minha visão. Como qualquer etnólogo que se preze, você deve manter uma certa distância do objeto de pesquisa e aprender a ouvir mais do que falar. Essa situação serviu como amostra para os diversos encontros que tive, tanto na coleta de dados no IPA como nas situações corriqueiras da vida cotidiana.

Essa pesquisa baseia-se nos dados levantados no IPA, mas a discussão sobre cotas universitárias ultrapassa os muros desta instituição. Toda vez que eu era questionado sobre o conteúdo deste projeto, me perguntavam também a posição que tinha sobre a Lei Paim. "*Então, você é a favor ou contra?*" Como todo bom cientista social, procurava esquivar-me de respostas absolutas, que não me deixavam saídas para as possíveis discussões posteriores. E elas sempre ocorriam. Via de regra, todos procuravam argumentar sua posição quanto a este assunto. Com um discurso muito similar, a maioria dizia-se contra.

Ao chegar no campo, deparei-me com as mesmas situações. Apesar de grande parte da pesquisa basear-se nos dados dos atores que participam do projeto, ou como alunos beneficiados, ou como membros da equipe dirigente que o coordena, ouvi reiterado em alguns momentos o mesmo discurso ideológico do professor acima citado. Uma das vezes ocorreu enquanto eu esperava um aluno para a entrevista, no hall da biblioteca do IPA. Marquei a maioria das entrevistas neste local por este contar com salas de estudo fechadas, que não necessitavam serem reservadas. Desta maneira, podia conversar tranqüilamente com os alunos num local silencioso, de fácil acesso e com bastante privacidade. Além disso, eliminava o burocrático passo de ter que reservar uma sala junto a universidade especialmente para realizar as entrevistas. Como fui a biblioteca inúmeras vezes – não pelo número de entrevistas que realizei, mas porque grande parte dos entrevistados não comparecia mesmo depois de terem confirmado presença, então uma nova data precisava ser remarcada – fiz amizade com os atendentes do local. Lá pela terceira ou quarta vez, a recepcionista perguntou-me o que eu estava fazendo: "*É um trabalho para a faculdade?*" – indagou-me a moça. Respondi que era um estudo sobre o sistema de cotas do IPA. Depois de alguns minutos de conversa, ela me respondeu que era um trabalho interessante, mas que ela não concordava com essa política. Disse que não era justo que estes alunos tivessem isenção de mensalidade "*só porque eram negros*". O outro atendente, que estava a alguns metros, ouviu nossa conversa e decidiu participar da discussão. Disse que "*isso gerava mais racismo*" e

que “*quem tinha que ser ajudado era os pobres*”, porque esses sim não tinham condição de estudar. Cerca de vinte minutos depois, o rapaz saiu para hora do almoço, deixando eu e a atendente sozinhos. Talvez incentivada pelo calor da discussão e pelo fato de que não havia mais ninguém no recinto, a moça decidiu relatar um pouco de sua experiência. Ela começou sua confissão de maneira leve, dizendo que talvez houvesse pessoas que merecessem ter direito a bolsa, mas que ela conhecia alguém que não gozava deste direito. Para minha surpresa, uma das beneficiadas era colega dela de trabalho. Segundo seu relato, essa aluna não “*queria nada com nada*”, que “*só matava aula e fazia os trabalhos em grupo para se encostar nos outros*” e que no serviço “*vinha só bater o cartão e saia toda hora*”.

A questão da suposta auto-discriminação do negro é bastante complexa, pois causa um efeito neutralizador contra os discursos que procuram denunciar o racismo. O intuito desse tipo de afirmação é projetar as atitudes racistas no próprio negro. Qualquer movimento que procure fortalecer uma reivindicação de direitos iguais é visto como uma obra que aumenta a diferença entre brancos e negros, citando como um exemplo a própria Lei Paim. Isso provoca um sentimento contraditório no âmago das lutas raciais promovidas pelos negros. Inclusive alguns dos alunos entrevistados demonstraram em seus relatos sofrerem deste conflito ideológico. A aluna Simone, 24 anos, estudante do curso de Administração de Empresas, é um exemplo claro de uma posição ambígua. A estudante considera seu benefício ser merecido apenas pela sua condição financeira desfavorável. Ao mesmo tempo que ela relata já ter sofrido discriminação, ela afirma que não existe racismo, e por isso, em sua opinião, uma bolsa voltada ao movimento negro é desnecessária. Em determinado momento da entrevista, a aluna disse estar cansada de ser acusada de preconceituosa pelas pessoas sempre que tocava no assunto de discriminação racial e que por isso, hoje sua posição sobre o assunto é diferente. A aluna afirma que alguns colegas negros “*vêem chifre em cabeça de cavalo*”, e que ela já foi um dia assim. No Quadro 18 pode-se observar melhor esta sua posição.

Em outra ocasião conversei com um dos seguranças que fica próximo a biblioteca. Um dos alunos que deveria ser entrevistado naquela hora ligou-me desmarcando. Como o próximo beneficiado só viria duas horas depois, fiquei com uma lacuna na agenda de entrevistas. Fui para o lado de fora esperar. Caminhei um pouco pelo campus – o que levou apenas alguns minutos – e sentei-me num banco que ficava na frente da biblioteca. Este segurança aproximou-se de mim e perguntou se podia me ajudar. Respondi estava apenas esperando alguém. Resolvi me apresentar e dizer o que eu estava fazendo ali. Mostrei a ele a autorização concedida pelo IPA e perguntei se ele conhecia a política de bolsas para negros no IPA. Parecendo estar bastante informado, o segurança explicou-me que não era somente para negros, que também haviam outros tipos de bolsas. Começamos a conversar e um pouco mais adiante ele relatou sua posição pessoal, descrita no Quadro 19.

- Quadro 18 -

Trecho da entrevista com Simone, aluna do Curso de Administração

“Acho que algumas pessoas exageram, sei lá. De repente tudo é discriminação. Para mim a discriminação acontece dos dois olhos, porque, vamos combinar, também é racista quem olha. Tem muito negro que é racista. Vai no mercado e não foi atendido, ah, é racismo. Daí quer botar processo, quer ganhar dinheiro em cima de alguém, “vou processar” e tal... Eu acho que não é por aí, sabe? Então o que acontece... vou na loja, não me atendem na hora, é racismo? Ah, sei lá, é muito exagerado. O pessoal vê chifre em cabeça de cavalo, sabe? Ah! Olha só, agora lembrei numa situação na C&A. Aconteceu o seguinte: eu entrei, eu, minha mãe, era no shopping Praia de Belas. E aí, o que aconteceu, a minha mãe entrou no vestiário com uma sacola, aí a moça pegou e disse assim: “Ah, não pode entrar aqui dentro de sacola”. Aí a moça cochicou no ouvido da outra, e a guria olhou para minha sacola, daí eu disse para minha mãe: “será que porque a gente tá com sacola eles acham que a gente vai roubar alguma coisa?”(...) Eu só achei, não foi discriminação, sabe? Ela achou que a gente podia tá roubando. Não gostei, mas ela tava fazendo o serviço dela. Mas na hora achei ruim, fui reclamar com o gerente e ficou tudo na paz. Porque é horrível, fofocar pelas costas ... aí ela disse que não era da gente, que era outra coisa... mas que falasse depois. Mas se fosse hoje não faria mais isso, acho que exagerei. A gente acaba misturando as coisas sabe, vira paranóia. Não gosto de sentir isso, não quero criar situações que não existem. Tem muito exagero, isso que te falei foi um exemplo, mas aqui também tem disso. Qualquer coisa que o pessoal não gosta, alguém não quer fazer o trabalho contigo, alguém trocou de grupo, não conversam contigo na hora do intervalo, tudo é racismo. Ah, dá um tempo, não é assim. Todo mundo passa por isso, seja preto, seja branco. Daí ficam falando de discriminação a toda hora, sem pensar. Não é assim, tem que ter critério. Eu mudei, não sou mais assim... como se fala... tão radical. Procuro ver as coisas com outros olhos. Senão tu acaba sendo mais racista do que... sei lá... é racismo também ficar acusando todo mundo de racista.”

O segurança destaca um acontecimento em específico, o que ele chama de o “*lance da quadra esportiva*”. Este ocorrido trata-se de uma briga entre alunos brasileiros e estrangeiros, num jogo de futebol, depois de uma troca de insultos. A primeira vez que ouvi algo sobre este fato foi quando entrevistei a equipe dirigente da universidade, demonstrado nos Quadros 20 e 21.

Os alunos estrangeiros eram oriundos da Angola, e participavam de um intercâmbio no qual ganhavam bolsas filantrópicas para estudar no IPA. Não obtive muitos detalhes sobre o que motivou a briga, pois toda vez que alguém tocava neste assunto, procurava ser sucinto. Além disso, o fato era abordado de forma política, sempre ressaltando as medidas administrativas compensatórias realizadas pela universidade. Mas o caso tinha ocorrido há relativamente pouco tempo, o que o tornava um assunto ainda “*quente*” (ver relato do Quadro 22).

- Quadro 19 -

Relato de segurança, funcionário do IPA
Conversa informal anotada no diário de campo

“Olha, eu não gosto muito desse tipo de coisa. Sei lá, cria uma certa separação ruim, sabe? Nada contra, mas acho que não se deveria separar as pessoas. Não gosto dessa coisa também de terem criado uma revista só para negros, acho que não tem nada a ver. Como é mesmo o nome? Raça negra, né? Acho que assim os negros acabam se auto-discriminando. O que acontece é que as vezes quem acaba sendo mais racista é o próprio negro, porque começa a ver racismo onde não tem. Aqui a gente trata tudo igual, se alguém vem me pedir informação, tá perdido ou algo assim, eu digo, numa boa. Pode ser branco, preto, amarelo, alto, baixo, feio, bonito... Mas agora, com essa lei, separa as pessoas. Dá para ver aqui que tem muito aluno incomodado com isso. Teve aquele lance lá da quadra esportiva, não sei se tu ficou sabendo(...) Prá ti ver, é uma coisa ruim, porque antes não tinha isso. Não dá para separar as pessoas, todo mundo é igual”

- Quadro 20 -

Trecho da entrevista com Elisângela, da equipe dirigente da universidade

Ronei - Teve algum caso... houve alguma vez um relato de que houve alguma discriminação contra esses estudantes que recebem bolsa? Por eles receberem bolsa? Houve algo...

Entrevistada - O receber bolsa não, mas por ser “preto” sim...

R – E... Tu saberia me dizer se houve algum caso...

E - Nós tivemos um estudante aqui que inclusive gerou uma sindicância. Existia um grupo de estudantes da Enfermagem que foi jogar bola com os alunos negros estrangeiros. Então esses alunos, durante o jogo, começaram a praticar atos de racismo e xenofobia. Então houve uma sindicância, houve punição, houve uma aplicação muito dura da... para os envolvidos.

R - Qual foi a punição que eles receberam?

Foram suspensos... houve suspensão de aula... e assim, eles foram.... alguns deles... para cada um deles, como foram muitos os envolvidos, as penalidades foram diferenciadas de acordo com o ato praticado, nós tivemos alguns que foram orientados a participar de um curso dado pelo CECUNE e pelo serviço de psicologia.

R - Não foi só uma punição, foi uma...

Um trabalho de educação. Porque realmente é uma situação muito delicada. Imagina, de repente um... isso só acontece aqui porque aqui a gente permite que os dois grupos estejam juntos. Mas isso precisa ser trabalhado, as pessoas não vão, sem uma mudança cultural, sem uma mudança na consciência, elas não vão mudar o comportamento. Tem que ser feito uma desconstrução e uma nova construção. E para isso ser feito, com a ajuda do CECUNE, sempre com a ajuda do CECUNE. Essas questões são sempre resolvidas na relação da parceria, porque a gente entende que é um compromisso coletivo, não só nosso. Existe um compromisso de formação, de uma nova compreensão, do que... para que ele existe no mundo, que não vai ser feita só pelo IPA. É na relação com os grupos com os quais nós nos alinhamos é que a gente vai construir essa nova sociedade que a gente acredita ser possível.

- Quadro 21 -

Trecho da entrevista feita com Fernando, da equipe dirigente da universidade

Ronei – Já houve algum caso de discriminação contra os bolsistas ou alguma opinião contrária à medida?

Entrevistado – Não. Queira saber o quanto nós... são processos formativos, entende? No primeiro semestre, por exemplo, o comentário: “o morro desceu para cá”, tipo assim, “aproveitem”... chamavam, entende? Tivemos uma discussão horrível, houve um incidente, uma diligência, quase 1 semestre por conta de um incidente na quadra de esporte que os alunos angolanos estavam jogando contra os brasileiros, jogando futebol, muitas coisas se acirram... Então, beirou o racismo, a xenofobia, e assim por diante... as agressões. Isso tudo faz parte do processo educativo. E aí... que a gente tem que intercalar [sic].

R - Mas chegou a ter alguma briga, uma coisa assim séria?

E - É o que estou te dizendo...

R – É?

E – Pois é...

R - Mas contra os estudantes africanos?

E - Ah, era uma diversão, promovida entre os estudantes nacionais e estudantes da mesma classe angolanos, estrangeiros... é outro projeto que nós temos, são 54 estrangeiros que moram aqui dentro. E esses meninos gostam muito de futebol, alguns até surpreendentemente jogam bem, e aí eles se acham melhor que os brasileiros, e cria uma rivalidade, natural, mas quando ultrapassou a questão da mera... um mero lazer, aí nós tivemos que intervir com dureza... a nossa punição era prevista no regimento por exclusão... por conta de... nós preferimos transformar, foi um longo processo com advogado das duas partes, transformar o processo num processo educativo. E os alunos se comprometeram a frequentar um semestre inteiro, uma oficina, dada por uma psicóloga a respeito do assunto. Então o foco é educativo, e educativo não só para os alunos, para a sociedade. Os alunos na condição eles sofrem, e aí que está à beleza de você poder fazer a união desse povo e a formação, para eles também poderem suportar essa relação principalmente no início que é de estranhamento. E houve... e não posso garantir que nós tenhamos superado. Só teremos superado quando o país tiver superado essa... essa distância. É um começo(...)

Procurei conversar sobre este assunto informalmente com alunos e professores da universidade, que me passaram uma visão menos institucional do caso. Os dirigentes, por outro lado, pareciam estar preocupados em exaltar as suspensões dadas aos envolvidos, as reuniões feitas com ambas as partes, o pedido de desculpas formal requerido, além do curso dado aos participantes sobre diferença e preconceito racial. Talvez pelo fato das conversas não terem sido gravadas ou porque os estudantes não tinham um compromisso de passar a visão institucional da universidade sobre o ocorrido, obtive nessas conversas maiores informações sobre o incidente em

si e menos sobre a punição. Segundo estes relatos, os alunos brasileiros se irritaram com algumas provocações feitas pelos angolanos durante a partida de futebol. Ao que parece, os xingamentos eram mútuos e voltados a uma discussão mais futebolística – como regras e faltas. Mas num determinado momento da partida, aborrecidos por estarem perdendo o jogo, os brasileiros começaram a insultar os angolanos, com ofensas do tipo: “*Volta para teu país, macaco!*”, ou ainda, “*Vai se f..., seu preto-sujo, fdp!!*”. Os ânimos então se exaltaram, fazendo com que os jogadores partissem para um confronto físico.

- Quadro 22 -

Relato do professor Renato, funcionário do IPA
Conversa informal anotada no diário de campo

“O pessoal aqui não gosta muito de falar sobre este incidente. Ficou chato, sabe, para a instituição. Ainda mais aqui, que a gente tem esse monte de programa de inclusão, que é para ser uma universidade mais... Mas é chato, né? Os estudantes universitários, que deveriam ser mais esclarecidos, terem este tipo de atitude. É ruim, mas fazer o quê? Aconteceu... Mas tem outra coisa, né? Só aqui no IPA poderia ter acontecido algo assim, porque a gente permite que estes dois grupos sociais convivam juntos. A cada dia evoluímos um pouco mais, talvez seja preciso ocorrer essas coisas para vermos que do jeito que está não está bom. Isso mostra que existe uma tensão, que as pessoas não estão tão “ok” com a coisa toda, que tem muito carinho que torce o nariz para estas bolsas. Daí, numa situação assim, onde já tem uma certa rivalidade por ser futebol, onde tu fica de cabeça quente, e daí vai lá e fala o que pensa. Mas é assim mesmo, as coisas acontecem assim. Tem que ser assim. Não há o que fazer, a não ser o que foi feito. Ao colocarmos os dois grupos em disputa, mostramos o quanto as coisas não estavam tão “ok” assim. Isso acaba sendo bom, porque provoca a discussão, mostra a verdadeira face das coisas”

Ao que parece, existe uma tensão que permeia as relações dos atores sociais que compõem aquele ambiente. Nos relatos dos alunos beneficiados, toda vez a que essa questão era abordada, muitos afirmavam a existência entre os colegas de um sentimento contrário as políticas de bolsas da universidade. Neste sentido, há certa semelhança com a experiência narrada por Hermano Vianna sobre a implantação das cotas na Universidade de Chicago. Os alunos parecem partilhar da mesma visão que o professor teve quando este presenciou a chegada dos cotistas a instituição, onde segundo Vianna, sua presença era tida como a de “*penetras numa festa para o qual não foram convidados*”.

Assim como o estigma descrito por Goffman, muitos alunos beneficiados preferem esconder o real caráter do seu ingresso naquela universidade (ver Quadro 23). E esse tipo de

comportamento não é somente seguido pela equipe dirigente da universidade – haja visto a dificuldade encontrada para se ter acesso aos nomes dos beneficiados – como parece também ser incentivada. Não se pode demonstrar quem são os beneficiados, deve-se escondê-los, para que estes não sofram preconceito. Isso já é mais difícil no caso dos alunos estrangeiros, pois a língua os “desmarcara”, deixando seu estigma exposto.

- Quadro 23 -

Trecho da entrevista da Tamara, aluna de Ciências Contábeis

Ronei – Seus colegas sabem que você tem bolsa?

Entrevistada – É, no primeiro momento assim, até no primeiro semestre que a gente se conheceu, não foi se... aberto muito, entendeu? Assim, nunca ninguém perguntou, até acho que não era bom falar, sabe?(...) Eu sou da primeira turma de bolsistas, então não tinha aquela... só que não tinham conhecimento que tinham alunos negros que ganhavam bolsa 100%. Eles não tinham esse conhecimento. Tem muitas pessoas que estudam aqui e que até hoje não sabem. Então, não tive maiores problemas quanto a isso entendeu? Eu até fiquei sabendo que 2 colegas meus que também não se manifestaram. Como eu nunca me manifestei, “oh, eu tenho bolsa e tal, integral”, entendeu? Não foi o que eu fiz também, entendeu? Porque nunca ninguém perguntou pra mim e eu também não fui abrindo assim. Porque eu sei que gera uma grande indignação, né? As pessoas que pagam pelo curso não entendem, não querem saber, não acham justo que elas têm batalhar para pagar a faculdade e a gente “ganha tudo de graça”, entende? Agora tá um pouco mudado, tem mais gente, mais bolsista. O pessoal já se acostumou com a idéia, mas eu prefiro não falar. Sabe como é, prefiro não dar corda, sabe? Prá não entrar em conflito, em discussão.

Os alunos beneficiados preferem, sempre que possível, “esconder” seu estigma, porque sabem que a revelação sempre vem acompanhada de polêmica. Essa, no entanto, parece ser uma atitude mais comum nos alunos que iniciaram o programa. De um modo geral, todos os entrevistados admitem que não escondem o fato de ser bolsistas, mas procuram não expor isso indiscriminadamente. Outra observação interessante é perceber que a maioria dos relatos afirmam que o número crescente de bolsistas permitem hoje, uma maior facilidade de expor o assunto, na medida em que há uma espécie de coro defensor. No início, o aluno bolsista era isolado, em menor número, e seu discurso soava solitário contra a maioria das opiniões contrárias.

Ao que parece, a freqüente discussão provoca outro fenômeno: a retração dos opositores. Mesmo apesar de ainda haver um conflito ideológico sobre a questão das cotas, a tensão parece estar sendo diminuída na medida em que o número de alunos beneficiados crescem na sala de

aula. O grupo atual parece não se preocupar tanto em esconder seu “*estigma*”, e por já comporem um número representativo no corpo discente da universidade, estes alunos aumentaram sua autoconfiança quando precisam tratar do assunto. Mas ainda assim parece haver outra barreira a ser vencida: não somente os colegas são contra ao programa, mas parte do corpo docente. Alguns alunos contam que seus professores não estão preparados para lidarem com esta situação, e, recorrentemente encontram-se em circunstâncias constrangedoras ou conflituosas (ver, por exemplo, relato do Quadro 24).

A presença dos alunos negros nas salas de aula, de certa maneira, inibe a reiteração de estereótipos ou de conceitos racistas. Ao questionar o professor sobre a procedência das informações, por não concordar com elas, o aluno causou um constrangimento social. A relação entre professor e estudante é dada normalmente em uma só via, no qual o docente é o emissor e ao aluno cabe o papel de receptor. Esse padrão é quebrado sempre que um questionamento é feito. Nesse caso específico, a presença do aluno beneficiado provocou uma ruptura dessa corrente. O aluno não acusou diretamente o professor de racista, mas indagou se esse não estava reiterando um conceito preconceituoso, ou seja, simplesmente o reproduzindo sem analisá-lo. Assim como numa questão de gênero, onde se predispõem padrões e limites entre homens e mulheres, afirma-se absurdamente que brancos e negros compõem um biotipo diferente, e que essa diferença os molda melhor para um serviço do que outro. Como podemos averiguar, a reprodução da diferença é tácita, já existe, e não foi provocada pela presença de um negro bolsista. Do contrário, ela serviu para interromper o ciclo.

Alguns críticos à lei, assim como abordado anteriormente, afirmam que a presença de alunos cotistas irá contribuir para o aumento do racismo. Mas essa visão acaba por ser reduzida, não assimilando o real problema: o racismo já está lá, presente, e a única coisa que talvez possa aumentar é a acusação por parte do discriminado das ações racistas. Evidentemente, a tensão irá aumentar, mas isso se deve ao fato de que os dois grupos serão postos em contato. Os negros não irão trazer o racismo com eles, mas exacerbarão as atitudes racistas sempre que as identificarem (como descrito no relato do Quadro 26).

Ou seja, numa tentativa de diminuir esta tensão, alguns colegas procuram “*branquear*” o colega negro para aproximá-lo da situação. Assim como no século XIX, o conceito de “*negro de alma branca*” retorna, para demonstrar que a “*evolução*” do negro está na “*capacidade de imitar o branco*”. Como vimos no capítulo II, a história se repete na medida em que não conseguimos admitir uma relação igualitária entre as duas classes étnico-sociais. Na época da escravidão, os europeus procuravam meios para explicar a superioridade branca sobre os demais povos, afirmando que “*algumas raças estavam pré-destinadas a serem dominadas*”. Com estudos científicos que defendiam a existência desta diferença, a assimilação dos estereótipos perdura até hoje. Por

- Quadro 24 -

Trecho da entrevista do aluno Evandro, do curso de Educação Física

Ronei – Tu sentiste alguma vez discriminado dentro da faculdade lá, até pela questão da própria bolsa assim?

Entrevistado - Com certeza. Como eu te disse, primeiro essa questão de sala de aula assim né, aquela coisa que as pessoas debatendo ali um pouco revoltadas, e muitas vezes falando: “ não porque tu tem 100%, porque que eu tenho 50%?” “por que que só tem que ser pros negros?”. E também... e muitas vezes assim não diretamente, não aquele preconceito direto de alguns professores, mas aquela coisa de tu estar... eu acho que quando o professor, enquanto formador, eu acho que tu tem que te preocupar muito com uma série de coisas. Óbvio que a gente nunca é perfeito, a gente sempre tá procurando, mas é aquela coisa de tu reproduzir algumas coisas preconceituosas. Que muitas vezes tu não te dá conta, ou de tu trazer informações que possam te levar a alguma percepção diferenciada do que não é real. Por exemplo, que eu ouvi durante o meu curso: “negro não desenvolve na natação porque tem os ossos mais pesados”, enfim e tal, ou até “uma questão de musculatura”. No 1º semestre que eu ouvi o professor eu ouvi isso e tá né, fiquei quieto, não concordei muito, mas enfim, eu não tinha base. Só que daí no 1º semestre, no 2º semestre a gente entra na faculdade e é outro processo e a gente começa a ouvir muito que o que, que a gente só deve dar credibilidade para informações que tenham, que sejam científicas né, que tenham embasamento teórico e tal. E aí foi nesses momentos a partir disso e depois de uma base que eu comecei a indagar: “mas vem cá,” até por aquela questão de não agredir né, “eu me interesse por isso, tu podia me indicar algum livro, algum artigo em si, alguma revista científica que fale sobre o assunto?” Ah, e aí tu já gera uma imposição no professor né, “pois é meu amigo, é complicado, eu estou numa instituição de ensino superior e ainda não me formei”, “ah, mas eu aprendi que a gente só deve dar resultado por informações que tenham cunho científico e tal”(…) E outra coisa, eles não tem uma preparação especial do corpo docente, dos funcionários, uma preparação, uma sensibilização pra... pra filosofia da instituição. Não acontece aquilo: “não, eu vou me preparar, vamos sentar e vamos conversar”. Não. Tu chega lá, tu sabe que... que isso acontece, dessa forma. E aí é complicado, porque também as pessoas também não têm muita consciência de: “eu tô aqui, eu não tô com fulano, eu sou funcionário da casa, e a casa acredita nessas...”. E às vezes é complicado para muitas pessoas, e eu via esse olhar, muitas vezes eles te de tratam em algum atendimento assim né, aquela coisa. Mas eu acho que muitas vezes pelas pessoas não terem se sensibilizado, elas nem se reconhecem, nem reconhecem isso assim é... às vezes é a questão da reprodução. Às vezes a pessoa não se diz racista, de repente nem seja realmente, mas ela reproduz.

- Quadro 26 -

Trecho da entrevista da aluna Deise, do curso de Farmácia do IPA

Ronei – Teus colegas sabem que tu tem... uma bolsa?

Entrevistada - Todos.

R - É? E aí como é que é a relação?

E - É... É nefrálgica. Porque eles acham que eu não tenho que ter bolsa porque eu sou negra. Eles acham que as bolsas têm que ser para quem é pobre. Daí: “ai negro, então tá discriminando os brancos”, não é? Daí... daí eu já expliquei que eles tem uma dívida conosco desde a época, que nem os pais deles, e nem os avós eram nascidos, de que o negro não tinha acesso (...) O sistema... essa... essa... na verdade é até hoje, 80% da população miserável é negra, entende? Então não... eu falei para eles que estaticamente, entende? Noventa e oito por cento da universidade federal é constituída por brancos e o restante é por negros, porque o negro não quer estudar. Não, ele não se dá o direito de querer ou não, ele não tem essa possibilidade. É que a realidade deles é diferente, é... é... daí eles ficam com raiva porque eles não conseguem assimilar uma coisa que eles não viveram. É que nem tu dizer para uma criança, “não faz isso”, ela vai fazer, ela só vai aprender com a dor. (...) Eles acham que eu não sou negro, que eu não sou negra, “aí, tu não é negra”, mas porque que eles não... eles acham que é demérito ser negro, eles querem embranquecer, tu entende? Então daí tu tem que conscientizar pessoas que já não querem te aceitar como negro.

isso, quando um aluno negro não se porta como o estereótipo o define, este é acusado de ser branco. Ou de pelo menos, possuir uma “*alma branca*”.

A relação dos alunos beneficiados com seus colegas percorre algumas fases. A primeira é a de estranhamento, de acusação ao falso-mérito. Esta etapa inicial coloca em xeque todos os conceitos racistas e a reprodução de argumentos do senso comum contrários à medida. Há a discussão, que pode até ser sadia, pois o debate permite a troca de informações e experiências sobre aquele determinado assunto, gerando um aprendizado de ambas as partes. A partir disto, passa-se para outra fase, onde mesmo que as posições pessoais não seriam alteradas, os atores devem aprender a conviver. Aqui a relação torna-se mais complexas, pois há um acúmulo ideológico que vai sendo interiorizado, e que pode ser exposto a qualquer momento. Como exemplo mais radical, temos o caso da quadra esportiva. Os alunos brasileiros não estavam tão confortáveis com aquela situação e expuseram sua indignação num momento de ânimos exaltados. Mas essa explosão permite a queda do véu do racismo dissimulado, da falsa democracia racial. Então, o aluno deixa de usar o escudo dos argumentos prontos e passa a relatar aquilo que realmente pensa. Talvez esse seja o momento de maior tensão. A terceira etapa é mais demorada, na medida em que certos aspectos da medida começam a ser compreendidos pelos diversos atores

sociais. A maior representação dos alunos beneficiados no corpo estudantil permite a este uma voz mais ativa e menos dissimulada. Nesta fase, o estigma passa a ser superado, e os momentos de discussão passam a ser mais freqüentes, pois as relações se complexificam.

Não há, pelo menos ainda, uma fase de aceitação completa, de relações harmoniosas, e talvez nunca haja. Mas a presença dos alunos beneficiados provoca uma reação de movimento, que combate a inércia da estratificação social. O debate fica mais rico, e as relações tornam-se mais tensas. A convivência também apresenta aspectos positivos, como o melhor entendimento do grupo social estigmatizado. A imagem estereotipada tende a ficar igual na medida em que o grupo continua sendo representado desta forma. Mas, ao obrigarem a coexistência no mesmo espaço, dividindo e compartilhando as mesmas tarefas, essa imagem tende a representar melhor a realidade. Tomo como exemplo, apenas para ilustrar esta passagem, uma experiência pessoal. Uma prima muito nova havia visitado a fazenda de minha avó pela primeira vez. Espantou-se ao ver uma galinha, e prontamente indagou a sua mãe que bicho era aquele. Sua mãe respondeu que se tratava de uma galinha, e surpreendentemente, esta foi retrucada pela filha. A menina disse que era impossível aqueles seres serem galinhas, afinal ela já havia as visto no supermercado, e elas não tinham aquele aspecto. A verdade é que ela nunca havia visto uma galinha viva, apenas as embaladas prontas para o consumo. Deste modo, os negros presentes na universidade provocam uma reação similar nos colegas. Eles não seguem os padrões dos estereótipos representados no coletivo social, e por isso, são acusados de serem “*brancos disfarçados*”.

Mas no IPA, os percalços da relação entre alunos e beneficiados não resumem-se apenas na reiteração de estereótipos e discussões sobre mérito das cotas. Como vimos anteriormente, o estatuto da bolsa da universidade é um tanto diferente da Lei Paim, o que em parte, o distancia da maioria das críticas. Mas esta imunidade não cobre o ponto mais discutido entre os universitários que é exatamente o único benefício que a bolsa concede: a isenção da mensalidade. Os alunos não admitem que seus colegas beneficiados “*merecem*” receber este benefício “*somente por serem negros*”. Os alunos criticam o beneficiado como um portador de falso estigma. Para estes alunos, os problemas enfrentados pelos negros não são piores nem maiores vividos pela maioria do cidadãos, o que os desqualifica a ganhar tal incentivo. “*Problema por problema, eu também tenho os meus, mas tu não me vê aí pedindo esmola ou faculdade de graça*”, como me disse um aluno em uma conversa informal. Ou seja, há o que poderíamos chamar de uma “*desvalorização do sofrimento*”, onde não se percebe porque estes negros mereceriam receber uma faculdade de graça. Esse mérito é um pouco diferente da bandeira levantada no resto do país. No IPA, o aluno beneficiado concorre a uma vaga no vestibular sem distinção nenhuma. A bolsa é dada àqueles alunos negros, carentes, que conseguiram aprovação na prova. Não há diferença entre as notas mínimas. Desta maneira, a reclamação concentra-se no benefício de não precisarem pagar pela

mensalidade imposta aos outros alunos. Os alunos parecem não conseguir entender a dimensão da medida, ou ao menos seus propósitos. Muitos se referem ao benefício como uma jogada de marketing da universidade, ou até mesmo uma política modista. O trecho da entrevista do Quadro 27 praticamente sintetiza este ponto.

- Quadro 27 -

Trecho da entrevista da aluna João, do curso de Enfermagem

“Alguns colegas sabem que eu tenho a bolsa do CECUNE. Assim, até quando foi no primeiro semestre, ou no segundo, que a gente entrou assim, nessa discussão sobre cotas e tal – e eu particularmente eu sou a favor. E tem uns colegas que falaram para mim - “Ah, eu sou contra porque se tu tem direito eu também tenho direito branco, e branco também certas coisas são discriminados, vocês tão se auto... auto criticando. Se tendo preconceito contra si próprio, contra vocês mesmos, dentro dessa bolsa”. Eu disse: “eu não to, eu não acho isso... isso... errado da minha parte de eu entrar no... no... conseguir bolsa. Por que eu entrei no vestibular igual a vocês.” Sabe o pessoal, questiona, porque que eles também não podem ter bolsa, entendeu? Eles acham que também merecem bolsa, porque é difícil pagar a universidade. O que acontece é o seguinte: eles dizem, todo mundo tem problema, porque a gente deveria achar que nossos problemas são maiores do que os deles. Só porque é negro sofre mais? Eles acham que não, é isso que o pessoal pensa, que fala. A verdade é que ninguém quer pagar, todo mundo quer estudar de graça. Chegam a falar: “Se é para não pagar a universidade, também quero ser negro”

O discurso do racismo projetado nos negros, como se fosse algo que partisse deles, o mito da auto-discriminação, a falta do “*mérito do sofrimento*” para serem “*dignos*” de ganhar a bolsa e até mesmo, brancos querendo ser negros. Esses são os discursos mais recorrentes nos corredores do IPA toda vez que o assunto é trazido a tona. Mas, de todas as falas, talvez a mais surpreendente é o fato de alunos brancos de classe média dizendo que gostariam de ser negros para não pagar a universidade. Há uma certa ironia nesse discurso, assim como na crítica ao problema de definir quem é negro. Neste sentido, o que melhor sintetiza esse conceito é a idéia de que “*a Lei não funcionará porque alunos brancos se passaram por negros*” e que essa possível fraude inviabilizaria o sistema. Há uma inversão de papéis, onde talvez pela primeira vez no país, as pessoas declaram-se negras para terem acesso a um benefício exclusivo. Este passa a ser um fato inédito no Brasil, pois até agora nenhuma política inferiu tal sentimento. Mesmo que seja um discurso superficial, com um forte tom de deboche, essa fala admite no mínimo que, por ter esse benefício, é bom ser negro. O formato dessas políticas promove a imagem do negro

a outro nível, definindo-o como um indivíduo que tem um acesso facilitado aos processos de “*alavancamento*” social.

Cabe lembrar que desde a abolição da escravidão o negro nunca teve seu acesso facilitado aos bens de produção de nossa sociedade. O contexto exposto no final do século XIX era de uma imigração em massa de europeus para ocupar as tarefas executadas pelos escravos, mas com a diferença de receberem salário por isso. Além disso, em zonas de baixa densidade populacional, muitos desses europeus ganharam terras gratuitamente, apenas para povoar o Brasil. Tais tipos de políticas não foram sequer cogitadas para os negros, em nenhum momento de nossa história. Mas mesmo admitindo que este benefício é algo bom, caso fossem negros, os brancos apresentam uma visão imediatista da situação. De acordo com Edward Telles e Stan Bailey, que realizaram uma pesquisa de opinião sobre o sistema de cotas nos EUA e no Brasil (TELLES e BAILEY, 2002), tendo como amostra pessoas brancas e negras, a grande maioria dos brancos é contrária a tais políticas por não poderem enxergar a necessidade de sua implantação.

Os estudantes do IPA parecem ter uma opinião bastante contundente sobre o tema, sobretudo por estarem vivendo esta realidade. Assim como na pesquisa de Telles e Bailey, os alunos brancos parecem não conseguir ver os motivos que compõem tal medida. Para eles, ser negro não é carregar um estigma, ou ao menos, não o suficiente para terem isenção de mensalidade numa instituição de ensino superior. Mas o que estes estudantes não conseguem perceber é a dimensão que o racismo possui, e como ela atua na vida de do indivíduo estigmatizado.

Quando entrevistei os alunos beneficiados, perguntei a todos se já haviam sofrido algum tipo de preconceito, dentro ou fora da universidade. Todos tinham um relato a fazer, uma história a contar. Na maioria dos casos, a resposta era afirmativa para os dois contextos. Ser negro dentro ou fora da universidade significava passar por situações que normalmente, nenhum branco experimentou. Não só nas entrevistas tive contato com esse tipo de relato. Durante o encontro com os estudantes beneficiados, promovido pelo CECUNE, muitos deles se queixavam, no grande grupo, de situações vividas que demonstravam o preconceito contra o estigma imposto a eles por uma sociedade racista. Não há como medir tal tipo de vivência em números, e muito menos procurar hierarquizar os diferentes tipos de racismo, mas o que todos concordavam é que em diversas situações, ser negro significou ser discriminado. Dentro desta realidade, quando levemente brancos acusam os beneficiados de serem portadores de um falso mérito, de não terem razões suficientes para adquirem tal direito, os mesmos reclamam o direito para si. Independentemente da questão do direito, ou do mérito do benefício, não parece haver uma conscientização clara dos propósitos de tal medida. Na reunião com o CECUNE, um dos beneficiados levantou a mão, pediu a palavra e falou aos dirigentes da organização (ver Quadro 28):

- Quadro 28 -

Relato de um aluno beneficiado na reunião do CECUNE

Dado anotado no diário de campo

“Eu só gostaria de falar uma coisa. Acho muito legal esse trabalho que vocês estão fazendo, acho que é válido e tal, falar sobre o movimento negro, sobre nossa história... enfim, sobre os problemas que temos. Mas acho que tudo isso é muito voltado para nós, os brancos não vêem isso. Acho que tinha que ter mais esquemas como esse para os brancos verem, para eles saberem o que acontece. Tenho muitos colegas que não entendem as coisas, não sabem da bolsa, não concordam. A gente até tenta falar, tenta expor porque é importante. Mas não é a mesma coisa. Tinha que ter outras pessoas falando, mas falando para eles. Tipo hoje, vocês nos trouxeram aqui, fizeram palestras sobre o movimento negro, mostraram o filme e tal. Tinha que fazer isso para os brancos. Sei lá, não quero que vocês me levem a mal, mas eu já sei dessas coisas. Sabe, a gente sente o preconceito na pele, no dia a dia. Mas os brancos não, eles vivem em outro mundo, em outra realidade. Eles não conseguem dar valor, ou não entendem as coisas porque não acontece para igual para eles. A gente tinha que promover esse tipo de encontro aberto a todo mundo, para os brancos verem qual que é a real, verem que a gente não está pedindo nenhum absurdo.”

Os dois membros da equipe dirigente presentes na sala procuraram ressaltar o encontro daquele dia não tinha como principal objetivo conscientizar, mas sim promover o movimento negro, dar maior força ao grupo. No entanto, algumas pessoas manifestaram-se em apoio ao desabafo daquele aluno. Uma ampla discussão foi aberta, procurando criar meios que pudessem divulgar melhor a realidade e as vicissitudes sofridas por alguém que é negro. É interessante ressaltar que o próprio CECUNE nasceu deste tipo de atitude. Na conversa que tive com uma das fundadoras da organização, ela me relatou que desde o princípio, promover a maior conscientização sempre foi uma preocupação da entidade. Ela me contou que, não diferente, as primeiras reuniões foram marcadas pelo “*choro*”, desabafos e mágoas. Mas, segundo ela, percebeu-se que este tipo de encontro é útil, mas pouco produtivo. Então procuraram deixar a troca de experiências um pouco de lado e partiram para a promoção do movimento negro, através de um trabalho que procurasse promover o melhor acesso a educação a esta parcela da população. Coincidência ou não, o CECUNE tem em suas mãos atualmente, a organização e manutenção do programa de cotas de uma universidade particular da capital.

Em uma outra sala, o debate era similar, e procurava encontrar meios de melhorar a relação com os colegas universitários. O principal foco era definir quais os melhores meios para dissuadir os argumentos contrários, e talvez com isso, melhorar a conscientização dos demais alunos. Esta discussão ganhou fôlego quando, no encontro, um dos alunos questionou

qual seria a melhor maneira de responder as acusações dos colegas sobre o demérito da bolsa. Os argumentos de confrontação de defesa eram marcados pela reprodução do discurso da segregação histórica, aprofundada na discussão sobre as raízes e o funcionamento do racismo. Inclusive, em detrimento de uma intensificação do diálogo, reflexões teóricas foram abordadas a fim de fornecer “*munição*” aos beneficiados contra a argumentação contrária. Das inúmeras e diferentes abordagens teóricas existentes é possível discernir dois pólos de argumentação que se opõem. De um lado, pode-se verificar uma tradição basicamente sociológica, que se concentra na análise das relações entre negros e brancos, e mais especificamente no aspecto da desigualdade social entre estes grupos étnicos. Do outro lado, apresentou-se uma série de estudos que partem para preocupações e concepções mais voltadas a história, escravidão e colonização.

Em vários momentos das análises das relações entre alunos e beneficiados, fez-se comentários sobre a força do preconceito. Como vimos no relato anterior, não somente os colegas, mas professores e funcionários parecem estar despreparados para atender este tipo de demanda. A respeito do fenômeno em si, provavelmente a relação direta dentro deste contexto produz um modo específico de discriminação. Os entrevistados foram enfáticos ao analisar a relação com os colegas, definindo como um agravamento real das tensões raciais expressas nos diversos mecanismos de interação social. A representação contínua da desigualdade, ou do olhar preconceituoso, atribui as dificuldades de relacionamentos, e provocam desajustes e o fenômeno da auto-segregação. Inclusive nas entrevistas, o tema sobre as dificuldades de relacionamento, quando abordado, era preciso ser constantemente retomado, dada a rejeição implicada no cunho da questão.

Um dos alunos relatou-me que certa vez passou por um episódio perturbador no interior da universidade. Era seu primeiro semestre como aluno, e ele ainda não havia desenvolvido laços de amizade com nenhum dos colegas. Essa, aliás, é uma característica bem comum nas universidades particulares que trabalham com o sistema de matérias. A cada disciplina o aluno divide a sala com uma turma diferente, e a cada semestre, as turmas mudam. Dessa maneira, é difícil ter as mesmas pessoas como colegas por um longo período, e isso distancia as relações. Esta distância é maior principalmente no início da vida acadêmica, pois ao longo dos anos, você reencontra colegas antigos de matérias já cursadas. Por isso é comum, durante o intervalo, haver pequenos grupos de pessoas reunidas, e muitas outras sozinhas. Então toda vez que a sirene tocava chamando os alunos para o recesso, Josiel saía da sala e se refugiava num dos diversos bancos espalhados pelo pátio da instituição. Numa destas vezes, os bancos centrais estavam ocupados, e por isso Josiel resolveu caminhar pelos corredores da universidade. Achou um outro banco afastado, isolado do pátio central, e por isso, vazio. Sentou-se nele e esperou a som da campainha chama-lo de volta para a aula. Após alguns minutos ali, Josiel nota a aproximação de

dois seguranças da universidade. Ele observa os funcionários, que caminham em sua direção. Ao chegar próximo, um deles aborda Josiel, perguntando o que ele estava fazendo ali, sentado no banco. Josiel não entende o objetivo da pergunta, pois ele era um aluno, era hora do intervalo, e ao menos a ele a situação parecia óbvia. O aluno então responde a pergunta dos seguranças com outra pergunta: “*Por quê?*” – indaga Josiel aos seguranças. Um deles olha para Josiel e afirma que ultimamente tem ocorrido assaltos dentro da universidade e que para evitar este tipo de problemas, eles abordavam algumas pessoas no interior da instituição, que pudessem eventualmente, “*ter uma atitude suspeita*”. O funcionário então explica: “*Sabe como é que é... é para tua própria segurança, tu pode até ser um aluno, mas não tem como a gente saber se não perguntar, certo?*”. Josiel então decidiu colaborar, e perguntou aos seguranças como ele poderia ajudá-los. Estes apenas perguntaram qual o curso que ele estava fazendo, quem era seu professor e qual a sala que ele estava estudando naquele momento. Após responder o interrogatório, Josiel levantou-se e dirigiu-se a sala de aula. Olhou para trás e viu que, disfarçadamente, um dos seguranças o seguia. Ele foi até a sala de aula, sentou-se e lá esperou até o sinal marcar a volta do intervalo.

Após narrar-me este episódio, Josiel questionou-me: “*Que atitude suspeita eu estava tendo? Apenas estava sentado num banco esperando a hora do intervalo acabar? Agora um negro não pode sentar-se afastado sozinho que é um assaltante preparando um crime? Que coisa, depois daquilo, preferi ficar na sala de aula durante o intervalo, ou pelo menos ficar em pé na rua, perto de outras pessoas. É muito chato essa situação, não consigo parar de pensar que se eu não fosse negro... se a atitude deles seria a mesma, sabe? Se fosse um branco lá parado, será que eles iriam lá ver qualé que é?*”. É difícil tentar responder qualquer uma destas questões. Esta é uma das características do racismo velado, pois ele permite inúmeros desdobramentos e interpretações de uma situação, o que acarreta no distanciamento do problema real. A atitude dos seguranças foi realmente aleatória? O fato de o aluno ser negro contribui para a desconfiança dos funcionários? Será que alguma vez eles já abordaram um aluno branco que estivesse sentado sozinho em um banco afastado? Essa experiência me remete a uma situação similar, quando um segurança me abordou na mesma universidade. Eu também estava sentado num banco, sozinho, esperando pelo próximo aluno que seria entrevistado. Mas, talvez a única coisa que difere minha experiência deste aluno é o fato de que eu, na hora que fui abordado, não estava sentado, mas sim olhando de um lado para outro, tentando avistar o aluno que havia marcado horário comigo. Talvez minha atitude fosse como a de “*um turista perdido*”, e isso chamou a atenção do segurança. De fato, a abordagem dele começou com a pergunta “*posso ajudá-lo?*”, diferente do “*o que você está fazendo aí?*” que foi questionado ao aluno Josiel. Neste sentido, parece que o preconceito racial tende a desenvolver-se como conseqüência natural do contato intermitente ou contínuo de pessoas

ou grupos de pessoas sempre que as condições de desigualdade econômica e social contrastam marcas raciais discrepantes. Pressupondo, implicitamente, que existem grupos étnicos e raciais bem consolidados que se reconhecem como tais, a manifestação do preconceito é apresentada, nesta linha de argumentação, como um dado que se deve diretamente à relação direta dos dois grupos. A subordinação das idéias e da função social de cada grupo faz com que exista uma influência sobre a valorização e a depreciação de tipos humanos e, desta forma, a categorização, a estereotipagem e a delimitação de fronteiras grupais. De todo modo, a experiência vivida por Josiel demonstra a tênue linha que separa brancos e negros no campo social. Um mesmo comportamento, uma mesma situação pode ser compreendida de duas maneiras bastante distintas. A respeito do fenômeno em si, provavelmente a relação direta do modo de absorção das idéias comuns faz com que um indivíduo julgue a situação sobre preceitos arcaicos, mas até hoje ainda pertinentes nessa lógica. As manifestações de preconceito e discriminação perpetuam a expressão dos mecanismos de desigualdade.

Outro caso similar a este ocorreu com o estudante João Paulo. Ao passar no vestibular e saber que fora aprovado para a bolsa do CECUNE, João Paulo passou pelo ritual imposto aos recém aprovados. No primeiro dia de aula, os alunos mais antigos promovem um evento a fim de receber os novos alunos. Sabendo que seria vítima de trotes, que incluía a tradição ser todo pintado com tinta, João Paulo decidiu participar da comemoração com sua pior roupa, a mais surrada, porque provavelmente ficaria toda manchada e não teria outro destino a não ser o lixo. Após este “*batismo*”, João Paulo decidiu limpar-se, e para isso, dirigiu-se até um banheiro que eles haviam preparado para este fim. Chegando lá foi abordado por dois alunos (ver relato do Quadro 29).

- Quadro 29 -

Trecho da entrevista do aluno João Paulo, do curso de Fisioterapia

“Era o dia do trote aqui do IPA, eles nos pintaram todos... aqui na frente coisa... a gente foi pegar dinheiro nas esquinas, aquela coisa toda, quando eu voltei, eu tinha colocado uma roupa velha pra isso né... quando eu voltei pra me trocar aqui no IPA, tem um quarto de banho ali no ginásio, e eu entrei ali todo pintado e coisa... e tinha limpado o rosto e o cabelo já né, mas a roupa tava cheia de tinta, o tênis cheio de tinta, e tinham 2 garotos do... que estudam aqui... aí um deles me perguntou: “bah tu tá trabalhando... aonde é que vocês estão pintando e não sei o que...” Ele achou que era funcionário, pode?”

Por estar com aparência toda suja de tinta os alunos logo assumiram que João Paulo não passava de um pintor. Mesmo que estivesse claro que aquele era o dia do trote, que os novos estudantes seriam todos pintados, a primeira reação daqueles alunos ao verem João Paulo foi pensar que tratava-se de um funcionário envolvido em alguma obra na instituição. A análise deste episódio pode ser resumida em dois pontos: a discriminação e os preconceitos raciais adquirem significados e funções dentro de uma estrutura de hierarquia, onde é impossível, ou ao menos, muito difícil, admitir o negro como um indivíduo capaz de ocupar espaços predominantemente preenchidos por brancos; e, as práticas racistas que perpetuam a subordinação dos negros funcionalmente ligados à prestação de serviços relacionados a desqualificação competitiva.

As reflexões teóricas partem da premissa de que existem limites fixos na divisão de trabalho, benefícios e direitos distintos entre os grupos étnico-raciais. A construção do discurso crítico alerta para as conseqüências do fenômeno do racismo, sobretudo na questão das delimitações destes grupos. O papel assumido pelo negro, dentro de um estereótipo difundido, fortalece uma idéia essencializada pela diferença, provavelmente por constituir os limites rígidos de ocupação e apropriação das camadas econômicas. De qualquer forma, é perceptível que há uma nítida diferença nestas relações ao longo dos anos, e isso se deve principalmente pelos espaços que os movimentos negros adquiriram. Em detrimento dos direitos que estes grupos reivindicam, uma situação como esta do IPA expõe o racismo, mas na medida em que é denunciada, também o neutraliza de certa forma (neste sentido, veja a resposta de João Paulo para este caso no Quadro 30). Evidentemente, a essencialização das categorias presente nos discursos pode aumentar os conceitos de diferença, mas este tipo de postura também serve para desmascarar os mitos, na medida em que os dois grupos são colocados em contato de uma maneira não estereotipada. O convívio dos alunos beneficiados com os demais atores sociais da universidade tende a simplificar e distorcer o fenômeno do racismo em si, pois oferece uma melhor interpretação das complexas questões sobre identidade. Naquele momento, os dois alunos tiveram o contato com as armadilhas impostas pelo estereótipo, e por causa disso, perceberam que nem sempre – ou quase nunca – ele se afirma. João Paulo, apesar de estar com roupas velhas e sujo de tinta não era um pintor a serviço da universidade, mas sim, um aluno, um colega. A não reiteração dos estereótipos no cotidiano quebra com a representação metafórica de uma imagem figurada do velho conceito clássico de raça, mais especificamente relacionado ao negro. Isto implica, simultaneamente, numa reformulação destes conceitos. João Paulo, por exemplo, aproveitou a ocasião para demonstrar sua indignação com os colegas, e ao denunciar o racismo dissimulado e talvez não intencional dos alunos, provocou um constrangimento social que, no mínimo, promove o avanço das fronteiras das posições sociais da imagem do grupo negro.

Anteriormente citei o exemplo do aluno Fábio., que tornou-se monitor de seu curso.

- Quadro 30 -

Trecho da entrevista do aluno João Paulo, do curso de Fisioterapia

“Daí eu disse, eu disse pra eles “não, olha só meu, vou te dar uma notícia, talvez seja muito boa ou talvez ruim pra ti: tem muito negro que é estudante hoje, e vocês vão ver isso muito. E assim oh, eu não... eu não sou pintor, eu sou aluno da fisioterapia do IPA. Tu ta enganado né”. Aí ele: “ah, não... Me desculpa...”. Daí eu: “Não, eu não sei se eu te desculpo, ou melhor, eu vou te desculpar pelo o que, né? Porque tu acha que todo negro tem que ser pintor ou tem que estar aqui carregando pedra por estar dentro da faculdade, né? Mas eu vou deixar tu pensando sobre isso só e vou te dizer uma coisa, agora vocês vão ter que nos engolir, tem muitos, tu vai ver muitos aí. Procura não confundir mais”. Foi isso que eu passei pra ele naquele dia assim. Isso já na minha 1ª semana de faculdade”

Apenas para lembrar, o aluno-monitor funciona como um professor-substituto, que dá aulas de reforço a outros alunos. Fábio relatou em sua entrevista as vicissitudes que ele encontrou por ser um monitor negro. Em algumas ocasiões, os alunos que deveriam ter aula particular com ele não o reconheceram como monitor. A dinâmica das aulas com monitores funcionava da seguinte maneira: os alunos iam até a secretaria de seu curso e solicitavam aulas de reforço com os monitores; lá recebiam o nome do monitor indicado pelo professor da disciplina, bem como seu telefone; os alunos então ligavam para o monitor para marcar as aulas, normalmente feitas nas salas de estudos da biblioteca. Ou seja, normalmente o primeiro contato pessoal entre aluno e monitor se dava somente na primeira aula. Fábio contou que, em algumas vezes, ficou na sala de estudos esperando pela chegada dos alunos. Estes alunos compareciam, avistavam-no na sala, mas não o identificavam como monitor. Muitos deles ficavam do lado de fora esperando, olhando no relógio, esperando a chegada do monitor. As salas de estudo da biblioteca são compostas por paredes de vidro, de modo que fácil visualizar se há uma pessoa dentro ou não. Para Fábio, aqueles alunos não viam nele o perfil de um monitor. Ele se surpreendia com o fato de que nenhum deles entrava na sala e perguntava se ele era o monitor. Alguns deles chegavam a perguntar para os atendentes da biblioteca se a sala foi realmente reservada pelo monitor, ou se ele costumava se atrasar. Fábio dizia que mesmo tendo reconhecido pelos livros que aqueles alunos eram os que tinham hora marcada, não ia ao seu encontro, porque pelo seu entendimento, se ele estava na sala no horário designado, com o material disposto na mesa, não era difícil aos alunos chegar à conclusão que era ele o monitor (relato descrito no quadro 31).

As “*fronteiras étnicas*”, ao mesmo tempo em que limitam a perspectiva explícita dos estereótipos, “*cegam*” o olhar para a realidade explícita. Fábio tem problemas para ser reconhecido

- Quadro 31 -

Trecho da entrevista do aluno Fábio, do curso de Fisioterapia

“Teve alguns dias que eu tava no laboratório, nas salas de estudo da biblioteca, e algumas pessoas que não me conheciam ligavam “ah eu quero marcar contigo, me falaram que tu é um bom monitor, não sei o que”, “ah, mais tem outras pessoas monitoras”, “não tem que ser tu, porque me disseram que tu é muito bom”, “tá tudo bem”. Aí teve essa vez, não foi a única, mas foi uma das primeiras. Marcaram comigo na sala né, e eu fiquei esperando no horário, marquei às 2 hora da tarde, fiquei sentado na sala. E vieram 4 meninas brancas, elas entraram, passaram pelo corredor, olharam pra dentro da sala, passaram daí... se... eu vi que era elas, pelos livros e tal. Eu entendi que eram elas e eu fiquei ali, eu não vou falar nada, né? Eu marquei aqui dentro da sala, eu tô aqui dentro da sala sentado, só pode ser eu, né? E daí elas passaram, ficaram do lado de fora no corredor, aguardando. Ficaram aguardando uns 15 minutos ali. E eu tava com os livros abertos, eu tava estudando. Continuei, né? Aí, elas foram no... no laboratório de anatomia, que é em frente praticamente da sala que eu tinha marcado, bateram na porta e aí perguntaram pra minha supervisora, perguntaram primeiro para a atendente, que chamou minha supervisora. Daí falaram com ela “a gente tá esperando o monitor, o F., há 15 minutos, ele marcou com a gente, na sala na frente ali, e só tem um rapaz ali”, aí ela falou mais, ela foi até ali, “tá aqui o F. gurias, esse aqui que é o F.”. Aí elas, “Ah tá”. Quer dizer, talvez tu pense, não, que não foi por eu ser negro. Mas cada um interpreta como quiser essa história... na cabeça das pessoas, né? Tá na consciência de cada um, porque não... não.. eu marquei ali, eu estava ali no horário, porque não... não foram falar comigo né? Simplesmente não foram. E não foi a única vez, teve outros casos similares, mas daí depois eles aprendem que um negro também pode ser monitor.”

como monitor, até que sua posição seja legitimada por outra pessoa. Este exemplo demonstra como podemos facilmente ser vítimas de um embaraço social se assumirmos estereótipos num rápido reconhecimento do dia-a-dia. As alunas simplesmente não “*viram*” o monitor, porque seus olhos não fintaram ninguém com o perfil que procuravam. Há uma tendência de prescindir a fragilidade desta estrutura, ignorando seus propósitos ou até mesmo, “ *mascarando-a*” como uma situação corriqueira. Esta ambigüidade conceitual, provavelmente em função da tradição maleável do mito da democracia racial, impõe uma noção ampla, obscura, de difícil denúncia, das cenas de discriminação ou preconceito. Fábio mesmo desabafou que o critério para identificar esta cena como um caso de preconceito fica na interpretação de cada um, mas ele já havia chegado às suas conclusões. Sua atitude em relação a este caso marca a oposição, ou pelo menos, a não aceitação dos signos imputados a uma imagem categorizada do negro. Isto não deixa de ser um reflexo sobre a maneira como está sendo conduzido o debate atual sobre a implementação das cotas para negros nas universidades. A idéia de que seja possível discernir objetivamente

negro de branco dentro de uma hierarquia de funções, e que o problema pode ser muito mais de ordem econômica do que racial, demonstra que o tratamento no cotidiano pode não ser igual. Um branco, nesta situação, que tivesse ganhado uma bolsa carência e ao mesmo tempo fosse monitor de uma disciplina, passaria pelo mesmo ocorrido? Esta linha de argumentação demonstra uma tendência implícita de tratar a variedade das relações através de denominações exclusivas a cor de pele. Ou seja, no cotidiano, o não-reconhecimento da realidade pode ser entendida como a expressão da falta de uma consciência? É difícil distinguir, diante desses casos, um padrão, mas os simbolismos quebrados provocam uma reflexão semelhante aos argumentos discutidos sobre este tema.

Outro caso similar ocorreu com uma aluna beneficiada. Em seu relato, Joana contou-me como foi frustrada sua tentativa de diminuir as despesas da faculdade. Os gastos para manter-se numa faculdade são altos, e a aluna não tem condição financeira para arcar com todos os custos. Esse problema é comum e partilhado pela maioria dos alunos beneficiados deste programa. Por exigir carência financeira como critério de seleção, os bolsistas precisam fazer verdadeiros “malabarismos” para acompanhar os dispêndios. No caso de Joana, não sobrava dinheiro para o seu transporte. Residente do Bairro Restinga, a aluna precisaria pegar 4 ônibus para ir até a universidade e voltar para casa. Para economizar, Joana apenas usava o transporte público à noite, quando voltava para casa. O trajeto de ida até a universidade era feito a pé. Isso significa percorrer um grande percurso, que equivale a mais de 3 horas de caminhada. Como fazia isso quatro vezes por semana, Joana pensou numa solução: passou a preparar e vender lanches, junto com outras duas colegas bolsistas, aos colegas de sala de aula. O sistema funcionava da seguinte maneira: a cada dia, uma das três preparava os lanches que seriam vendidos (bolos, sanduíches ou pastéis); na hora do intervalo, elas se reuniam na sala de uma das bolsistas, e vendiam estes lanches por um valor abaixo das lancherias da universidade; no final do intervalo, contabilizavam as vendas e repartiam o dinheiro entre as três. Desta maneira, elas não gastariam para comer na universidade, ganhariam um dinheiro para comprar as passagens de ônibus e só precisariam investir no máximo duas vezes por semana na compra dos ingredientes. Desde que adotou essa prática, Joana pôde ir e voltar para casa de ônibus. *“Não dava para ter lucro, sabe? A gente cobrava muito baratinho, não era para ficar rico. A gente tava fazendo aquilo só para baratear as coisas. É muito pesado, ônibus, xerox, comida, impressão... tu gasta muito. Foi o único jeito que a gente achou de diminuir os gastos”* – explica Joana. Mas numa noite, ao perceberem essa prática, um dos seguranças barrou a venda dos lanches. Disse que era proibido o comércio dentro da universidade, e que a venda de lanches e comida era um direito exclusivo das lancherias. Joana disse que tentou dialogar com o segurança, dizendo que ela só vendia os lanches dentro da sala de aula, e que era para ajudar na compra da passagem de volta para casa. Segundo o

relato de Joana, o segurança respondeu: *“Olha, não dá para abrir exceção. As regras são essas. Se vocês conseguirem uma aprovação da reitoria, daí é outra história. Mas no momento, vocês não podem seguir vendendo mais nada”*. A aluna afirmou que os seguranças foram irredutíveis e por isso, ela precisou parar de vender os lanches. Ainda segundo seu relato, Joana afirmou após este episódio foi perseguida nos corredores algumas vezes pelos seguranças na hora do intervalo. Por um tempo, a aluna desistiu de sair da sala durante o recesso, mas isso não impediu os seguranças de irem até a porta de sua sala, e como ela mesmo definiu, *“darem uma espiada para dentro para ver se tava tudo ok”*. Joana acredita que os seguranças a vigiaram durante um período para certificar-se de que ela havia interrompido com o comércio informal de lanches. Inconformada, Joana voltou a fazer o trajeto da vinda a pé. Mas a aluna já planeja uma nova solução para seu problema financeiro (como ela explica no relato descrito no Quadro 32).

- Quadro 32 -

Trecho da entrevista da aluna Joana, do curso de Administração

“É difícil, sabe, ver essas coisas acontecer. O que revolta mais a gente é saber que o pessoal vende tranqüilamente um monte de coisa aí, e nunca ninguém fala nada. As meninas vendem Avon na sala de aula e ninguém vem dizer que é contra a lei... as normas. Não só Avon, mas tem umas que vendem bijuteria, lingerie, trufa... tem de tudo. Mas quando as pobres vêm aí vender lanchinho feito em casa, daí isso incomoda. Pô, a gente não tava incomodando ninguém, nós estávamos apenas...sabe... só vendíamos na sala de aula. Não montamos barraquinha, ou fizemos cartazes. A gente não concorria com as lancherias. Quem comprava da gente não tinha dinheiro para comprar nas lancherias. A gente vendia bem baratinho mesmo. Ah, sei o quanto é chato ficar falando essas coisas, mas já sei o que vou fazer. Vou ver como fazer para vender Avon, ou bijuteria, ou sei lá, qualquer coisa que outras pessoas fazem aí sem problemas. Porque se vierem me dizer para parar de vender essas coisas, vou dizer que vão ter que proibir de todo mundo também. Aí quero ver o que vão falar. É triste, mas é verdade. Mas se continuar assim, vou ter que parar com a faculdade. É muito cansativo ficar vindo de a pé. E de noite tenho que voltar de ônibus, porque é muito perigoso, entende? Não sei porque foram mandar eu parar de vender os meus lanchinhos, não tinha problema nenhum.”

Chama atenção o fato da prática do comércio informal ser realmente comum dentro das universidades, não só pela venda de produtos, mas também de serviços. Muitos alunos aumentam seus ganhos digitando trabalhos nas normas da ABNT, por exemplo. Alunos também vendem vale-transportes a outros alunos. Enfim, o comércio nas salas de aula é mais comum e

diversificado do que se imagina. Evidentemente controlar este tipo de prática é muito difícil, mas é curioso analisar o rigor para coibir os lanches feitos por Joana e suas colegas.

Alguns estudiosos (GUIMARÃES, 2004 – AZEVEDO, 2004 – FRY, 2005 – MUNANGA, 2002) têm recentemente analisado o fenômeno do racismo num contexto mais amplo das transformações econômicas, sociais, históricas e culturais e chamam atenção exatamente para a relação entre as diferentes situações. Desta forma, tem-se conseguido ampliar o leque de análise, comparando as diversas formas e intensidades que o preconceito tem em um grupo. O fato de se declarar um fato como racismo ou não depende da construção social ou da conceituação do problema. Neste caso, Joana entende que a cor de sua pele foi decisiva para definição da sua prática “*illegal*”. Ao suscitar a dúvida de que a coibição de sua venda foi incentivada pela discriminação, Joana nos obriga a pensar por que os demais comércios praticados não são igualmente proibidos? Sabemos que o discurso justificatório sobre diferenças entre classes, explica que vender lanches feito em casa não tem o mesmo “*status*” da venda de produtos de beleza de uma marca famosa. Mas, mesmo estabelecendo-se esta diferença, não podemos ignorar o recorte racial do episódio. O que não se sabe é até que ponto o fato da aluna ser negra influenciou para que ela fosse abordada pela venda informal dentro da universidade.

Talvez essa seja a maior força do racismo brasileiro: ao ser velado ele não pode ser denunciado. Há uma relação intrínseca entre as forças sociais que segregam e os esquemas classificatórios que explicam esta segregação. As classificações culturais agem sobre a maneira como as pessoas percebem a realidade e orientam a maneira como atuar “*de forma adequada*” neste mundo. Ao assumir essas premissas, o olhar fica enviesado, traduzindo signos em atitudes discriminatórias. Estes signos culturais são dificilmente rompidos, pois eles pregam a estabilidade de um pensamento específico. Quebrar um signo significa assumi-lo como errado, e ao fazer isso, precisa-se desconstruir toda uma identidade já criada para então construir-se uma nova. Esse processo é lento, difícil e causa polêmica. A maior participação dos negros, ou a melhor representação destes na vida acadêmica tem perturbado o estagnado ambiente de segregação que constituía uma universidade. Neste sentido, há um aspecto positivo nos relatos acima descritos, pois a presença do negro causa estranhamento, ela provoca uma evolução do pensamento. Mesmo que haja inúmeras outras situações similares ocorrendo, a tendência é que ela diminua na medida em que mais negros entrarem na universidade. Ou seja, a presença do negro não irá criar racismo dentro deste ambiente, apenas o deixará latente, que poderá até ser anulado, quando finalmente puder ser denunciado ou quando for desconstruído.

6 – O que mudou na vida dos beneficiados

Ter um diploma universitário é garantia de inclusão social? A política de ação afirmativa da Lei Paim segue a crença de que o ensino superior é um dos agentes de ascensão na excludente pirâmide econômica. Argumenta-se que a inclusão do negro no ambiente acadêmico inevitavelmente o colocará numa melhor posição social. A relação entre escolaridade e formas de inserção no mundo do trabalho estabelece nos processos produtivos uma forte marca cultural, que possibilita a formação de preconceitos e desigualdades. Na medida em que se sobe de posição nessa hierarquia social, apesar de ainda ser portador do estigma, o negro pode ter a possibilidade de diminuir o preconceito ou a discriminação. Isso quer dizer que os conhecimentos adquiridos através de diferentes processos e instituições sociais podem constituir mais facilmente um reconhecimento pelo capital. A inclusão em diferentes níveis hierárquicos e salariais geralmente está aliada ao grau de qualificação adquirido. Do mesmo modo, as relações de poder nos processos produtivos estão correlacionadas com a formação acadêmica e profissional. Mas apesar de toda essa justificativa, não necessariamente o aumento do índice econômico está atrelado somente à formação superior, o que significa que ter um diploma universitário nem sempre é garantia de trabalho ou renda.

De todos os estudantes entrevistados, nenhum exercia o cargo da profissão que estava estudando, ou havia se formado. A mais próxima foi uma estudante de enfermagem, que fazia um estágio não remunerado num hospital, mais precisamente, numa pesquisa. O trabalho consistia em analisar amostras e ajudar o pesquisador na tabulação dos resultados. Neste sentido, procurei investigar como a inserção na vida universitária tinha alterado a realidade destas pessoas (ver Quadro 33).

- Quadro 33 -

Trecho da entrevista da aluna Mariana, do curso de Administração de Empresas

“Ainda não conseguir trabalhar na minha área... Acho que ainda é cedo, não apareceu nada. Tô no quarto semestre e ainda continuo trabalhando como atendente numa loja, sabe? Estar numa faculdade não quer dizer que tu vai automaticamente melhorar de vida, eu tô na luta ainda. Gostaria de tá melhor, ganhando mais, trabalhando num lugar melhor, mas ainda não deu. Já mandei alguns currículos para umas vagas de estágio que tem... sabe ali, a central de estágio? Então, volta e meia sempre aparece um estágio legal, mas é muito concorrido, tem muita gente precisando. Mesmo para um estágio as empresas pedem experiência e tal. Acho um absurdo, mas fazer o que? Talvez daqui mais um tempo eu consiga, uma hora dessas aparece.”

A resposta dada por Mariana pode ser interpretada de duas maneiras: a primeira está ligada ao que já foi dito antes, estar numa faculdade não significa ter automaticamente as portas abertas para o mercado de trabalho; a segunda análise, e a que talvez seja a que melhor compreenda a realidade dos beneficiados, nos diz que apesar dos alunos ainda não terem alcançado seus objetivos, o que aparenta é que desde que entraram na universidade, suas expectativas também aumentaram. Assim sendo, a perspectiva de alcançar novos mercados está muito além das possibilidades que tinham anteriormente. Pode se perceber até, na maioria das respostas, certa ansiedade para que essa nova perspectiva torne-se realidade o mais rapidamente possível (ver relato de Émerson, no Quadro 34).

- Quadro 34 -

Trecho da entrevista da aluna Émerson, do curso de Jornalismo

“Assim, vou ser sincero contigo. Pensei que já estaria melhor, entende? A gente olha de fora, assim, acha que a faculdade vai melhorar tua vida. Quando a gente entra aqui pensa que já vai resolver as coisas, que tu vai ficar melhor já. Hoje tô vendo que é uma luta, tu mata um leão por dia. Eu sei que as coisas não mudam da noite para o dia assim, mas não achei que seria tão difícil. Os estágios que tem por aí pagam menos do que eu ganho como auxiliar administrativo lá na empresa onde eu trabalho. Mas assim, bem menos. Chega até desanimar. Sei que tu tem uma perspectiva melhor estando estudando, mas eu ainda não tive a certeza de que estou no caminho certo. Não penso em desistir, mas a esta altura, achei que já estaria melhor.”

Conforme exposto nos relatos, as maiores dificuldades enfrentadas para se alcançar os objetivos de uma nova carreira estão no risco que isto implica. Para tanto, o estudante deve se contentar com fazer um estágio, normalmente com baixa remuneração, de forma a conseguir adquirir experiência. Ao mesmo tempo, nota-se que ao entrarem na universidade, estes alunos passam a perceber a verdadeira realidade no qual consiste ser um estudante universitário. Muitos tinham uma visão também estereotipada da vida acadêmica, bem como os resultados que podem ser alcançados. Aquele sentimento de deslumbramento de quem está de fora passa ser substituído por uma noção mais condizente com o real cotidiano deste ambiente.

Da mesma forma, estes estudantes demonstram um aumento na sua perspectiva de vida. Se antes viviam uma vida fadada a estagnação, e com objetivos baixos, agora um novo mundo parece abrir-se diante de seus olhos. Alguns relatam que mais do que mudar de vida, o fato de estarem estudando numa universidade serve como inspiração para os membros de suas famílias.

Algo que antes parecia inatingível, agora está mais perto de ser alcançado. Difunde-se, cada vez mais intensamente, a opção de mobilidade dentro da rígida estrutura da sociedade. Ao estarem inseridos dentro desse agente de segregação social que é uma universidade, estes beneficiados semeiam a esperança não somente para eles, mas para todas as pessoas que estão próximas a eles. Assim sendo, conforme analisado anteriormente, a família não mede esforços para que o estudante permaneça na instituição. Então, sobre esta ótica, a cota traz como principal efeito uma alteração na perspectiva de seus beneficiados (ver relatos descritos nos Quadros 35 e 36).

- Quadro 35 -

Trecho da entrevista do aluno Fábio, do curso de Fisioterapia

“A faculdade me deu uma perspectiva bem melhor. Primeiro por causa da minha família em termos de educação, hoje estou conseguindo educar minha filha melhor. E criar nela perspectivas de faculdades, coisas, que até então as minhas perspectivas eram 2º grau, tá formado. Já tá formado, já pode trabalhar. Então hoje o meu pensamento é bem diferente. Ela enxerga e me vê estudando, acho que isso estimulou muito ela a estudar. São coisas que eu não tive na minha família, todos... só tenho uma irmã que só fez o 2º grau, outro parou ali na 6ª série, 5ª série. Então o hábito de ler, que a minha filha tem não é muito, mais é bem maior do que o hábito que eu tinha. A visão de escola que era só uma passagem ali, não interessava os temas. Minha mãe nunca olhou meus cadernos. Eu já olho os cadernos da minha filha, ajudo no que eu posso, cobro. Converso muito sobre aula, sobre a importância de aprender. Acho que isso criou não só na minha filha, mas nas pessoas à minha volta. Minhas irmãs voltaram a estudar, tem pessoas mais velhas da minha família que voltaram a estudar. Amigos, conhecidos de ver assim, “bah eu vou tentar também, eu vou...”. Eu tinha curiosidade de comunicar alguns da bolsa, alguns conseguiram entrar no outro semestre aqui ainda. Então foi uma coisa legal assim, aonde eu vou acabo estimulando as pessoas a estudar. Aquele tempo não tá perdido porque tá mais velho. E que dá pra ser melhor. Então, isso mudou muito assim. Em termos de abrir porta, abrir porta num sentido de ir nos lugares que tu tá. Tipo eu tô num lugar, me identifico como estudante de fisioterapia, é uma conversa diferente de quando eu me identifico como um vigilante, ou como um guarda.”

Trecho da entrevista do aluno Felipe, do curso de Direito

“O horizonte que me abriu é a possibilidade de ter o conhecimento. Isso pra mim... isso pra mim vai além de ter uma oportunidade, digamos “ah... vai pra lá que tu vai ganhar um pouco mais”.. até porque eu nem ia, sabe? Mas o conhecimento adquirido aqui na faculdade me abriu os olhos para um monte de coisas. Posso dizer que eu sou uma pessoa diferente hoje. Com certeza uma pessoa mais esclarecida.”

- Quadro 36 -

Trecho da entrevista da aluna Teresa, do curso de Ciências Contábeis

“Com certeza me deu uma perspectiva melhor. Porque tu imagina, tu trabalhando num escritório, que a maioria dos teus colegas estão estudando ou até já terminaram a faculdade, tu não tem condição, aí tu tem filho, tem as tuas... tem teus compromissos, a mulher principalmente tem seus compromissos. Aí tu não, tu não sai, é só aquela rotina de ir pro trabalho, ainda quando se tem um trabalho, entendeu? E é aquilo, tu não conhece gente, tu conhece só ali do teu nível, do teu meio. Então eu acho que isso que eu quis dizer no caso que aumentou minhas expectativas quanto a isso, porque hoje eu conheço as pessoas, eu acho que aqui é um nível... até pretendo continuar fazendo algum curso, tá mais aqui integrada, aqui dentro do IPA ou ir pra qualquer outra... entendeu? Pra ter o conhecimento, eu acredito que as expectativa que eu quis, no caso me referi, seria isso entendeu? Hoje eu estudo, tenho conhecimento, eu tenho umas outras “Bah eu não sabia que era assim que funcionava”, entendeu? Experiências de vida também que algumas pessoas trazem pra nós, sabe? Eu acho que é isso, entendeu? É muito melhor que a minha visão antes, que eu vivia antes, há 3 anos atrás, tá me entendendo? Era do serviço pra casa. E até no serviço, como eu te falei, no serviço “a T. tá estudando”, tá entendendo? Então o pessoal hoje em dia te olha bem diferente.”

Trecho da entrevista da aluna Sônia, do curso de Administração de Empresas

“Ah, com certeza assim, de mudar, eu acho que todo... todo administrador pensa em mudanças. Tá num curso e vai mudar isso, vai mudar aquilo. Eu penso hoje... hoje eu já penso diferente, quando eu entrei eu pensava de uma maneira, semana passada pensava de outra, hoje eu tô pensando diferente. Eu tô pensando em investir mais em um curso de inglês e de repente terminar o curso e sair, tentar lá fora. Fora que freqüentar este ambiente te muda, sabe, como pessoa. Muda a forma de tu pensar e ver as coisas, sabe?”

Trecho da entrevista da aluna Janaína, do curso de Enfermagem

“Em relação a muita coisa mudou assim, a visão sobre as outras pessoas, de como se cuidar... cuidar da saúde em relação em ter uma visão das pessoas que são mais humildes assim, a visão delas em relação à saúde. Eu tenho outra visão, eu achava que era bem diferente. Contribuiu bastante assim para o meu crescimento, hoje eu posso dizer que sou muito mais madura do que eu era. Quando entrei na faculdade assim, aprendi muito. Muita coisa, muita coisa mesmo.”

É possível observar que houve mudanças na forma de racionalização do cotidiano, e que embora o desenvolvimento econômico não tenha se alterado significativamente, a possibilidade de freqüentar uma universidade permitiu a estas pessoas um crescimento pessoal. Talvez a melhor expressão deste sentimento esteja no avanço intelectual que cada um dos entrevistados ressaltou. Além deste aspecto, outro fator que contribuiu positivamente para a mudança no dia a dia destes alunos foi o modo como as pessoas a seu redor passaram a defini-los. Embora o estigma de ser negro ainda seja aparente, o fato destes indivíduos agora serem reconhecidos como estudantes universitários significou a eles uma subida no status da escala social. As relações com colegas de trabalhos, por exemplo, passam a ser mais próximas, na medida em que eles não ocupam mais a mesma máscara estereotipada. O acesso à educação permitiu a estes indivíduos uma melhor noção da realidade social, e no mesmo processo, uma aproximação de um sentimento de igualdade, além da diminuição do preconceito. Em um contexto de produtividade, insere-se nessa perspectiva de educação, um novo olhar à capacidade de qualificação de um estigmatizado. Sendo assim, um argumento substantivo apontado pela Lei Paim passa a ser corroborado, sobretudo na visão destes estudantes beneficiados no IPA. Neste sentido, o crescimento da perspectiva destes alunos é significativo na aplicação do processo como agente de inclusão social. Essa ampliação da visão de mundo, somado ao conjunto de saberes e habilidades adquiridos na universidade, possibilita uma transformação relevante no processo de inclusão.

A educação torna-se fundamental como um fim em si mesma, como condição para a cidadania crítica. Vinculá-la ao trabalho ou acreditar que elas possibilitarão uma alteração na ordem social desigual pode parecer uma *“ilusão”* de desenvolvimento. Neste contexto, um projeto que tinha como intuito possibilitar o desenvolvimento econômico, acaba por funcionar muito mais como um agente de conscientização e ampliação do saber crítico intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há cerca de quatro anos atrás, quando escrevi pela primeira vez sobre a representação do negro na sociedade brasileira, parecia oportuno insistir numa reflexão de caráter denunciatório, que explicitasse o evidente racismo existente no Brasil. Este racismo parecia óbvio, na medida em que os números de pesquisas sociais expunham uma desigualdade alarmante na divisão de renda entre negros e brancos. Mais do isso, quando estudei a representação do negro na publicidade (SILVA, 2004), vi o quão estereotipado era esta imagem. Quando iniciei este estudo sobre as cotas universitárias, assim como na pesquisa anterior, tinha como ideal chegar numa pretensiosa conclusão que pudesse indicar uma provável solução para o problema da representação do negro. Ao mergulhar mais a fundo nas bibliografias sobre este tema e participar das discussões relacionadas à superação destas iniquidades, pude perceber a complexidade do assunto.

Embora os números e as estatísticas indiquem claramente os níveis dessa desigualdade, elas não revelam aquilo que fundamenta nossa vida cotidiana. As estatísticas têm poder de representar a realidade social até certo ponto, estando suas análises limitadas ao modelo montado pelo analista, e pela percepção do pesquisador. No entanto, as realidades são múltiplas e vivenciadas de diversas maneiras no cotidiano da vida social. Por isso, para buscar entender o que os números não poderiam revelar, e ao mesmo tempo era aquilo que a Lei Paim procurava fundamentar, não tive alternativa a não ser ir a campo pesquisar um modelo implementado de cotas que tinha como proposta a inclusão social. Mas antes de entrar em contato com os dados, percebi que o conhecimento que tinha acumulado durante a pesquisa da representação do negro na publicidade, não me dava argumentos suficientes para abordar o tema junto aos atores sociais. Precisava antes entender os propósitos amplos da Lei Paim (e não apenas um de seus tópicos).

Além disso, era necessário ter conhecimento da realidade no qual esta lei foi produzida. Para isso, além de analisar a história da população negra no Brasil, tornava-se fundamental entender como o racismo se tornou um fato social e como o negro se tornou portador de um estigma social.

O que os dados apresentaram, desde o início deste estudo, foi a amplitude da polêmica, pois para cada argumento sobre o assunto havia um contra-argumento que o anulava. E isto, em ambos os lados, de quem era a favor e contra. Era difícil encontrar coerência ou razão plena em qualquer dos pólos. Num esforço de resumir os inúmeros argumentos, que obviamente ignorando uma série de fatos complexos em torno desta premissa, pode-se afirmar que: quem é a favor da cota, reivindica-a como uma reparação histórica da segregação imposta à população negra; e quem é contra afirma que a lei está equivocada ao tentar fazer essa reparação através de um sistema de cotas, pois estes acabam sendo mais excludentes do que o próprio racismo.

O processo de segregação racial transcende uma série de questões, que vão desde o contexto histórico no qual se manifesta até as relações de classe peculiar à sociedade capitalista. A especificidade racial é compreendida à luz da organização social que pressupõe uma combinação contraditória das diferenças. A discussão sobre a segregação racial evoca uma política pública que procura regular o direito da igualdade a todos os cidadãos. Uma lei como essa, por melhor que seja a intenção, parece estar longe de encontrar unanimidade na população. Os negros beneficiados, no entanto, esforçam-se para provar sua validade. Ao chegar no IPA e perceber este conflito, não foi tão surpreendente o fato da iniciativa procurar meios para diferenciar-se ao máximo da Lei Paim. Não se quer estar próximo do que é polêmico, do que não alcança unanimidade, do que pode gerar conflito. Mas, mesmo através destes esforços, os problemas enfrentados pelos beneficiados ou pelo programa são similares a outras iniciativas, que tiveram como referência a mesma política pública.

Quando tive contato com os primeiros dados, pude perceber que não havia como encontrar uma solução para esta premissa. Contudo, uma das poucas certezas que tive ao me aproximar da realidade do tema foi que a maioria das discussões em torno do assunto eram rasas, e não davam conta de alcançar a profundidade da questão. Se questiona, por exemplo, o provável sentimento de racismo que pode ser gerado com a inclusão de estudantes negros cotistas, ao invés do diálogo ser voltado ao que poderia ser a fonte desse racismo. Seria o fato de o cotista ser beneficiado de uma lei que os outros estudantes não julgam justa, ou estaria a presença destes negros incitando um racismo existente, que de dissimulado passaria a ser evidente? Outro bom exemplo de superficialidade em torno das discussões sobre o tema é a questão da eficácia da lei. Muitas pessoas acreditam que se alcançariam melhores resultados melhorando o ensino público desde a etapa fundamental, deixando assim os estudantes egressos

deste sistema mais capacitados para disputar uma vaga universitária. Mas desde quando um fato está preso ao outro? Implantar cotas universitárias não implica em esquecer a necessidade de melhorar o ensino público. São duas questões diferentes, que atendem demandas diferentes. É óbvio que melhorar o ensino público ajudará a resolver a questão da desigualdade sócio-racial, e não somente essa questão, mas inúmeras outras. Mas, até lá, o que fazer para o contingente de pessoas que já cursaram o ensino fundamental e médio?

A contradição está em ambos os lados. A exemplo do que acontece no IPA, a Lei Paim agora busca agregar o aspecto econômico aos requisitos para seleção do cotista. Na tentativa de conseguir mais votos no congresso e tornar-se finalmente realidade, a lei esquece de uma de suas premissas básicas: o problema do racismo não é econômico. Além de já haverem outras políticas voltadas a inclusão de pessoas que sofrem de carência financeira, agregar o aspecto econômico as cotas raciais é insuficiente se não houver uma preocupação de que esta realidade implica em outras demandas, e conseqüentemente, outras preocupações. Como vimos nos relatos dos alunos do IPA, onde se cobra carência financeira, mas não se dá nenhuma assistência aos alunos pobres, corre-se o risco de se tornar o processo de inclusão algo inviável. Ou seja, se a Lei Paim quer agregar o aspecto financeiro aos seus objetivos, deve estar preparada para criar soluções a todas as vicissitudes ligadas a esta realidade, pois do contrário, ela será alvo de novas especulações e denúncias sobre a ineficácia.

Mas, a meu ver, a discussão mais complexa continua sendo sobre o problema de se dizer quem é negro para que se possa definir quem seriam os beneficiados. Como vimos anteriormente, o modo de seleção do IPA também é arbitrário, amenizado pela questão da carência econômica. Numa reunião com os candidatos a bolsa – que não ocorreu em todos os vestibulares – os membros do CECUNE escolhem, em sua própria percepção, quem é mais negro que quem no momento em que um desempate torna-se necessário. De acordo com os críticos a lei, e entre eles destaco Peter Fry e Yvonne Maggie como ícones nesta argumentação, a primeira providência para qualquer campanha anti-racista deveria começar com a idéia de destruir-se o conceito de raça, ou qualquer definição que pontue a diferença entre negros e brancos. Mas se identidades de grupo são um fato da existência social e se as possibilidades de identidades individuais repousam sobre elas tanto em sentido positivo quanto negativo, então não faz sentido tentar acabar com os grupos ou propositadamente ignorar as diferenças históricas que os separam em nome do fim do racismo. Ignorar o problema não parece a melhor alternativa para solucioná-lo. Ao denunciar a existência desta diferença, e se deixar claro quando ela acontece, dá-se o primeiro passo no sentido de combatê-la. Faz mais sentido então, perguntar se os processos de diferenciação social operam e desenvolvem análises de igualdade e discriminação, ou seja, tratar as identidades não como entidades externas, mas como efeitos de processos políticos e sociais. No entanto, para os

críticos, mesmo que se desconsidere o problema de que a lei precise separar negros e brancos para definir quem seria beneficiado, correr-se-ia o risco novamente da ineficácia da mesma. Brancos poderiam usurpar o direito do negro se essa diferença não estivesse clara. Mas quando, ou através de que meio, poder-se-ia acusar uma pessoa de não ser negra? Esse realmente é um ponto aberto, e não encontrei no IPA uma solução melhor do que se vem fazendo em outras universidades no Brasil. Assim como nos mostrou o caso dos gêmeos da UnB, criar-se critérios subjetivos para tal definição seria perigoso e ao mesmo tempo, uma atitude “suicida” na tentativa de legitimação da própria lei. Curiosamente, o fato de brancos declararem-se negros seria tão incomum e inédito quanto uma política pública que visasse beneficiar exclusivamente a população negra. Alguns autores também declaram que a mestiçagem existente no Brasil tornaria impossível a definição de negro e branco no país. Ao mesmo tempo é instigante perceber que ao racista não existe conflito, sendo fácil para ele definir quem é quem. Essas questões presumem que a identidade é um processo complexo e com um contingente suscetível a transformações. Elas também subentendem que a negociação de identidades basear-se-ia apenas na situação de privilégio, sendo mutáveis quando a ocasião parecer mais conveniente. Mais perigoso porém é a idealização de que é possível construir-se um país sem problemas raciais através de uma inércia pública e política. A cristalização das desigualdades, de um lado, e a exacerbação das diferenças para combatê-las, por outro, podem fazer degenerar aquela condição estável que esconde uma sociedade desigual e conflituosa. A despeito de uma hegemonia racial idealizada pelo Movimento Negro e exposta através da Lei Paim, parece haver uma perda de foco na discussão, na qual ao invés de se procurar tornar a lei algo mais abrangente, justo ou eficaz, busca-se motivos para deslegitimá-la. Mesmo que a lei não seja a melhor alternativa, os esforços não estão voltados no sentido de procurar-se outra solução viável. Se a solução não passa pelas cotas, qual a proposta? A inércia e as digressões – como a alegação de que em vez das cotas se deveria oferecer ensino público de qualidade a todos (como se isso fosse contraditório com a proposta emergencial das cotas) – não são mais cabíveis. Preconizar a adoção de cotas fortalece a questão da raça – o que é um problema. Mas como um movimento tático, de caráter emergencial e temporário, cumpre o duplo papel de tensionar a sociedade em direção ao enfrentamento das desigualdades, e de expor a fragilidade, nesta questão, do pensamento social brasileiro, obrigando-o a se voltar sobre si mesmo, observando suas lacunas, com a oportunidade de engajar-se na efetiva construção de uma sociedade igualitária, em vez de esvaziar-se uma insensata proclamação idealista.

De um modo geral, a produção científica publicada nos últimos cinco anos – de 2000 a 2005 – sobre a temática permitiu que fosse verificada a existência de uma determinada dinâmica acerca da discussão sobre cotas no ensino superior, princípios de justiça social e reparação histórica. No sentido de desfazer-se os efeitos discriminatórios e tendendo para questões mais

direcionadas à promoção da diversidade e representação, pode verificar-se que a expressiva quantidade de trabalhos compreende uma preocupação fundamental com a reconstrução de identidades sociais diversas, em contraposição de uma identidade única, oscilante entre critérios de *“taxonomia bipolar”*(FRY e MAGGIE, 2004). A questão racial revela-se como um desafio permanente, tanto para indivíduos quanto para o coletivo social, assim como ao meio acadêmico. Entretanto, cumpre o papel de ressaltar em cada conjunto de idéias uma dinâmica peculiar. Em linhas gerais, o avanço das discussões parece ter se tornado mais expressivo e persuasivo, de modo que a própria postura do governo nacional sobre o tema favorece modificações nas ações de políticas raciais. O discurso oficial deixou de ser a apaziguadora idéia de democracia racial para passar a ser a busca pela essência das desigualdades aceitas nas práticas, que até então eram negadas de modo veemente. É impossível deixar de se perceber o avanço neste sentido, pois anteriormente havia-se uma preocupação em se manter a cumplicidade das relações raciais, ou a valorização da mestiçagem – quer tenham sido impostas ou aceitas – dificultando os questionamentos das relações raciais brasileiras. Os discursos que ainda hoje sustentam pensamentos de uma passividade e pacificidade em virtude da miscigenação, dão lugar à discussão do papel do governo na responsabilidade pela extirpação das desigualdades raciais. Impulsionadas pelas demandas coletivas – mais precisamente pelos grupos de movimentos negros – a iniciativa revigora uma discussão até então ignorada. Quando se falava de negros ou de racismo no Brasil, os estudos eram voltados em grande parte para a história (escravidão) ou para as discussões sobre identidade coletivas (mestiçagem, democracia racial ou qualquer estereótipo cultural). O quadro que apresenta-se agora institui discursos que culpabilizam, por exemplo, os níveis sociais por tais disparidades. Trata-se, portanto, de um recurso dissociativo entre relações sociais e relações raciais, descomprometendo-se o viés da economia dos problemas da estratificação étnico-racial. Desse modo, poderíamos situar a valorização da mestiçagem como uma resposta a anos de inércia de discussão neste sentido. A iminência da votação do Projeto de Lei Federal aliada a iniciativa de várias universidades em todo país provocou um fenômeno surpreendente: o problema da definição étnico-racial. Antes disso, na resposta ao censo, na entrevista de emprego ou numa ficha cadastral qualquer, nunca foi questionado a dificuldade de se definir raça. Neste sentido, a auto-proclamação não representava um problema, por obviamente não haver nenhum benefício envolvido (pelo menos não em favor do negro). Como pode para a lei ser errado definir negro se antes sempre se fazia, em diversos momentos, e isto nunca foi questionado? Tanto a sociologia quanto a antropologia parecem estar sendo vítimas de seus próprios argumentos: após anos buscando explicações para demonstrar a inexistência de raças entre seres humanos agora suas teorias são finalmente aceitas para se deslegitimar uma política pública de inclusão social. Com base nos estudos sobre o genoma humano, pode-se afirmar que o conceito de raça não tem pertinência biológica, porém *“a pigmentação da pele ainda parece ser um elemento predominante de*

avaliação social do indivíduo e talvez a principal fonte de preconceito” (PENA e BORTOLINI, 2004, p.40). Portanto, o problema é político. E se há desigualdades sociais e educacionais parece óbvio a responsabilidade do governo de buscar caminhos para o enfrentamento do problema por meio de políticas públicas compensatórias. O que nos leva ao ponto de origem desta discussão: se por um lado as medidas compensatórias levam os críticos a argumentarem como um retrocesso para as ciências humanas, por outro lado, os defensores dizem que a alternativa, se bem explorada, poderá favorecer o processo de re-significação da experiência de ser negro no Brasil. Isso se for conciliado a esse processo a conscientização crítica diante da constatação de desigualdades raciais em um cenário que parece ignorar a existência destes problemas. As questões contraditórias das cotas universitárias devem ser consideradas e enfrentadas enquanto experiência de valorosa contribuição para o debate sobre a implantação de medidas estatais que regulem, nas adversidades, a apropriação do direito a meios fundamentais por grupos com histórico de exclusão. A discussão envolvendo etnicidades, pertença social e responsabilidades por mudanças, longe de serem assuntos superados, tornam-se essenciais para formação de uma sociedade mais tolerante e democrática.

Voltemos agora ao quadro do IPA: o que há de comum entre a política pública e a iniciativa privada? Talvez a polêmica que ambas enfrentam para corroborarem sua legitimação. Existe uma incapacidade de pensar a mudança social deste quadro, ou na necessidade de esse ambiente receber pessoas que ele mesmo tem excluído, ou em outras palavras, de se pensar a própria mudança como parte importante do seu processo de transformação. Pensa-se no processo seletivo como algo imutável e inflexível, ao mesmo tempo em que ignora-se o fato da universidade ser um agente transformador capaz de imputar uma profunda reestruturação social. Mesmo ainda em processo de aprendizagem, os alunos beneficiados do IPA já tiveram a oportunidade de perceber o quão significativo é ter acesso ao ensino superior. Economicamente poucos deles, ou talvez nenhum tenha percebido diferença, a não ser nos seus gastos, mas todos vislumbraram uma nova forma de ver o mundo. Saíram das “*prisões*” culturais impostas pela impossibilidade de terem acesso ao ensino superior. E estamos aqui falando da realidade de poucos sobreviventes. O fato é que a grande maioria dos alunos beneficiados pelo programa do IPA desistem no meio do caminho, ou por não terem condições financeiras de manterem o padrão que a vida universitária exige, ou por não serem capazes de acompanhar os altos critérios requeridos pelo programa, onde é imposto um desempenho superior aos alunos do programa na comparação como os alunos ordinários. Esses equívocos estruturais e organizacionais não são em nenhum momento questionados, pois o debate foca exclusivamente para a legitimação de tal iniciativa ou para a questão do “*merecimento*” da bolsa de isenção econômica.

O que pude construir, através das análises bibliográficas e dos dados levantados por esta

pesquisa, é que tanto a lei quanto a iniciativa do IPA podem estar fadadas ao fracasso em seus propósitos se ao invés de preocuparem-se em alcançar seus objetivos, focarem seu trabalho na diminuição das críticas em torno do tema. É difícil, porém, afirmar que as cotas universitárias, mesmo que em conjunto com outras políticas públicas, terão o poder de diminuir a desigualdade social existente entre negros e brancos. Mas ao mesmo tempo, o que este estudo revela é que a inércia perante este quadro também não resultará na mudança esperada. Pode-se verificar que, apesar da comprovação de alguns argumentos dos detratores da lei no caso do IPA, estes não são suficientes para invalidá-la, mas pelo contrário, tornam mais evidente que uma política pública que procure diminuir a discriminação é realmente necessária. Cada exemplo de racismo de um dos beneficiados dentro do quadro social do IPA, ou a cada acusação de serem eles portadores de um benefício injusto e sem mérito, demonstra como nossa sociedade está limitada aos estereótipos sociais e despreparada para uma mudança estrutural. Apesar das pesquisas mostrarem que a maioria dos brasileiros tendem a discordar destas políticas compensatórias (neste sentido, ver TELLES e BAILEY, *“Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos”*, 2002), poderia se dizer que tal resistência é fruto do próprio racismo dissimulado. Há, no entanto, uma conjuntura favorável a uma discussão maior sobre estas políticas. Se considerarmos o fato de que esses programas têm no apoio quase metade dos brancos e na maioria dos negros (TELLES e BAILEY, 2002), pode-se perceber ao mesmo tempo em que a crítica ao programa também não é nenhuma unanimidade, e por isso a discussão tem sido produtiva, embora um tanto desfocada. Muitos pesquisadores partem, por exemplo, de análises sobre a opinião pública e científica sobre o tema, mas não procuram analisar o impacto da política mais profundamente, ou pelo menos de forma mais ampla. O que se percebe é um verdadeiro jogo de opiniões, contrárias e a favor, e pouca fundamentação teórica sobre o tema. Outras pesquisas parecem não conseguir desvincular-se do aspecto idealista de suas propostas e se entregam ao bias: tornam sua pesquisa um objeto panfletário de suas idéias políticas, cheio de parcialidades, onde se prova o que já se sabia de início. Por isso, embora a idéia inicial deste estudo que era tentar buscar uma solução para o fato, uma noção mais próxima da realidade imperou logo no início dos trabalhos. O objetivo então tornou-se claro: um estudo sobre uma política que busque combater os problemas de segregação racial não pode estar voltada à solução do que a lei certamente não consegue abranger, mas deve no máximo admitir e investigar quais questões apontam a pertinência destes problemas. Não tive neste estudo a pretensão de reinventar as políticas públicas de combate à discriminação racial – o que parece ser o objetivo principal da maioria das pesquisas em torno deste tema.

Este estudo preocupou-se em evidenciar os perigos e incertezas que este projeto político, por mais promissor que seja, pode encontrar, não sobre uma ótica crítica procurando invalidá-

lo, mas com o objetivo de enriquecer sua discussão e talvez, seu aprimoramento, a partir da observação de um caso já implantado. Eis o que julgo ser a maior diferença deste estudo com a maioria das pesquisas que tive contato. Enquanto os autores que apóiam a lei procuravam meios, dados e estatísticas para comprovarem a necessidade de sua implantação e os críticos, desenvolviam estudos que demonstravam a ineficácia que essa lei poderia ter, procurei encarar os problemas abertamente como algo que faz parte de um experimento democrático legítimo. Ninguém pode prever os desdobramentos que a implementação de programas de ação afirmativas podem acarretar (por exemplo, se irá se fortalecer uma tendência de sensibilização e de conscientização da população brasileira para com a problemática da discriminação e/ou se ocorrerá uma “*contra-reação*” que poderá impulsionar um acirramento de atos discriminatórios). Partilho da visão de Andreas Hofbauer (2006), ao afirmar que ao transformar o racismo em objeto de comentários cotidianos, o debate sobre as ações afirmativas já tem tido um mérito simbólico importante: o de explicitar que há um problema racial sério a ser enfrentado. E como disse anteriormente, é lamentável porém, ver que a discussão tem levado no mundo acadêmico, nos meios de comunicação de massa e nas manifestações pelas ruas um endurecimento de duas posições: defensores da lei versus detratores. Este enrijecimento pouco tem contribuído para aprofundar a compreensão dos mecanismos e das causas dos processos discriminatórios no Brasil. Seria muito mais produtivo se, ao invés de discutirmos a eficácia da lei, redirecionarmos nosso olhar para os aspectos que podem ser melhorados, ou alternativas para combater o racismo, este sim, o principal foco da discussão.

Para finalizar, gostaria de destacar o que escrevi no início do texto: quando iniciei este estudo, pensava que iria encontrar respostas para os questionamentos em torno deste tema, ou pelo menos, indícios que apontassem uma solução para seus impasses. Mas a exemplo do que escreveu Joan Scott, em o “*Enigma da Igualdade*”, (SCOTT, 2005), gostaria de argumentar que é precisamente onde os problemas são intratáveis e menos passíveis de resolução que a política mais importa. A política, como Scott ressaltou, tem sido descrita como a arte do possível, mas nesse caso, ela é mais bem definida como a negociação do impossível, ou melhor, a tentativa de se chegar em soluções que se aproximem dos princípios de justiça e igualdade numa sociedade democrática. Mas mesmo que falhem, deixa-se aberto a oportunidade para novas formulações, novos arranjos sociais e novas negociações, ou pelo menos, provocam uma discussão sobre a realidade social atual, ao invés de apenas aceitá-la como inevitável. Ao fim, esta pesquisa demonstrou que uma solução final e totalizante, como é a proposta da Lei Paim, implica de certa forma num paradoxo da democracia, mas ao mesmo tempo, produzem um material que provoca a discussão, a busca pela melhor construção da realidade social e como resultado, a construção de uma outra história.



**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Azevedo. **O Brasil na Crise Atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1964 (2ª. Edição).
- ARRUDA, Roldão – **Universidades federais se antecipam a lei e criam cotas** – 9 de julho de 2007 - <http://www.estadao.com.br/educacao/noticias/2007/jul/09/236.htm>
- AZEREDO, Sandra. **Mestiçagem, igualdade e afirmação da diferença: pensando a política de cotas na universidade**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2005, vol. 13, no. 3.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Cota racial e estado: abolição do racismo ou direitos de raça?** Cad. Pesqui., jan./abr. 2004, vol.34, no. 121.
- AZEVEDO, Sálvio de Almeida. **Imigração e Colonização no Estado de São Paulo**. RAM, Ano VII – Volume LXXV – 1941.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatísticas Aplicadas as Ciências Sociais**. São Paulo: 5ª. Edição, Ed. Atlas, 2004.
- BASSETTE, Fernanda – **“Cotas na UnB: gêmeo idêntico é barrado”** – portal de notícias da Rede Globo, G1, acessado dia 29/05/2007, às 16h47. Endereço eletrônico: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL43786-5604,00.html>
- BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. Supervisão de Márcia Arieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- BERGER, Peter L. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento por Peter Berger e Thomas Luckmann**; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 13ª ed., 1985.

- BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Liv. Garnier, 105. In: LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 4ª ed., 1983.
- _____. **O Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- CAMARGO Jr., J.M. **A abolição e suas causas**, in **Estudos Afro-Brasileiros**, Rio de Janeiro, 1935.
- CELSO, Affonso. **Porque me ufano do meu País**, 12ª. Edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1943.
- COTRIM, Gilberto. **História do Brasil**. São Paulo: Saraiva 1ª. ed., 1990.
- CUNHA, Euclides da. **Obra Completa**, 2 vols. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.
- DANTAS, Beatriz Góes. **Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- DEGLER, Carl N. **Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos EUA**. Rio de Janeiro: Labor.
- DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006
- DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. Rev. Bras. Educ., maio/ago. 2005, no.29, p.164-176. ISSN 1413-2478.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**; tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz – 15. ed. – São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- ELLIS Jr., Alfredo. **Populações Paulistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. In: LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 4ª ed., 1983.
- FERNANDES, Florestan, BORGES, J.B. & NOGUEIRA, O. **A Questão Racial Brasileira Vista por Três Professores**, São Paulo, Escola de Comunicações e Artes – USP, 1971.
- FERNANDES, Florestan. **Imigração e Relações Raciais**. In *Revista Civilização Brasileira*, Ano I, no. 8, Rio de Janeiro, 1966.
- _____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1ª ed., 1971.
- FERRAND, Michèle. **Questões de Método: do qualitativo ao quantitativo**. Caderno CRH, Salvador, n 30/31, jan-dez, 1999.

FOLLMANN, José Ivo. **Identidade como conceito sociológico**. Revista Ciências Sociais Unisinos / Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio do Sinos – v.37, n. 158 – São Leopoldo: Unisinos, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2003.

FRANCO, Affonso Arinos de Mello. **Conceito de Civilização Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio. 10ª ed., 1961.

FRY, Peter. **A persistência da raça** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Feijoada e Soul Food: notas sobre símbolos étnicos e nacionais**. – Ensaios de Opinião, v.4, 1976.

_____. **Por que o Brasil é diferente?** - Revista das Ciências Sociais, 31, 1996, p. 178-182.

_____. **Quem somos nós para dividir as crianças em duas categorias raciais?** Entrevista para Folha de São Paulo, por Marcos Strecker. São Paulo, 09 de jul. 2006.

GLOCK, Clarinha – em matéria especial “**Vestibular para cidadania**” do Jornal Extra Classe - Sinpro/RS - dezembro de 2006 - <http://www.sinpro-rs.org.br/extraclasse/dez06/especial.asp>

GOBINEAU, A. **Essai Sur l'Inégalité des Races Humaines**, 5ª. Edição, Paris: Librairie de Paris, s/d., 1954, in:

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 4ª ed., 1983.

GOFFMAN, Erving. **Stigma – Notes on the Management of Spoiled Identity**, publicado por Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, Nova Jersey, EUA – 1963.

_____. **Relations in public : Microstudies of the public order**. 1. ed. New York: Basic Books, 1971.

GROSSBERG, L., WARTELLA, E. & WHITNEY, D. **Mediamaking: mass in a popular culture**. London, Sage, 1998.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. Rev. Antropol. [online]. 2004, vol. 47, no. 1.

HALL, Stuart – **Quem precisa de Identidade?** - in Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org), Kathryn Woodward – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

HELLER, Ágnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOFBAUER, Andreas. **Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil**. Lua Nova [online]. 2006, no. 68.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.

JACCOUD, Luciana de Barros & BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

KLINEBERG, Otto. **As Diferenças Raciais**, Trad. de Gioconda Mussolini. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

KOHN, Hans. “**Race Conflict**”, in *Encyclopaedia of the Social Sciences*. Nova York: The Macmillan Co., V. XIII, 1947.

KROGMAN, W. M. – **The concept of race** – in: LINTON, R. (org.) – *The science of man in the world crisis* – New York, Columbia Univ. Press, 1945. in:

SILVA, Benedicto – **Dicionário de Ciências Sociais** – Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação; coordenação geral Antônio Garcia Miranda. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998, in:

HALL, Stuart – **Quem precisa de Identidade?** - in *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* / Tomaz Tadeu da Silva (org), Kathryn Woodward – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 4ª ed., 1983.

LEWONTIN, R. C., “**The Apportionment of Human Diversity**”. *Evol. Biol.*, no. 6, 1972. In:

PENA, Sérgio D.J. e BORTOLINI, Maria Cátira. **Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?**. *Estud. av.*, 2004, vol.18.

LIRA, Lilian Conceição da Silva Pessoa de. **O Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE) e suas Ações Educativas**. Dissertação de Mestrado para obtenção o grau de Mestre em Teologia. Escola Superior de Teologia, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. São Leopoldo, 2006.

MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. Introdução de Sérgio Millet, 2ª. Edição, São Paulo, Martins, 1943.

MAGGIE, Yvonne e FRY, Peter. **A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras**. *Estud. av.*, 2004, vol.18, no.50, p.67-80. ISSN 0103-4014.

MAGGIE, Yvonne. **Em breve, um país dividido**. Boletim UFMG, 13 jan. 2005. Reproduzido de O Globo, 27 dez. 2004.

_____. **Mário de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2005, vol. 20, no. 58 [citado 2007-12-18], pp. 5-25.

_____. **Medo e feitiço: relações entre magias e poder no Brasil**. Arquivo Nacional, 1992.

MORSE, Richard. **A cidade de São Paulo no Período de 1870 a 1890**. In Sociologia, vol. XIV, no. 1, março de 1952, São Paulo.

MOURA, Clóvis. **O Negro, o bom escravo e o mau cidadão?** – Rio de Janeiro, Conquista, 1977.

MUNANGA, Kabengele. **Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**. In:

SPINK, Mary Jane (org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo, 1994.

_____. **Política de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas**. In:

SILVA, P.B.G. e SILVÉRIO, V.R. (orgs.) **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília, INEP/MEC, 2002.

_____. **e. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NINA RODRIGUES, R. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil**, 3ª. Edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

OLIVEN, Ruben. **Violência e Cultura no Brasil**. Vozes, Rio de Janeiro, 1982.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1ª ed., 1985.

PAIM, Paulo, **Estatuto da Igualdade Racial**, Brasília, 2003.

PENA, Sérgio D.J. e BORTOLINI, Maria Cátira. **Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?** Estud. av., 2004, vol.18.

PESTANA, Paulo R. **A Expansão da Lavoura Cafeeira em São Paulo**, in Revista do Brasil, Vol. I, Ano I, no. 3, São Paulo, março, 1916, in:

MOURA, Clóvis. **O Negro, o bom escravo e o mau cidadão?** – Rio de Janeiro, Conquista, 1977.

PIOVESAN, Flávia. **Ordem jurídica e igualdade étnico-racial**. São Paulo: Prol, 2006.

PIRES, Lúcia & GONZATTO, Marcelo. **A nova UFRGS**. Reportagem do Jornal Zero Hora, Porto Alegre, janeiro, 2008.

PRADO Jr., Caio. **Evolução Política do Brasil e outros Ensaios**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1957.

PRETTO, Adão. **Projeto de Lei de 2004**. Congresso Nacional. Brasília: 2004. <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/215737.pdf>

RAMOS, Arthur. **A Aculturação Negra no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942.

_____. **O Folk-lore Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. **O Negro Brasileiro**. Etnografia Religiosa, 2ª. Edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

RIAL, Carmen Sílvia. **Japonês está para a TV assim como mulato para cerveja: imagens da publicidade no Brasil** in:

ECKERT, Cornélia; MONTE-MÓR, Patrícia (orgs.) **Imagem em foco: novas perspectivas em antropologia**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo, 1966.

ROLAND, Edna. **Debate sobre as cotas**. Secretaria de Comunicação da UnB, 14 de maio de 2004 - <http://www.secom.unb.br/unbagencia/ag0504-23.htm>

ROMERO, Sílvio. **O caráter nacional e as origens do povo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. In: MENDONÇA, Carlos Süssekind de. **Sílvio Romero: sua Formação Intelectual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2005, vol. 13, no. 1

SILVA, Benedicto – **Dicionário de Ciências Sociais** – Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação; coordenação geral Antônio Garcia Miranda. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, Eduardo. **As camélias do leblon e a abolição da escravatura : uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. **Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul**. Tempo soc. [online]. 2006, vol. 18, no. 2.

SILVA, Ronei Teodoro da. **A Propaganda em Preto e Branco – representações étnico-raciais na publicidade impressa brasileira** – Monografia do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Unisinos, 2004.

SKOLAUD, Josiane – em matéria publicado no website da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no dia 9 de dezembro de 2004 - http://www.al.rs.gov.br/Dep/site/materia_antiga.asp?txtIDMateria=91486&txtIdDep=96

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira: Seus Fundamentos Econômicos**, 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

TAYLOR, Charles. **O Self no espaço moral**, tradução: Cecília Camargo Bartolotti. São Paulo: Editora Loyola, 1994.

TELLES, Edward e BAILEY, Stan. **Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos**. Opin. Publica [online]. 2002, vol. 8, no. 1 [citado 2007-12-18], pp. 30-39.

TURRA, C & G. Venturi (eds). **Racismo cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

VIANNA, Hermano. **Mestiçagem fora do lugar**. Folha de São Paulo, 27 de junho de 2004, Caderno Mais!, p. 4-6.

VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. São Paulo: Cia. Editora Nacional 2ª. ed., 1935. In: LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 4ª ed., 1983.

VILLELA, João Baptista. **Universidade, moeda de troca?**. Boletim UFMG, 5 maio 2005

YIN, Robert K. **Estudo de Caso – Planejamento e Métodos**. Tradução de Daniel Grassi. Supervisão de Cláudio Damacena. 2ª. Edição – Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO

1. Nome completo:		
2. Endereço: Rua _____ nº _____ Ap nº _____		
Bloco: _____	Bairro: _____	Cidade: _____
CEP: _____	e-mail: _____	
Fone: _____	celular: _____	
3. Idade: _____	4. Sexo: _____	
5. Qual a sua classificação de cor? () branca () parda () preta () indígena () amarela () outra: _____		
6. Curso: _____	7. Semestre: _____	
8. Ingresso em:		
() 2004.1	() 2004.2	
() 2005.1	() 2005.2	
() 2006.1		
9. Conclusão em:		
() 2007.1	() 2007.2	
() 2008.1	() 2008.2	
() 2009.1	() 2009.2	
10. Profissão e Grau de escolaridade da mãe:		
() Ensino Fundamental	() Ensino Fundamental incompleto	
() Ensino Médio	() Ensino Médio incompleto	
() Ensino Superior	() Ensino Superior incompleto	
Profissão: _____		
11 Profissão e Grau de escolaridade do pai:		
() Ensino Fundamental	() Ensino Fundamental incompleto	
() Ensino Médio	() Ensino Médio incompleto	
() Ensino Superior	() Ensino Superior incompleto	
Profissão: _____		
12. Estado civil: () solteiro/a () casado/a () união estável () separação judicial () divorciado/a () viúvo/a () outros		
13. Profissão e Grau de escolaridade da(o) cônjuge:		
() Ensino Fundamental	() Ensino Fundamental incompleto	
() Ensino Médio	() Ensino Médio incompleto	
() Ensino Superior	() Ensino Superior incompleto	
Profissão : _____		
14. Possui filho(s) ou filha(s)		15. Quantos?
16. Idade da(s) filha(s):		17. Idade do(s) filho(s):
18. Como você ficou sabendo do Programa de Bolsas para a população negra desenvolvido pelo IPA em parceria com o CECUNE?		
() no cursinho pré-vestibular comunitário	() na comunidade religiosa	
() por amigos	() pela imprensa	
() pela internet	() por parentes	
() outros: _____		
19. Qual o seu conhecimento a respeito do Regulamento de Bolsas do IPA		
() ouvi falar	() desconheço totalmente	
() sei onde encontrar o texto	() conheço algumas regras	
() tenho uma cópia impressa	() já li uma vez	
() tenho críticas a fazer quanto a _____		

20. Em que instituições você prestou seu trabalho comunitário (serviço voluntário) exigido pelo Regulamento de Bolsas?

1. _____
2. _____
3. _____

21. Você participa de alguma entidade de movimento social ? Qual(quais)? De que natureza?

22. Como você avalia o Curso de Cidadania e Reconstrução da Identidade Étnica, oferecido pelo Centro Ecumênico de Cultura Negra – CECUNE?

() excelente () bom () regular () ruim

Por quê? _____

23. Como você avalia a sua participação no Curso de Cidadania e Reconstrução da Identidade Étnica, oferecido pelo Centro Ecumênico de Cultura Negra – CECUNE?

() excelente () bom () regular () ruim

Por quê? _____

24. Como você avalia a sua atuação como bolsista IPA/CECUNE?

() excelente () bom () regular () ruim

Por quê? _____

25. Aponte as demandas necessárias para a continuidade e sucesso da ação afirmativa fruto do convênio entre o IPA e o CECUNE, na perspectiva de bolsista, pensando na melhoria desse Projeto. Enumere em ordem de prioridade de 1 a 8:

- () Apoio psicológico especializado
- () Grupo de estudos ou oficina para nivelamento em língua portuguesa
- () Grupo de estudos ou oficina para nivelamento em matemática
- () Grupo de estudos ou oficina para nivelamento em produção de texto
- () Apoio financeiro para as/os bolsistas mais carentes (para compra de vale-transporte e alimentação)
- () Curso de extensão sobre temas de interesse da população negra
- () Prestação de Serviço Comunitário obrigatório junto ao Movimento Negro
- () Diálogo e orientação para temas específicos no momento de elaboração do TCC
- () outra possível demanda: _____

26. Quais as suas perspectivas no mercado de trabalho após a conclusão do curso em relação a

Renda

- () de R\$300 a R\$500
- () de R\$500 a R\$1.000
- () de R\$1.000 a R\$2.000
- () acima de R\$2.000

Iniciativa

- () privada
- () pública
- () autônoma

Posição

- () assistente
- () supervisor(a)
- () gerente
- () diretor(a)
- () dono(a)

27. Em relação ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) :

- meu curso não tem esta exigência
- ainda não pensei no assunto
- já tenho idéia do tema a abordar
- gostaria de trabalhar um tema que tenha implicações sociais (de gênero, raça e classe) e preciso de indicações de fontes de pesquisa
- Outras impressões: _____

Nas questões abaixo, assinale, pelo menos 3 respostas que você considera pertinentes

28. O Programa de Acesso à Universidade, do qual você participa é

- um divisor d'águas na sua vida
- uma iniciativa de movimento social
- uma iniciativa de uma ONG
- uma iniciativa da universidade privada
- uma iniciativa do governo federal
- um estorvo
- uma iniciativa de pessoas negras
- uma iniciativa do movimento negro
- um momento difícil
- uma grande experiência
- um compromisso cumprido
- uma iniciativa do governo estadual

29. As ações do movimento negro são:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> desconhecidas | <input type="checkbox"/> agressivas | <input type="checkbox"/> instigantes |
| <input type="checkbox"/> provocantes | <input type="checkbox"/> desafiantes | <input type="checkbox"/> intimidadoras |
| <input type="checkbox"/> percebidas | <input type="checkbox"/> desnecessárias | <input type="checkbox"/> elitistas |
| <input type="checkbox"/> assistencialistas | <input type="checkbox"/> estranhas | <input type="checkbox"/> incompreendidas |

30. Se você não tivesse acesso à bolsa de estudos para negros(as) no IPA, atualmente você imagina que estaria:

- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> desempregado | <input type="checkbox"/> trabalhando na mesma área de antes. | <input type="checkbox"/> fazendo um curso técnico. |
| <input type="checkbox"/> morando fora da Grande Porto Alegre | Qual? _____ | Qual? _____ |
| <input type="checkbox"/> cursando a universidade por outros meios | <input type="checkbox"/> não estaria estudando | Outros: _____ |

31. Para potencializar a sua formação, você considera emergencial:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> boa fluência em língua estrangeira. Qual? _____ | <input type="checkbox"/> acesso à especialização. Em que? _____ | <input type="checkbox"/> mais conhecimentos em informática |
| <input type="checkbox"/> computador com banda larga em casa | <input type="checkbox"/> acesso ao mestrado Em que? _____ | <input type="checkbox"/> um computador em casa |
| <input type="checkbox"/> um curso específico. Qual? _____ | <input type="checkbox"/> um emprego | <input type="checkbox"/> um carro |
| <input type="checkbox"/> aumento da renda familiar | <input type="checkbox"/> uma rede de contatos influentes | <input type="checkbox"/> a formação superior de graduação |
| <input type="checkbox"/> Outros: _____ | | |

32. Na sua opinião a cota racial em qualquer espaço social, no Brasil, é:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> um mal necessário | <input type="checkbox"/> uma humilhação | <input type="checkbox"/> um benefício |
| <input type="checkbox"/> uma luta política | <input type="checkbox"/> uma dívida histórica | <input type="checkbox"/> um problema da atualidade |
| <input type="checkbox"/> uma solução insuficiente | <input type="checkbox"/> uma reparação | <input type="checkbox"/> uma iniciativa interessante |
| <input type="checkbox"/> um programa precário de governo | <input type="checkbox"/> um desafio da atualidade | <input type="checkbox"/> uma solução inicial |

33. Para você o movimento negro é:

- | | | |
|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> um partido nacional | <input type="checkbox"/> uma Ong | <input type="checkbox"/> um grupo de Ongs |
| <input type="checkbox"/> um movimento social | <input type="checkbox"/> uma organização social | <input type="checkbox"/> um movimento espiritual |
| <input type="checkbox"/> um movimento político | <input type="checkbox"/> uma tradição dos negros | <input type="checkbox"/> uma instituição dos negros |
| <input type="checkbox"/> uma iniciativa pública | <input type="checkbox"/> uma iniciativa popular | <input type="checkbox"/> uma iniciativa privada |

34. As principais causas da baixa representatividade do negro nas melhores posições sociais (ministros, juizes, presidentes, etc.) deve-se:

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> à escravidão | <input type="checkbox"/> à desunião dos negros | <input type="checkbox"/> à era Vargas |
| <input type="checkbox"/> à monarquia | <input type="checkbox"/> aos abolicionistas | <input type="checkbox"/> ao Reino da Inglaterra |
| <input type="checkbox"/> ao Reino de Portugal | <input type="checkbox"/> à baixa qualidade do ensino público | <input type="checkbox"/> à incompetência dos próprios negros |
| <input type="checkbox"/> ao racismo | <input type="checkbox"/> à emergência do capitalismo | <input type="checkbox"/> à organização dos brancos |
| <input type="checkbox"/> à emergência do mercantilismo | <input type="checkbox"/> à ditadura militar | <input type="checkbox"/> à igreja católica |
| <input type="checkbox"/> ao próprio negro | | |

35. Defina em poucas palavras o que o benefício da bolsa integral de estudos significa para você.

36. De que maneira, na sua vida profissional, a partir da sua formação acadêmica, você pensa em contribuir com as ações afirmativas ou ações equivalentes de forma a multiplicar os efeitos do benefício que você recebeu?

Local e data: _____, ____ de agosto de 2007.

Assinatura: _____